

Eliane Maria Martins
Organizadora

ECONOMIA:

estudos conjunturais



EDITORA
univille

Eliane Maria Martins
(Organizadora)

ECONOMIA: estudos conjunturais

Joinville - volume I - 1.^a edição - 2024



FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DA REGIÃO DE JOINVILLE – FURJ – MANTENEDORA

ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR DA FURJ

Conselho de Administração

Presidente – Loacir Gschwendtner

Conselho Curador

Presidente – Maria Salete Rodrigues Pacheco

PRESIDÊNCIA

Presidente

Alexandre Cidral

Vice-Presidente

Therezinha Maria Novais de Oliveira

Diretor Administrativo

Mário César de Ramos

Procuradora-Geral da Furj

Ana Carolina Amorim Buzzi

UNIVERSIDADE DA REGIÃO DE JOINVILLE – UNIVILLE – MANTIDA

ÓRGÃO DELIBERATIVO SUPERIOR DA UNIVILLE

Conselho Universitário

Presidente – Alexandre Cidral

ÓRGÃO EXECUTIVO SUPERIOR DA UNIVILLE – REITORIA

Reitor

Alexandre Cidral

Vice-Reitora

Therezinha Maria Novais de Oliveira

Pró-Reitor de Ensino

Eduardo Silva

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação

Paulo Henrique Condeixa de França

Pró-Reitora de Extensão e Assuntos Comunitários

Patrícia Esther Fendrich Magri

Pró-Reitora de Infraestrutura (pro tempore)

Therezinha Maria Novais de Oliveira

Diretora do Campus São Bento do Sul

Liandra Pereira

PARQUE DE INOVAÇÃO TECNOLÓGICA DE JOINVILLE E REGIÃO – INOVAPARQ – MANTIDA

Diretor Executivo

Paulo Marcondes Bousfield

CONGRATULAÇÕES

A todos presentes nesta obra, professores e especialmente os estudantes do curso de Ciências Econômicas que contribuíram com seus trabalhos de conclusão de curso para o desenvolvimento deste compilado de conhecimento, quero deixar registrado o meu muito obrigada.



PRODUÇÃO EDITORIAL

Coordenação geral

Silvio Simon de Matos

Secretaria

Gabriela Heidemann

Revisão

Roberta Petersen

Viviane Rodrigues

Cristina Alcântara

Produção gráfica/Diagramação

Marisa Kanzler Aguayo

Organizadora

Eliane Maria Martins

Autores

Beatriz Bruns

Bruna da Silva e Souza

Ester Bazzanella

Fernando Luiz Andrade Bahiense

Gabriela Godinho

Gabriele de Souza Cardoso

Heloisa Urban

Jani Floriano

Júlia da Maia Mendes

Marcela Hoffmann Leandro

Matheus William Maia

Monique Cristine Rieck

ISBN N.º 978-65-87142-65-4

Catálogo na fonte pela Biblioteca Universitária da Univille

E19 Economia: estudos conjunturais / Eliane Maria Martins (organizadora) ; autores: Beatriz Bruns ... [et al.] . - Joinville, SC: Ed. Univille, 2024. 276 p. : il.

Inclui bibliografias.
ISBN: 9786587142654.

1. Economia - Brasil. 2. Educação financeira. 3. Finanças públicas. I. Martins, Eliane Maria (org.). II. Bruns, Beatriz. III. Título.

CDD 330.0981

Elaborada por: Saionara Soares Mariano - CRB 14/1415

**OS AUTORES DOS CAPÍTULOS SÃO RESPONSÁVEIS PELOS TEXTOS
E PELAS IMAGENS DIVULGADAS.**

Sumário

Apresentação7

Educação financeira: importância da sua inclusão no Novo Ensino Médio11

Beatriz Bruns e Jani Floriano

Finanças públicas: um estudo sobre a dívida pública brasileira e a execução dos investimentos orçamentários de 2017 a 2021...33

Bruna da Silva e Souza e Jani Floriano

A autonomia e independência do Banco Central do Brasil sob a ótica da teoria das expectativas racionais.....58

Ester Bazzanella e Jani Floriano

Sistema instantâneo de pagamentos PIX: estudo acerca das operações de pagamentos85

Gabriela Godinho e Jani Floriano

A percepção da educação financeira para jovens universitários do município de Joinville111

Gabriele de Souza Cardoso e Jani Floriano

Incentivos fiscais e o desempenho econômico do estado de Santa Catarina durante a pandemia de covid-19.....143

Helôisa Urban e Jani Floriano

Impactos dos incentivos fiscais na competitividade das indústrias: um estudo da Zona Franca de Manaus175

Júlia da Maia Mendes e Jani Floriano

Cheques: fatores determinantes para utilização como meio de pagamento no sistema financeiro199

Marcela Hoffmann Leandro e Jani Floriano

Sistema tributário brasileiro como fator determinante para o desempenho econômico224

Matheus William Maia e Jani Floriano

A variação do poder de compra da moeda brasileira real no período 1995-2021249

Monique Cristine Rieck e Fernando Luiz Andrade Bahiense

Apresentação

O primeiro curso universitário a ser inaugurado na cidade de Joinville (SC) foi o de Ciências Econômicas, da Universidade da Região de Joinville (Univille), há exatamente 58 anos. Esse período foi marcado pela elaboração de diversos trabalhos voltados ao ensino, à pesquisa e à extensão, entretanto a maioria foi arquivada, confinando-se ao espaço da academia. Ao perceber isso, emergiu o anseio por iniciar um processo de divulgação dos últimos trabalhos desenvolvidos no atual curso de Ciências Econômicas, compilados em uma única obra que pudesse mostrar a nossa produção acadêmica e disponibilizá-la ao público em geral.

Levando-se em consideração que o município de Joinville se caracteriza como o maior polo industrial catarinense, os trabalhos de conclusão de curso são bem apropriados, pois trazem em seu contexto uma visão atualizada da economia nacional e regional, servindo, assim, como parâmetro de difusão do ambiente micro e macroeconômico, mostrando a versatilidade da abordagem econômica e trazendo temas relacionados ao comportamento do consumidor, à indústria, ao desenvolvimento econômico etc.

Apesar de o documento poder contribuir com a disseminação do conhecimento na área econômica, colaborando na formação de debates e na tomada de decisão para os setores público e privado, não possui a presunção de convencer o leitor e sim a intenção de incentivar a discussão sobre a temática econômica. Pretende-se, portanto, que o leitor seja protagonista, no que tange às conclusões finais.

Assim, este livro, na forma de coletânea, inclui-se em um processo mais amplo de reflexão sobre a conjuntura econômica. É produto das reflexões e dos trabalhos de conclusão de curso (TCC) de um conjunto de autores que procura integrar o conhecimento adquirido no decorrer do curso de Ciências Econômicas. Esta obra constitui, portanto, um importante ponto de inflexão nesse processo de sistematização e produção de conhecimentos e tem por objetivo aprofundar algumas constatações iniciais do debate atual sobre a sociedade contemporânea e sua relação com a economia, respondendo a algumas demandas urgentes de fundamentação da prática político-

pedagógica. Como proposta, pretende-se: a) tornar o conhecimento científico acessível a professores, estudantes e comunidade como um todo; b) capacitar estudantes a prosseguirem seu aprendizado, de modo continuado; c) despertar vocações em estudantes para carreiras tecnológicas e científicas; d) incentivar a produção de metodologias, estratégias e materiais didáticos inovadores, para melhorar a aprendizagem, no que compete à economia, em articulação com a realidade local, regional e global.

Também vale a pena destacar que se pretende demonstrar aqui o fato de que o curso de Ciências Econômicas da Univille não se limita a fazer uma transposição didática dos conteúdos, mas, acima de tudo, busca associar a teoria às inquietações e à realidade vivida pelos acadêmicos. Dessa forma, prima-se em praticar um exercício contínuo, visando estimular o pensar, a análise crítica e a capacidade de compor e recompor dados, informações, argumentos e ideias apreendidos no decorrer do curso. Com isso, busca-se oportunizar espaço para a compreensão do processo de ensino e aprendizagem que tanto se almeja e faz parte da idealização e composição do ensino superior. Ao reunir os estudos que integram esta obra, deseja-se contribuir para o desenvolvimento e a divulgação do pensamento científico a respeito da economia, reiterando o nosso entendimento de que a sociedade tem muito a se beneficiar com a produção científica no âmbito da investigação no que diz respeito às demandas da população como um todo, diante da importância da economia para o ser humano e para a organização social e política da sociedade.

Todos os autores desta coletânea, sob diferentes perspectivas, apresentam o papel estratégico do estudo, da análise ou da contestação dos processos ou procedimentos econômicos expressos e/ou praticados na sociedade brasileira contemporânea, reafirmando o conhecimento como arma indispensável no enfrentamento e na superação dos vários problemas sociais vivenciados pela maioria dos que participam dos mercados em nosso país. A educação como medida mitigadora dessas condicionantes é pensada com base em experiências que dão respostas a problemas reais, centradas em vivências do cotidiano, superando a tradição de ensino e aprendizagem que delimita a teoria em espaço abstrato, de cunho conteudista,

distanciada da realidade (Souza; Sampaio, 2010)¹. O enfoque de ensino e aprendizagem revela que a experiência nesses termos desempenha papel central na geração e gestão do conhecimento. Desse modo, estabelece-se um olhar interdisciplinar rumo à transdisciplinaridade, capaz de explicar a natureza sistêmica e complexa do problema a ser abordado e pesquisado. De forma prudente, busca-se evitar os debates teórico-ideológicos, trabalhando com uma concepção que visa ao equilíbrio entre a análise fragmentada e a síntese simplificadora, de modo a orientar o desenvolvimento de relações entre universidade e setores sociais, pautado pelo diálogo e pela troca de saberes, em uma abordagem que trata dos seguintes temas: **(i) artigo 1:** busca mostrar como a educação financeira na nova base curricular de ensino pode influenciar a qualidade de vida das pessoas; **(ii) artigo 2:** disserta a respeito da dívida pública mobiliária federal interna e sua relação com a execução dos investimentos orçamentários na perspectiva das finanças públicas; **(iii) artigo 3:** analisa a perspectiva das expectativas racionais em relação à autonomia e independência do Banco Central do Brasil; **(iv) artigo 4:** estuda o perfil das operações financeiras do sistema de pagamento instantâneo PIX e averigua seu desempenho no sistema financeiro; **(v) artigo 5:** trata da percepção da educação financeira para os jovens universitários do município de Joinville sob a perspectiva do consumo, da poupança e da inadimplência; **(vi) artigo 6:** aborda a relação entre os incentivos fiscais aplicados pelo governo durante a pandemia de covid-19 e o impacto no desempenho econômico do estado de Santa Catarina no período de 2020-2021, durante a retomada das atividades e a recuperação econômica; **(vii) artigo 7:** trata dos incentivos fiscais na competitividade das indústrias, partindo do estudo da Zona Franca de Manaus (ZFM) e afirmando que a falta de incentivo para as indústrias do país é um fator que prejudica o crescimento e desenvolvimento do Brasil; **(viii) artigo 8:** visa analisar os principais fatores que levam o cheque a ser um meio de pagamento tão aderente no sistema financeiro, mesmo diante das novas tecnologias que prometem transações mais rápidas e efetivas; **(ix) artigo 9:** busca compreender de que maneira o sistema tributário

¹ SOUZA, Cristiane Mansur de Moraes; SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce. Educação para o desenvolvimento territorial: experiências para a produção de competências a partir de um programa de extensão rural universitária. **Revista Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos (RBERU)**, v. 4, n. 2, p. 67-80, 2010. Disponível em: <https://revistaaber.org.br/rberu/issue/view/7>. Acesso em: 26 set. 2024.

brasileiro impacta no desempenho econômico; **(x) artigo 10:** objetiva compreender as oscilações do poder aquisitivo da moeda, além da perspectiva inflacionária por meio da variação: do salário mínimo; da taxa básica de juros da economia brasileira; das valorações do ouro e do dólar; da taxa de depósito interbancário nacional.

Para finalizar, enfatiza-se que a coletânea procurou trazer experiências de pesquisa, de formação e de ensino escritas por professores universitários e acadêmicos de iniciação científica, na direção de processos educativos que podem transformar a escola em um espaço de aprendizagem em prol da disseminação do conhecimento. Nesse sentido, convido-os a embarcar nessa leitura e refletir sobre o que se apresenta.



E.M. Martins
Economista

Profa. Dra. Eliane Maria Martins

Coordenadora do curso de Ciências Econômicas

Educação financeira: importância da sua inclusão no Novo Ensino Médio

Beatriz Bruns¹
Jani Floriano²

Resumo: A presente pesquisa trata de como a educação financeira na nova base curricular de ensino pode influenciar a qualidade de vida das pessoas. Nesse contexto, tem-se como objetivo estudar a inclusão da educação financeira no Novo Ensino Médio, adotando como referência as ações dos estados selecionados, para identificar como se pode contribuir para o planejamento pessoal e consequentemente a melhoria da qualidade de vida. Para esse fim, utilizou-se o método dedutivo, com abordagem qualitativa e pesquisa bibliográfica com base em livros, artigos e sites especializados, buscando informações relacionadas aos dados sobre a educação financeira. A pesquisa realizada identificou que a educação financeira na nova grade curricular do ensino médio influenciará positivamente os dados estatísticos do país.

Palavras-chave: educação financeira; ensino médio; qualidade de vida.

¹ Bacharel em Ciências Econômicas pela Universidade da Região de Joinville (Univille).

² Doutora em Psicologia da Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), mestra em Economia pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), graduada em Economia e Direito pela Univille. Professora no curso de Ciências Econômicas da Univille. Contato: jani.floriano@univille.br.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho trata da importância da educação financeira desde o ensino fundamental, já que o tema se tornou um dos assuntos mais discutidos nos últimos anos, por motivos de desenvolvimento da economia e das pessoas.

Com o alto consumo ocorrido nas últimas décadas, é importante refletir sobre a relação do cidadão com o dinheiro e sobre como gerenciar suas finanças pessoais, assim, acredita-se que é possível contribuir para alcançar o bem-estar da sociedade. A qualidade de vida é resultado de um bom planejamento financeiro. A falta dele ou sua ineficiência acarretam sérios problemas, os quais podem refletir na vida da população.

Sem destacar o grau do problema financeiro, com certeza ele influenciará no dia a dia tanto na vida pessoal do estudante quanto em sua rotina profissional, levando muitas vezes à baixa produtividade ou ainda a erros por falta de atenção. Para alcançar uma vida confortável, física e financeiramente, é preciso conscientizar-se a respeito do problema e procurar auxílio. Só assim se pode obter um planejamento e programar o objetivo ao qual se quer chegar futuramente (Luz; Ayres; Melo, 2019). Para isso, é necessário ter conhecimento das informações falsas que o mundo globalizado transmite, dos gastos desnecessários, das ausências de reservas financeiras e da despreocupação com o futuro financeiro (Mendes, 2016).

Por conta da importância de aprender educação financeira desde o ensino básico, a Lei 13.415, de 2017, alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) e estabeleceu mudanças na estrutura do ensino médio. Uma delas foi a inclusão da matéria de educação financeira na sua grade curricular (MEC, 2022).

Ser educado financeiramente significa saber usar o dinheiro excedente, poupar e investir. Ter dívidas não é ruim, desde que se tenha condições de pagá-las. Em geral, o grande problema financeiro é a preocupação, a qual gera desmotivação e falta de concentração no desenvolvimento das atividades profissionais (Martinez, 2021).

Segundo Belynky (2007 *apud* Foco [...], 2007), “[...] ter dinheiro não significa ser mais feliz ou ter mais qualidade de vida. O importante é planejar-se para ter o suficiente, sem consumir com exagero e desperdício”. Assim, é evidente que o dinheiro não é tudo na vida de um homem, mas sim o planejamento do que ele fará com o dinheiro.

Um bom planejamento financeiro é capaz de auxiliar no cumprimento dos objetivos e desenvolver estratégias que levem à realização deles. Tão importante como elaborar tal planejamento é acompanhá-lo diariamente a fim de observar se as ações tomadas estão levando aos resultados desejados. Em finanças e investimentos, quanto antes determinada situação é planejada, maiores as chances de sucesso. Por isso, é de grande importância ter controle das finanças pessoais para estipular objetivos e se planejar para possíveis imprevistos (Mendes, 2016).

A educação financeira é o meio de absorver conhecimentos e informações sobre questões básicas que contribuem para melhorar a qualidade de vida da população. É, portanto, um instrumento para promover o desenvolvimento econômico, afinal a qualidade das decisões financeiras dos indivíduos influencia a economia como um todo por estar inteiramente ligada a problemas como os níveis de endividamento e de inadimplência das pessoas e à capacidade de investimento dos países (Mendes, 2016).

Pelo exposto, destaca-se como questão de pesquisa: como a inclusão da educação financeira está ocorrendo no Novo Ensino Médio, dada a importância desse tema para a sociedade? Para tanto, tem-se como hipótese que a educação financeira é o meio mais eficaz para as pessoas aprenderem a consumir de forma consciente. É com ela que se compreende a maneira de lidar com dívidas e financiamentos e a importância e as vantagens de planejar-se para acompanhar o orçamento pessoal e familiar. Muitas vezes não há conhecimento da relevância de estabelecer uma reserva financeira, tanto para concretizar sonhos e realizar projetos quanto para reduzir riscos em eventos inesperados. Consequentemente, a mudança de alguns hábitos pode contribuir para melhorar a qualidade de vida. Portanto, ao final deste trabalho espera-se demonstrar que é de extrema necessidade a inclusão da educação financeira para os alunos do ensino médio no país, contribuindo para que desenvolvam um raciocínio crítico em relação às suas finanças pessoais.

Este estudo tem o objetivo de verificar como a educação financeira está sendo inserida no Novo Ensino Médio para então identificar de que forma se pode contribuir para o planejamento da melhoria na qualidade de vida. Como resultado da pesquisa, espera-se comprovar que a educação financeira no Novo Ensino Médio fará

com que os jovens tenham mais consciência sobre a importância de planejar seu consumo e sua poupança e de tomar cuidado com a inadimplência.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A educação financeira consiste em práticas que têm como objetivo fornecer qualidade de vida para as pessoas, tanto no presente quanto no futuro. Ela é de extrema importância para se alcançar a independência financeira, com a qual é possível fazer planos, investir e realizar as metas tão sonhadas. Portanto, entender necessidades e gastos e como lidar com a renda é uma das etapas para garantir mais qualidade de vida. É nesse sentido que a educação financeira nas fases iniciais da alfabetização se torna mais importante, pois chegará o tempo em que o domínio da educação financeira permitirá o melhor acesso às fontes de renda para conseqüentemente obter-se o melhor desempenho no mercado de trabalho. Desse modo, quando chegar à fase adulta, a pessoa terá construído conhecimentos ao longo do tempo e saberá planejar-se financeiramente com mais naturalidade (Clear, 2022).

De forma teórica, sabe-se o quanto é importante crianças, sobretudo as mais carentes, terem fácil acesso ao conhecimento, e para isso existe o Fundo Internacional de Emergência das Nações Unidas para a Infância (Unicef), órgão das Nações Unidas (ONU) que tem como meta promover a defesa dos direitos das crianças, ajudar a dar resposta às suas necessidades e contribuir para o seu desenvolvimento criando condições duradouras. Dessa maneira, o Unicef incentiva jovens a aprimorar suas habilidades e seus conhecimentos com base em projetos de educação financeira. Tal instrução oferece benefícios para a sociedade, não somente em questão de conhecimento técnico, mas também nas análises práticas como, por exemplo, taxas de inadimplência, desemprego e escolaridade (Unicef, 2021).

A Associação de Educação Financeira do Brasil (AEF), uma instituição sem fins lucrativos fundada em 2011, tem como missão promover o desenvolvimento social e econômico do país por meio do incentivo à educação financeira. A AEF coordena o Programa

Educação Financeira nas Escolas, que visa fomentar uma cultura de planejamento, prevenção, poupança, investimento e consumo consciente. De acordo com a visão da AEF, semelhante à do Unicef, a educação financeira capacita indivíduos e sociedades a aprimorarem sua compreensão sobre conceitos e produtos financeiros (AEF Brasil, 2017). Com o propósito de elaborar um documento norteador para que o Programa Educação Financeira nas Escolas entrasse nas instituições escolares, articulando-se ao currículo da educação básica, foi criado o Grupo de Apoio Pedagógico (GAP), que, com a instituição da Estratégia Nacional de Educação Financeira (Enef), passou a contar com a presidência do Ministério da Educação (MEC). Desse modo, muitas ações foram implementadas e, com a finalização do documento “Orientações para Educação Financeira nas Escolas”, foram produzidos os materiais didáticos voltados ao ensino médio.

No período de 2010 a 2011 foi implementado o projeto piloto em 891 escolas públicas de Ensino Médio. Esta plataforma virtual aberta apresenta os materiais elaborados e disponibiliza todo seu conteúdo para *download* de forma gratuita, possibilitando que o educador escolha baixar os livros do aluno e do professor na íntegra ou por temas, conforme sua necessidade. Os conhecimentos adquiridos com este material podem ainda favorecer a transmissão do aprendizado pelos jovens aos seus familiares, além de ajudá-los a conquistar sonhos individuais e coletivos e a protagonizar suas trajetórias de vida. Para construir a plataforma em um formato compatível com a linguagem digital, a AEF-Brasil reuniu educadoras participantes da experiência piloto do Programa, além de profissionais especialistas em educação na cultura digital (AEF Brasil, 2017).

Diante do cenário da educação financeira, é necessário que a sociedade entenda o quão importante é o estudo do valor da moeda e os meios da moeda na Escola Monetarista. O economista norte-americano Milton Friedman é considerado na história do pensamento econômico o principal expoente dessa escola. Uma de

suas proposições é o crescimento constante da oferta monetária em detrimento de medidas discricionárias de política monetária, como a melhor forma de as autoridades monetárias promoverem a estabilidade do nível de preços e o crescimento sustentado do produto *per capita* (Kremer; Corazza, 2003).

Quando se fala de educação financeira, no entanto, é necessário entender que as famílias precisam gerar renda e, principalmente no Brasil, a maioria a obtém por meio da sua mão de obra, que é o emprego, por isso é importante compreender como a taxa de desemprego pode impactar os gastos das pessoas e por conseguinte perceber a necessidade de pensar melhor sobre a educação financeira.

Segundo Kremer e Corazza (2003), Friedman descreveu que a economia gira em torno de sua “taxa natural de desemprego”, que, a longo prazo, é independente da taxa de inflação, e não poderá então ser afetada pela política monetária. De acordo com os monetaristas, tentar manter a taxa de desemprego abaixo de sua taxa natural será eficiente apenas se as autoridades monetárias conseguirem cativar os agentes, tornando então a taxa efetiva de inflação maior que o esperado.

Mas, para que a taxa de desemprego se mantenha abaixo de sua taxa natural indefinidamente, é necessário que a inflação se acelere, para que as expectativas inflacionárias dos agentes sejam constantemente frustradas. Este “princípio da aceleração”, ou curva de Phillips aceleracionista na terminologia macroeconômica, comprova que não existe um *trade-off* estável entre inflação e nível de emprego, fazendo com que, no longo prazo, a curva de Phillips seja vertical, isto é, uma política monetária expansiva somente aumenta o nível de preços sem afetar o nível de emprego (Kremer; Corazza, 2003, p. 84).

Portanto, compreende-se que a taxa de desemprego estrutural, a qual é constituída “pela perda ou extinção de postos de trabalho em decorrência de transformações estruturais efetivadas no sistema

econômico e produtivo” (Guitarrara, 2024), contribui para a estabilidade dos preços, uma vez que, quando ocorre desemprego, se reduz o consumo. No longo prazo, entretanto, o desemprego estrutural tende a desaparecer, ficando apenas o desemprego friccional ou natural, ou seja, “um nível de desemprego que não pode ser reduzido e que faz parte do que é considerado normal em uma economia” (Taxa [...], 2024). Por outro lado, as autoridades monetárias têm o dever de focar no controle da oferta monetária em vez de dar exclusividade para as taxas de juros, pois estas podem interferir de forma indesejável nas condições de crédito na economia. Segundo Kremer e Corazza (2003, p. 84), a visão de Friedman é que:

O preço do dinheiro é a quantidade de bens e serviços que uma unidade monetária pode adquirir. Logo, o preço do dinheiro varia inversamente com o nível de preços. Já o preço do crédito é a taxa de juros. A taxa de juros relaciona estoques a fluxos. O valor do serviço de uma unidade monetária, variável de fluxo, em relação ao preço do dinheiro, variável de estoque. Assim, tanto as pessoas como os *policemakers* tendem a confundir moeda com crédito.

É preciso entender que o dinheiro não pode ficar parado, e sim ser investido. Segundo Frankenberg (2002), há muitos anos a caderneta de poupança vem sendo a principal forma de investimento no Brasil, mesmo depois de todas as crises e inflações. Observando esses exemplos, algumas lições importantes podem ser tiradas. O primeiro ponto é que se devem manter as contas em equilíbrio, evitando as dívidas, e nunca gastar mais do que se obtém como receita. O autor ainda ressalta que é necessário pagar tudo a vista, fugindo então dos financiamentos formais ou informais, o que pode gerar bons descontos. Antes de qualquer coisa, deve-se definir o que se deseja ser, ter e fazer no futuro.

Em junho de 2022, marcaram-se 66,8 milhões de consumidores inadimplentes no Brasil. Esses cidadãos têm R\$ 281,4 bilhões em dívidas negativas (em atraso), ou seja, cada brasileiro deve, em média, R\$ 4.211,83. Em relação ao perfil dos inadimplentes, os homens

representam 49,9% dos devedores, contra 50,1% das mulheres. A faixa etária com maior inadimplência é dos 31 aos 40 anos de idade (Serasa, 2022).

A educação financeira deve ser promovida de forma justa e sem vieses, ou seja, o desenvolvimento das competências financeiras dos indivíduos precisa ser embasado em informações e instruções apropriadas, livres de interesses particulares.

As altas na taxa de juros – que encarecem o crédito – e o desemprego ainda elevado são as causas centrais do aumento da inadimplência. A principal taxa do mercado financeiro é a Selic, taxa básica de juros e principal instrumento de política monetária utilizada pelo Banco Central para controlar a inflação. Um exemplo disso é que em 2022, no mês de fevereiro, a Selic estava 10,75% ao ano e em agosto passou a ser 13,75% ao ano (Nubank, 2022).

A queda na renda média do trabalhador afeta também o pagamento de dívidas. A partir do segundo trimestre de 2022, estima-se que 10,1 milhões de pessoas estavam desempregadas no Brasil (IBGE, 2022). Mesmo com a recuperação gradual do mercado de trabalho nos últimos meses, as pessoas estão encontrando empregos que pagam menos que o anterior, o que aumenta a dificuldade em quitar débitos em atraso. Entre os tipos de dívidas em situação de inadimplência em fevereiro, segundo a Serasa (2022), 28,6% vêm de débitos com o cartão de crédito. Em segundo lugar, estão as dívidas com contas domésticas (água, luz e gás), que respondem por 23,2%. Em terceiro, estão os gastos no comércio varejista, que totalizaram 12,5% (Agência Brasil, 2022).

Nesse sentido, o assunto requer a atenção de vários organismos. Por exemplo: para incentivar projetos de educação financeira, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE, do inglês Organization for Economic Co-operation and Development – OECD, 2005) elaborou princípios e recomendações para uma boa prática financeira, os quais constam na relação citada por Saito, Savoia e Petroni (2006, p. 5) com base na OECD (2005), como segue:

Quadro 1 – Princípios e recomendações da OCDE

Descrição
1. A educação financeira deve ser promovida de uma forma justa e sem vieses, ou seja, o desenvolvimento das competências financeiras dos indivíduos precisa ser embasado em informações e instruções apropriadas, livres de interesses particulares.
2. Os programas de educação financeira devem focar as prioridades de cada país, isto é, estar adequados à realidade nacional, podendo incluir, em seu conteúdo, aspectos básicos de um planejamento financeiro, como as decisões de poupança, de endividamento, de contratação de seguros, bem como conceitos elementares de matemática e de economia. Os indivíduos que estão para se aposentar devem estar cientes da necessidade de avaliar a situação de seus planos de pensão, necessitando agir apropriadamente para defender seus interesses.
3. O processo de educação financeira deve ser considerado pelos órgãos administrativos e legais de um país como um instrumento para o crescimento e estabilidade econômica, sendo necessário que se busque complementar o papel que é exercido pela regulamentação do sistema financeiro e pelas leis de proteção ao consumidor.
4. O envolvimento das instituições financeiras no processo de educação financeira deve ser estimulado de tal forma que a adotem como parte integrante de suas práticas de relacionamento com seus clientes, provendo informações financeiras que estimulem a compreensão de suas decisões, sobretudo nos compromissos de longo prazo e naqueles que comprometem expressivamente a renda atual e futura de seus consumidores.
5. A educação financeira deve ser um processo contínuo, acompanhando a evolução dos mercados e a complexidade crescente das informações que os caracterizam.
6. Por meio da mídia, devem ser veiculadas campanhas nacionais que estimulem a compreensão dos indivíduos quanto à necessidade de buscarem o autodesenvolvimento financeiro, bem como o conhecimento dos riscos envolvidos nas suas decisões financeiras. Além disso, precisam ser criados sites específicos, oferecendo informações gratuitas e de utilidade pública.
7. A educação financeira deve começar na escola. É recomendável que as pessoas se insiram no processo o quanto antes.
8. As instituições financeiras devem ser incentivadas a certificar que os clientes leiam e compreendam todas as informações.
9. Os programas de educação financeira devem focar particularmente aspectos importantes do planejamento financeiro pessoal, como a poupança e aposentadoria, o endividamento e a contratação de seguros.
10. Os programas devem ser orientados para a construção da competência financeira, devendo ser adequados a grupos específicos e elaborados da forma mais personalizada possível.

Fonte: Saito, Savoia e Petroni (2006, p. 5) com base na OECD (2005)

Além de diversos projetos referentes à educação financeira, há também os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), uma agenda mundial adotada durante a Cúpula das Nações Unidas em setembro de 2015, composta por 17 objetivos e 169 metas a serem atingidos até 2030 (Estratégia ODS, 2022). O ODS 4, que trata da educação com qualidade, objetiva assegurar a educação inclusiva, equitativa e de qualidade, visando promover oportunidades de aprendizagem para todos ao longo de sua vida. Assim, conforme indica a meta 4.4 do ODS 4, espera-se,

até 2030, aumentar substancialmente o número de jovens e adultos que tenham as competências necessárias, sobretudo técnicas e profissionais, para o emprego, trabalho decente e empreendedorismo (Ipea, 2022).

Portanto, após as apresentações dos conceitos, observa-se que o conhecimento referente à educação financeira é fundamental para os seres humanos, uma vez que os indivíduos necessitam agir de forma consciente em todas as suas decisões que envolvem o uso do dinheiro. Em seguida serão feitas análises sobre os dados aqui apresentados.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A presente pesquisa tem como objetivo estudar a inclusão da educação financeira no Novo Ensino Médio, adotando como referência as ações dos estados selecionados neste trabalho. Ao analisar tais ações, pretende-se verificar como elas podem contribuir para o planejamento financeiro pessoal e, conseqüentemente, para a melhoria da qualidade de vida. No desenvolvimento deste artigo, utilizou-se o método dedutivo, que, conforme cita Gil (2008, p. 9), parte de “princípios reconhecidos como verdadeiros e indiscutíveis e possibilita chegar a conclusões de maneira puramente formal, isto é, em virtude unicamente de sua lógica”. A educação financeira, portanto, é boa para todos, partindo de uma premissa geral e dirigindo-se a uma premissa específica, que é a qualidade de vida.

Quanto ao procedimento técnico, será utilizada a pesquisa bibliográfica, em que serão analisadas referências a respeito do assunto em livros, jornais, revistas, internet e outros meios de comunicação pertinentes. O diálogo com a literatura permite construir uma linha de pensamento que percorre o texto, bem como elaborar os argumentos que a sustentam (Sordi, 2013). Nesse contexto, o método, como forma de explicar a verdade, busca na descrição a possibilidade de constatar regras com base em acontecimentos gerais. Para Gil (2008, p. 9), “é o método que parte do geral e, a seguir, desce ao particular. Parte de princípios reconhecidos como verdadeiros e indiscutíveis e possibilita chegar a conclusões de maneira puramente formal”. Em relação à abordagem, tem-se a qualitativa, que se mostrou a mais adequada, uma vez que os resultados numéricos a serem avaliados auxiliam a explicação da pesquisa por meio da análise de dados oficiais.

A pesquisa qualitativa seria um conjunto de técnicas interpretativas que procura descrever, decodificar, traduzir e, de outra forma, apreender o significado. A abordagem qualitativa, dessa forma, é responsável pelo estudo do uso e coleta de uma variedade de materiais empíricos sobre a égide de métodos como estudo de caso, experiência pessoal, introspecção, história de vida, entrevista, artefatos, textos e produções culturais, textos observacionais, históricos, interativos e visuais, responsáveis pela descrição dos momentos e significados da vida dos indivíduos (Cooper; Schindler, 2011, p. 9).

Pode-se dizer ainda que o estudo apresentado é descritivo. Segundo Gil (2017), as pesquisas buscam levantar opinião, atitudes e crenças de uma sociedade. Normalmente essas pesquisas são de caráter quantitativo, visto que procuram identificar e descrever características de grupos de pessoas. Sendo assim, a apresentação dos resultados deste artigo terá como referência a descrição de como a educação financeira no Novo Ensino Médio contribuirá para a redução de inadimplência, para que a vida do cidadão seja mais consciente em questão de consumo.

ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Para estudar como a inserção da educação financeira pode contribuir para o planejamento pessoal e para a melhoria da qualidade de vida, inicialmente será exposto como foi a construção da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Em seguida, apresentam-se as ações que os estados de Santa Catarina, Paraná, Rio Grande do Sul e São Paulo estão realizando para trabalhar com o conteúdo no ensino médio.

A BNCC é um documento de cunho normativo que caracteriza o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens fundamentais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da educação básica, em que se encontram a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio (Brasil, 2022).

A primeira versão da BNCC foi disponibilizada em 16 de setembro de 2015 e, em dezembro do mesmo ano, ocorreu uma mobilização das escolas de todo o Brasil para a discussão do documento preliminar. A partir de 2016, aconteceram 27 seminários estaduais com professores, gestores e especialistas para debater a segunda versão da BNCC, todos sendo promovidos pelo Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed) e pela União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime). Em 20 de dezembro de 2017, a BNCC foi homologada pelo Ministério da Educação. A partir de então, o Brasil contou com uma base que compõe aprendizagens previstas para toda a educação básica (Brasil, 2022).

Em 2018, escolas de todo o Brasil mobilizaram-se para discutir a Etapa do Ensino Médio da BNCC e contribuir com ela. Professores, gestores e técnicos da educação criaram comitês de debate e preencheram um formulário *online* sugerindo melhorias para o documento. Em abril do mesmo ano, instituiu-se o Programa de Apoio à Implementação da Base Nacional Comum Curricular (ProBNCC), e o Ministério da Educação entregou ao Conselho Nacional de Educação (CNE) a 3.^a versão da BNCC do ensino médio. A partir do ocorrido, o CNE iniciou um processo de audiências públicas para debater o documento. Educadores do Brasil inteiro debruçaram-se sobre a BNCC, com foco na parte homologada, correspondente às etapas da educação infantil e ensino fundamental, com o objetivo

de compreender sua implementação e seus impactos na educação básica brasileira (Brasil, 2022).

Em Santa Catarina, as ações estão em consonância com as desenvolvidas no país, como a organização de pesquisas realizadas anteriormente em uma oficina com especialistas em educação do estado, em julho de 2016. Foram aproximadamente 300 participantes, com 70% dos professores trabalhando em sala de aula. Essa contribuição foi encaminhada ao Comitê Gestor Nacional Consed/Undime, que a conduziu ao MEC. A organização de treinamentos seguiu com a participação do Conselho Estadual de Educação (CEE), da Fundação Catarinense de Educação Especial (FCEE), da Coordenadoria Regional da Grande Florianópolis, do Instituto Estadual de Educação (IEE) e de gerentes e técnicos da Secretaria da Educação do Estado de Santa Catarina (SED), o que levou à elaboração de um documento contendo os pontos de atenção relacionados à Etapa do Ensino Médio da BNCC com o intuito de contribuir com o movimento nacional (SED, 2022). A implementação da BNCC ocorreu com a criação do sistema de cooperação com as 295 redes municipais de ensino do estado de Santa Catarina, representadas pela União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime/SC), e a constituição do comitê estratégico, executivo e estadual de mobilização. O início do processo de escrita da Versão Zero do Currículo Base da Educação Infantil e Ensino Fundamental do Território Catarinense com base na BNCC nacional ocorreu em 2018, com o auxílio de escolas de 191 municípios diferentes do estado de Santa Catarina. Para a construção da 2.^a versão preliminar do currículo, foram feitas publicações de editais para o processo de seleção de profissionais da educação, bem como consultorias com profissionais do MEC experientes na área (SED, 2022).

Além dos estados que estão elencados para execução da pesquisa (Santa Catarina, Paraná, Rio Grande do Sul e São Paulo), é importante destacar que outros estados brasileiros já implementaram a educação financeira no ensino médio, cada qual com uma maneira diferente de se desenvolver (SED, 2022).

Em Santa Catarina, o projeto foi colocado em prática em escolas tanto públicas quanto privadas e a grade escolar passou de 800 para 1.000 horas anuais. No ano de 2021, das 120 escolas que já trabalhavam com o Novo Ensino Médio, 37 ofereceram o estudo da educação

financeira para mais de 2,2 mil estudantes. O Novo Ensino Médio está sendo institucionalizado oficialmente em 711 escolas da rede estadual em 2022 (SED, 2022). Além disso, cinco Centros de Educação Profissional (Cedups) ofertaram os conteúdos como parte do currículo de cursos técnicos oferecidos pelo governo de Santa Catarina, bem como a organização liderou mobilizações multissetoriais em torno da promoção do financiamento de iniciativas de educação no país. Como resultados principais, desenvolveu parcerias sólidas e sustentáveis com, por exemplo, Banco Itaú, Banco Bradesco e Mundial (SED, 2022).

Em São Paulo, entre os anos de 2008 e 2010, já havia o projeto piloto, mas ele só foi implementado em 17 de novembro de 2021 e adotado apenas em escolas públicas, tanto para as turmas do ensino fundamental quanto para as do ensino médio. A realidade, no entanto, mostra que são profissionais de diferentes disciplinas e formações que têm promovido, com relativo êxito e grande perseverança, o aumento da cidadania por meio da disseminação dos conceitos fundamentais da educação financeira. Existem, não só na área da educação, como de outros segmentos, pessoas interessadas na educação financeira que produzem materiais. Entretanto, a partir do momento em que o tema entrar no Novo Ensino Médio, a medida será institucionalizada, permitindo que a educação seja mais efetiva (Cazetta, 2021).

No Rio Grande do Sul, a inclusão da educação financeira no ensino médio foi aprovada em 2015 em escolas públicas e privadas, tanto para crianças quanto adolescentes (fundamental e médio). Atualmente, as instituições não são obrigadas a inserir a educação financeira na carga horária dos estudantes, mas os professores de geografia, história e matemática fornecem alguns dados e explicações sobre finanças. Em 2015, o Conselho Regional de Economia do Rio Grande do Sul (Corecon-RS) foi o primeiro conselho regional do país a receber a liberação para uso oficial do Selo Enef de Educação Financeira, por iniciativas realizadas no incentivo à educação financeira, especialmente Concurso de Redação em Educação Financeira nas Escolas. Até o momento, pode-se dizer que as estratégias na área de educação financeira do Corecon-RS são cada vez mais intensas, tanto no que diz respeito aos atendimentos à mídia escrita, falada e televisionada quanto às palestras e, sobretudo, aos concursos das escolas do ensino médio e fundamental, que já estão na quinta edição do projeto (Horowitz, 2022).

O projeto do Paraná foi aprovado nas escolas estaduais e iniciou-se apenas com alunos do ensino médio. A partir de 2021, a Secretaria de Estado da Educação e do Esporte (SEED-PR) incluiu a educação financeira como componente curricular na matriz das instituições – as aulas ocorrem uma vez por semana, passando de 25 para 30 horas-aula semanais. O ensino fundamental também começou a participar do projeto, sobretudo os alunos dos 8.ºs e 9.ºs anos, que estudarão educação financeira na matéria de matemática (Educação [...], 2022).

Além do projeto de educação financeira, ainda existe o programa Aprender Valor, iniciativa do Banco Central do Brasil, em parceria com SEED e Undime. Qualquer escola pública, estadual ou municipal, pode aderir ao programa e receber as informações e os materiais disponíveis (Paraná, 2022).

Pode-se observar que os outros estados estavam bem mais evoluídos quanto ao projeto. Embora a implantação da disciplina de educação financeira seja a mais indicada, haja vista que seu conteúdo poderia ser explorado mais a fundo, percebe-se que, por conta da demora que o processo de criação e implantação da disciplina levaria, o mais viável é que seja tratada como tema transversal, conforme permitido pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs). De acordo com o explicado no programa de educação continuada do Instituto Paulo Freire,

a transversalidade, bem como a transdisciplinaridade, é um princípio teórico do qual decorrem várias práticas tanto nas metodologias de ensino quanto na proposta curricular pedagógica. A transversalidade aparece hoje como um princípio inovador nos sistemas de ensino de vários países (Instituto Paulo Freire, 2022).

Com base nas informações de cada estado citado, Paula Salas (2021) comenta em uma reportagem que,

quando a Reforma do Ensino Médio foi assinada em 2017, ela previa uma data limite de cinco anos para a sua implementação. Esse prazo chegou: é o ano letivo de 2022. Segundo o acompanhamento do Movimento pela Base, 96,3% dos currículos (de 26

das 27 unidades da federação) já foram entregues aos Conselhos Estaduais de Educação para aprovação. No entanto, apenas 18 (66,7%) já foram homologados. E, quando se considera as ações de implementação, apenas duas redes (Paraná e Santa Catarina) já entregaram ou finalizaram todas as tarefas. Em julho deste ano, o Ministério da Educação publicou um novo cronograma que coloca para 2022 a implementação dos referenciais curriculares no 1.º ano. No 2.º e no 3.º ano, essas mudanças devem acontecer em 2023 e em 2024, respectivamente. Também estabelece que até 2024 deve haver um esforço de monitoramento dos novos referenciais curriculares e de formação continuada dos educadores. Essa nova orientação é a que tem sido mais utilizada pelos estados. No entanto, algumas redes já estavam mais avançadas no processo e terão uma implementação mais ampla no próximo ano.

Na forma de disciplina ou como tema horizontal, o importante é atentar para a importância de disseminar o conhecimento sobre finanças pessoais o quanto antes, com o objetivo de atingir o maior número de pessoas, no menor período possível. Esse processo leva à formação de indivíduos capazes de explorar racionalmente as relações de consumo saudáveis e conscientes. Os PCNs recomendam uma variedade de tópicos para se estudar em um ambiente educacional, como: ética, meio ambiente, saúde, pluralismo cultural e orientação sexual. Em suma, esses temas complementam o currículo escolar e tentam compensar a falta de relação com as realidades do cotidiano dos alunos, ou seja, ensinam a eles sobre a continuidade de seu contexto e de seu dia a dia. Dessa maneira, por meio das atividades extracurriculares, o estudante aprenderá de forma sistemática e objetiva a enfrentar, como indivíduo que faz parte de uma sociedade, os problemas que lhe são impostos. Com base nos dados apresentados, é nítido que as propostas para os estados brasileiros serão benéficas, pois países classificados por altos índices de desenvolvimento já adotaram tal método de ensino, conforme Nunes (2022) relata:

A Finlândia, assim como a Noruega, Dinamarca, Suécia, Israel e Canadá são os países que mais investem em alfabetização financeira para crianças. Países esses que apresentam os maiores índices de desenvolvimento humano (IDH), indicador social que avalia o desenvolvimento da sociedade na educação, saúde e renda. De acordo com a OCDE, a alfabetização financeira deveria ser obrigatória no currículo escolar das crianças. Para eles, a alfabetização financeira faz parte das noções básicas para o desenvolvimento de uma sociedade mais igualitária, mais justa e que garantirá o melhor desenvolvimento do país. Crianças que compreendem como manipular o dinheiro, bem como a lidar com as frustrações e felicidades advindas da remuneração pelo dinheiro, mudam seu perfil comportamental e lhes permitem a tomar melhores decisões e mais responsáveis ao longo de suas vidas. O impacto da alfabetização financeira ainda na infância promove mudanças não apenas imediatas no desenvolvimento das crianças, mas mudanças duradouras ao longo da vida do indivíduo e, portanto, de toda a sociedade.

Isso posto, tomando como exemplo o Canadá e a Finlândia, que são dois dos dez países na colocação de melhor educação (Quadros, 2021), evidencia-se que a educação financeira é importante. Tendo como referência as ações dos estados selecionados, nota-se que Santa Catarina e Paraná são os que mais evoluíram com o projeto do Novo Ensino Médio. O aumento da carga horária, o novo currículo de formação geral e a oferta de informativos para orientar professores foram essenciais na execução do projeto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final do trabalho, conclui-se que é de extrema necessidade a inclusão da educação financeira para os alunos do ensino médio no Brasil. Mesmo que educação financeira seja um tema muito abordado nos dias de hoje, a maioria dos alunos do ensino médio não sabe seu significado ou sua aplicação. Nesse sentido, é necessário que

os conceitos sobre finanças sejam ensinados aos cidadãos do país, contribuindo para que desenvolvam um raciocínio crítico em relação às suas finanças pessoais.

Para o desenvolvimento deste trabalho, foi preciso o aprofundamento do conhecimento referente à educação financeira nos seguintes estados: Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Paraná e São Paulo. Realizaram-se também comparações de *ranking* nas quais se constatou a posição do Brasil em relação a outros países que estão mais bem posicionados, como o Canadá e a Finlândia. Desse modo, conclui-se que o aprendizado desde a juventude pode ajudar a diminuir o número de endividados e de consumistas compulsivos, o que, de acordo com os dados do Serasa, aumentam mais a cada ano, e não é apenas a classe baixa que entra nesses dados, pois há famílias de classe média e alta indo à falência por não possuírem um planejamento financeiro familiar. Dessa forma, confirma-se a hipótese de que a educação financeira é o meio mais eficaz para as pessoas aprenderem a consumir de modo consciente.

É evidente que a educação financeira tem muito a auxiliar no crescimento econômico, no desenvolvimento social, na expansão da democracia e na proteção dos direitos humanos e do meio ambiente. Salienta-se que a persistência é fundamental para o sucesso da introdução da educação financeira nas escolas, e dos professores espera-se a sensibilidade e a capacitação para acelerar e aperfeiçoar o processo. Com isso, é possível dizer que a educação financeira entra na rede de ensino para ajudar o aluno a desvendar as chaves da organização social em torno do mundo financeiro e para orientá-lo a proteger-se dos obstáculos ao longo de sua vida e realizar seus sonhos individuais e coletivos.

Por fim, como tema para futuros aprofundamentos, sugere-se uma pesquisa de campo em que se discuta a percepção dos egressos dos colégios que tiveram educação financeira em seus currículos, comparada à daqueles que não tiveram tal oportunidade de aprendizado. Ou, ainda, pode-se estabelecer uma comparação entre os que tiveram uma participação ativa dos pais nesse processo e os que não contaram com tal ajuda. Assim, poderiam ser avaliados, na prática, os resultados da educação financeira para esses jovens.

REFERÊNCIAS

AEF BRASIL. **O programa**. 2017. Disponível em: <https://www.vidaedinheiro.gov.br/o-programa>. Acesso em: 7 jun. 2022.

AGÊNCIA BRASIL. **Brasil volta a ter mais de 65 milhões de inadimplentes**. Brasília, 5 abr. 2022. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2022-04/brasil-volta-ter-mais-de-65-milhoes-de-inadimplentes>. Acesso em: 26 maio 2022.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/#:~:text=A%20Base%20Nacional%20Comum%20Curricular,e%20modalidades%20da%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20B%C3%A1sica>. Acesso em: 27 set. 2022.

CAZETTA, Luiza. Em São Paulo, Assembleia Legislativa aprova programa de educação financeira nas escolas. **Escolas Exponenciais**, 18 nov. 2021. Disponível em: <https://escolasexponenciais.com.br/exnews/em-sao-paulo-assembleia-legislativa-aprova-programa-de-educacao-financeira-nas-escolas/>. Acesso em: 24 ago. 2022.

CLEAR. **Educação financeira**: saiba o que é e como começar a sua. Disponível em: <https://master.clear.com.br/educacao-financeira/>. Acesso em: 20 maio 2022.

COOPER, Donald R.; SCHINDLER, Pamela S. **Métodos de pesquisa em administração**. 10. ed. Porto Alegre: Bookman, 2011.

EDUCAÇÃO financeira prepara os paranaenses para o futuro. **O Presente**, 2022. Disponível em: <https://www.opresente.com.br/parana/educacao-financeira-prepara-jovens-paranaenses-para-o-futuro/>. Acesso em: 26 out. 2022.

ESTRATÉGIA ODS. **O que são os ODS?** Disponível em: <https://www.estrategiaods.org.br/o-que-sao-os-ods/>. Acesso em: 23 ago. 2022.

FOCO na qualidade de vida: o que é educação financeira sustentável? **Infomoney**, 17 set. 2007. Disponível em: <https://www.infomoney.com.br/onde-investir/foco-na-qualidade-de-vida-o-que-e-educacao-financeira-sustentavel>. Acesso em: 21 mar. 2022.

FRANKENBERG, Louis. **Guia prático para cuidar do seu orçamento**. Rio de Janeiro: Campus, 2002. p. 214.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017. Disponível em: [https://www.academicapesquisa.com.br/posts/Pesquisa-explorat%C3%B3ria%2C-descriptiva-ouexplicativa#:~:text=Segundo%20Gil%20\(2017\)%20pesquisas%20que,de%20pessoas%20ou%20de%20fen%C3%B4menos](https://www.academicapesquisa.com.br/posts/Pesquisa-explorat%C3%B3ria%2C-descriptiva-ouexplicativa#:~:text=Segundo%20Gil%20(2017)%20pesquisas%20que,de%20pessoas%20ou%20de%20fen%C3%B4menos). Acesso em: 10 ago. 2022.

GIL, Antônio Carlos. Métodos de pesquisa. **Metodologica**, 2011, p. 9. Disponível em: [http://metodologicaunimontes.blogspot.com/2014/10/metodosde-pesquisa-metodo-indutivo-e-um.html#:~:text=%C2%B7%20De%20acordo%20com%20Gil%20\(2011,virtude%20unicamente%20de%20sua%20l%C3%B3gica%E2%80%9D](http://metodologicaunimontes.blogspot.com/2014/10/metodosde-pesquisa-metodo-indutivo-e-um.html#:~:text=%C2%B7%20De%20acordo%20com%20Gil%20(2011,virtude%20unicamente%20de%20sua%20l%C3%B3gica%E2%80%9D). Acesso em: 10 ago. 2022.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GUITARRARA, Paloma. Desemprego estrutural. **Brasil Escola**. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/geografia/desemprego-estrutural.htm>. Acesso em: 16 out. 2024.

HOROWITZ, Marcel. Assembleia do RS aprova inclusão de educação financeira em currículos escolares: adesão vai ser facultativa nas redes pública e privada no RS. **Correio do Povo**, Porto Alegre, 7 jun. 2022. Disponível em: <https://www.correiodopovo.com.br/not%C3%ADcias/ensino/assembleia-do-rs-aprova-inclus%C3%A3o-de-educa%C3%A7%C3%A3o-financeira-em-curr%C3%ADculos-escolares-1.836269>. Acesso em: 24 ago. 2022.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Desemprego**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php>. Acesso em: 22 ago. 2022.

INSTITUTO PAULO FREIRE. **Inter-transdisciplinaridade e transversalidade**: programa de educação continuada. Disponível em: http://www.inclusao.com.br/projeto_textos_48.htm. Acesso em: 16 set. 2022.

IPEA - INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **ODS4 - Educação de Qualidade**: assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/ods/ods4.html>. Acesso em: 23 ago. 2022.

KREMER, Rodrigo Leite; CORAZZA, Gentil. Friedman e o monetarismo: a velha teoria quantitativa da moeda e a moderna escola monetarista. **Análise Econômica**, Porto Alegre, v. 21, n. 40, p. 65-87, set. 2003. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/25307>. Acesso em: 25 maio 2022.

LUZ, Elton John Ferreira; AYRES, Marcos Aurélio Cavalcante; MELO, Maria Aldiléia Silva. Orçamento familiar: uma análise acerca da educação financeira. **Revista Humanidades e Inovação**, v. 6, n. 12, 2019.

MARTINEZ, Fernanda. Lei do superendividamento: saiba o que muda na vida do consumidor. **G1**, 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2021/07/07/lei-do-superendividamento-saiba-o-que-muda-na-vida-do-consumidor.ghtml>. Acesso em: 12 abr. 2022.

MEC - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. **Novo Ensino Médio: perguntas e respostas**. 2022. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=40361#:~:text=A%20Lei%20n%C2%BA%2013.415%2F2017,flex%C3%ADvel%2C%20que%20contemple%20uma%20Base>. Acesso em: 18 mar. 2022.

MENDES, Juliana. **Educação financeira para uma melhor qualidade de vida**. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Matemática Financeira Aplicada aos Negócios) - Universidade do Sul de Santa Catarina, 2016. Disponível em: <http://www.uniedu.sed.sc.gov.br/wp-content/uploads/2016/03/TCC-JULIANA-DE-SOUZA-MENDES.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2022.

NUBANK. **Taxa Selic 2022**: acompanhe a variação ao longo do ano. Disponível em: <https://blog.nubank.com.br/taxa-selic-2022/>. Acesso em: 22 ago. 2022.

NUNES, Tassia. Porque países têm investido na educação financeira para crianças: como isso ajudará no comportamento humano para o desenvolvimento do país. **Brain Support**, 12 jan. 2022. Disponível em: brainlatam.com/blog/porque-paises-tem-investido-na-educacao-financeira-para-criancas-e-como-isso-ajudara-no-comportamento-humano-para-o-desenvolvimento-do-pais-1449#:~:text=A%20Finlândia%2C%20assim%20como%2C%20a,na%20educação%2C%20saúde%20e%20renda. Acesso em: 3 out. 2022.

OECD - ORGANIZATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT. **Recommendation on principles and good practices for financial education awareness**. 2005. Disponível em: <https://www.oecd.org/daf/fin/financial-education/35108560.pdf>. Acesso em: 23 ago. 2022.

PARANÁ. Secretaria da Educação e do Esporte. **Educação financeira**. Disponível em: <https://www.educacao.pr.gov.br/Educacao-Financeira>. Acesso em: 24 ago. 2022.

PIAIA, Cassiano. **Finanças pessoais e independência financeira**: a educação e organização financeira como instrumentos de melhoria na vida das pessoas. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Administração) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/131371/Adm291054.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 23 abr. 2022.

QUADROS, Ana Resende. 10 países com melhor educação do mundo. **Universidade do Intercâmbio**, 23 jul. 2021. Disponível em: <https://www.universidadedointercambio.com/paises-com-melhor-educacao-do-mundo>. Acesso em: 16 set. 2022.

SAITO, André Taue; SAVOIA, José Roberto Ferreira; PETRONI, Liége Mariel. **A educação financeira no Brasil sob a ótica da Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico (OCDE)**. São Paulo: Editora: EAD/FEA/USP, 2006. Disponível em: https://sistema.semead.com.br/9semead/resultado_semead/trabalhosPDF/45.pdf. Acesso em: 4 out. 2022.

SALAS, Paula. **Novo Ensino Médio**: veja como está a implementação em todas as redes estaduais do país. 15 dez. 2021. Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/20825/novo-ensino-medio-veja-como-esta-a-implementacao-em-todas-as-redes-estaduais-do-pais>. Acesso em: 4 out. 2022.

SED – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DE SANTA CATARINA. **Histórico**. Disponível em: <https://www.sed.sc.gov.br/documentos/bncc-sc/historico>. Acesso em: 27 set. 2022.

SERASA. **Mapa da inadimplência e renegociação de dívidas no Brasil**: o levantamento mensal da Serasa sobre a relação dos brasileiros com as dívidas. Disponível em: <https://www.serasa.com.br/limpa-nome-online/blog/mapa-da-inadimplencia-e-renegociacao-de-dividas-no-brasil>. Acesso em: 22 ago. 2022.

SORDI, José Osvaldo. **Elaboração de pesquisa científica**: seleção, literatura e redação. São Paulo: Saraiva, 2013.

TAXA natural de desemprego – o que é, definição e conceito. **Economypedia**. Disponível em: https://pt.economy-pedia.com/11039940-natural-rate-of-unemployment#google_vignette. Acesso em: 16 out. 2024.

UNICEF – FUNDO INTERNACIONAL DE EMERGÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA. **A educação transforma a sociedade**. 4 out. 2021. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/historias/educacao-transforma-sociedade>. Acesso em: 7 jun. 2022.

Finanças públicas: um estudo sobre a dívida pública brasileira e a execução dos investimentos orçamentários de 2017 a 2021

Bruna da Silva e Souza¹
Jani Floriano²

Resumo: Este artigo disserta a respeito da dívida pública mobiliária federal interna e sua relação com a execução dos investimentos orçamentários na perspectiva das finanças públicas. Nesse sentido, a importância deste estudo explica-se por meio do processo orçamentário, com a estipulação de limites para as despesas e a projeção da expectativa de receitas para o próximo período, proporcionando a manutenção da estabilidade econômica do país, de modo a considerar que o governo dispõe da possibilidade de endividar-se para promover projetos que garantam o desenvolvimento do Estado a longo prazo. Dessa forma, tem-se como objetivo estudar a evolução da dívida pública mobiliária federal interna e a execução dos investimentos orçamentários para o período de 2017 a 2021, sob a análise das finanças públicas. Para atingir tal objetivo, utilizou-se do método dedutivo, com abordagem qualitativa, sendo a pesquisa bibliográfica e documental fundamentada em livros, artigos e sites oficiais do governo, de modo a evidenciar os dados referentes ao processo orçamentário e ao endividamento público. Nesse contexto, o estudo realizado demonstrou que, ao observar as finanças públicas, o crescimento das despesas governamentais relacionado à evolução do endividamento federal interno (DPMFi) não proporcionou investimentos suficientes para desenvolver os setores econômicos no decorrer dos anos de 2017 a 2021, de forma que os investimentos executados no período da análise não se mostraram proporcionais ao aumento do endividamento público, bem como os gastos públicos.

Palavras-chave: dívida pública; orçamento público; investimentos.

¹ Estudante do curso de Ciências Econômicas da Universidade da Região de Joinville (Univille).

² Doutora em Psicologia da Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), mestrada em Economia pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), graduada em Economia e Direito pela Univille. Professora no curso de Ciências Econômicas da Univille. Contato: jani.floriano@univille.br.

INTRODUÇÃO

O presente artigo visa realizar uma abordagem sobre as finanças públicas do Brasil no período de 2017 até 2021, de modo a considerar o estudo do endividamento público e sua relação com a execução dos investimentos orçamentários. Partindo dessa premissa, a dívida pública exerce relevante papel na execução de aportes destinados ao progresso do Estado, bem como na prestação de serviços públicos necessários à população. Nesse sentido, é de suma importância que ocorra uma gestão eficiente e transparente da dívida pública para que esta seja uma ferramenta positiva, de modo a impulsionar o desenvolvimento econômico por meio de investimentos, além de transmitir confiança ao país diante de seus investidores e parceiros econômicos (Dantas, 2019). Neste estudo, é observado na análise de Dantas (2019) que as dívidas emitidas pelo governo federal para financiamento de suas necessidades estão em constante aumento desde o ano de 2014 e foram impactadas de maneira significativa no decorrer dos anos de 2020 e 2021, por conta da aplicação de políticas fiscais e monetárias para o enfrentamento do estado de calamidade pública disseminado pela covid-19.

Assim como ocorre nas empresas privadas, o governo também possui a necessidade de efetuar um planejamento orçamentário para a definição de estratégias futuras com relação aos gastos e investimentos demandados. De acordo com esse raciocínio, o processo de orçamentação do setor público está diretamente interligado com a adequada alocação dos recursos arrecadados e com a execução das despesas para que atendam às necessidades socioeconômicas da população e objetivem o real desenvolvimento dos setores econômicos (Ternoski; Ribeiro; Clemente, 2017).

Diante desse cenário, as finanças públicas contam com o suporte de norteadores para a aplicação do orçamento, sendo a Lei Orçamentária a responsável por realizar determinações a respeito de recursos mínimos obrigatórios de despesas essenciais com projetos econômicos como saúde e educação, além de esboçar a expectativa na arrecadação de receitas. Assim, tal regulamentação garante a eficiência na elaboração da orçamentação pública e proporciona

transparência aos valores arrecadados e gastos no decorrer do processo (Gomes; Bezerra Filho; Nascimento, 2020).

Nessa mesma linha de pensamento, o endividamento público interno é compreendido como uma obrigação para terceiros, originada pela razão de receitas e despesas. A ocorrência de dívida pública é evidenciada quando as despesas são maiores que as receitas, ou seja, quando existe déficit (Silva; Carvalho; Medeiros, 2009). Entretanto, para garantir a segurança financeira do Estado e proporcionar à população o acesso a tais informações, esse processo deverá ser regido por limites de endividamento previamente estabelecidos na Constituição Federal e na Lei de Responsabilidade Fiscal, sendo um deles a Regra de Ouro.

O endividamento público brasileiro está em constante crescimento e, conforme Brasil (2020a), percebe-se o descumprimento da regra fiscal: “Em 2020, pelo segundo ano consecutivo, as operações de crédito superaram as despesas de capital, tanto em termos orçamentários quanto em termos de execução”. Nesse sentido, verifica-se o impacto orçamentário e questiona-se a respeito da sustentabilidade do endividamento público na aplicação efetiva desses recursos.

Diante do que foi descrito, tem-se como objetivo geral desta pesquisa estudar a dívida pública mobiliária federal interna e a execução dos investimentos orçamentários para o período de 2017 a 2021, sob a análise das finanças públicas. Assim, surge à vista o seguinte problema de pesquisa: qual foi a evolução da dívida pública mobiliária federal interna e a execução dos investimentos orçamentários realizadas no período de 2017 a 2021? Como hipótese inicial, diante das referências a respeito do endividamento público brasileiro, considera-se que o nível de investimentos executados não transcorreu de maneira suficiente para promover o desenvolvimento de setores econômicos como saúde, educação, transportes, entre outros, visto que permanecem deficitários. Paralelamente a essa hipótese, compreende-se também que a inferência do não cumprimento da Regra de Ouro proporciona a ausência de investimentos adequados para o desenvolvimento econômico.

Considerando tais aspectos, espera-se ao final deste trabalho analisar, sob a ótica das finanças públicas, a evolução do endividamento público brasileiro e a execução dos investimentos orçamentários do Estado, evidenciando o período de 5 anos, entre 2017 e 2021, como objeto de estudo. Por meio dessa relação, busca-se demonstrar que a evolução dos gastos públicos, somados ao crescimento do endividamento governamental, não proporcionou, em similar valor, investimentos a longo prazo para o país.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

No entendimento da teoria das finanças públicas, “falha de mercado” é o contexto econômico no qual a relação mercadológica não possui capacidade para realizar a alocação eficiente e igualitária de bens e serviços, cabendo ao governo realizar ações corretivas, uma vez que essas falhas estão relacionadas ao bem-estar social (Nesi, 2010).

Acredita-se, por meio da teoria econômica tradicional, que o setor privado possui maior eficiência do que o governo, visto que, mesmo sem a gestão do planejador central, se pode alcançar o índice de Pareto eficiente, uma vez que a livre concorrência encaminharia a economia para a maximização de lucros e maior competitividade de mercado, possibilitando às firmas o alcance da máxima eficiência dos recursos (Giambiagi; Além, 2015). Segundo a análise de Giambiagi e Além (2015), no entanto, trata-se da percepção idealizada de mercado que, quando conduzida à realidade, apresenta particularidades que impedem a efetividade do ótimo de Pareto³.

No momento em que não se consegue mais a alocação dos recursos para gerar um grau de satisfação de certa pessoa, sem intervir na situação de outro indivíduo, ocorre o “ótimo de Pareto”, assim como a existência de bens públicos, falhas de competição, monopólios naturais, mercados incompletos, desemprego e inflação (Nesi, 2010, p. 17).

³ Ótimo de Pareto: conceito segundo o qual com a realocação de recursos nenhum participante do cenário econômico pode estar em uma posição melhor sem causar danos à situação individual de outro participante (Nesi, 2010, p. 17).

Nesse sentido, a teoria das finanças públicas defende a existência do ente governamental para fins de correção e complementação do sistema, atuando como guia de mercado. Compreendido como planejador central, entende-se que se faz necessária uma alocação e gestão eficiente da contabilidade do setor público e para a correta alocação de gastos dos recursos públicos, suprimindo as lacunas socioeconômicas (Gomes; Bezerra Filho; Nascimento, 2020).

Verifica-se que, para efetuar ajustes nas falhas de mercado, o setor público realiza intervenções na economia visando ao desenvolvimento do âmbito econômico e social da população, e para isso desempenha as funções alocativa, distributiva e estabilizadora. (i) A função alocativa, por intermédio do setor público, é essencial para corrigir as falhas de mercado, fornecendo bens e serviços que o mercado não consegue prover de forma eficiente ou equitativa. Isso inclui bens públicos como defesa nacional, justiça e infraestrutura básica, que são cruciais para o bem-estar da sociedade. (ii) A função distributiva, por sua vez, destina-se à necessidade do governo em ajustar as disparidades na distribuição da renda e riqueza nacional. Nesse contexto, a intervenção pode ser realizada por meio do sistema tributário e da política de gastos governamentais, de modo a minimizar a desigualdade. (iii) A função estabilizadora da economia trata da execução de medidas econômicas que assegurem o controle e estabilidade dos preços, promoção de emprego e desenvolvimento e crescimento sustentável da economia (Nesi, 2010).

Verificada a inabilidade de autorregulação do mercado com relação ao nível de pleno emprego, o governo assume o papel de agente condutor da estabilização econômica, por meio dos instrumentos regulatórios como as políticas fiscal e monetária. A função clássica de estabilização tem por responsabilidade resguardar a economia das flutuações decorrentes de externalidades ou alterações bruscas na demanda agregada, intervindo indiretamente na redução das alíquotas dos impostos ou de maneira direta nos gastos públicos, seja por investimentos ou consumo do governo. Ainda poderá intervir recorrendo à política monetária com o auxílio da redução da taxa de juros, estimulando o crescimento da renda nacional (Gomes; Bezerra Filho; Nascimento, 2020). Nessa mesma linha de pensamento, Scaff e Athias (2016, p. 85) refletem que “o endividamento público é uma

forma de antecipação de receita tributária que deve ser considerado, a partir de sua utilização, como um importante instrumento para o desenvolvimento”.

Seguindo esse raciocínio, faz-se interessante esclarecer o conceito de dívida pública. O endividamento do setor público é influenciado pela correlação das receitas e despesas apuradas. Nesse método fiscal e orçamentário, quando o montante de gastos supera o volume de arrecadações, define-se a ocorrência de um déficit orçamentário (Silva; Carvalho; Medeiros, 2009). Diante de um cenário de déficit, cria-se um contexto favorável para a emissão de dívida pública, proporcionando o financiamento das necessidades estatais, no entanto esta não é conduta obrigatória (Garselaz, 2000).

Uma vez que tenha sido criada, a dívida pública exige o pagamento periódico de juros, encargos e amortizações, assim como as operações de refinanciamento, quando necessárias. Assim, tanto os fluxos fiscais da tributação e do gasto, como a criação e amortização da dívida pública, irão exercer efeitos concretos sobre os objetivos da fazenda pública, de dotação e distribuição de recursos e de promoção da estabilidade e do crescimento econômico (Garselaz, 2000, p. 17).

É relevante ainda ressaltar que a dívida pública pode ser classificada e caracterizada de diferentes maneiras, como se observa no quadro 1.

Quadro 1 – Classificação da dívida pública e suas características

Dívida	Características
Dívida líquida do governo geral	Representa a relação de ativos e passivos equivalente ao endividamento líquido do governo federal, governos estaduais e governos municipais com o setor público e privado não financeiro, além do sistema financeiro. Ademais, nessa categoria também estão inclusos o Banco Central e empresas estatais.*

Continua...

Continuação do quadro 1

Dívida	Características
Dívida líquida do setor público (DLSP)	Demonstra importância político-econômica, em virtude de que transmite a relação dos passivos públicos com o esforço fiscal do governo, originando os dados do resultado primário do país. Reflete a totalidade de dívidas emitidas pelo setor público (não financeiro e Banco Central). São elencadas como dívidas do setor público não financeiro, além dos fundos públicos, as administrações diretas federal, estaduais e municipais, as administrações indiretas, o sistema público de previdência social e as empresas estatais não financeiras federais, estaduais e municipais.*
Dívida pública federal (DPF)	Abrange a totalidade da dívida interna (DPMFi) e dívida externa (DPFe) emitida sob responsabilidade do governo federal. É necessária para custear o déficit orçamentário do país.**
Dívida pública mobiliária federal interna (DPMFi)	Reflete, por meio da emissão de títulos públicos, o endividamento do governo federal, representada pelas Letras do Tesouro Nacional, Letras Financeiras do Tesouro ou Notas do Tesouro Nacional, série B e F, considerando a movimentação de recebimentos e pagamentos, a qual é realizada em reais.*
Dívida pública federal externa (DPFe)	Considera o endividamento criado pela emissão de títulos e contratos representados pelo fluxo de recebimentos e pagamentos realizados em moedas externas. Ao analisar a emissão de dívida contratual, esta é fixada para desenvolvimento de projetos específicos.**

Fontes: *Silva, Carvalho e Medeiros (2009) e **Brasil (2020c)

Quanto aos dados do quadro 1, outro ponto que merece destaque é o financiamento orçamentário da dívida pública. Silva, Carvalho e Medeiros (2009, p. 221) definem o orçamento público como “um processo de planejamento contínuo e dinâmico que o Estado utiliza para demonstrar seus planos e programas de trabalho como um todo e de cada um de seus órgãos em particular para determinado período”. Nesse sentido, o processo orçamentário realiza a avaliação e fixação das despesas nos três poderes do Estado, sendo a aprovação concedida por meio do Poder Legislativo; as contas públicas possuem como atribuição a manutenção da estabilidade e melhor gerenciamento dos gastos públicos (Nesi, 2010). Nessa

mesma linha de raciocínio, Silva, Carvalho e Medeiros (2009) afirmam que o orçamento evidencia as decisões políticas para destinação dos recursos a fim de proporcionar a criação de sistemas que atendam às necessidades da população e garantam a sustentabilidade dos gastos públicos, bem como mitiguem despesas não previstas ou que não sejam benéficas para a sociedade.

Partindo dessa premissa, o orçamento público é normatizado pela Lei do Orçamento n.º 4.320, sancionada pelo Congresso Nacional em 17 de março de 1964, seguida de suas alterações e normas anexas com o objetivo de efetuar o balanço entre receitas e despesas públicas, de modo a respeitar o que era previsto no art. 5.º, inciso XV, letra b, da Constituição Federal⁴ da época (Brasil, 1964). Ademais, a legislação orçamentária possui como norteadoras as leis: i) Lei Orçamentária Anual (LOA) (cuja elaboração deverá ocorrer até 31 de agosto de cada ano), que representa a projeção de receitas e define teto para as despesas governamentais, considerando o próximo exercício financeiro; ii) Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), que respalda a elaboração da LOA por definir as metas e prioridades na atuação do governo no exercício seguinte, realizando a fixação ou aumento de recursos de acordo com as prioridades identificadas; iii) Plano Plurianual (PPA), que estabelece os objetivos de utilização para as despesas de capital, bem como as delas provenientes, e de programas de longa duração; o PPA possui prazo de quatro anos (Brasil, 2022a).

Outro fator contribuinte foi a instituição da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), que representou alterações no compromisso fiscal do Estado para com as finanças governamentais, de modo a garantir a utilização eficiente e equilibrada dos recursos disponíveis; essa legislação visa proporcionar transparência e planejamento dos gastos públicos a fim de demonstrar publicamente a contabilização dos dados obtidos, além de elaborar mecanismos para o enrijecimento dos gastos (Silva; Carvalho; Medeiros, 2009). A Lei Complementar n.º 101, de 4 de maio de 2000 (Brasil, 2000), reforça tal entendimento ao mencionar meios de mitigação de riscos e de readequação de irregularidades ocorridas no processo orçamentário, visto que tais tópicos podem proporcionar o desequilíbrio no balanço

⁴ O art. 5.º, inciso XV, letra b da Constituição Federal, prevê “normas gerais de direito financeiro; de seguro e previdência social; de defesa e proteção da saúde; e de regime penitenciário” (Brasil, 1946).

das contas públicas e, para isso, define-se a implementação de metas e fiscaliza-se o cumprimento dos parâmetros realizados para receitas e despesas no período analisado. Nesi (2010, p. 35) ressalta que “o objetivo dessa fiscalização está relacionado com a atividade do governo e a confiança que a sociedade faculta ao chamado bem-estar social do Estado”, evoluindo no quesito de transparência dos dados e garantindo a eficiência no controle das finanças públicas.

Nesse contexto, torna-se fundamental a assimilação dos conceitos de receitas e despesas públicas, bem como dos impactos de sua contabilização na origem de déficits ou superávits. Como reflexo dessa situação, Gadelha (2017) destaca que as receitas não financeiras provêm da arrecadação de contribuições, impostos e taxas, que são produto da atividade fiscal do Estado. Nesi (2010, p. 60) complementa tal abordagem:

As receitas correntes estão classificadas como tributárias, contribuições, patrimonial, agropecuária, industrial, serviços, transferências correntes e outras receitas correntes. Já as receitas de capital estão relacionadas às seguintes contas: operações de créditos, alienações de bens, amortização de empréstimos, transferências de capital e outras receitas de capital.

Em contraposição a esse conceito, as despesas são compreendidas como meio necessário para a conservação dos bens e serviços disponibilizados pelo governo, garantindo que as estruturas governamentais permaneçam asseguradas; ademais, a Lei do Orçamento disserta a respeito da utilização de despesas para custeamento de novas obras, as quais devem proporcionar o desenvolvimento econômico do país (Sanson, 2011). Nessa perspectiva, Silva, Carvalho e Medeiros (2009, p. 237) especificam que os grupos de natureza das despesas se diferem conforme sua classificação econômica e que

o grupo define se a despesa de capital será referente à amortização, refinanciamento, inversão financeira ou investimento, ou, ainda, no caso de tratar-se de despesa corrente, se será relativa a pagamento de juros e encargos ou pessoal.

De modo análogo aos conceitos abordados anteriormente, a contabilização do orçamento público poderá resultar em três cenários: i) equilíbrio orçamentário, representado pela mesma proporção de receitas e despesas no período analisado; ii) déficit orçamentário (registra maior volume de gastos perante a receita pública), classificado conforme a natureza das arrecadações e despesas que o integram, originando déficit primário, nominal e operacional; iii) superávit, caracterizado por períodos em que a arrecadação de receitas supera as despesas públicas gerais (Garselaz, 2000).

Considerando o exposto, nota-se que o governo dispõe de políticas fiscais e monetárias para a manutenção das contas públicas, entretanto, em um contexto de déficit orçamentário com maior índice de gastos diante da arrecadação de receitas, o Estado possui como ferramenta de ajuste a emissão de títulos que constituem a dívida pública; em razão de tal endividamento, cabe ao governo o acompanhamento sustentável da emissão da dívida pública e, paralelamente, também deverá ocorrer a gestão das receitas e despesas para que seja alcançado o patamar de equilíbrio orçamentário (Gadelha, 2017).

Em consenso com o raciocínio anterior, o esforço fiscal do governo é demonstrado por meio da contabilização das contas públicas, sendo refletido pelos indicadores de superávit e déficit primário. A respeito do tema, Gobetti e Schettini (2010) afirmam que o superávit primário evidencia o cenário em que as receitas não financeiras superam as despesas não financeiras e a reserva de superávit propicia o pagamento dos juros da dívida pública emitida, de modo a favorecer o controle e a sustentabilidade do endividamento governamental. Da mesma forma, Garselaz (2000) define que o déficit primário representa a diferença negativa entre as receitas e despesas não financeiras, sendo classificado ainda como déficit operacional ou nominal; sendo o déficit operacional característico na incidência de juros reais, deste se considera a correção monetária como parte do principal e o déficit nominal característico no registro de juros nominais incidentes sobre a dívida pública interna e externa.

Para Gadelha (2017), a necessidade de financiamento do Setor Público (NFSP) pode ser compreendida como o endividamento gerado pelo governo – federal, estadual e municipal –, empresas estatais e agências descentralizadas, em consequência da ausência da captação necessária de receita fiscal. Ainda, conforme Gadelha (2017, p. 14),

na ótica “acima da linha”, o saldo negativo indica déficit, ao passo que o saldo positivo indica superávit. Por outro lado, sob a ótica “abaixo da linha”, o saldo negativo indica superávit, ao passo que o saldo positivo indica déficit.

Nesse contexto de endividamento público, evidenciam-se as limitações e os mecanismos legais estabelecidos para cumprimento da Regra de Ouro, isto é,

a realização de operações de créditos que excedam o montante das despesas de capital, ressalvadas as autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais com finalidade precisa, aprovados pelo Poder Legislativo por maioria absoluta (Scaff; Athias, 2016, p. 10).

Silva, Carvalho e Medeiros (2009, p. 132) acrescentam:

No que diz respeito à coordenação das políticas monetária e fiscal, a determinação da necessidade de financiamento do governo baseia-se nas projeções econômicas, dentre elas a taxa de juros, as expectativas de resultado primário e de inflação, propostas no orçamento e aprovadas pelo Congresso Nacional. Dessa forma, a gestão da dívida pública é baseada nas diretrizes de políticas fiscal e monetária.

Diante do exposto, compreende-se o endividamento público como uma das ferramentas utilizadas pelo governo para proporcionar o financiamento de projetos e obras públicas que possibilitem o atendimento da função estabilizadora da economia. Por outro lado, a dívida pública também sofrerá variações conforme a eficiência do processo orçamentário do Estado, com a ocorrência de déficits orçamentários nas esferas do governo federal, estadual e municipal, bem como de empresas estatais e agências descentralizadas. Nessa conjuntura, a gestão do endividamento no médio e longo prazo deverá ser realizada, de modo a evitar altos índices de endividamento sem que este seja o fomentador de desenvolvimento econômico.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O desenvolvimento deste artigo tem como objetivo estudar a dívida pública mobiliária federal interna e a execução dos investimentos orçamentários para o período de 2017 a 2021, sob a análise das finanças públicas. A pesquisa utiliza-se do método dedutivo, o qual parte de princípios reconhecidos como gerais e verídicos para permitir a conclusão de fenômenos particulares (Gil, 2019). Nesse contexto, por meio da aplicação da referida metodologia, parte-se da regra geral em que o Estado deve contabilizar as receitas e despesas no processo orçamentário, seguindo a premissa de que o endividamento público poderá ser gerado para o financiamento de projetos ou correção de déficits orçamentários.

A pesquisa é do tipo bibliográfica, de modo que o levantamento de informações se estabelece por meio de referências teóricas e fontes bibliográficas em livros, artigos e periódicos que fundamentem o tema abordado (Lozada; Nunes, 2019). Assim, com a compreensão e conceituação do processo orçamentário do Estado, busca-se evidenciar pelos dados disponibilizados no site do Tesouro Nacional e Banco Central do Brasil quais fatores impactam de modo mais significativo a emissão de dívida pública, bem como a gestão orçamentária do país.

Com relação à abordagem, a pesquisa é amparada pelo método qualitativo, de modo a considerar, para análise e interpretação dos dados, as informações de endividamento e orçamento público divulgadas nos meios oficiais de consulta. Na concepção de Marconi e Lakatos (2022, p. 302), “a abordagem qualitativa, em geral, engloba dois momentos distintos: a pesquisa, ou coleta de dados, e a análise e interpretação, quando se procura desvendar o significado dos dados”.

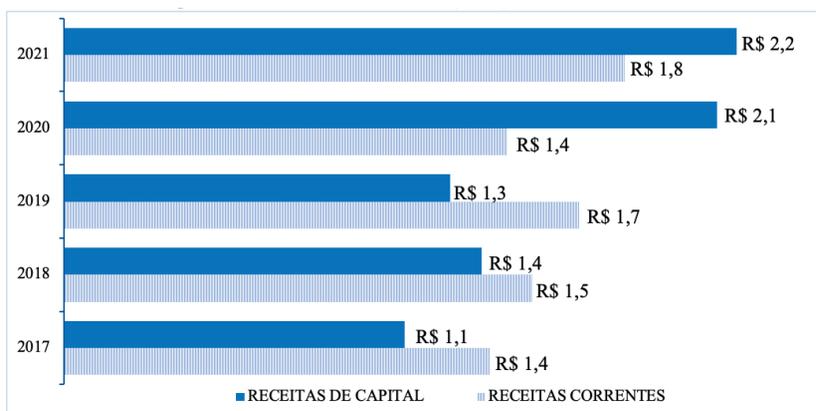
Dessa forma, compreende-se que a formulação desta pesquisa é explicativa, pois, conforme define Matias-Pereira (2016), o estudo explicativo tem por objetivos examinar o real motivo dos fenômenos, de modo a levantar os fatores que validam ou cooperam com a ocorrência de eventos, e aprofundar o conhecimento da realidade. No decorrer da pesquisa, é utilizada para o aprofundamento metodológico a comparação dos dados documentais levantados.

ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

O orçamento público, conforme discutido anteriormente, estabelece a fixação de planos e projeta o volume de recebimentos necessários para o financiamento dos projetos públicos que estejam associados à manutenção da estabilidade econômica. De acordo com Silva, Carvalho e Medeiros (2009), a gestão dos recursos públicos, interligada com a análise na administração da dívida pública federal, garante a transparência e a segurança para o endividamento.

Nessa perspectiva, o gráfico 1 apresenta a evolução das receitas públicas nos anos de 2017 a 2021, de modo a analisar a execução da receita por categoria econômica, sendo receitas de capital e receitas correntes.

Gráfico 1 – Receitas públicas nos anos de 2017 a 2021 (R\$ tri)⁵



Fonte: Adaptado do Portal da Transparência (2022a)

Verifica-se no gráfico 1 que a arrecadação por meio de receitas correntes possui predominância até o ano de 2019. Estas representaram 56,55% diante dos 42,38% arrecadados por meio de receitas de capital e outras receitas obtidas, enquadradas no regime de receitas intraorçamentárias⁶, de 1,07%. No ano de 2020, com o

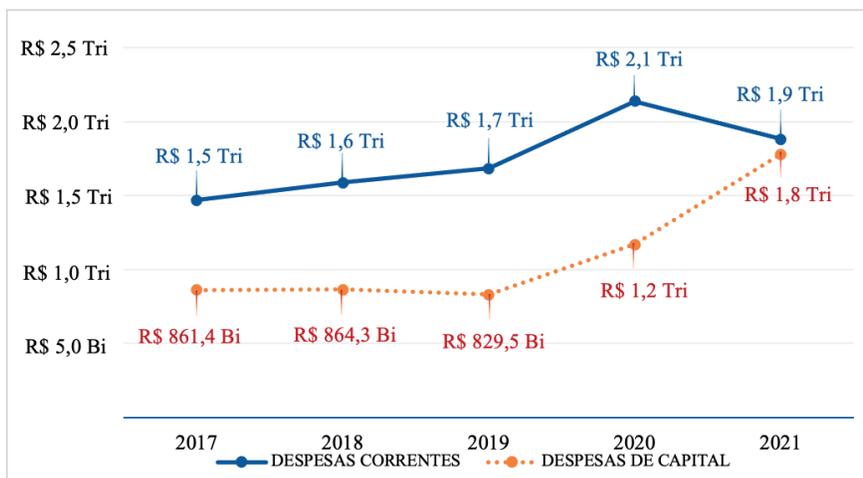
⁵ As receitas intraorçamentárias correspondem a 1,07% (em média) e, por esse motivo, não são apresentadas no gráfico.

⁶ As contabilizações intraorçamentárias são definidas pelo Manual Técnico do Orçamento (Brasil, 2022b) como execuções entre órgãos do mesmo ente federativo. Dessa forma, não caracterizam novos aportes de recursos nas contas públicas, sendo apenas a reorganização de valores entre seus órgãos.

advento da pandemia, observa-se que a categoria de arrecadação teve seu foco alterado, e as receitas de capital passaram a ser a principal fonte de recursos, refletindo 59,10% e 54,18% das contribuições recebidas nos anos de 2020 e 2021, respectivamente.

Nesse sentido, evidencia-se que os recursos provenientes das receitas de capital aumentaram em 69,28% no ano de 2020, quando comparados ao do ano anterior, passando para uma arrecadação de R\$ 2,1 trilhões. Isso se deve à maior necessidade de financiamento por meio das operações de crédito para a promoção da função estabilizadora da economia, em consequência da pandemia disseminada mundialmente. Conforme exposto no Portal da Transparência (2022c), 45,96% das receitas totais do ano de 2020 originaram de operações de crédito, porcentagem que se traduz no montante de R\$ 1,6 trilhão; já em 2021, o comprometimento com operações de crédito consumiu 90% do realizado nas receitas de capital, financiando R\$ 1,9 trilhão por esse fim, o que representa 48,85% das receitas totais do ano analisado.

Gráfico 2 – Gasto público no período de 2017 a 2021



Fonte: Adaptado do Portal da Transparência (2022b)

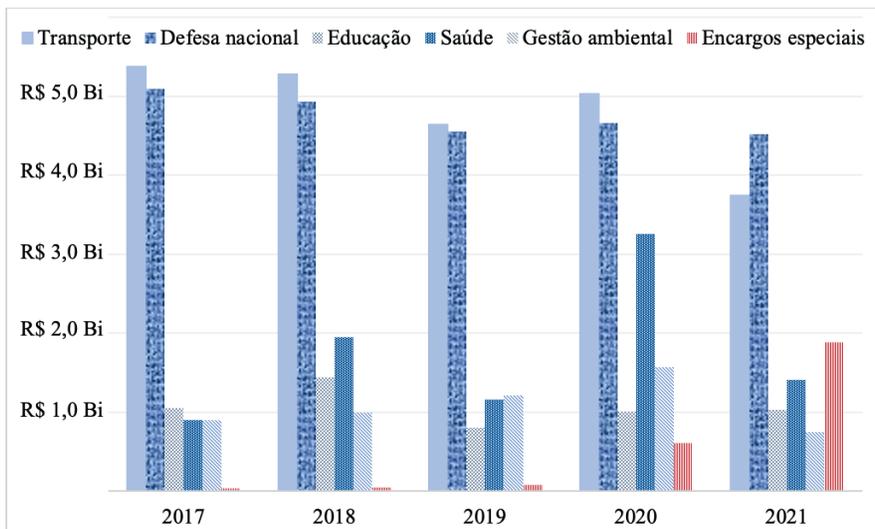
As despesas públicas sofreram impacto semelhante ao analisado no âmbito das receitas, uma vez que houve a necessidade de atuar de forma emergencial para conter os efeitos da pandemia na economia. A política fiscal adotada contemplou a ampliação do atendimento

público de saúde, o amparo à manutenção dos empregos e a criação de meios de distribuição de renda para a parcela da população que se tornou ainda mais vulnerável nesse cenário (Brasil, 2020b).

Essa realidade pode ser visualizada no gráfico 2, que retrata a evolução do gasto público no período de 2017 a 2021, sob a ótica dos valores realizados por categoria econômica, de modo a observar despesas lineares entre os 3 primeiros anos da análise (2017-2019), em que os pagamentos totais no ano de 2019 se limitaram a R\$ 2,5 trilhões. Após o ano de 2020, ocorreu uma ruptura desse ciclo, e as despesas totais aumentaram em 31,54%, passando para R\$ 3,3 trilhões. É possível notar o crescimento acentuado das despesas de capital após o ano de 2020, impactadas pelos gastos extraordinários com a saúde e a contenção das consequências econômicas, conforme demonstra o gráfico 2. No ano de 2021, os gastos públicos realizados totalizaram R\$ 3,7 trilhões, dos quais – observando dados disponíveis no Portal da Transparência (2022b) – R\$ 1,8 trilhão (48,62%) se referiam a despesas de capital; a conta de maior influência nesse indicador é a de refinanciamento da dívida interna, que representa R\$ 1,4 trilhão, enquanto a mesma conta no ano de 2019 contabilizava R\$ 462 bilhões; portanto, houve um aumento de 202,69%. No que se refere às despesas correntes, a média de gastos nessa categoria econômica, de 2017 a 2019, atingiu cerca de R\$ 1,6 trilhão, evoluindo para uma média de R\$ 2 trilhões nos anos de 2020 e 2021.

No que diz respeito aos investimentos realizados, o processo orçamentário determina anualmente a fixação de metas de acordo com seu planejamento anual, observando a finalidade dos investimentos pertinentes em cada setor econômico e social, de modo a manter o equilíbrio sustentável do país. Com base nisso, o gráfico 3 evidencia quais foram os maiores investimentos realizados, de acordo com a função e área de atuação, no decorrer do período analisado por esta pesquisa (2017 a 2021). A análise do gráfico 3 demonstra que, ao longo desses anos, o país realizou investimentos em seis áreas de atuação: transporte, defesa nacional, educação, saúde, gestão ambiental e encargos especiais.

Gráfico 3 – Investimentos realizados no período de 2017 a 2021



Fonte: Adaptado do Portal da Transparência (2022b)

Acerca dos aportes realizados para o setor de transporte, há predominância nos investimentos de 2017 a 2020, com uma média de R\$ 5.079,35 bilhões, valor que abrange os setores da aviação civil e dos transportes terrestres e aquaviários. A segunda área com maior investimento realizado é a defesa nacional, na qual o total investido no decorrer do período analisado foi de R\$ 19.234,93 bilhões, sendo o ano de 2017 o de maior investimento, com aportes nos fundos da Marinha, do Exército, da Aeronáutica e da indústria de material bélico.

Na área da saúde, o valor investido no ano de 2020 foi 179,86% maior quando comparado ao ano anterior, sendo verificada uma elevação de R\$ 2.088,08 bilhões. Isso se deve aos efeitos causados pela covid-19 e às medidas emergenciais de contenção. No decorrer desse ano, o Ministério da Saúde realizou a aplicação de recursos nos programas governamentais destinados à atenção primária e especializada da saúde e no desenvolvimento científico, tecnológico e produtivo em saúde.

O montante total gasto nas áreas de educação e gestão ambiental foi semelhante, com R\$ 5.323,91 bilhões e R\$ 5.409,51 bilhões, respectivamente; ao observar, no entanto, os investimentos anuais realizados, verificam-se diferentes aportes: os investimentos na área de gestão ambiental destinaram-se em maior número para a

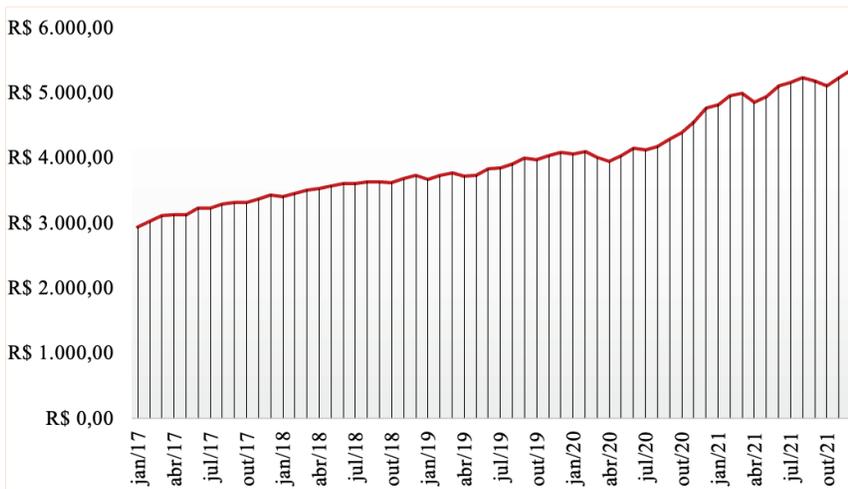
questão hídrica, e o valor investido cresceu de 2017 até o ano de 2020, no qual atingiu o seu maior aporte, no valor de R\$ 1.562,23 bilhões, porém, já no ano seguinte, obteve queda de 52,25%. O montante investido no setor educacional apresentou decréscimo de 44,82% no ano de 2019, seguido de uma recuperação em 2020; nesse âmbito, a aplicação de recursos destinou-se aos institutos e às universidades federais.

Outro fator relevante a ser analisado é a evolução dos encargos especiais. Ao observar os dois primeiros anos deste estudo (2017 e 2018), essa conta pública recebia uma média de R\$ 38,9 milhões de investimentos anuais, porém, a partir de 2019, tal aporte começou a evoluir de maneira significativa, quando observado o investimento feito nos anos de 2017 (31,5 milhões) e de 2021 (R\$ 1,9 bilhão). Esse aumento é resultante da necessidade de financiamento ao Estado e suporte para mitigação dos impactos gerados pela ascensão do estado de calamidade da covid-19. Na concepção de Silva, Carvalho e Medeiros (2009, p. 235), consideram-se encargos especiais “despesas que não se associam diretamente a um bem ou serviço a ser gerado, como, por exemplo, dívidas e ressarcimentos”. Dessa forma, os aportes efetivados no período de 2020 e 2021 destinaram-se especialmente ao pagamento e refinanciamento de contratos da dívida pública. O crescimento na necessidade de investimentos para a categoria também evidenciou aumento no nível de despesas, conforme abordado anteriormente.

Assim, após a análise do gráfico 3, verifica-se que o crescimento nos aportes executados nas categorias econômicas de saúde e encargos especiais só ocorreu em consequência da necessidade de contenção de impactos gerados pela pandemia da covid-19, não evidenciando investimentos que objetivassem o longo prazo. No que se refere aos demais setores econômicos observados no gráfico 3, estes sofreram efeitos contrários ao observado anteriormente, reduzindo os aportes realizados, em comparação ao período de início desta pesquisa.

Ao redirecionar a análise para a questão da dívida pública mobiliária federal, convém destacar que, conforme o gráfico 4, o montante de títulos públicos federais emitidos internamente se manteve em crescimento constante e sem oscilações súbitas no período de janeiro de 2017 até fevereiro de 2020.

Gráfico 4 – Dívida pública mobiliária federal – 2017 a 2021 (R\$ bilhões)



Fonte: Adaptado de Tesouro Nacional Transparente (2022b)

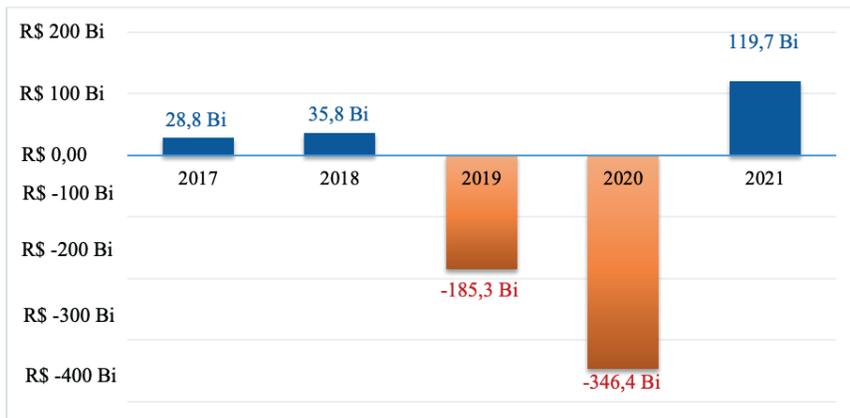
Durante esse período, o país passava por uma lenta recuperação econômica e retomada ao investimento. A média de emissão de títulos nesse íterim foi de R\$ 3,5 bilhões, sendo a maior quantidade efetuada em fevereiro de 2020, no montante de R\$ 4,1 bilhões. Nos meses de março e abril de 2020, no entanto, nota-se uma redução na emissão de títulos, seguida de um crescimento alavancado no endividamento interno, de modo que o crescimento da dívida interna no ano de 2020, comparado ao do ano anterior, foi de 9,26%. Quando analisado o período de 2021 em comparação a 2020, é possível perceber que o crescimento da DPMFi resultou em 20,46%. No mês de dezembro de 2021, foram emitidos R\$ 5,3 bilhões de títulos internos.

Consoante o gráfico 4, pode-se analisar que o constante crescimento no endividamento público, após a ascensão do estado de calamidade da covid-19, decorreu em virtude das emissões líquidas de DPMFi, visto que se minimizaram os efeitos extraordinários da pandemia no cenário econômico, de modo a auxiliar na cobertura das despesas primárias (Brasil, 2020b).

Diante do cenário apresentado, permite-se observar o gráfico 5 e realizar a análise da suficiência da Regra de Ouro, isto é, o crescimento das despesas de capital, em comparação ao valor emitido em operações de crédito. Em razão da necessidade de financiamento do governo federal, houve a preocupação com a manutenção da

estabilidade econômica e financeira no período observado por esta pesquisa.

Gráfico 5 – Painel da Regra de Ouro no período de 2017 a 2021



Fonte: Adaptado de Tesouro Nacional Transparente (2022a)

A sequência apresentada no gráfico 5 evidencia que, desde o ano de 2017, existe atenção quanto ao descumprimento da Regra de Ouro no Brasil. Esse cenário reflete o aumento nas despesas públicas, não associado ao mesmo nível de crescimento nas arrecadações, entretanto o não atendimento a essa regra fiscal é verificado apenas após o ano de 2019, com uma oscilação de -517,60% em relação ao ano anterior. Conforme Brasil (2020a), o desajuste da regra está “diretamente relacionado aos déficits primários, combinados com a redução de despesas com investimentos e inversões financeiras (tipos de despesas de capital)”.

O ano subsequente evidencia, da mesma forma, o descumprimento da regra, resultando em um desequilíbrio de R\$ 346 bilhões, visto que as operações de crédito consideradas superaram as despesas de capital. Isso se deve aos desdobramentos da pandemia estabelecida mundialmente, pois no ano de 2020 as ações para a contenção da covid-19 provocaram um aumento na necessidade de financiamento do governo federal, bem como a expansão das despesas públicas; entretanto, em decorrência do estado de calamidade pública, adotou-se a Emenda Constitucional 106/2020, que suspendeu a vigência da Regra de Ouro nesse exercício (Brasil,

2020b). No decorrer do ano de 2021 ocorreu a estabilização dessa regra fiscal, proporcionada pelo crescimento das arrecadações. Nesse mesmo ano houve a integração de superávits de fundos financeiros destinados à reserva de liquidez (com a finalidade de auxiliar no gerenciamento da dívida) no valor de R\$ 140 bilhões (Máximo, 2022).

Após a análise e compreensão dos dados, é evidenciado que, no decorrer do período determinado por esta pesquisa, houve a necessidade de financiamento do setor público por meio da emissão de DPMFi. Além disso, o endividamento governamental em dezembro de 2021 foi 82,03% maior do que o realizado em janeiro de 2017. Nesse mesmo sentido, ao analisar as contas governamentais, verifica-se que o aumento das despesas também proporcionou um cenário econômico e financeiro delicado para o cumprimento das determinações estabelecidas na LRF e Lei do Orçamento, especialmente nos anos de 2020 e 2021, pela disseminação do estado de calamidade da covid-19.

Diante desse cenário, os investimentos efetivados nas áreas de transporte, defesa nacional e educação mantiveram-se constantes, e a área da saúde obteve maior nível de aportes em razão do investimento na realização de pesquisa e desenvolvimento científico. Apesar do aumento considerável do endividamento público, no entanto, verifica-se que este não auxiliou no desenvolvimento e crescimento da economia no período de 2017 a 2021, uma vez que foi influenciado pela necessidade de financiamento para estabilização da economia após o ano de 2020 especificamente, de modo a não objetivar o desenvolvimento de projetos a longo prazo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A relevância deste estudo, que dissertou sobre a evolução da dívida pública mobiliária federal interna e os investimentos orçamentários executados, explica-se pelo processo orçamentário, com a estipulação dos limites de gastos e a expectativa de receitas para o próximo período, de forma a manter a estabilidade econômica do país. Isso posto, considera-se que o governo dispõe da possibilidade de endividar-se para promover projetos que garantam o desenvolvimento a longo prazo do Estado, uma vez que este é

compreendido como antecipador de receitas. Assim, tem-se o anseio de que essa dívida seja emitida apenas para os contextos que gerem investimentos e promoção do desenvolvimento do Estado, com o avanço dos setores econômicos.

Em contraposição a tal anseio, entretanto, o estudo da evolução da dívida e da execução dos investimentos no período de 2017 a 2021 concluiu que, ao observar as finanças públicas, mesmo com o significativo aumento das despesas totais do governo, bem como com a alavancagem da dívida pública, principalmente nos anos de 2020 e 2021, os investimentos se destinaram a promover exclusivamente a função estabilizadora do Estado diante do cenário de calamidade pública disseminado pela covid-19.

Assim, confirma-se a hipótese inicial desta pesquisa: diante do endividamento público brasileiro, considera-se que o nível de investimentos realizados não evoluiu de maneira suficiente para promover o desenvolvimento a longo prazo dos setores econômicos como saúde, educação, transportes, entre outros, visto que estes permanecem deficitários. Essa afirmação é demonstrada na constância de investimentos feitos nos setores econômicos abordados, os quais receberam maior aporte público, quando considerado o período de 2017 até 2021, de modo a verificar um aumento exclusivo na área de saúde, por fatores não previstos no orçamento. Nesse sentido, o nível de investimentos executados no período da análise não se mostrou proporcional ao aumento do endividamento público, bem como os gastos públicos.

Da mesma forma, observa-se que no período abordado ocorreu déficit orçamentário, com maior índice de gastos diante da arrecadação de receitas, de modo que proporcionou o desequilíbrio da Regra de Ouro após o ano de 2019, com a variação de -517,60%, quando comparado ao ano de 2018. No ano seguinte, 2020, o subsequente descumprimento dessa regra fiscal, em consequência dos impactos da pandemia, trouxe novamente a necessidade de financiamento do setor público para a estabilização do contexto econômico. Nesse ano, os investimentos foram prioritários na área da saúde, de modo a comprovar a segunda hipótese desta pesquisa, que se refere à inferência do não cumprimento da Regra de Ouro, contribuindo conseqüentemente com a ausência de investimentos adequados para o desenvolvimento econômico.

Mostrou-se, conclusivamente, que a dívida pública federal interna no período observado foi utilizada como fonte de financiamento governamental para consolidação da sua função estabilizadora, em virtude do desequilíbrio fiscal e orçamentário, visto que esta teve um crescimento de 82,03%.

Quando se observam as ações realizadas no âmbito das despesas públicas, evidencia-se que, após o ano de 2020, as contas governamentais sofreram os impactos da covid-19, com um aumento de 31,54% nas despesas totais do governo, sendo as medidas de enfrentamento da pandemia, as políticas de contenção dos impactos econômicos e o refinanciamento da dívida pública os maiores responsáveis por tal cenário. Nesse sentido, especificamente, os investimentos, caracterizados como despesas de capital, se mostraram lineares no decorrer do período e foram aportados para os mesmos setores e finalidades econômicas. Mesmo com o maior nível de despesas totais, no entanto, essa parcela de aportes não se concentrou no desenvolvimento de novos projetos ou na ampliação dos já existentes; verifica-se, de novo, que a exceção ocorre para a área da saúde, que obteve recursos para o desenvolvimento tecnológico e científico no ano de 2020, exclusivamente.

Como o período do objeto de pesquisa, de 2017 a 2021, envolveu o estado de calamidade pública, atípico ao cenário econômico, e provocou impactos de escala mundial, compreende-se que o estudo não deverá ser finalizado com este artigo, de modo que poderá ser continuado, com a possibilidade de analisar as medidas políticas e econômicas a serem adotadas para a contenção do avanço desse endividamento e para a estabilização do processo orçamentário.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L4320.htm. Acesso em: 2 jun. 2022.

BRASIL. **Contas do Presidente da República - 2020**. Regra de Ouro. 2020a. Disponível em: <https://sites.tcu.gov.br/contas-do-governo/08-regra-de-ouro.html>. Acesso em: 29 mar. 2022.

BRASIL. **Legislação Orçamentária**. 2022a. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/orcamento/legislacao-orcamentaria>. Acesso em: 2 jun. 2022.

BRASIL. **Manual Técnico do Orçamento – MOT**. 2022b. Disponível em: <https://www1.siof.planejamento.gov.br/mto/doku.php/mto:cap3>. Acesso em: 24 out. 2022.

BRASIL. Ministério da Economia. Secretaria Especial de Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional. **Dívida Pública Federal: relatório anual 2020**. 18. ed. Brasília, DF: Secretaria do Tesouro Nacional, jan. 2020b. Disponível em: https://sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2501:9::::9:P9_ID_PUBLICACAO:37047. Acesso em: 5 set. 2022.

BRASIL. **O que é a dívida pública federal?** 2020c. Disponível em: <https://www.gov.br/tesouronacional/pt-br/divida-publica-federal/sobre-a-divida-publica/o-que-e-a-divida-publica-federal>. Acesso em: 29 maio 2022.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil (de 18 de setembro de 1946)**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao46.htm#art5xvb. Acesso em: 2 jun. 2022.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei complementar n.º 101, de 4 de maio de 2000**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LCP/Lcp101.htm. Acesso em: 2 jun. 2022.

DANTAS, Bruno. **Parecer prévio e síntese do relatório sobre as contas do Presidente da República**. Tribunal de Contas da União, 2019. Disponível em: <https://sites.tcu.gov.br/contas-do-governo-2019/conjuntura-economica-divida.htm>. Acesso em: 29 mar. 2022.

GADELHA, Sérgio Ricardo de Brito. **A dívida pública e o financiamento orçamentário**. Brasília: Enap, 2017. Disponível em: <https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/3169/1/Modulo%203%20-%20A%20Dívida%20Pública%20e%20o%20Financiamento%20Orçamentario.pdf>. Acesso em: 22 abr. 2022.

GARSELAZ, Paulo. **Dívida pública: uma abordagem teórica, um relato histórico e o caso do Rio Grande do Sul**. Dissertação (Mestrado em Administração) – Escola de Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2000. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/3820/000344102.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 21 abr. 2022.

GIAMBIAGI, Fabio; ALÉM, Ana Cláudia. **Finanças públicas: teoria e prática no Brasil**. 5. ed. [S. l.]: Atlas, 2015. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595154773/>. Acesso em: 9 maio 2022.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597020991/>. Acesso em: 26 jun. 2022.

GOBETTI, Sérgio Wulff; SCHETTINI, Bernardo Patta. **Dívida líquida e dívida bruta**: uma abordagem integrada para analisar a trajetória e o custo do endividamento brasileiro. Brasília: Ipea, 2010. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/1367/1/TD_1514.pdf. Acesso em: 29 maio 2022.

GOMES, Jéssica Ramos; BEZERRA FILHO, João Eudes; NASCIMENTO, João Carlos Hipólito Bernardes do. Finanças públicas: um estudo sobre a rigidez orçamentária das despesas públicas nos estados do Brasil. **RBC – Revista Brasileira de Contabilidade**, ano XLIX, n. 243, p. 77-91, maio/jun. 2020. Disponível em: <https://www.crcpe.org.br/diretorio/uploads/downloads/2020/artigo-rbc-financas-publicas-julho.pdf>. Acesso em: 29 mar. 2022.

LOZADA, Gisele; NUNES, Karina da S. **Metodologia científica**. Porto Alegre: Grupo A, 2019. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595029576/>. Acesso em: 28 jun. 2022.

MARCONI, Marina de A.; LAKATOS, Eva M. **Metodologia científica**. 8. ed. Barueri: Grupo GEN, 2022. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559770670/>. Acesso em: 29 jun. 2022.

MATIAS-PEREIRA, José. **Manual de metodologia da pesquisa científica**. São Paulo: Grupo GEN, 2016. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597008821/>. Acesso em: 13 jul. 2022.

MÁXIMO, Welton. Governo encerra 2021 com folga de R\$ 119,7 bilhões na Regra de Ouro. **Agência Brasil**, 2022. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2022-01/governo-encerra-2021-com-folga-de-r-1197-bilhoes-na-regra-de-ouro>. Acesso em: 7 set. 2022.

NESI, Nazareno. **Finanças públicas**. 2. ed. Florianópolis: Publicações do IF-SC, 2010. 82 p.

PORTAL DA TRANSPARÊNCIA. Controladoria Geral da União. **Detalhamento da receita pública**. Dados atualizados em: 5 set. 2022a. Disponível em: <https://www.portaltransparencia.gov.br/receitas/consulta?de=2022&ate=2022&ordenarPor=ano&direcao=desc>. Acesso em: 5 set. 2022.

PORTAL DA TRANSPARÊNCIA. Controladoria Geral da União. **Execução da despesa por órgão**. Dados atualizados em: 5 set. 2022b. Disponível em: <https://www.portaltransparencia.gov.br/despesas/orgao?de=01%2F01%2F2021&ate=31%2F12%2F2021&ordenarPor=orgaoSuperior&direcao=asc>. Acesso em: 5 set. 2022.

PORTAL DA TRANSPARÊNCIA. Controladoria Geral da União. **Receitas públicas**. Dados atualizados em: 28 jul. 2022c. Disponível em: <https://www.portaltransparencia.gov.br/receitas?ano=2020>. Acesso em 28 jul. 2022.

SANSON, João Rogério. **Teoria das finanças públicas**. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração da UFSC; Brasília: Capes, 2011. Disponível em: <https://canal.cecierj.edu.br/012016/26e7a9a3a81a302edcb2696f5d8e3a44.pdf>. Acesso em: 30 jul. 2022.

SCAFF, Fernando Facury; ATHIAS, Daniel Tobias. Dívida pública e desenvolvimento: do equilíbrio orçamentário à sustentabilidade financeira. **Revista Científica FAGOC Jurídica**, v. 1, 2016. Disponível em: <https://revista.unifagoc.edu.br/index.php/juridico/article/view/47/140>. Acesso em: 9 maio 2022.

SILVA, Anderson Caputo; CARVALHO, Lena Oliveira de; MEDEIROS, Otávio Ladeira de (org.). **Dívida pública: a experiência brasileira**. 1. ed. Brasília: Secretaria do Tesouro Nacional - Banco Mundial, 2009. Disponível em: <https://documents1.worldbank.org/curated/en/559041469672194693/pdf/700810ESWOP11600eletronico0completo.pdf>. Acesso em: 22 abr. 2022.

TERNOSKI, Débora Maria; RIBEIRO, Flávio; CLEMENTE, Ademir. A influência da aplicação de recursos públicos nas áreas de educação e saúde com os índices sociais nos municípios paranaenses. **Revista Capital Científico**, v. 15, n. 1, 2017.

TESOURO NACIONAL TRANSPARENTE. **Painel da Regra de Ouro**. Dados atualizados em: 5 set. 2022a. Disponível em: <https://www.tesourotransparente.gov.br/visualizacao/painel-da-regra-de-ouro>. Acesso em: 5 set. 2022.

TESOURO NACIONAL TRANSPARENTE. Séries Temporais do Tesouro Nacional. **Dívida pública federal - estoque**. Dados atualizados em: 28 jul. 2022b. Disponível em: <https://www.tesourotransparente.gov.br/visualizacao/series-temporais-do-tesouro-nacional>. Acesso em: 28 jul. 2022.

A autonomia e independência do Banco Central do Brasil sob a ótica da teoria das expectativas racionais

Ester Bazzanella¹
Jani Floriano²

Resumo: Diversas economias no mundo já concedem liberdade política ou de instrumentos para suas respectivas autoridades monetárias. A ligação com o governo tornou-se indesejável à medida que as incertezas afetavam os êxitos da instituição. A temática é ainda mais relevante no Brasil, onde existem dificuldades em manter os preços estáveis, ao mesmo tempo em que as incertezas políticas são constantes. Dessa forma, o objetivo deste artigo é analisar a perspectiva das expectativas racionais em relação à autonomia e independência do Banco Central do Brasil. As expectativas negativas relacionadas à imprevisibilidade do Banco Central criam um cenário não propício para a eficiência das políticas monetárias de combate à inflação. Para atingir o objetivo, utilizou-se do método dedutivo, com abordagem qualitativa e pesquisa bibliográfica baseada em artigos, livros e sites, com o fim de encontrar informações referentes à teoria das expectativas racionais e aos modelos de independência e autonomia do Banco Central. Como resultado, foi esclarecido que a dependência do Banco Central ao governo prejudica o êxito das políticas monetárias, já que gera expectativas negativas nos agentes econômicos.

Palavras-chave: Banco Central; expectativas racionais; autonomia.

¹ Estudante do curso de Ciências Econômicas da Universidade da Região de Joinville (Univille).

² Doutora em Psicologia da Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), mestra em Economia pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), graduada em Economia e Direito pela Univille. Professora no curso de Ciências Econômicas da Univille. Contato: jani.floriano@univille.br.

INTRODUÇÃO

O objeto deste estudo é analisar a autonomia e independência do Banco Central do Brasil (Bacen ou BCB) sob a ótica das expectativas racionais. Segundo Borges (2016), tem-se como autônomo o Banco Central, que dispõe da liberdade de tomar decisões para alcançar suas metas; já a independência se refere ao poder de definir suas metas e seus objetivos em si. Hodiernamente, é perceptível uma tendência a questionar essa dependência ao governo federal no Brasil. A Lei Complementar (LC) n.º 179/2021 “define os objetivos do Banco Central do Brasil e dispõe sobre sua autonomia e sobre a nomeação e a exoneração de seu Presidente e de seus Diretores; e altera artigo da Lei n.º 4.595, de 31 de dezembro de 1964” (Brasil, 2021).

Como mencionado, entende-se que um Banco Central independente é aquele que tem o poder de definir suas próprias metas, dessa forma tem liberdade política, além da possibilidade de controlar e regular a inflação por meio de ferramentas monetárias. Concomitantemente, Borges (2016) explica que a autonomia de um Banco Central vem da sua capacidade de escolher os meios pelos quais alcançará a estabilidade de preços, centralizando conhecimentos técnicos para tal. No Brasil, por exemplo, o Comitê de Política Monetária (Copom) ainda define as metas de inflação, apesar de possuir autonomia para administrar seus instrumentos econômicos.

Deve-se destacar que o Bacen tem em sua atuação o objetivo primordial de, por meio das políticas monetárias, preservar o poder de compra da moeda, moderando a inflação com o auxílio de metas determinadas. Essa manutenção é realizada, principalmente, pelo controle da taxa de juros e pelas condições de liquidez. Nessa perspectiva, a meta de inflação estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) para 2022 foi de 3,5%, sendo a projeção realizada pelo Copom de 7,1% para esse mesmo ano. Por conseguinte, sabe-se que a meta de inflação, considerando o período entre 1999 e 2021, ficou acima do limite de tolerância nos seguintes anos: 2001, 2002, 2003, 2015 e 2017 (Bacen, 2022). Nesse cenário, a responsabilidade com a execução das políticas monetárias torna-se ainda maior.

Segundo o Bacen (2016), além dessa função primordial, o Banco Central deve prezar pela eficiência e capacidade de arcar com os

compromissos do sistema financeiro, promover o pleno emprego, suavizar as flutuações na atividade econômica e gerenciar o dinheiro em circulação. Ainda no que se refere às funções do Banco Central, pode-se citar seu caráter de banco dos bancos. “Nessa função, o BCB recebe os depósitos (reservas) dos bancos, é prestamista de última instância, regula, monitora e fornece sistemas de transferência de fundos e de liquidações de obrigações” (Bacen, 2016, p. 11).

Também nesse sentido, de acordo com Brasil (2020), até o momento 27 países já adotaram um regime de independência para suas respectivas autoridades monetárias, entre os quais se encontram vários da América do Sul, como o Peru, o Chile e a Colômbia, uma vez que se considera benéfica a autonomia para nações emergentes, ainda que países desenvolvidos como os Estados Unidos, o Japão e o Reino Unido também tenham acolhido essa medida.

Assim sendo, percebe-se uma tendência cada vez maior por parte dos governos de conceder mais autonomia às suas respectivas autoridades monetárias. As expectativas racionais são uma das principais bases para a proposta, dado que denotam a importância da credibilidade das instituições econômicas para a eficiência das políticas monetárias delas.

Do exposto, formula-se como questão de pesquisa: qual a perspectiva da autonomia e independência do Banco Central do Brasil sob a ótica da teoria das expectativas racionais? Nesse sentido, tem-se como hipótese que a perspectiva dessa teoria esclareça a autonomia e independência do Banco Central, tendo em vista que as consequências negativas das expectativas dos agentes econômicos em relação à falta de credibilidade da instituição podem gerar mais instabilidade na economia. Para tanto, objetiva-se estudar as autoridades independentes e autônomas pelo mundo e identificar políticas específicas com enfoque no Brasil. Com isso, ao final deste trabalho, espera-se qualificar as medidas tomadas pelos bancos centrais de acordo com o ponto de vista da teoria das expectativas racionais de Muth.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Para a elaboração desta pesquisa foi abordada inicialmente a teoria das expectativas adaptativas e racionais e, por conseguinte, a origem e função do Banco Central. Por último, foram estudadas as definições de autonomia e independência do Banco Central.

Ao considerar que a economia é uma ciência social e, por isso, se movimenta conforme a sociedade e as pessoas agem e interagem entre si, há de se pensar que a teoria econômica clássica não consegue mais explicar determinados fenômenos econômicos, o que criou um cenário propício para modelos que incorporassem novas variáveis.

De acordo com Cezimbra (2003), no que se refere à macroeconomia, o estudo da concessão de expectativas por parte dos indivíduos foi um dos principais temas da área durante o século XX. Dessa forma, as expectativas adaptativas, assim como outros modelos desenvolvidos no mesmo período, buscaram incorporar o comportamento dos agentes. É nesse entendimento que

o modelo de expectativas adaptativas foi desenvolvido por Nerlove (1954) e estava sendo aplicado por Friedman (1957) na formulação da teoria da renda permanente. O modelo se baseava no conceito de elasticidade das expectativas proposto por Hicks (1932) e é uma forma de modelar o processo de formação de expectativas endogenamente (Bonini; Toniai; Grudtner, 2022, p. 3).

Considerando esse contexto, Branco, Carvalho e Rego (2006) explicam que a hipótese das expectativas adaptativas estabelece que o valor esperado no próximo período será igual ao valor esperado para este período e, por conseguinte, um coeficiente de correção é adicionado ao modelo para compensar o erro cometido na previsão anterior. Além disso, os autores também ressaltam que a crítica principal no tocante às expectativas adaptativas é o fato de ela assumir que os agentes econômicos continuam a formular as expectativas sem se ajustar aos erros passados, continuando a utilizar variáveis obsoletas como base.

As expectativas adaptativas eram utilizadas nos modelos econômicos, especialmente na econometria, antes do surgimento da revolução das expectativas racionais. Moraes (1992, *apud* Cezimbra, 2003, p. 97) detalhou como a teoria das expectativas adaptativas era utilizada para explicar os fenômenos econômicos:

Originalmente usada por Fisher (1930) para a taxa de juros, a regra adaptativa equivale a considerar que o valor esperado da variável em questão é uma média ponderada de seus valores passados com pesos decrescentes a partir do período mais próximo.

Isso significa que a expectativa da taxa de juros para o futuro é função do que ocorreu no passado. Apesar da importância da teoria das expectativas adaptativas, ela não foi suficiente para solucionar o problema da variável do comportamento humano na teoria econômica.

Segundo Cezimbra (2003), os modelos que precederam as expectativas racionais consideravam exógeno o comportamento dos agentes diante das políticas econômicas. Dessa maneira, enquanto as expectativas adaptativas entendem que os indivíduos usam a informação apenas de forma parcial, as expectativas racionais assumem que os agentes econômicos utilizam toda informação acessível da forma otimizada. Outra importante diferenciação é o uso da informação já contida dentro da série temporal que a compõe, sem acrescentar mais nenhuma informação externa. Nesse cenário, a teoria das expectativas racionais substituiu as expectativas adaptativas como um modelo mais completo para considerar o comportamento dos agentes econômicos.

De acordo com Lopes (1994), John Fraser Muth³ geralmente é visto como o originador da teoria das expectativas adaptativas, entretanto diversos autores o influenciaram, tais como Mills, Working e Tinbergen. Ainda segundo Lopes (1994, p. 3), “a adoção da TER na literatura macroeconômica generalizou-se de forma rápida e extensiva, num processo que ficou (talvez imprecisamente) conhecido como a ‘revolução das Expectativas Racionais’”.

³ Segundo Carvalho (2015), a origem geral do termo expectativas racionais é percebida no artigo “Rational expectations and the price movements”, de John Fraser Muth, publicado em 1961 na revista *Econometrica*.

No que tange ao conteúdo da teoria, Mishkin (1983, p. 2) explica que na hipótese das expectativas racionais “a distribuição subjetiva de probabilidade do mercado de qualquer variável é idêntica à distribuição objetiva de probabilidade daquela variável, condicionada a toda informação previamente disponível”. Nesse mesmo sentido, Muth (1961) determinou três pontos em seu primeiro artigo abordando as expectativas racionais, considerando o acesso à informação, o sistema econômico e a inconsequência de previsões públicas para esse sistema:

A hipótese estabelece três pontos: 1. As informações são escassas, e o sistema econômico geralmente não as desperdiça. 2. O modo pelo qual as expectativas são formadas depende especificamente da estrutura do sistema relevante que descreve a economia. 3. Uma “previsão pública”, no sentido de Grunberg e Modigliani, não terá efeito substancial sobre a operação do sistema econômico (a não ser que seja baseada em informação privilegiada) (Muth, 1961, p. 3).

Ainda de acordo com Mishkin (1983), a hipótese das expectativas racionais tem implicações importantes no que se refere à forma que os modelos macroeconômicos deveriam ser estimados, o que ocasiona sérias dúvidas sobre o critério tradicional para identificação e estimação desse modelo. Isso também corrobora o que Muth (1961, p. 36, tradução livre) afirmou:

[...] eu gostaria de sugerir que expectativas, uma vez que elas são previsões informadas de eventos futuros, são essencialmente as mesmas que previsões da teoria econômica. Ao risco de confundir essa hipótese puramente descritiva com um pronunciamento sobre o que as firmas devem fazer, chamamos tais expectativas de racionais. Às vezes, argumenta-se que a suposição de racionalidade na economia leva a teorias inconsistentes ou inadequadas para explicar fenômenos observados, especialmente mudanças ao longo do tempo. Nossa hipótese é baseada no ponto de vista exato: que modelos econômicos dinâmicos não assumem racionalidade suficiente.

Na concepção de Branco, Carvalho e Rego (2006), existem duas principais críticas à teoria das expectativas racionais. A primeira refere-se ao postulado maximizador, enquanto a segunda é a hipótese de disponibilidade de informação. Os autores também enfatizam que “os agentes econômicos só usarão toda a informação disponível se o benefício marginal esperado da sua aquisição for maior ou igual ao custo marginal esperado” (Branco; Carvalho; Rego, 2006, p. 310).

Para Cezimbra (2003), cada agente possui uma diversidade e um conhecimento único; dessa forma, reage conforme suas referências, que não necessariamente se alinham com a teoria econômica. Além disso, o indivíduo precisaria acreditar que todos os outros agentes econômicos usariam a teoria como base para suas ações de forma cooperativa, assemelhando-se ao equilíbrio de Nash⁴.

Desde o século passado, as expectativas racionais são aplicadas às políticas monetárias, como Lopes (1984, p. 2) pontua: “embora as expectativas sejam racionais, todos os agentes econômicos – inclusive o Banco Central – só obtêm informação sobre os valores das variáveis agregadas para um dado período ao começo do período seguinte”. Essa característica pode mover o ponto de equilíbrio da economia, fator relacionado às autoridades monetárias. Por isso, é relevante entender as suas origens e funções.

Com o crescimento da economia e o desenvolvimento dos governos e da sociedade, surgiu a necessidade de um sistema financeiro mais complexo e seguro, que conseguisse sustentar as mudanças do mundo globalizado. Segundo Carvalho (2015), a origem dos bancos centrais modernos está ligada aos bancos privados que financiavam o Estado e, dessa forma, usufruíam o monopólio de emissão de moeda. O Banco da Inglaterra e o Federal Reserve são exemplos disso, ambos criados em primeiro lugar para alcançar uma maior maleabilidade de crédito. Quando esses bancos obtiveram o caráter de instituições públicas, críticos começaram a sugerir que a excessiva proximidade ao governo comprometeria a moeda, criando um estado inflacionário permanente.

⁴ Segundo Brue e Grant (2016) o equilíbrio de Nash ocorre quando cada parte em uma disputa, agindo de forma independente, já fez uso de todos os movimentos vantajosos de que poderia dispor.

Os bancos centrais, na qualidade de autoridades monetárias, são os reguladores do nível dos estoques monetários. Para compatibilizar, no dia a dia, o nível desses estoques com a desejada liquidez da economia, as autoridades monetárias operam nesse mercado junto a uma rede de intermediários financeiros, através da qual injeta ou retira recursos líquidos (Rossetti, 2016, p. 673).

Borges (2016) menciona o Banco da Inglaterra como o primeiro exemplo de um banco comercial privado com o objetivo de financiar os gastos do governo, posteriormente se tornando o principal banco emissor. Observa-se, portanto, que a necessidade e a importância de uma economia moderna dependem do Banco Central para o equilíbrio dos estoques monetários. É nesse cenário que as intermediações financeiras se estruturam:

Toda e qualquer economia, para sua sobrevivência, necessita possuir uma superestrutura de instrumentos financeiros, coexistindo e interagindo com uma infraestrutura de riqueza real. A intermediação financeira cumpre a importante tarefa de canalizar e transformar os recursos de poupança em investimento [...]. Embora seja difícil estabelecer precisamente a direção de casualidade desse processo, à medida que a renda e a riqueza aumentam, o tamanho e a complexidade da superestrutura financeira tendem também a crescer (Rossetti, 2016, p. 663).

Já no que se refere ao Brasil, segundo Lopes e Rossetti (2005), o primeiro banco comercial foi estabelecido em 1836, enquanto o CMN e o Bacen foram criados apenas em 31 de dezembro de 1964. O Bacen substituiu a Superintendência da Moeda e do Crédito (Sumoc), órgão que cumpria a função de banco dos bancos.

Como Lopes e Rossetti (2005) explicam, desde a época de sua constituição, o dever do CMN é a fixação de diretrizes da política monetária e creditícia, não sendo responsável por funções executivas. Já o Bacen, substituto do Sumoc, foi criado como órgão executivo central do sistema financeiro brasileiro. Conforme Rossetti (2016,

p. 678), “a experiência histórica do Brasil na estruturação do sistema financeiro nacional praticamente reproduziu o que ocorreu em outros países”. Ou seja, o Banco Central de outros países teve como origem os bancos comerciais, e no Brasil não foi diferente. Ainda, de acordo com o mesmo autor, em um primeiro momento os ativos financeiros se resumiam à moeda corrente e a depósitos bancários. Por conseguinte, o desenvolvimento econômico acarretou a diversificação de atividades, e as autoridades monetárias foram estruturadas.

De acordo com Carvalho (2015, p. 14),

o Banco Central possui algumas funções típicas: emissor de papel-moeda e controlador da liquidez da economia, banqueiro dos bancos, regulador do sistema financeiro e depositário de reservas internacionais do país.

No que se refere à análise teórica, o Bacen, por estar ligado ao governo federal, ocasionalmente pode deixar de ser técnico e tomar decisões que favoreçam cenários políticos e não econômicos. Nas palavras de Mendonça (2002, p. 8), “há a propensão da autoridade monetária lançar mão de flutuações inesperadas sobre a economia para alcançar os objetivos pretendidos pelo governo”. É possível, portanto, que existam divergências de interesses entre o governo vigente e as principais funções do Bacen, comprometendo suas políticas.

É perceptível que, na discussão referente à liberdade do Banco Central para com o governo, os termos autonomia e independência predominam. Borges (2016) explica que a autonomia do Banco Central se refere à liberdade no uso dos instrumentos para alcançar os objetivos determinados pelo governo. O Banco Central Europeu, por exemplo, opera com autonomia limitada a objetivos de forma similar ao padrão do Banco Central Alemão (*Deutsche Bundesbank*), que oferece liberdade de ação administrativa, com mandatos longos e fixos. Nesse sentido:

O conceito de Banco Central autônomo pressupõe liberdade para utilizar os instrumentos necessários a fim de alcançar meta inflacionária estabelecida pelo Poder Executivo. O regime de metas de inflação

(*inflation target*), adotado por vários países, inclusive o Brasil, permite que o Executivo estipule a meta de inflação e os limites de tolerância das variações da taxa inflacionária (Pires, 2004, p. 7).

Borges (2016) denota que num Banco Central independente os objetivos são determinados pelos próprios dirigentes responsáveis, enquanto em um banco autônomo o governo determina os objetivos. Dessa forma, a diferença entre autonomia e independência diz respeito ao grau de liberdade do Banco Central. Essa liberdade de autoridade também pode ser classificada em comparação ao mercado e à capacidade de enfrentar as suas perspectivas:

A autonomia do banco central refere-se ao poder deste órgão em determinar algumas regras para sua ação, o que tende a reforçar sua credibilidade perante o mercado, uma vez que não estaria a autoridade monetária atrelada a possíveis visões de curto prazo do Executivo e do Legislativo. Já a expressão independência do banco central é mais abrangente, remetendo à liberdade desta instituição em implementar políticas monetárias sem a necessidade de discussão prévia com nenhuma outra esfera de poder, já que ela não cede às pressões externas (Vargas, 2018, p. 2).

Desde 1980, quando foi exigida mais transparência por parte das autoridades monetárias, ocorriam discussões sobre a independência do Bacen. De acordo com Borges (2016), “ao exercer suas funções, o Banco Central afeta áreas muito sensíveis da administração pública. Um exemplo é que pode comprometer a atuação das autoridades monetárias eleitas democraticamente e onerar as contas públicas”. Tal efeito pode decorrer, por exemplo, da manutenção da taxa de juros, o que interfere na dívida pública.

Existem diversos argumentos favoráveis à independência do Banco Central. Pode-se citar que as inseguranças política e inflacionária são agravadas pela baixa independência do Banco Central, que descredibiliza as políticas monetárias. Com isso, as eficiências políticas que buscam o equilíbrio das finanças públicas e a expansão do emprego são afetadas (Vargas, 2018).

Em contrapartida, os argumentos que desfavorecem a independência do Banco Central, em geral por parte de teorias fora do *mainstream*, tendo em vista o caráter emergente da economia brasileira, “buscam resgatar a interpretação do sistema capitalista como uma economia monetária de produção à la Keynes (1936, 1973)” (Vargas, 2018, p. 8). Nesse cenário, a moeda não é neutra em curto ou longo prazo e, assim, a política monetária afeta as variáveis nominais e reais da economia em um ambiente inseguro, uma vez que nessa perspectiva as variáveis que envolvem a economia monetária refletem diretamente o desenvolvimento e a instabilidade econômica.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A presente pesquisa tem como objetivo analisar a perspectiva das expectativas racionais em relação à autonomia e independência do Banco Central. O método dedutivo, o qual parte de um princípio geral para um cenário particular, foi utilizado no desenvolvimento deste artigo. Para Gil (2019), esse método advém de princípios admitidos como legítimos, possibilitando chegar a conclusões de qualidade lógica. Nesse sentido, infere princípios reconhecidos como verdadeiros e indiscutíveis e possibilita chegar a conclusões de maneira puramente formal, isto é, em virtude unicamente de sua lógica. Desse modo, a teoria das expectativas racionais, reconhecida na presente pesquisa como verdadeira, é utilizada neste artigo para chegar a conclusões sobre a efetividade da autonomia e independência do Bacen.

Em relação ao método de pesquisa, foi utilizada a pesquisa bibliográfica, a qual “está inserida principalmente no meio acadêmico e tem a finalidade aprimoramento e atualização do conhecimento, através de uma investigação científica de obras já publicadas” (Sousa; Oliveira; Alves, 2021, p. 2). Dessa forma, procura-se entender o ponto de vista das teorias das expectativas racionais em relação ao Banco Central e à autonomia e independência deste, de acordo com livros, artigos e outros meios apropriados para pesquisa.

No que se refere à abordagem, tem-se a qualitativa, que, para Sampieri, Collado e Lucio (2013), desenvolve uma teoria com base na análise do mundo social em vez de iniciar com uma teoria específica e retornar à atmosfera empírica para confirmar a convergência com o teorizado. Estudos qualitativos, por conseguinte, não efetuam coleta

e análise numérica e, no geral, não testam as presentes hipóteses. Em vez disso, a abordagem qualitativa contém uma diversidade de conteúdos e visões, sem almejar a objetividade.

O estudo apresentado é explicativo, pois, conforme Sampieri, Collado e Lucio (2013, p. 103), “o principal interesse é explicar por que um fenômeno ocorre e em que condições ele se manifesta, ou por que duas ou mais variáveis estão relacionadas”. Dessa forma, os estudos explicativos buscam determinar as causas dos eventos ou acontecimentos e, em concordância com o objetivo geral do artigo, interpretar os métodos qualitativos.

ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Em relação ao exposto sobre a teoria das expectativas racionais e a autonomia e independência do Banco Central, ficou evidente que os agentes econômicos atuam em relação à política econômica de acordo com as informações que usufruem e as expectativas que criaram com base nesse conhecimento.

Levando em conta o primeiro ponto estabelecido por Muth (1961) sobre as expectativas racionais, é notório que o sistema econômico não tende a desperdiçar as informações disponíveis, considerando sua escassez. Por conseguinte, o Banco Central geralmente possui a função de controlar preços e estabilizar a inflação. Além disso, as informações referentes à atuação do Banco Central possuem caráter público, haja vista que são divulgadas em seu site por meio de relatórios sobre expectativas de mercado.

Diante desse quadro, é natural que os agentes econômicos criem expectativas sobre suas políticas, já que existe uma enorme proximidade entre eles e as informações públicas. O caráter da teoria das expectativas racionais, portanto, é proveitoso para o debate acerca da autonomia e independência do Banco Central.

No que se refere ao contexto histórico, o início do debate sobre a independência plena ou de instrumentos para o Banco Central iniciou-se no século passado. Nas palavras de Cukierman (1996), o direcionamento à independência do Banco Central deve-se a altas taxas de inflação em países da América Latina, como também à estagflação da década de 1970. Esse cenário foi propício para o

surgimento de uma perspectiva sobre o desempenho da economia e o vínculo entre governo e sistema financeiro.

Tendo em vista que a autonomia se refere à independência de instrumentos, isto é, à liberdade de executar a política monetária sem estipular as próprias metas, é importante compreendê-la sob a ótica das expectativas racionais. O principal argumento a favor desse modelo, segundo Oreiro, Lemos e Padilha (2005), é que assim o Banco Central pode agir de acordo com suas metas sem sofrer as pressões de políticas externas.

Montes e Feijó (2007) apresentam o conhecimento como um fator com potencial de influenciar as expectativas dos agentes, já que, como observado por Branco, Carvalho e Rego (2006), a informação será utilizada para a tomada de decisão se estiver disponível e se o benefício for maior ou igual ao custo marginal para obter tal informação. Dessa forma, caso exista alguma incerteza sobre a política, é natural que haja insegurança e que as decisões também sejam impactadas. Nesse mesmo sentido, os autores Montes e Feijó (2007, p. 9) explicam:

Pode-se estabelecer que quanto maiores forem a percepção acerca da incerteza e a aversão à incerteza - assumidas expectativas já formadas - maior será a tendência dos agentes a não tomarem ações relacionadas a longos horizontes de planejamento, adiando, portanto, tais decisões.

Existe unanimidade entre economistas em afirmar que, para que a política monetária seja transmitida com sucesso, ela depende das expectativas geradas:

Além do conceito de credibilidade da política monetária, a capacidade da autoridade monetária em atingir seus objetivos encontra-se relacionada com a avaliação que o público faz a respeito da reputação da autoridade responsável pela política monetária. Nesse sentido, depende da confiança conquistada pela autoridade monetária, ou seja, de sua reputação, para que uma política monetária seja considerada crível ou não pelo público (Montes; Feijó, 2007, p. 10).

Isso posto, a falta de credibilidade gerada pela influência do governo vigente nas práticas do Banco Central, somada à falta de transparência, gera expectativas negativas e, assim, interfere na transmissão das políticas monetárias. No que concerne a essa concepção, Neuenkirch (2012 *apud* Faria; Streit, 2016) acrescenta que existem diversos benefícios da transparência das informações e das ações das autoridades monetárias, incluindo o aperfeiçoamento do entendimento dos analistas, a maximização da credibilidade e a otimização das expectativas racionais dos agentes.

Nesse contexto, Oreiro, Lemos e Padilha (2005) apontam que, quando existe o interesse de reduzir o desemprego e aquecer a economia, mesmo que às custas de não conter a inflação, assim é feito. Borges (2016, p. 75) comenta que “a concessão da autonomia ao Banco Central permite que este use os instrumentos de modo a se antecipar a qualquer desvio relevante entre a previsão de inflação e a meta estipulada”.

Faz-se oportuno, portanto, que a dependência ao governo seja limitada, evitando que a falta de credibilidade gere expectativas pessimistas, uma vez que, segundo a abordagem das expectativas racionais, a imagem negativa do Banco Central possui caráter público e, dessa forma, convém aos agentes utilizarem toda informação acessível para conduzir suas ações.

O principal fundamento teórico da tese da independência do Banco Central, que se refere à liberdade de definir metas e à livre escolha de instrumentos, assemelha-se aos argumentos favoráveis à autonomia e está relacionado ao financiamento do governo por meio de políticas inflacionárias. Dessa forma, observa-se a relação entre a inflação e o grau de independência do Banco Central, haja vista que é notório o incentivo do governo à inconsistência temporal, em que os ganhos de curto prazo são priorizados à custa das consequências futuras.

Nesse cenário, o Banco Central, motivado por governos que almejam a reeleição, emitiria moedas como combate ao desemprego a curto prazo, afetando negativamente índices futuros de inflação.

A política monetária ótima consiste em preservar a estabilidade de preços, já que não há outro possível ganho duradouro. Entretanto, esta política sofre de

inconsistência temporal, pois, a cada período, os gestores possuem o incentivo a abandoná-la para alcançar outros objetivos, ainda que temporários. Os agentes econômicos, por sua vez, conhecem a inconsistência e formam as suas expectativas de acordo. O resultado é o viés inflacionário, vale dizer, inflação superior ao nível compatível com a estabilidade de preços, sem qualquer ganho permanente (Pellegrini, 2004, p. 10).

A imagem do Banco Central está relacionada ao seu êxito em políticas de combate à inflação. Para Borges (2016, p. 72), “o conceito de credibilidade está relacionado ao nível de confiança que os agentes têm na execução da política econômica anunciada”. Dessa forma, bancos centrais independentes são considerados mais críveis pela execução constante de políticas desinflacionárias.

A política monetária, se executada de maneira discricionária, acarreta o viés inflacionário citado; a autoridade monetária perde a credibilidade junto à política monetária e à sociedade. Com a falta deste compromisso, tecnologia de comprometimento, a publicidade de ações dos *policymakers*, em conjunto com baixas taxas de inflação, não terá aceitação pelos agentes econômicos, levando à perda de reputação pelos gestores de política monetária (Guimarães, 2017, p. 26).

Atendendo ao que Muth (1961) falava em relação à teoria das expectativas racionais, o sistema econômico não desperdiça as informações escassas. Desse modo, a imagem negativa do Banco Central dependente acarreta expectativas negativas. Um exemplo da falta de credibilidade decorreu nas décadas de 1980 e 1990, conforme Rigolon (1998, p. 417) denota:

Sob elevado ativismo e alta incerteza política, observações recentes da inflação continham mais informação sobre a inflação corrente e era racional que os agentes econômicos as utilizassem fortemente para formar suas expectativas inflacionárias. Nesse sentido, a inflação recente

afetava vigorosamente a formação das expectativas e reduzia a eficácia e a eficiência de políticas destinadas a expandir o emprego e a equilibrar o balanço de pagamentos.

Compreende-se então que a independência é necessária até certo ponto e, para Oreiro, Lemos e Padilha (2005), a autonomia para o Banco Central do Brasil é preferível à independência plena, já que investiria na credibilidade sem ultrapassar os direitos constitucionais e fazer superposição sobre eles. Isso porque, mesmo independente, o Bacen ainda reportaria seus resultados monetários a algum corpo político.

O sistema de metas possui a inerente desvantagem de fazer com que os bancos centrais se comprometam com uma taxa de inflação explícita e, portanto, tenham que responder pelos desvios ocorridos sejam estes frutos da política monetária ou não. Embora a perseguição da estabilidade de preços não seja necessariamente ligada à adoção de metas visíveis (caso dos EUA), o sucesso da política depende da credibilidade da mesma e se traduz na convergência das expectativas inflacionárias dos agentes com aquela mantida pelo Banco Central. O sistema de metas conduzido de forma gradual e segura pode ser o canalizador destas expectativas (Oreiro; Lemos; Padilha, 2005, p. 7).

A correlação negativa entre a inflação verificada e os bancos centrais independentes, no entanto, não necessariamente aponta uma causalidade. Como Vargas (2018) evidencia, essa carência teórica é denotada em países como o Japão, que tradicionalmente têm taxas de inflação baixas, mesmo possuindo um Banco Central não independente. A falta de correlação desse caso pode estar ligada novamente à credibilidade do Banco Central e à sua dependência ao Poder Executivo.

Nesse sentido, o índice de rotatividade de presidentes é utilizado como um indicador porque, quando se encontra alto em um país, indica que o Banco Central é mais passível aos interesses de reeleição do governo vigente, já que o mandato do chefe do Executivo acaba

sendo mais longo que o do presidente do banco. Por consequência, as políticas exercidas sofrem de inconsistência temporal, priorizando objetivos de curto prazo.

A rotatividade de presidentes no Brasil é de 0,52, como se observa na tabela 1, a qual apresenta o índice de rotatividade dos presidentes dos bancos centrais por países selecionados. O Japão, que está entre os países desenvolvidos, tem apenas 0,20 de índice de rotatividade. Com isso, é possível chegar à conclusão de que o Banco Central do Japão possui uma credibilidade maior do que a do Brasil, o que cria a hipótese de que, por isso, a dependência ao Banco Central afeta negativamente as taxas de inflação.

Tabela 1 – Índice de rotatividade dos presidentes dos bancos centrais por países selecionados (1950 a 1989)

Países desenvolvidos	Rotatividade	Países em desenvolvimento	Rotatividade
Reino Unido	0,10	México	0,15
Canadá	0,10	Colômbia	0,20
Alemanha	0,10	Índia	0,33
Estados Unidos	0,13	Coreia do Sul	0,43
Suécia	0,15	Chile	0,45
Japão	0,20	Brasil	0,52

Fonte: Cukierman (1992, p. 294)

Quando o Banco Central consegue agir com transparência, mantendo uma boa imagem em relação à credibilidade, é de esperar que as expectativas sejam atendidas. Apesar de a reputação do Banco Central estar relacionada ao passado, ela interfere na criação de expectativas dos agentes em relação ao futuro, como Montes e Feijó (2007, p. 17) explicam:

Em um mundo onde decisões são tomadas com base em expectativas sobre um futuro incerto, instituições são criadas para dar confiança às expectativas e com isso viabilizar as operações econômicas. Dentre as instituições mais importantes numa economia monetária de produção encontram-se a autoridade monetária e suas políticas. Exatamente pela sua capacidade

de influir em resultados reais na economia, a sua gestão é determinante para a estabilidade do estado de expectativas.

Quanto ao Bacen, na tabela 2 pode-se observar a duração de mandatos dos presidentes desde Wadico Waldir Bucchi, em 1989, até Alexandre Antônio Tombini, em 2016. É perceptível que a duração dos mandatos se alongou na última década.

Tabela 2 – Duração do mandato dos presidentes do Bacen (1989 a 2016)

Presidente do Banco Central	Início do mandato	Fim do mandato	Duração do mandato em dias	Duração do mandato em anos
Alexandre Antônio Tombini	1/1/2011	8/6/2016	1.985	5,4
Henrique de Campos Meirelles	1/1/2003	1/1/2011	2.922	8,0
Arminio Fraga Neto	4/3/1999	1/1/2003	1.399	3,8
Gustavo Henrique de Barroso Franco	20/8/1997	4/3/1999	561	1,5
Gustavo Jorge Laboissière Loyola	13/6/1995	20/8/1997	799	2,2
Persio Arida	11/1/1995	13/6/1995	153	0,4
Gustavo Henrique de Barroso Franco	31/12/1994	11/1/1995	11	0,03
Pedro Sampaio Malan	9/9/1993	31/12/1994	478	1,3
Paulo Cesar Ximenes Alves Ferreira	26/3/1993	9/9/1993	167	0,5
Gustavo Jorge Laboissière Loyola	13/11/1992	9/9/1993	300	0,8
Francisco Roberto André Gros	17/5/1991	16/11/1992	549	1,5
Ibrahim Eris	15/3/1990	17/5/1991	428	1,2
Wadico Waldir Bucchi	25/10/1989	14/3/1990	140	0,4

Fonte: Bacen (2022)

Como exposto anteriormente por Rigolon (1998), os anos 1980 e 1990 foram marcados pela inflação e pelas expectativas inflacionárias decorrentes da alta incerteza política. Dessa forma, é possível

perceber na tabela 2 que a duração dos mandatos era muito mais curta, deixando as decisões mais suscetíveis ao desejo do governo vigente.

É desejável, portanto, que a sociedade brasileira escolha o aumento da independência legal do Bacen como um mecanismo preventivo para evitar o retorno da inflação elevada, da mesma forma como o fizeram a Alemanha após as hiperinflações dos anos 20, Israel após a estabilização de 1985, o Chile após as rodadas de inflação e estabilização dos anos 70 e início dos 80, a Argentina após o processo de estabilização iniciado em 1991, o México após o programa de estabilização lançado em 1987, e mais de 20 países em diferentes partes do mundo desde 1989 (Rigolon, 1998, p. 426).

Em 2021, o Bacen recebeu autonomia para atuação de suas políticas. Conforme Bacen (2021a) denota, a Lei Complementar n.º 179/2021, sancionada em 24 de fevereiro de 2021, trata da definição dos objetivos desse banco e dispõe sobre sua autonomia e sobre a nomeação e a exoneração de seu presidente e de seus diretores, estabelecendo que os mandatos dos presidentes e diretores do banco central serão fixos de quatro anos e não serão sincrônicos com os do Presidente da República, conforme o §1.º do art. 4.º. Conforme explicou Roberto Campos Neto, presidente do Bacen, “a literatura econômica e a experiência internacional mostram que a autonomia do Banco Central está associada a níveis mais baixos e menor volatilidade da inflação, sem prejudicar o crescimento econômico” (Bacen, 2021a). Desse modo,

a atribuição legal de autonomia centraliza os conhecimentos técnicos e profissionais para questões monetárias e financeiras no Banco Central, aumentando a probabilidade de decisões apropriadas. A autonomia do Banco Central do Brasil (BC) dispõe sobre os mandatos do presidente e diretores e sobre os objetivos da instituição, definida pela Lei Complementar n.º 179/2021, alterando trechos da Lei n.º 4.595/1964, que

ordena o sistema financeiro nacional. O objetivo fundamental do BC é assegurar a estabilidade de preços, além de, acessoriamente, zelar pela estabilidade e pela eficiência do sistema financeiro, suavizar as flutuações do nível de atividade econômica e fomentar o pleno emprego (Bacen, 2021a).

Segundo as expectativas racionais, os benefícios dessa lei serão relacionados principalmente ao aumento de credibilidade da autoridade monetária. As políticas ficarão menos suscetíveis à inconsistência temporal, pois os gestores do Bacen não serão passíveis do interesse do Presidente da República e de seu governo. Assim, os agentes econômicos não criam expectativas negativas geradas por possíveis incertezas políticas. Desse modo, para que a política monetária seja disseminada com êxito, ela depende das expectativas criadas.

Existem, contudo, críticas negativas à adoção da autonomia e independência do Banco Central, as quais não são relacionadas à teoria das expectativas racionais. Maldonado Filho (2003, p. 10), por exemplo, discorre sobre a falta de pesquisa empírica sobre o tema para demonstração dos seus benefícios fora do âmbito teórico:

[...] Não existe apoio empírico (e, na verdade, nem teórico) para supor que a aprovação desta lei será benéfica para o crescimento econômico e/ou para a manutenção da estabilidade dos preços; (iv) a evidência empírica mostra que a estratégia neoliberal (reformas estruturais associadas à implementação de políticas macroeconômicas que têm como objetivo ganhar credibilidade junto aos mercados) tem sido em muitos casos capaz, por um lado, de reduzir a inflação (mas isso, cabe lembrar, não está relacionado com a autonomia do Bacen).

Borges (2016) adiciona o risco de exaltação demasiada da estabilidade de preços, resultando na perda da flexibilidade da política monetária, assim como descuido com a taxa de desemprego e os possíveis efeitos de choques de oferta sobre a produção. Além

disso, Posen (1993) afirma que a inexistência de causalidade entre a independência do Banco Central e a baixa inflação refuta a hipótese de que a correlação negativa entre a independência do Banco Central e a inflação, observada em diversos países, seja válida.

Por fim, no que tange à manutenção das instituições do Estado, Guimarães (2017, p. 32) diz que “a centralização do poder absoluto da gestão de política monetária em uma única instituição é o principal argumento contrário à tese da independência do Banco Central”. Nessa perspectiva, apesar das críticas à autonomia e independência da autoridade monetária, na ótica da teoria das expectativas racionais os efeitos seriam benéficos à economia no âmbito geral e, principalmente, no que se refere à estabilidade de preços.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Banco Central do Brasil tem como finalidade manter a estabilidade dos preços, além de responsabilizar-se pelo sistema financeiro. As políticas monetárias, majoritariamente, são voltadas ao controle da inflação. Nessa perspectiva, a credibilidade torna-se imprescindível para o êxito da instituição. O presente artigo, portanto, teve o intuito de entender qual é a perspectiva das expectativas racionais em relação à autonomia e independência do Banco Central.

Para o aprofundamento teórico da pesquisa, foram estudados os princípios da teoria das expectativas racionais na perspectiva de diversos autores, assim como as funções de um banco central e as definições de autonomia e independência.

Ficou evidente que o crescimento das economias e o desenvolvimento dos governos criaram a necessidade de sistemas financeiros mais complexos e seguros. É nesse contexto que o papel do Banco Central se torna relevante, emergindo a discussão sobre a suas ações, sobretudo em relação à sua autonomia e independência. É sob esse aspecto que a análise da teoria das expectativas racionais foi abordada na pesquisa, com o objetivo de analisar como essa teoria pode ser aplicada às políticas monetárias. Como se nota, tal teoria esclarece que a probabilidade de mercado de uma variável – que, para o estudo em questão, se trata da atuação do Banco Central – é condicionada às informações disponíveis.

Assim, o Banco Central, ao adotar uma postura independente e autônoma, refere-se ao uso de instrumentos para alcançar os objetivos do governo em relação à política monetária. Isso ocorre porque a política monetária afeta variáveis nominais e reais, como a inflação e o crédito. Em um ambiente de incerteza sobre as medidas a serem adotadas, pode haver uma reação do mercado que anule os efeitos dessa política.

Foi confirmada, portanto, a hipótese inicial da pesquisa, a qual afirmava que a perspectiva da teoria das expectativas racionais esclarece a autonomia e independência do Banco Central do Brasil, tendo em vista que as consequências negativas das expectativas dos agentes econômicos em relação à falta de credibilidade da instituição podem gerar mais instabilidade na economia. Os argumentos que justificam a confirmação da hipótese são os seguintes: as políticas ficaram menos suscetíveis à inconsistência temporal, pois os gestores do Bacen não são passíveis do interesse do Presidente da República e de seu governo; a autonomia do Banco Central está associada a níveis mais baixos e à menor volatilidade da inflação, sem prejudicar o crescimento econômico; quando o Banco Central consegue agir com transparência, mantendo uma boa imagem em relação à credibilidade, é de esperar que as expectativas do mercado sejam atendidas. Portanto, sob a ótica dessa teoria, os efeitos seriam benéficos à economia no âmbito geral e, principalmente, no que se refere à estabilidade de preços.

Assim, a questão de pesquisa foi esclarecida, com a evidência de que, sob a concepção da teoria das expectativas racionais, a autonomia e independência do Banco Central são vantajosas. Constatou-se que, uma vez que a falta de credibilidade prejudica o êxito das políticas monetárias e, dessa forma, a própria estabilidade de preços, a hipótese de que a perspectiva da teoria favorece a autonomia do Banco Central, tendo em vista as consequências negativas das expectativas dos agentes econômicos, foi provada verdadeira.

Finalmente, como sugestão de estudo futuro, verifica-se que uma análise mais aprofundada sobre a correlação entre o índice de rotatividade de presidentes do Banco Central e a inflação em diversos países poderia enriquecer esta pesquisa. Dessa forma, será possível fazer uma contestação empírica da hipótese apresentada no presente trabalho.

REFERÊNCIAS

BACEN – BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Autonomia do Banco Central é sancionada.** 2021a. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/detalhenoticia/517/noticia>. Acesso em: 5 abr. 2022.

BACEN – BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Funções do Banco Central do Brasil.** 2016. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/content/cidadaniafinanceira/Documents/publicacoes/serie_pmf/FAQ%2011-Fun%C3%A7%C3%B5es%20do%20Banco%20Central.pdf. Acesso em: 5 abr. 2022.

BACEN – BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Histórico das metas para a inflação.** 2021b. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/controleinflacao/historicometas>. Acesso em: 5 abr. 2022.

BACEN – BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Institucional.** Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/acessoinformacao/institucional>. Acesso em: 4 abr. 2022.

BONINI, Patricia; TONIAL, Renata; GRUDTNER, Vanessa. **A metodologia de expectativas como fundamento para a análise de política monetária.** Disponível em: http://www.esag.udesc.br/arquivos/id_submenu/1345/expectativas_texto1.pdf. Acesso em: 24 maio 2022.

BORGES, Yasmin Fuentes de Freitas. **Independência do Banco Central: teoria e prática.** Dissertação (Mestrado em Economia Política) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2016. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/bitstream/handle/18886/2/Yasmin%20Fuentes%20de%20Freitas%20Borges.pdf>. Acesso em: 4 jun. 2022.

BRANCO, Manuel Couret; CARVALHO, Maria Leonor da Silva; REGO, Maria da Conceição (coord.). **Economia com compromisso: ensaios em memória de José Dias Sena.** [S. l.]: Centro de Estudos e Formação Avançada em Gestão (Cefag): Universidade de Évora, 2006.

BRASIL. Imprensa Nacional. **Lei Complementar n.º 179, de 24 de fevereiro de 2021.** Brasília, 2021. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-complementar-n-179-de-24-de-fevereiro-de-2021-305277273>. Acesso em: 5 abr. 2022.

BRASIL. Senado Federal. **Na origem, Banco Central seria instituição autônoma em relação ao governo.** Brasília, DF: Senado Federal, 2020. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2020/02/21/na-origem-banco-central-seria-instituicao-autonoma-em-relacao-ao-governo>. Acesso em: 5 jun. 2022.

BRUE, Stanley L.; GRANT, Randy R. **História do pensamento econômico**. São Paulo: Cengage Learning Brasil, 2016. E-book. ISBN 9788522126224. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522126224/>. Acesso em: 6 dez. 2022.

CARVALHO, Fernando. **Economia monetária e financeira** – teoria e política. Rio de Janeiro: Elsevier Editora, 2015. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595154896/>. Acesso em: 10 maio 2022.

CESAR, Rafael. **A crítica da crítica: uma análise do debate sobre a Crítica de Lucas à construção de modelos macroeconômicos**. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Economia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/209622>. Acesso em: 15 abr. 2022

CEZIMBRA, Nataniel. **A hipótese das expectativas racionais**. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/5475/000426935.pdf?sequence=1>. Acesso em: 15 abr. 2022.

CORDEIRO, Fernanda; PEROBELLI, Fernando; AARESTRUP, Arbex. Expectativas racionais e eficiência informacional: análise do mercado acionário brasileiro no período 1997-1999. **RAC – Revista de Administração Contemporânea**, v. 4, n. 2, p. 7-27, maio/ago. 2000. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rac/a/5CBksR8JkG5vJz7HGmXvTSt/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 15 abr. 2022.

CUKIERMAN, Alex. A economia do Banco Central. **Revista Brasileira de Economia**, v. 50, n. 4, p. 389-426, 1996.

CUKIERMAN, Alex. **Central bank strategy, credibility, and independence: theory and evidence**. Cambridge, Mass: The Mit Press, 1992. Disponível em: https://www.academia.edu/28826629/Central_bank_strategies_credibility_and_independence. Acesso em: 15 abr. 2022.

FARIA, Fernando de Abreu; STREIT, Rosalvo Ermes. Governança em bancos centrais: um estudo comparativo das práticas de governança dos bancos centrais do Brasil, Canadá e Inglaterra. **Revista de Administração Pública**, v. 50, p. 765-794, 2016.

GIL, Antônio C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019. ISBN 9788597020991. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597020991/>. Acesso em: 5 jul. 2022.

GUIMARÃES, Luiz Fernando Mello. **Banco Central do Brasil**: a independência do Banco Central e a adoção de práticas de governança corporativa. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Econômicas) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/180363>. Acesso em: 6 ago. 2022.

KEYNES, John M. **The collected writings of John Maynard Keynes**. Cambridge: Macmillan, 1973.

KEYNES, John M. **The general theory of employment, interest and money**. Londres: Macmillan Press; New York: St. Martin's Press, 1936.

LOPES, Artur da Silva. **A “Hipótese das Expectativas Racionais”**: teoria e realidade. Lisboa: Cemapre e Iseg, jun. 1994. Disponível em: <https://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/787/1/paper4ae.pdf>. Acesso em: 23 abr. 2022.

LOPES, Francisco Lafaiete. Expectativas racionais: fixação discreta de preços e o papel da política monetária. **Revista Brasileira de Economia**, v. 38, n. 1, p. 25-38, 1984.

LOPES, João do Carmo; ROSSETTI, José Paschoal. **Economia monetária**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

MALDONADO FILHO, Eduardo. **Autonomia do Banco Central, democracia e desenvolvimento**. Porto Alegre: UFRGS/FCE/Departamento de Ciências Econômicas, 2003. Disponível em: https://www.ufrgs.br/fce/wp-content/uploads/2017/02/TD10_2003_maldonadofilho.pdf. Acesso em: 15 ago. 2022.

MENDONÇA, Helder Ferreira de. A teoria da credibilidade da política monetária. **Brazilian Journal of Political Economy**, v. 22, p. 429-448, 2002.

MISHKIN, Frederic S. **A rational expectations approach to macroeconometrics**: testing policy ineffectiveness and efficient-markets models. Chicago: University of Chicago Press, 1983.

MONTES, Gabriel Caldas; FEIJÓ, Carmem Aparecida. Reputação, credibilidade e transparência da autoridade monetária e o estado de expectativa. **Economia e Sociedade**, v. 16, p. 151-170, 2007.

MUTH, John F. Rational expectations and the theory of price movements. **Econométrica**, v. 29, p. 315-335, 1961.

OREIRO, José Luís; LEMOS, Breno Pascualote; PADILHA, Rodrigo Ayres. **O regime de metas de inflação e a governança da política monetária no Brasil: análise e proposta de mudança.** Curitiba: UFPR, 2005. Disponível em: http://www.economiaetecnologia.ufpr.br/textos_discussao/texto_para_discussao_ano_2005_texto_15.pdf. Acesso em: 15 set. 2022.

PELLEGRINI, Josué A. **Autonomia do Banco Central.** Brasília: Consultoria Legislativa do Senado Federal, nov. 2004. 59 p. (Textos para discussão, v. 16). Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/70486/texto%2016%20-%20Josu%C3%A9%20A.%20Pellegrini.pdf?sequence=2&isAllowed=y>. Acesso em: 15 set. 2022.

PIRES, Valeria da Silva. **A autonomia e independência do Banco Central do Brasil.** Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Econômicas) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2004. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/xmlui/bitstream/handle/1884/75043/VALERIA-DA-SILVA-PIRES.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 5 maio 2022.

POSEN, Adam S. Why central bank independence does not cause low inflation: there is no institutional fix for politics. **The Amex Bank Review**, p. 40-65, 1993.

RIGOLON, Francisco José Zagari. Independência do Banco Central: teoria e aplicações para o Brasil. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, v. 28, n. 2, p. 399-432, ago. 1998. Disponível em: <https://ppe.ipea.gov.br/index.php/ppe/article/viewFile/711/651>. Acesso em: 26 jul. 2022.

RODRIGUES-NETO, José A.; MAZALI, Rogério. Independência do Banco Central. **Revista Brasileira de Economia de Empresas/Brazilian Journal of Business Economics**, v. 7, n. 2, 2007.

ROSSETTI, José P. **Introdução à Economia.** 21. ed. São Paulo: Grupo GEN; Editora Atlas, 2016. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597008081/>. Acesso em: 10 maio 2022.

SAMPIERI, Roberto H.; COLLADO, Carlos F.; LUCIO, María del Pilar B. **Metodologia de Pesquisa.** Porto Alegre: Penso, 2013. ISBN 9788565848367. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788565848367/>. Acesso em: 5 jul. 2022.

SOUSA, Angélica Silva de; OLIVEIRA, Guilherme Saramago de; ALVES, Laís Hilário. A pesquisa bibliográfica: princípios e fundamentos. **Cadernos da Fucamp**, v. 20, n. 43, 2021.

VARGAS, Juliano. A questão da independência do Banco Central: uma análise do caso brasileiro. In: CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE HISTÓRIA ECONÔMICA, 7.; ENCONTRO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA ECONÔMICA, 9, 2018, Ribeirão Preto. **Anais** [...]. Ribeirão Preto: USP/ABPHE, 2018. Disponível em: https://www.abphe.org.br/uploads/Encontro_2018/VARGAS_A%20QUEST%C3%83O%20DA%20INDEPEND%C3%8ANCIA%20DO%20BANCO%20CENTRAL_UMA%20AN%C3%81LISE%20DO%20CASO%20BRASILEIRO.pdf. Acesso em: 5 jul. 2022.

Sistema instantâneo de pagamentos PIX: estudo acerca das operações de pagamentos

Gabriela Godinho¹

Jani Floriano²

Resumo: Este trabalho tem por objeto estudar o perfil das operações financeiras do sistema de pagamento instantâneo PIX e averiguar seu desempenho no sistema financeiro. Para tanto, tem-se como questão de pesquisa procurar saber qual o perfil das operações feitas pelo meio de pagamento PIX no período entre novembro de 2020 e julho de 2022. Essa indagação pode levar a duas hipóteses: (i) o pagamento instantâneo elimina a retenção de papel-moeda em poder do público, fazendo com que ocorra uma maior eficiência no mercado; (ii) o sistema de pagamento instantâneo pode fazer com que os consumidores migrem de formato de pagamento, deixando de utilizar o débito ou o pagamento por meio do papel-moeda. Dessa forma, o estudo visa identificar o perfil das operações de pagamento PIX no período que compreende desde a sua implementação, em novembro de 2020, até julho de 2022. A pesquisa tem abordagem qualitativa, do tipo bibliográfico, com método dedutivo e aprofundamento descritivo. Conclui-se que o perfil das operações do PIX se destaca em termos de quantidade de transações entre as pessoas físicas e na faixa etária mais jovem da população. Dessa forma, foi constatada uma aceitação significativa entre os brasileiros para a utilização do novo meio de pagamento digital, desenvolvendo resultados positivos e progressivos para o sistema instantâneo de pagamentos.

Palavras-chave: PIX; meios de pagamentos; pagamento digital.

¹ Estudante do curso de Ciências Econômicas da Universidade da Região de Joinville (Univille).

² Doutora em Psicologia da Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), mestrada em Economia pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), graduada em Economia e Direito pela Univille. Professora no curso de Ciências Econômicas da Univille. Contato: jani.floriano@univille.br.

INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como objeto estudar o perfil das operações financeiras do sistema de pagamento instantâneo PIX e averiguar seu desempenho. Implantar um meio de pagamento que elimina a retenção do dinheiro e reduz o custo nas transações e na impressão do papel-moeda é um grande benefício para aumentar a liquidez no mercado e o giro de negócios (Campos; Bompan, 2020).

Ao longo do tempo, por meio da inovação e da tecnologia, a moeda passou por grandes evoluções históricas. O sistema monetário contou inicialmente com a moeda-mercadoria, desenvolvida pelo sistema de escambo, e com todo o avanço encontramos atualmente o papel-moeda e as moedas bancárias. Esse aperfeiçoamento no sistema monetário tem como objetivo facilitar o manuseio e o transporte da moeda, além de reduzir os custos das transações. Um grande aliado nessa prática é o governo, que, como exemplo, realizou o processo de cunhar as moedas de ouro para eliminar a utilização de lingotes de ouro (Mankiw, 2015).

O atual cenário do setor financeiro do Brasil está concentrado em desenvolver tecnologias e inovações com o objetivo de alavancar a competitividade no mercado brasileiro e democratizar os serviços financeiros para a sociedade (EY Brasil, 2020). Para concretizar esse propósito, o Banco Central trouxe como novidade o PIX, um meio de pagamento ágil, de fácil acesso, seguro, versátil, integrado e gratuito para pessoas físicas. Suas características beneficiam os pagadores, os recebedores e o ecossistema financeiro por meio da sua liquidação em tempo real e da redução do uso de cédulas (Bacen, 2022a).

Compreende-se então que alternativas digitais no âmbito financeiro auxiliam a reduzir a retenção das moedas e o seu custo de emissão no Banco Central. Como afirmou o sr. Isaac Sidney, presidente da Federação Brasileira de Bancos, em entrevista a Campos e Bompan (2020), o custo de emissão de papel-moeda é de quase R\$ 10 bilhões por ano. Já Sutto (2021) relata que o avanço dessa nova ferramenta transformou significativamente os meios de pagamentos, pois cerca de 105,2 milhões de pessoas físicas aderiram ao PIX, resultado que representa 61,4% da população.

Diante dessa mudança no sistema de pagamento com a inserção do PIX, tem-se como questão de pesquisa: qual o perfil das operações

do sistema de pagamento instantâneo PIX, tanto para pessoas físicas quanto jurídicas, de novembro de 2020 a julho de 2022³? Essa indagação pode levar à hipótese de que o pagamento instantâneo elimina a retenção de papel-moeda em poder do público, fazendo com que ocorra uma maior eficiência no mercado. Outra hipótese é que o sistema de pagamento instantâneo pode fazer com que os consumidores migrem de formato de pagamento, deixando de utilizar o débito ou o pagamento por meio do papel-moeda. Assim, o objetivo geral da pesquisa é identificar o perfil das operações de pagamento PIX no período que compreende desde a sua implementação, em novembro de 2020, até julho de 2022.

Como resultados esperados, esta pesquisa apontou que o perfil das operações do PIX se destaca em termos de quantidade de transações, entre as pessoas físicas e na faixa etária mais jovem da população. Dessa forma, foi averiguada uma aceitação significativa entre os brasileiros para a utilização do novo meio de pagamento digital, desenvolvendo resultados positivos e progressivos para o sistema instantâneo de pagamentos. Com isso, foi analisado que o PIX pode influenciar no papel-moeda em poder do público ao inserir um pagamento digital sem burocracia e auxiliar no multiplicador monetário, já que impactou no crescimento do depósito à vista.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

É fato que a moeda tem o poder de fomentar a economia ao proporcionar transações de bens e serviços entre os agentes econômicos. Sendo considerada um meio de pagamento de curso forçado e de poder liberatório, a moeda tornou-se o principal instrumento utilizado na sociedade para movimentar a economia (Assaf Neto, 2021). Nesse mesmo contexto, Mishkin (1998) acrescenta que é limitado definir a moeda como dinheiro, já que moeda é qualquer coisa aceita em forma de pagamentos de bens ou serviços. Por esse fato, é de suma importância compreender os sucessores da moeda e como tais meios de pagamento impactam a economia.

Considera-se meio de pagamento todo o volume de moedas disponíveis para uso do setor privado, excluindo-se o setor bancário, com liquidez imediata. Nesse conceito se enquadra o papel-moeda em

³ A opção por delimitar o período até julho de 2022 foi para cumprir com o cronograma de entrega do Trabalho de Conclusão de Curso.

poder do público mais o depósito à vista, e os dois juntos compõem a definição da moeda M1, como se observa na equação 1, apresentada por Rossetti (2016):

$$M1 = PMPP + DV \quad (1)$$

Em que:

M1 são os meios de pagamentos de maior liquidez;

PMPP é o papel-moeda em poder do público;

DV é o depósito à vista.

Já a liquidez é representada pela facilidade de um ativo monetário ser transacionado com rapidez e poucos custos (Assaf Neto, 2021). Tendo em vista esses conceitos, verifica-se que os meios de pagamento são os instrumentos essenciais para movimentar a economia de forma eficaz, constituindo uma dinâmica entre os agentes econômicos.

Rossetti (2016) ressalta que o M1 não viabiliza nenhuma forma de rendimento aos seus detentores, já que seu principal objetivo está atrelado à liquidez absoluta. Para obter-se tal liquidez é necessário que o ativo monetário esteja pronto e disponível a qualquer momento e que não tenha a necessidade de conversão. O papel-moeda em poder do público, primeiro componente do M1, é representado pela moeda manual (papel-moeda e as moedas metálicas). Já o depósito à vista, segundo componente do M1, é o ativo monetário que se encontra nos bancos comerciais públicos e privados, nas caixas econômicas e nos bancos múltiplos que operam com carteiras comerciais.

Nesse sentido, é preciso adentrar nos meios de pagamento que se referem ao depósito à vista, porque tal mecanismo está ganhando mais presença na sociedade brasileira. Mishkin (1998, p. 32) acrescenta que “o uso da moeda como meio de pagamento promove eficiência econômica eliminando muito tempo gasto no intercâmbio de bens e serviços”. Conforme Abreu e Silva (2016), os meios de pagamentos estão classificados em:

- Cheque: documento impresso em que o titular de uma conta corrente emite ordem para o banco pagar certa quantia para uma pessoa física (PF) ou jurídica (PJ);

- DOC (documento de crédito): é caracterizado como uma ordem de transferência de fundos interbancários, com limitação de emissão de R\$ 4.999,99 e com liquidação de um dia útil da data de lançamento;
- TED (transferência eletrônica disponível): também é uma ordem de transferência de fundos interbancários, porém com possibilidade de transferências em qualquer valor. Sua liquidação é em tempo real;
- Boletim ou boleto de cobrança: é utilizado para registrar dívidas em cobrança nas instituições financeiras relacionadas com operações de compra/venda e prestação de serviço;
- Cartões de pagamento: são emitidos por instituições financeiras e fiscalizados pelo Bacen.

Ao analisar esses meios existentes na economia brasileira, pode-se concluir que cada um nasce com o intuito de trazer melhorias e praticidade para o sistema de pagamentos. Assim, em novembro de 2020 foi criado o PIX, uma ferramenta para efetuar pagamentos que está atrelada à tecnologia e inovação. Segundo o Bacen (2022c), o PIX é o pagamento instantâneo brasileiro em que recursos são transferidos entre contas em poucos segundos, a qualquer hora ou dia. O PIX está totalmente ligado ao conceito do M1 como liquidez absoluta, sendo o instrumento mais eficaz para realizar transações, já que proporciona liquidez em tempo real sem nenhum custo de operação, o que aumenta a velocidade das trocas e da circulação da moeda.

A velocidade da circulação da moeda está relacionada à quantidade da sua procura. A referência desse modelo é determinada pela renda dos agentes econômicos, a qual é influenciada pelos custos de oportunidade de retenção dos saldos monetários (Rossetti, 2016). Nesse sentido, o comportamento dos agentes econômicos intervém diretamente na velocidade da circulação da moeda ao escolherem entre os ativos monetários ou quase monetários, que apresentam a diferença entre maior ou menor liquidez. Para fundamentar a ideia, Rossetti (2016) relata que a carteira de títulos mantida pelo público, em relação aos estoques líquidos de meios de pagamentos, responde à variável: as taxas de juros mais altas impactam, para baixo, a procura pelas formas convencionais de moeda.

A equação (2) para avaliar a velocidade da circulação da moeda é constituída pela divisão do PIB pelo estoque de moeda mantida pelo público (M), abrangendo o M1, M2, M3 e M4, como Rossetti (2016) apresenta:

$$V = \text{PIB} / M \quad (2)$$

Em que:

V é a velocidade da circulação da moeda;

PIB é o produto interno bruto;

M é o estoque de moeda mantida pelo público.

Na equação (2) podem-se analisar dois pontos: quanto menor for o valor de V, maior será a retenção de moeda associada à oferta agregada de bens e serviços, e quanto maior for o valor de V, menores serão os saldos monetários mantidos em retenção pelo público (Rossetti, 2016). Esse conceito e esse modelo matemático permitem verificar o quanto o PIX influenciou no M1 e, conseqüentemente, como impacta a circulação da moeda e a eficiência do mercado brasileiro.

Ao constatar o conceito de M1, torna-se oportuno explorar como os meios de pagamento, especialmente o depósito à vista, têm o poder de realizar o efeito multiplicador com a moeda escritural. Para analisar tal efeito, Lopes e Rossetti (1998) destacam os detentores para cada categoria do M1: público (unidades familiares, empresas privadas, públicas e de economia mista), bancos comerciais e autoridades monetárias. Para complementar a compreensão da ação de multiplicar a moeda, Lopes e Rossetti (1998) acentuam os conceitos de meios de pagamento, reservas bancárias e base monetária. Tais concepções sustentam as relações de comportamento que definem o modelo simplificado de multiplicar os meios de pagamento.

Na esfera do multiplicador de moeda, a formulação de meios de pagamentos é instituída por três elementos. O papel-moeda em poder do público (PM^P) é o primeiro item dessa definição; em seguida estão os depósitos do público nos bancos comerciais (D^P_{BC}), e o terceiro são os depósitos do público em autoridades monetárias

(D_{AM}^P). Ao realizar a soma do D_{BC}^P com o D_{AM}^P , encontra-se o conceito de moeda escritural. As reservas bancárias (R_{ES}) são formuladas pela soma dos depósitos voluntários e compulsórios dos bancos comerciais às autoridades monetárias (D_{AM}^{BC}) e o papel-moeda retido em caixa pelos bancos comerciais (PM^{BC}). Já o último conceito, a base monetária, é constituída do papel-moeda em poder do público (PM^P) mais o papel-moeda retido em caixa pelos bancos comerciais (PM^{BC}) e os depósitos voluntários e compulsórios dos bancos comerciais às autoridades monetárias (D_{AM}^{BC}). Essa fórmula é caracterizada como o passivo das autoridades monetárias (Lopes; Rossetti, 1998).

Dados esses elementos, é possível analisar as relações de comportamentos que desenvolverão o multiplicador dos meios de pagamentos. A primeira relação é classificada pela seguinte equação, conforme Lopes e Rossetti (1998):

$$c = PMP / MP \quad (3)$$

Em que:

c é a participação do papel-moeda nos meios de pagamento;

PM^P é o papel-moeda em poder do público;

MP são os meios de pagamento.

Na equação (3) é calculada a proporção entre o papel-moeda em poder do público com o total dos meios de pagamento, ou seja, a projeção da participação do papel-moeda nos meios de pagamento. Nesse caso, se a proporção “ c ” reduzir, isso indica que há uma menor participação do papel-moeda na economia; essa situação de redução torna-se frequente com a inovação no mercado financeiro ao desenvolver mais a utilização da moeda escritural (Lopes; Rossetti, 1998). O PIX, considerado como depósito à vista, pode ajudar no desenvolvimento da moeda escritural para os bancos comerciais, já que sua criação fez decair a utilização da moeda manual.

Na segunda relação comportamental, tem-se a participação dos depósitos do público nos bancos comerciais, acerca do total dos meios de pagamentos, segundo Lopes e Rossetti (1998):

$$d = D_{BC}^P / MP \quad (4)$$

Em que:

d é a participação dos depósitos à vista do público nos bancos comerciais;

D_{BC}^P é o depósito do público nos bancos comerciais;

MP são os meios de pagamento.

A terceira relação, de acordo com Lopes e Rossetti (1998), é composta pela parcela dos depósitos à vista mantida em caixa, ou seja, a proporção do encaixe técnico dos bancos comerciais:

$$r_1 = PM^{BC} / D_{BC}^P \quad (5)$$

Em que:

r_1 é função de decisões do sistema bancário em relação às taxas;

PM^{BC} é o papel-moeda retido em caixa pelos bancos comerciais;

D_{BC}^P são os depósitos do público em bancos comerciais.

A quarta e última relação representa a proporção das reservas bancárias no Banco Central, compostas por depósitos compulsórios e voluntários. Ela é expressa, conforme Lopes e Rossetti (1998), pela equação 6:

$$r_2 = D_{AM}^{BC} / D_{BC}^P \quad (6)$$

Em que:

r_2 indica as reservas compulsórias;

D_{AM}^{BC} são os depósitos voluntários e compulsórios dos bancos comerciais às autoridades monetárias;

D_{BC}^P são os depósitos do público nos bancos comerciais.

Nessa relação pode-se concluir que, se o Banco Central elevar o percentual de depósitos compulsórios, as reservas se expandirão, porém o efeito multiplicador reduzirá. Para que se tenha um aumento no efeito multiplicador, é necessário reduzir as taxas de depósito compulsório. Com base nesse composto de relações é possível identificar a expressão do efeito multiplicador dos meios de

pagamento, incluindo as definições de meios de pagamento e de base monetária relacionando suas relações de comportamento (Lopes; Rossetti, 1998). Ao realizar a simplificação da expressão, tem-se que:

$$K = 1 / c + d (r_1 + r_2) = M1 / B \quad (7)$$

Com base na fundamentação teórica do efeito multiplicador, é admitido que a porcentagem da taxa de retenção de papel-moeda pelo público e da reserva compulsória influencia diretamente o efeito da multiplicação da moeda escritural. Assim, o depósito à vista tem o poder de aumentar a multiplicação, já que esse dinheiro é totalmente depositado no sistema bancário.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A metodologia a ser utilizada neste artigo refere-se ao método dedutivo, que, de acordo com Gil (2019, p. 10), “parte de princípios reconhecidos como verdadeiros e indiscutíveis e possibilita chegar a conclusões de maneira puramente formal, isto é, em virtude unicamente de sua lógica”. Fundamentando-se nessa premissa da generalização para uma questão particular, o trabalho parte do princípio de que os meios de pagamento obtêm maior facilidade em permitir níveis de transação mais viáveis. Como premissa específica, tem-se a introdução do PIX, a qual permitiu às pessoas realizar mais transações por meios eletrônicos.

Para o procedimento técnico, optou-se pela pesquisa bibliográfica, que é “realizada com base em fontes disponíveis, como documentos impressos, artigos científicos, livros, teses e dissertações” (Lakatos; Marconi, 2017, p. 31). Assim, realizou-se a busca por livros na biblioteca virtual da Universidade da Região de Joinville (Univille) que contemplassem a temática dos meios de pagamento e conceitos sobre a retenção e liquidez da moeda. Para a base de dados, recorreu-se a materiais publicados no *site* do Banco Central inseridos nas estatísticas dos meios de pagamento e do PIX. Com o intuito de fundamentar os dados, foram utilizadas notícias de jornais virtuais do período de novembro de 2020 a julho de 2022 encontradas no Google Notícias.

A abordagem científica teve cunho qualitativo, sobre o qual Walliman (2015, p. 215) afirma:

Esse tipo de pesquisa é baseado em dados expressos principalmente por palavras – descrições, relatos, opiniões, sentimentos etc. – em vez de números. Esses dados são comuns quando as pessoas são o foco do estudo, em especial os grupos sociais ou os indivíduos de uma sociedade.

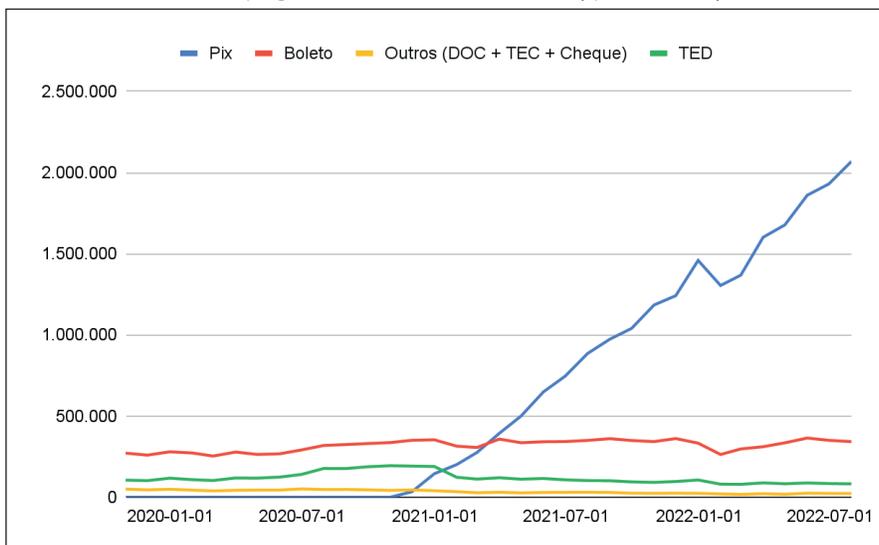
Seguindo esse processo, o estudo foi referenciado com os dados do Banco Central e elaborado por uma análise qualitativa dos volumes e perfis de quem está utilizando o PIX desde a sua implementação até julho de 2022.

Quanto ao objeto, a pesquisa será descritiva, que, de acordo com Gil (2019, p. 26), tem “como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis”. Por isso será descrito o que ocorreu no período de novembro de 2020 até julho de 2022 com o sistema de pagamento instantâneo, cujo objetivo é analisar os dados do Banco Central em relação ao PIX.

ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A princípio, a análise e discussão dos resultados consistem em realizar um apanhado sobre os dados referentes aos meios de pagamentos no que diz respeito à quantidade e ao valor, bem como fazer uma abordagem sobre o PIX, conforme será apresentado a seguir. Inicialmente, destaca-se o número de operações que os principais meios de pagamento e transferência tiveram no período em análise. No gráfico 1, tem-se esse dado, considerando o PIX (a partir de nov. 2020) e os boletos, o DOC, a TEC, o cheque e a TED.

Gráfico 1 – Meios de pagamento e transferências (quantidade)



Fonte: Bacen (2022b)

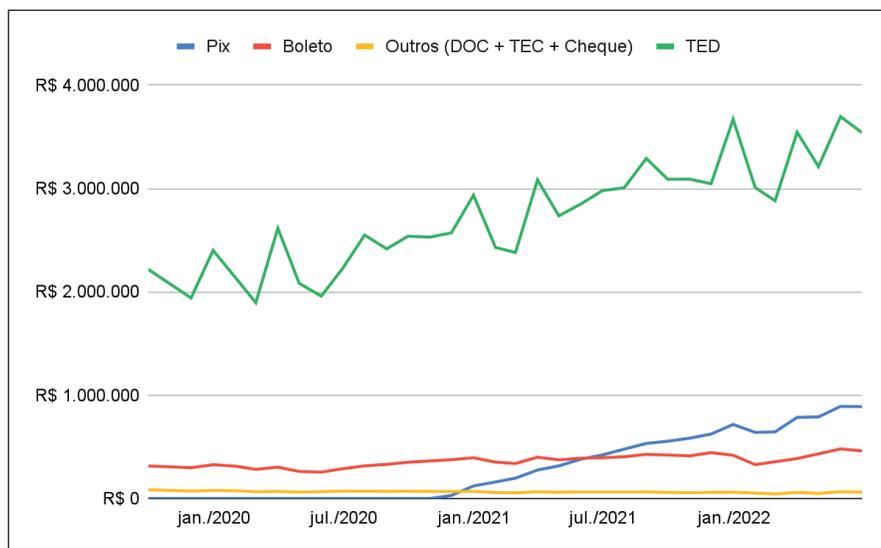
No gráfico 1, observa-se que, entre os meios de pagamento, o PIX teve a maior oscilação positiva desde o seu lançamento em 16 novembro de 2020, isso considerando o número de operações, o que evidencia que o PIX começou a integrar os meios de pagamento de forma inovadora e eficaz. É notório que essa novidade nos meios de pagamento teve grande aceitação pela população brasileira. Bompan (2021) relata:

Pesquisa da Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL) e pelo Serviço de Proteção ao Crédito (SPC Brasil), em parceria com o Sebrae, mostra que o Pix, sistema de transações instantâneas e capitaneado pelo Banco Central (BC), é segundo meio de pagamento mais utilizado no País, com 70% da preferência, perdendo por pouco pelo dinheiro em espécie, com 71%.

Conforme o gráfico 1, o sistema de pagamento instantâneo teve um rápido crescimento, superando os outros meios. No mês de março de 2021, pela primeira vez, o PIX superou em quantidade os outros meios de pagamento, chegando a quase 394 mil transferências. Para

fins de comparação, nesse mesmo mês houve um pouco mais de 358 mil transferências no boleto, 30 mil no DOC + TEC + Cheque e 120 mil na TED. Logo após ganhar a confiança da população, o PIX seguiu disparado na frente, conseguindo chegar a 1,4 milhão de transferências em dezembro de 2021. Ao analisá-lo desde a sua implantação até o último dado desta pesquisa, é possível perceber que o PIX teve um crescimento de 6.072%. Tratando-se de valor em reais, também se pode fazer uma avaliação com base no gráfico 2.

Gráfico 2 – Meios de pagamento e transferências (valor)



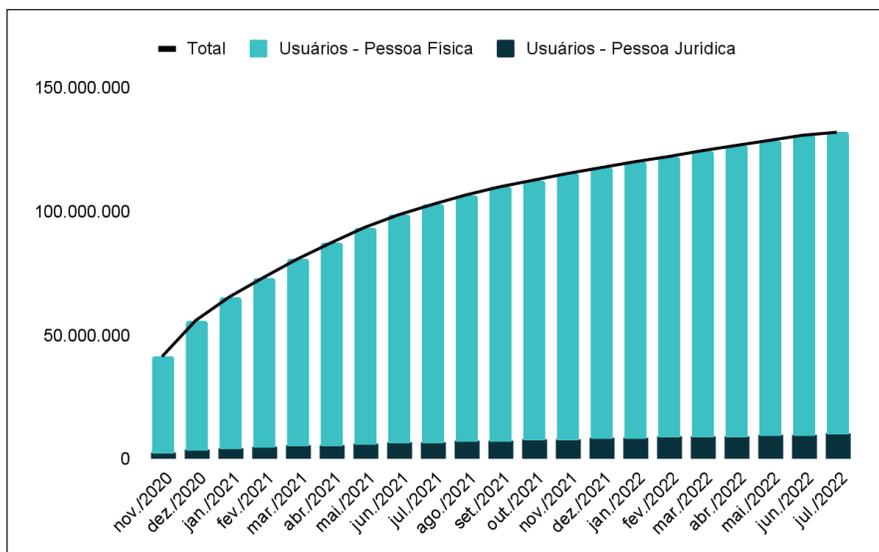
Fonte: Bacen (2022a)

Apesar da sua grande aderência em termos de quantidade, como observado no gráfico 1, na temática de valores em reais o PIX começou a ter relevância somente no mês de junho de 2021, chegando a R\$ 421 mil e ultrapassando os pagamentos de boletos e outros (DOC + TEC + Cheque), como se observa no gráfico 2. O PIX, no entanto, não alcançou os resultados obtidos pela TED, mantendo-se bem longe dos saldos desta. De acordo com os dados, o maior valor monetário atingido pelo PIX foi de R\$ 891 mil em maio de 2022, enquanto a TED obteve um resultado de R\$ 3,7 milhões, uma diferença de R\$ 2,8 milhões. Rodrigues e Barcellos (2021) relatam a fala do presidente do Banco Central do Brasil, Roberto Campos Neto, sobre essa situação,

afirmando que as transações do PIX têm utilização maior de pessoa para pessoa, e que as movimentações entre pessoas jurídicas são mais modestas, com participação de 6,4 milhões de empresas.

Tal situação é caracterizada pela natureza dos usuários cadastrados no Diretório de Identificadores de Contas Transacionais (DICT). Nota-se no gráfico 3 que as transações do sistema de pagamento instantâneo ganharam mais espaço entre pessoas físicas.

Gráfico 3 – Usuários cadastrados no DICT



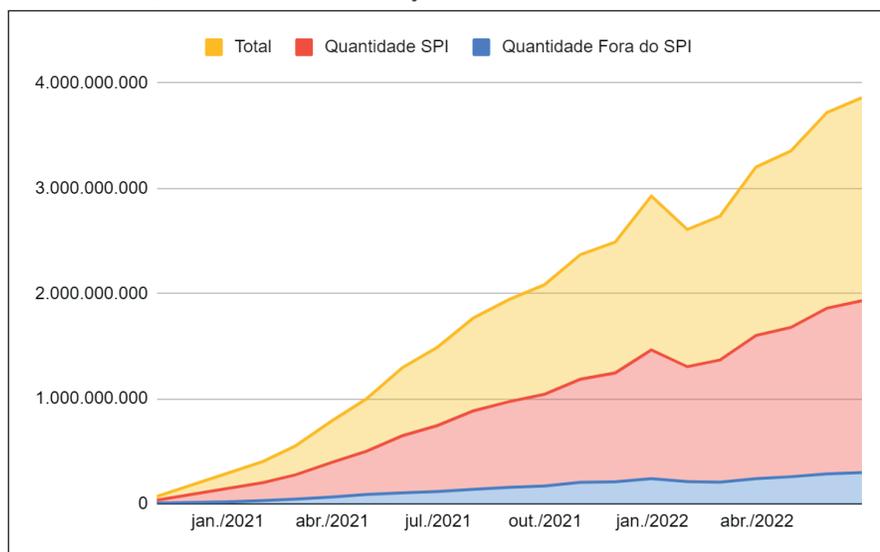
Fonte: Bacen (2022b)

No seu primeiro mês de utilização, como se observa no gráfico 3, o PIX alcançou aproximadamente 2,4 milhões de usuários cadastrados como pessoa jurídica, enquanto a natureza de pessoa física chegou a 38 milhões. Tais resultados apresentam grande alteridade e impactam na questão de valores em reais, já que as empresas realizam transações de maior valor e possuem maior aderência pela TED. Esse cenário é explicado em entrevista ao UOL Economia (Castro, 2021) pela assessora do Departamento de Competição e de Estrutura do Mercado Financeiro do Banco Central, Mayara Trindade Yano, que justifica que a TED possui maior aderência pelas empresas em virtude de essa transação ter sido criada com a finalidade de realizar operações de alto valor. Mayara também relata a opinião das empresas sobre o PIX, as quais argumentam que para a sua utilização

é necessário fazer adaptações, já que, como a TED, possuem sistemas integrados de gestão para realizar movimentações de alto valor.

Verifica-se ainda no gráfico 3 que o cadastramento de contas no PIX não obteve queda nos usuários físicos nem nos jurídicos desde sua implantação. Mesmo possuindo pequena aceitação no mundo dos grandes empreendimentos, a utilização do PIX foi crescendo gradativamente durante os meses e chegou a 9,7 milhões de cadastros em CNPJ em 31/7/2021. Essa ferramenta, contudo, ainda é insuficiente para as empresas, como observa o CEO da Dinamo Network, Marcos Zanini, em entrevista ao UOL Economia (Castro, 2021). Ele menciona que no mercado a TED possui maior aceitação, pelo fato de transmitir mais segurança. Relata que a condição tecnológica do PIX de transferir em poucos segundos um pagamento pode ser um ponto negativo para o empreendimento, já que o tempo de transferência de 15 a 20 minutos da TED auxilia em casos de erros, o que permite solicitar o cancelamento e estorno do valor. Outra situação vantajosa em utilizar a TED é que muitas empresas não pagam taxas na transferência, por possuírem negociação com os bancos em razão do alto volume de transferência (Castro, 2021).

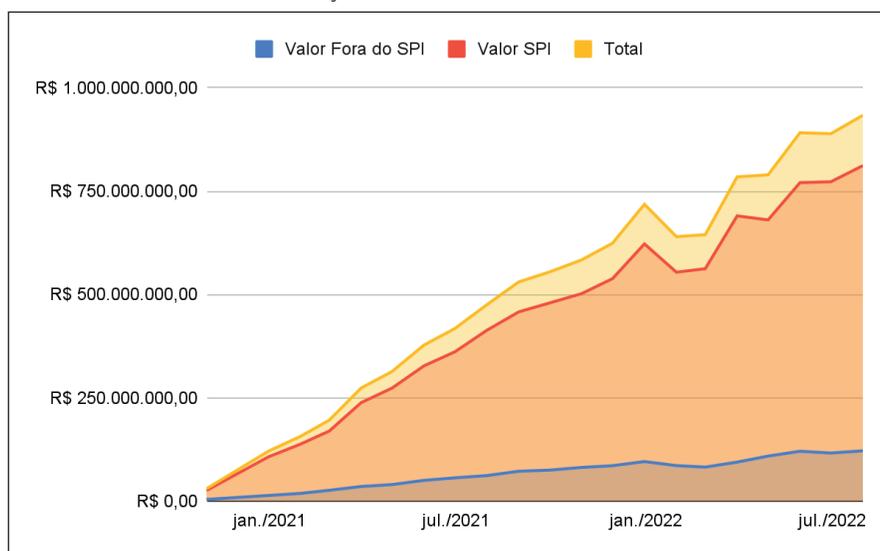
Gráfico 4 – Quantidade das transações PIX



Fonte: Bacen (2022b)

É possível identificar no gráfico 4 que o sistema de pagamento instantâneo apresentou um crescimento contínuo no período de um ano, novembro de 2020 a novembro de 2021. Durante esse momento de popularização do PIX entre os brasileiros, tal meio de pagamento atingiu diversos recordes de movimentações financeiras e não apresentou queda no intervalo de tempo mensal. Tunholi e Favretto (2021) descrevem que no dia 20/12/2021 foram registrados pelo Banco Central dois novos recordes: em apenas 24 horas ocorreram 51,9 milhões de movimentações financeiras, o que representou o valor de R\$ 36,8 bilhões liquidados. Em uma análise trimestral, entre 31/7/2021 e 30/9/2021, trimestre anterior ao primeiro grande pico de crescimento, identifica-se uma evolução de 17,80%. No período de 31/10/2021 a 31/12/2021, a quantidade de transações progrediu em 23,53%; comparando os dois trimestres, houve um aumento de movimentação financeira de 5,73%.

Após esse crescimento, nota-se no gráfico 4 uma retração significativa no mês de janeiro de 2022. Nesse intervalo houve 1,3 bilhão de transações, as quais indicam uma perda de 10,86% em comparação ao mês de dezembro de 2021. Essa situação é explicada pela sazonalidade de fim de ano; Souza (2022) expõe que, em virtude de o mês de dezembro obter forte comercialização por conta das festividades, ocorreu uma queda no mês seguinte, já que as pessoas deixam de gastar e priorizam o pagamento de suas dívidas. Ainda assim, no mês de março de 2022 o PIX bateu novo recorde e chegou a 1,6 bilhão de transações. Prosseguiu aumentando e atingiu 2 bilhões de movimentações no mês de julho de 2022. Ao comparar a quantidade de transações entre 31/12/2021 e 31/7/2022, decorreu um aumento de 41,35%. Para desenvolver uma concepção na temática de valores em reais, o gráfico 5 apresenta o valor das transações. Embora o quadro 4 mostre o período de janeiro a abril de 2022 e o gráfico 5 de janeiro a julho de 2022, percebe-se uma tendência de aumento das negociações.

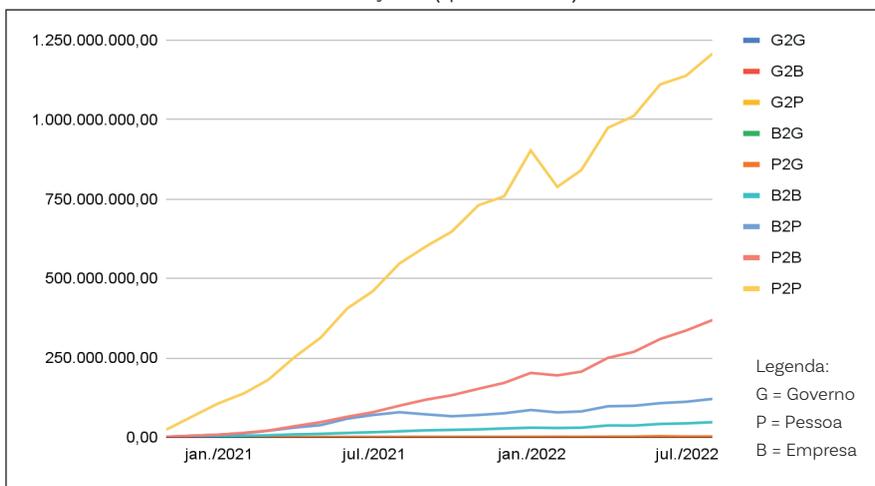
Gráfico 5 – Valor das transações PIX

Fonte: Bacen (2022b)

O desenvolvimento dos valores em reais, apresentado no gráfico 5, segue de forma semelhante à quantidade de transações ilustrada no gráfico 4. Correlacionando os principais pontos de crescimento e retração das quantidades de transações com os valores, observa-se que, no primeiro pico de crescimento (31/12/2021), os valores atingiram R\$ 718 milhões para 1,4 bilhão de transações, com um *ticket* médio de R\$ 490,00. No mês seguinte, o PIX sofreu uma queda, e os valores das transações diminuíram para R\$ 639,9 milhões com 1,3 bilhão de transações. Após dois meses de retração, em março de 2022, esse meio de pagamento atingiu R\$ 784 milhões para 1,6 bilhão de transações. No último mês analisado neste artigo, julho de 2022, o PIX alcançou R\$ 933 milhões para 2 bilhões de transações. Ao dividir o valor das transações pela quantidade de operações, constata-se um *ticket* médio de R\$ 452,00.

Para a compreensão do cenário do PIX, é significativo identificar os agentes econômicos que mais utilizam a ferramenta e como se comporta essa movimentação financeira entre eles. No gráfico 6 é exposta a quantidade de transações por natureza de cada uma delas:

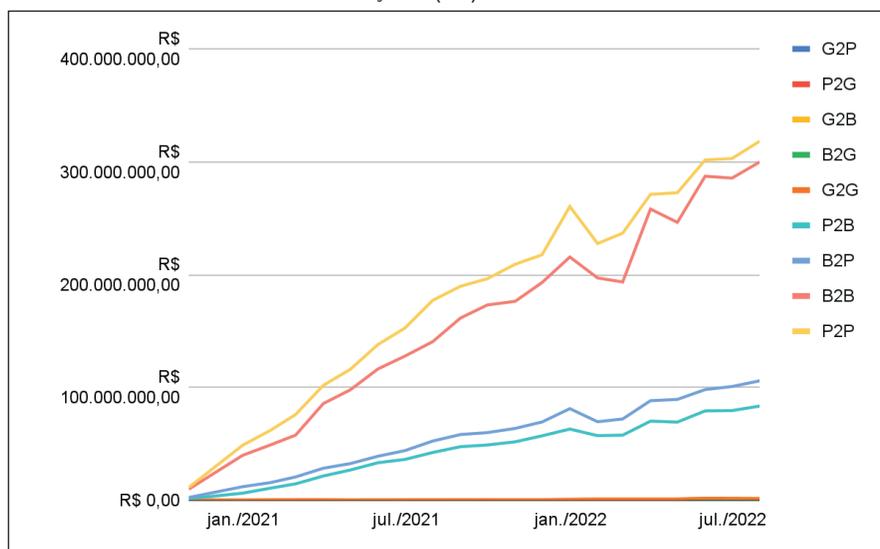
Gráfico 6 – Natureza das transações (quantidade)



Fonte: Bacen (2022b)

É possível identificar no gráfico 6 que a maior quantidade de transações ocorre de pessoa para pessoa (P2P). Tal situação transcorre desde a implementação do PIX até julho de 2022, sem nenhuma alternância. Em segundo lugar, as movimentações são efetuadas de pessoa para empresa (P2B). Nesse ponto, observa-se que de novembro de 2020 a junho de 2021 houve pouca disparidade em relação às transferências de empresa para pessoa (B2P), com uma média de diferença de 4,4 milhões de transações. Em julho de 2021 esse cenário mudou bruscamente, e as transações P2B expandiram para 99,6 milhões, enquanto as de B2P ficaram em 78,9 milhões de transações, uma diferença em torno de 20,7 milhões.

No contexto de valores em reais a P2P continua liderando, porém o quadro da natureza das transações modifica o cenário, e fica evidente que as empresas possuem melhor participação. Esse evento é ilustrado no gráfico 7:

Gráfico 7 – Natureza das transações (R\$)

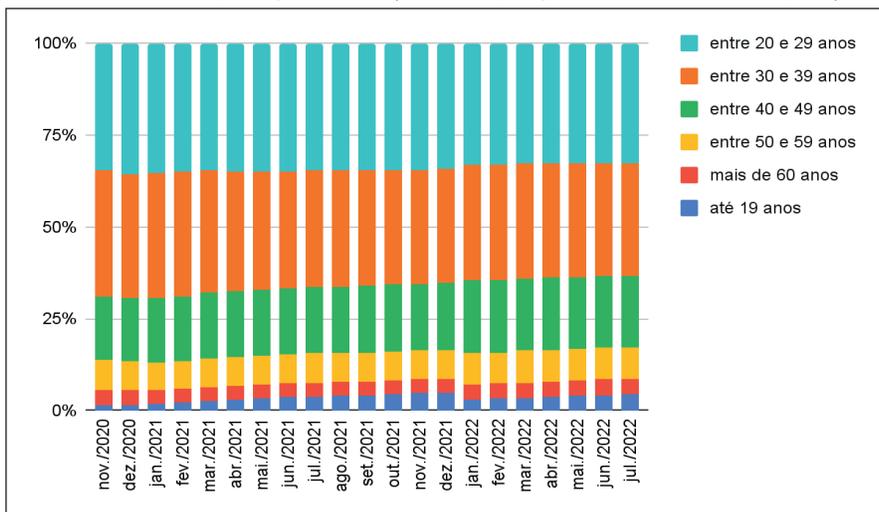
Fonte: Bacen (2022b)

Pelo fato de a quantidade de transações P2P ser extremamente grande, o volume financeiro também é liderado por esse nicho. A sazonalidade de dezembro de 2021 fez as transferências de P2P chegarem a mais de R\$ 260 milhões. Conforme já explicado nos gráficos anteriores, houve uma retração no mês de janeiro de 2022, porém, após dois meses, as movimentações foram retomadas, e em julho de 2022 as transferências P2P alcançaram o valor de R\$ 318,2 milhões. A mudança demonstrada no gráfico 7 é que a movimentação de empresa para empresa (B2B), a qual no gráfico 6 não apresentava muita relevância, teve transações com valores muito significativos. Para comparar com a P2P, em dezembro de 2021 a B2B conseguiu movimentar R\$ 215,5 milhões, e em julho de 2022 atingiu R\$ 299,8 milhões, um crescimento de 39,08% em sete meses.

Na terceira posição apresentam-se as transações de empresa para pessoa, que em julho de 2022 acumularam R\$ 105,8 milhões. Em seguida está a P2B, que no gráfico 6 obteve um bom desempenho em termos de quantidade, porém no tocante a valores esse grupo exibe um menor montante. A sua média de novembro de 2020 a julho de 2022 ficou em R\$ 48,9 milhões; já o seu ticket médio no período ficou em aproximadamente R\$ 370,00.

Com a finalidade de constatar mais especificamente o perfil das transações pelas pessoas físicas, no gráfico 8 é demonstrado o percentual das movimentações por idade:

Gráfico 8 – Transações por idade (distribuição percentual de transações)



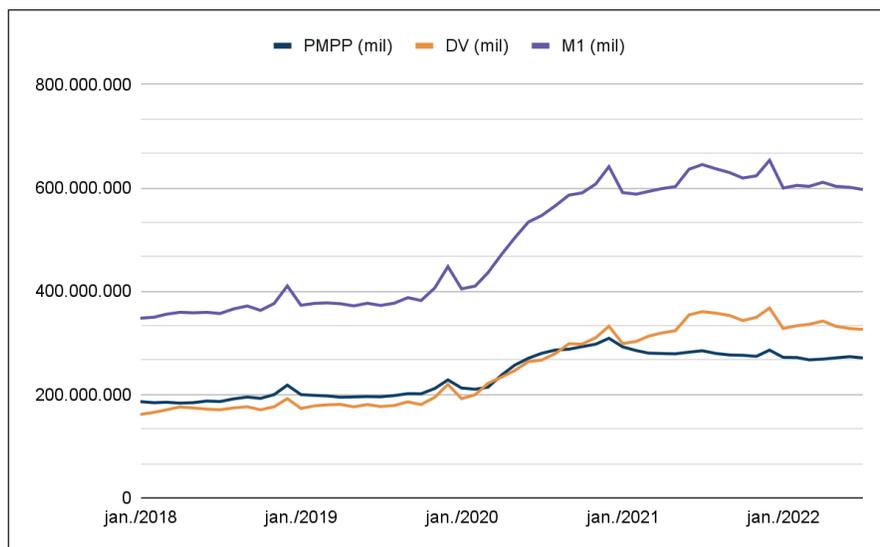
Fonte: Bacen (2022b)

O gráfico 8 evidencia que a maior parte da população brasileira que utiliza o PIX como meio de pagamento são as pessoas entre 20 e 29 anos, com uma média percentual de 34,5%. Em segundo lugar estão as pessoas de 30 a 39 anos, com uma média percentual de 31,52%. O terceiro lugar fica com o grupo de 40 a 49 anos, com 18,13% de utilização. A participação diminui nas seguintes faixas etárias: de 50 a 59 anos (média de 7,91%), mais de 60 anos (3,97%) e jovens até 19 anos (3,55%). Verifica-se que a usabilidade do PIX se destaca entre os brasileiros mais jovens, dos 20 aos 39 anos, os quais, somados, representam 66% da sociedade que aderiu a esse novo meio de pagamento. Isso se dá por essa ser uma faixa etária que busca o consumo imediato e que possui mais facilidade com a tecnologia como o *internet banking*.

Após apurar os perfis das operações do sistema instantâneo de pagamento, é fundamental confrontar os resultados com o progresso que o M1 adquiriu após o surgimento do PIX. Este estudo vai demonstrar se a tecnologia do novo meio de pagamento impactou

na redução da utilização do papel-moeda e no aumento da moeda escritural. A seguir é exibido o gráfico 9, que representa os meios de pagamento M1: papel-moeda em poder do público e depósito à vista.

Gráfico 9 – Meios de pagamento M1: depósito à vista e papel-moeda em poder do público (saldo final de período)



Fonte: Bacen (2022d)

É possível observar no gráfico 9 que os meios de pagamento M1 ampliaram significativamente seu volume financeiro no período de janeiro de 2018 a julho de 2022. Ao analisar os números desse volume no intervalo anterior à implantação do PIX, janeiro de 2018 a outubro de 2020, é constatada uma média de R\$ 376,7 milhões. Já no período de novembro de 2020 a julho de 2022 essa média subiu para R\$ 604,7 milhões, o que indica um aumento de 60,55%. Tratando-se especificamente do segundo componente da M1, é possível identificar que o depósito à vista (DV) acompanhou esse progresso. No mês de janeiro de 2018 o volume financeiro foi de R\$ 161,5 milhões e em julho de 2022 ampliou para R\$ 326 milhões, um crescimento de 101,83%.

Outro comportamento interessante no gráfico 9 é o movimento do papel-moeda em poder do público (PMPP), que de janeiro de 2018 a fevereiro de 2020 se mantinha sempre à frente do DV. A partir de março de 2020 passou a haver oscilações entre os dois componentes

da M1, e após a implantação do PIX, em novembro de 2020, o cenário começou a inverter, e o DV sobressaiu no volume financeiro comparado ao PMPP. Ao explorar os contextos de sazonalidade nos meses de dezembro, identifica-se que em dezembro de 2019 o PMPP estava em um nível maior que o DV, com uma diferença de R\$ 8,8 milhões. Em dezembro de 2020 o DV ultrapassou o PMPP, com uma diferença de R\$ 23,3 milhões, e em dezembro de 2021 o depósito à vista disparou, com uma discrepância de R\$ 81,5 milhões.

Sob essa ótica, é válido analisar o movimento do multiplicador monetário realizado pela moeda escritural. Como já citado, o depósito à vista é o maior responsável pelo multiplicador da moeda, pelo fato de o dinheiro ser depositado no sistema bancário. Nesse sentido, quanto menor a retenção de papel-moeda e maior a utilização de meios de pagamentos digitais, mais fácil é para os bancos ampliar a oferta de moeda na economia. Para evidenciar essa dinâmica, a tabela 1 apresenta o comportamento do multiplicador monetário, que “é definido como a razão entre os Meios de Pagamentos (M1) e a Base monetária restrita, representando a quantidade de moeda que o sistema bancário cria a partir de cada unidade monetária” (Bacen, 2022e).

Tabela 1 - Multiplicador monetário (K) média anual

Período	Índice
Jan. 2018	1,3
Jan. 2019	1,33
Jan. 2020	1,32
Jan. 2021	1,37
Jan. 2022	1,47

Fonte: Bacen (2022f)

Na tabela 1 é constatado o multiplicador monetário do mês de janeiro dos anos de 2018 a 2022, em que é possível identificar um aumento de 0,17 no índice K, um crescimento de 13,08% durante 4 anos. Ao comparar o índice K nos anos em que o PIX ainda não estava presente no sistema financeiro, observa-se um baixo crescimento entre 2018 e 2020. Em 2018 e 2019 ocorreu um avanço de 2,31%; em 2019 e 2020 houve uma queda de 0,75%. No mês de janeiro de 2021, período em que o PIX já participava dos meios de pagamento,

o multiplicador monetário obteve um desempenho de 1,37, uma alta de 3,79% do mês de janeiro de 2020 para janeiro de 2021. Com o PIX já consolidado entre a população brasileira, o multiplicador monetário em janeiro de 2022 obteve uma boa *performance* e aumentou em 7,30% em comparação a janeiro de 2021, chegando ao índice de 1,47.

Com a explanação dos resultados da M1 e do multiplicador monetário, é notório que a tecnologia dos pagamentos digitais tem cada vez mais alcançado seu espaço na sociedade brasileira. Com esse cenário, torna-se mais atingível a meta do Banco Central, que é reduzir a emissão de papel-moeda em poder do público, por ser algo custoso para a instituição financeira, e tornar mais eficiente o mercado por meio de um ecossistema que proporcione competitividade e inclusão financeira.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo possibilitou a compreensão do comportamento dos meios de pagamento, mais especificamente do sistema instantâneo de pagamento PIX, no período de novembro de 2020 a julho de 2022. As análises realizadas abordaram primeiramente o volume de transações dos meios de pagamento em geral, como TED, boleto, PIX, DOC, cheque e TEC, com o objetivo de confrontar a relevância do sistema instantâneo de pagamentos com os outros meios. Por conseguinte, houve um aprofundamento na explanação dos dados do PIX, e foram identificados o volume financeiro e o perfil das operações que esse novo sistema promoveu.

Para fundamentar o tema pesquisado, utilizaram-se estudos estruturados pelos autores Alexandre Assaf Neto, Frederic Mishkin, Gregory Mankiw, João C. Lopes e José P. Rossetti. Suas contribuições sustentam a relevância de inserir no sistema financeiro novos meios de pagamento que inovem ao oferecer mais facilidade para as pessoas e melhor eficiência para o mercado. O PIX, instituído como um sistema de pagamento instantâneo, promove sem muitas burocracias alta liquidez para seus usuários, proporcionando agilidade, segurança e simplicidade.

Dado o exposto quanto aos perfis das operações do sistema de pagamento instantâneo correlacionado à fundamentação dos meios

de pagamento, lança-se a hipótese de que o pagamento instantâneo elimina a retenção de papel-moeda em poder do público, fazendo com que ocorra uma maior eficiência no mercado. Isso porque foi apurado que o papel-moeda em poder do público obteve uma queda em comparação ao depósito à vista após a implantação do PIX, e o multiplicador monetário cresceu significativamente para poder criar a moeda escritural. Já a hipótese de que o sistema de pagamento instantâneo pode fazer com que os consumidores migrem de formato de pagamento, deixando de utilizar o débito ou o pagamento em papel-moeda, se torna refutada. Pela análise, constata-se que não houve uma substituição no formato de pagamento, levando as pessoas a deixar de utilizar os outros meios, mas sim a inclusão de um novo formato, que é usado de acordo com a necessidade de cada indivíduo.

A *performance* do PIX entre novembro e julho de 2022 adquiriu bons resultados. Identificou-se um rápido crescimento em termos de quantidade, com um progresso de 6.072% desde a sua origem até a data final deste estudo. Apesar de ser o meio mais empregado quando comparado a TED, DOC, cheque e boleto, o PIX não conseguiu atingir em valores reais nas suas transferências os resultados alcançados pela TED; em maio de 2022 a diferença entre os dois foi de R\$ 2,8 milhões. Durante o estudo se constatou que esse cenário ocorreu pelo fato de o PIX ser utilizado em sua maior parte por pessoas físicas. Mesmo que esse pagamento digital esteja crescendo entre as pessoas jurídicas, ainda não há grandes benefícios para que as empresas troquem a TED pelo PIX. Ao analisar o PIX de forma isolada, verificou-se que seu crescimento foi contínuo durante um ano; ocorreu apenas uma retração em janeiro e fevereiro de 2022, explicada pela sazonalidade de dezembro.

Conclui-se que o PIX se destaca em termos de quantidade de transações, entre as pessoas físicas e na faixa etária mais jovem da população. Averiguou-se uma aceitação significativa entre os brasileiros para a utilização do novo meio de pagamento digital, desenvolvendo resultados positivos e progressivos para o sistema instantâneo de pagamentos. Com isso, verificou-se que o PIX pode influenciar na quantidade de papel-moeda em poder do público ao inserir um pagamento digital sem burocracia e auxiliar no multiplicador monetário, já que impactou no crescimento do depósito à vista.

Dessa forma, faz-se primordial o prosseguimento dos estudos relacionados ao sistema de pagamento instantâneo PIX, já que foi criado recentemente, o que limitou a pesquisa de novembro de 2020 a julho de 2022. O avanço do estudo possibilitará analisar se o PIX vai alcançar maior adesão entre pessoas jurídicas e se realmente o Banco Central terá redução nos custos da emissão de papel-moeda.

REFERÊNCIAS

ABREU, Edgar; SILVA, Lucas. **Sistema financeiro nacional**. São Paulo: Grupo GEN, 2016. ISBN 9788530974657. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530974657/>. Acesso em: 20 abr. 2022.

ASSAF NETO, Alexandre. **Mercado financeiro**. São Paulo: Grupo GEN, 2021. ISBN 9788597028171. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597028171/>. Acesso em: 20 abr. 2022.

BACEN – BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Estatísticas de meios de pagamentos**. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/publicacoes/agenda_pesq_sfn. Acesso em: 9 set. 2022a.

BACEN – BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Estatísticas do PIX**. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/estatisticaspix>. Acesso em: 9 set. 2022b.

BACEN – BANCO CENTRAL DO BRASIL. **O que é PIX?** Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/pix>. Acesso em: 1.º abr. 2022c.

BACEN – BANCO CENTRAL DO BRASIL. **SGS sistema gerenciador de séries temporais – v2.1**. Disponível em: <https://www3.bcb.gov.br/sgspub/consultarvalores/telaCvsSelecionarSeries.paint>. Acesso em: 2 out. 2022d.

BACEN – BANCO CENTRAL DO BRASIL. **SGS sistema gerenciador de séries temporais – v2.1**. Disponível em: <https://www3.bcb.gov.br/sgspub/consultarmetadados/consultarMetadadosSeries.do?method=consultarMetadadosSeriesInternet&hdOidSerieSelecionada=7534>. Acesso em: 2 out. 2022e.

BACEN – BANCO CENTRAL DO BRASIL. **SGS sistema gerenciador de séries temporais – v2.1**. Disponível em: <https://www3.bcb.gov.br/sgspub/consultarvalores/telaCvsSelecionarSeries.paint>. Acesso em: 2 out. 2022f.

BOMPAN, Fernanda. Pix é o 2.º meio de pagamento mais utilizado no Brasil, mostra estudo. **Valor Investe**, 30 ago. 2021. Disponível em: <https://valorinveste.globo.com/produtos/servicos-financeiros/noticia/2021/08/30/pix-o-2-meio-de-pagamento-mais-utilizado-no-brasil-mostra-estudo.gh.html>. Acesso em: 5 set. 2024.

CAMPOS, Álvaro; BOMPAN, Fernanda. Pix será histórico porque leva a nova era de meios de pagamentos, diz presidente da Febraban. **Valor Investe**, 9 nov. 2020. Disponível em: <https://valorinveste.globo.com/produtos/servicos-financeiros/noticia/2020/11/09/pix-sera-historico-porque-leva-a-nova-era-de-meios-de-pagamentos-diz-presidente-da-febraban.gh.html>. Acesso em: 1.º abr. 2022.

CASTRO, Fabrício de. Sucesso no Brasil, um ano depois Pix ainda perde para TED e cartões. **Uol**, 17 nov. 2021. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2021/11/17/sucesso-no-brasil-pix-ainda-luta-por-espaco-com-ted-e-cartao-de-credito.htm>. Acesso em: 5 set. 2024.

EY BRASIL. **Transformação no setor bancário e de pagamentos do Brasil**. 4 set. 2020. Disponível em: https://www.ey.com/pt_br/financial-services/transformacao-do-setor-bancario. Acesso em: 1.º abr. 2022.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019. 248 p. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597020991/>. Acesso em: 20 set. 2022.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2017. 310 p. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597026559/>. Acesso em: 20 set. 2022.

LOPES, João C.; ROSSETTI, José P. **Economia monetária**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 1998.

MANKIW, N. Gregory. **Macroeconomia**. 8. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2015.

MISHKIN, Frederic. **Moedas, bancos e mercados financeiros**. 5. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1998.

RODRIGUES, Eduardo; BARCELLOS, Thaís. **Com o PIX, circulação de dinheiro em espécie diminui em R\$ 40 bilhões**. Publicado em: 14 nov. 2021. Disponível em: <https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,r-40-bi-a-menos-em-dinheiro-fisico,70003898019>. Acesso em: 1.º abr. 2022.

ROSSETTI, José P. **Introdução à economia**. 21. ed. São Paulo: Grupo GEN, 2016. ISBN 9788597008081. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597008081/>. Acesso em: 20 abr. 2022.

SOUZA, Izabella. 2022 começa com o PIX sendo menos usado: foi a primeira queda desde o lançamento. **Inset**, 17 fev. 2022. Disponível em: <https://www.inset.com.br/dinheiro/2022-comeca-com-pix-sendo-menos-usado-foi-a-primeira-queda-desde-o-lancamento>. Acesso em: 28 ago. 2022.

SUTTO, Giovanna. 61% dos brasileiros usam Pix, que já soma 7 bilhões de transações; versão internacional está nos planos. **Infomoney**, 16 nov. 2021. Disponível em: <https://www.infomoney.com.br/minhas-financas/614-dos-brasileiros-usam-pix-que-ja-soma-7-bilhoes-de-transacoes-versao-internacional-esta-nos-planos/>. Acesso em: 5 abr. 2022.

TUNHOLI, Murilo; FAVRETTO, Everton. Pix ultrapassa 51 milhões de transações em um dia e bate novo recorde. **IG**, 21 dez. 2021. Disponível em: <https://economia.ig.com.br/2021-12-21/pix-novo-recorde-transacoes.html>. Acesso em: 2 set. 2022.

WALLIMAN, Nicholas. **Métodos de pesquisa**. São Paulo: Saraiva, 2015. 198 p. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502629857/>. Acesso em: 20 set. 2022.

A percepção da educação financeira para jovens universitários do município de Joinville

Gabriele de Souza Cardoso¹
Jani Floriano²

Resumo: A presente pesquisa trata da percepção da educação financeira para jovens universitários do município de Joinville sob a perspectiva do consumo, da poupança e da inadimplência. Para entender esse tema, deve-se resgatar que, em fevereiro de 2022, 19,3% das famílias brasileiras que recebem até 10 salários mínimos mensalmente – e 8,5% das que faturam mais de 10 – se encontravam na posição de endividados. Levando em consideração a teoria da economia comportamental, que se difere da tradicional, é possível perceber que estudos sobre a educação financeira receberam evidência e popularidade, pois se compreendeu que os seres humanos fazem escolhas com base nas suas emoções. Dessa forma, este trabalho tem como objetivo analisar e entender a correlação entre educação financeira nas decisões de consumo, poupança e inadimplência. Utilizaram-se o método indutivo, a abordagem qualitativa, a pesquisa *survey* e a bibliográfica, buscando informações relacionadas aos dados de consumo, inadimplência e poupança em relação à economia comportamental. A pesquisa realizada identificou que, apesar de boa parte dos jovens sentir necessidade de aprender sobre o tema, eles já possuem uma breve compreensão do que se trata e tentam aplicá-la diariamente. Já os que não possuem tal conhecimento admitem que precisam adquiri-lo para melhorar a vida financeira.

Palavras-chave: poupança; consumo; inadimplência.

¹ Estudante do curso de Ciências Econômicas da Universidade da Região de Joinville (Univille).

² Doutora em Psicologia da Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), mestra em Economia pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), graduada em Economia e Direito pela Univille. Professora no curso de Ciências Econômicas da Univille. Contato: jani.floriano@univille.br.

INTRODUÇÃO

Este artigo visa abordar a percepção da educação financeira para jovens universitários do município de Joinville sob a perspectiva do consumo, da poupança e da inadimplência.

Em uma pesquisa realizada pela Federação Brasileira dos Bancos (Febraban, 2021a), em cooperação técnica com o Banco Central do Brasil e membros do sistema financeiro nacional, 69,4% dos brasileiros maiores de 18 anos afirmaram que, em relação à renda, empatam ou gastam mais do que ganham. Além disso, apenas 21,9% declararam que dariam conta de uma despesa inesperada de grande valor e somente 37,9% percebem que precisam buscar orientação financeira, de modo que 6 em cada 10 consideram que a maneira como comprometem as suas finanças não lhes permite aproveitar a vida.

Existem alguns tipos de dívidas em que os brasileiros se encontram atualmente, como o cheque especial, os carnês, financiamentos de carro, casa e outros. Esses mecanismos de crédito, contudo, possuem um percentual disparado diante dos outros, e a dívida com cartão de crédito é a mais citada pelas famílias brasileiras. Em fevereiro de 2022, 86,5% da população que fatura até 10 salários mínimos e 87% da população que recebe mais do que esse valor possuíam dívida no cartão de crédito. Além disso, foi constatado que 39% das famílias brasileiras que recebem até 10 salários mínimos possuem conta em atraso (Neto, 2022).

Muitos brasileiros enfrentam o endividamento e a inadimplência, uma vez que não realizam um diagnóstico dos seus gastos mensais e consomem mais do que recebem, tornando a balança negativa. Esse diagnóstico da situação financeira é fundamental antes de tomar qualquer decisão, para que tudo seja feito com base em um orçamento real (Domingos, 2012, p. 20).

Neto (2022) observou que, em fevereiro de 2022, 19,3% das famílias brasileiras que recebem até 10 salários mínimos mensalmente – e 8,5% das que faturam mais de 10 – se encontravam na posição de

endividados. Por consequência, cada vez mais há a necessidade de gerenciar os recursos disponíveis de modo inteligente para a obtenção do equilíbrio da vida financeira.

Outro ponto a considerar é a relação do consumo excessivo com as emoções vivenciadas pelas pessoas, como tristeza, perda, alegria, satisfação pessoal etc., pois o ser humano tende a buscar o prazer e fugir da dor. Fonseca (2016) afirma que “o limite que separa o consumo exagerado de uma mera extravagância é o prejuízo que este comportamento causa na vida da pessoa”. O consumo exagerado – além de prejudicar a vida financeira de um indivíduo, torná-lo endividado e até mesmo colocar seu nome nos registros de inadimplentes – pode se tornar uma doença.

Em 2022 o número de inadimplentes voltou a crescer, assim como o valor total das dívidas, e os motivos mais relevantes para os brasileiros encontrarem os seus nomes no Serasa³ ou SPC⁴ são a perda de emprego, a diminuição de renda e os gastos maiores do que os ganhos, ou seja, o hábito de consumo exagerado e movido pela falta de conhecimento e pelas emoções (Serasa, 2022). Compreende-se, então, que a educação financeira ajuda a sociedade a obter tranquilidade e segurança, bem como a cuidar e adquirir bens materiais e serviços levando em consideração seus custos e benefícios, entendendo como faturar, economizar e investir os recursos ganhos ao longo do mês com o máximo de conhecimento.

[...] em dezembro, o número de investidores pessoas físicas (PFs) na Bolsa brasileira (B3) atingiu 4.976.145. Em relação ao mês anterior, houve um aumento de 888.347 investidores PFs, equivalente a um crescimento mensal impressionante de +27,1% – o maior percentual de crescimento de 2021 (Ferreira; Li; Nossig, 2022).

Com isso, entende-se que, apesar de o número de jovens dispostos a valorizar e poupar o seu dinheiro estar aumentando, muitos ainda precisam ser alcançados no contexto de entender a importância de cuidar dos gastos. Sob essa ótica, compreende-se a relevância do

³ Marca brasileira de análises e informações para decisões de crédito e apoio a negócios.

⁴ Serviço de Proteção ao Crédito.

tema, uma vez que os brasileiros necessitam de conhecimento sobre finanças pessoais para prevenir-se da inadimplência, de consumos desnecessários e compulsivos e para aprender a poupar.

Assim, diante do exposto, tem-se a seguinte questão de pesquisa: qual é a percepção em relação à educação financeira para jovens universitários do município de Joinville, considerando os aspectos de consumo, poupança e inadimplência? Evidencia-se uma hipótese de que, levando em conta a educação financeira, que tem sido tratada de forma mais incisiva nos últimos anos, os jovens universitários possuem uma boa percepção sobre a importância da educação financeira e seu potencial para melhorar aspectos relacionados ao consumo, à poupança e à inadimplência. Outra hipótese, porém, sugere que, apesar de toda a discussão sobre a importância da educação financeira, os jovens universitários não têm a compreensão de que ela pode contribuir para um melhor desempenho de consumo, poupança e inadimplência, ou, por sofrerem de doenças emocionais (depressão, ansiedade etc.), eles acabam gastando compulsivamente e prejudicando o seu orçamento. Para que se entenda melhor tal processo, o objetivo geral deste artigo é analisar e compreender a correlação da educação financeira nas decisões de consumo, poupança e inadimplência de jovens.

Com isso, ao final deste trabalho, espera-se verificar se a educação financeira tem ajudado os jovens que obtiveram conhecimento sobre o assunto a lidar com as suas finanças, mantendo o saldo positivo, além de averiguar como aqueles que não conhecem os termos de finanças pessoais agem em relação ao consumo, à poupança e à inadimplência.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Alguns acontecimentos ao longo dos séculos marcaram positiva e negativamente a vida das pessoas em relação ao consumo, à poupança e à inadimplência, independentemente da localidade em que elas se encontravam. Um desses ocorridos foi a vinda da família real ao Brasil em 1808. Até as primeiras décadas do século XIX, a produção era feita por encomenda, e a população começou a compreender e a reagir diferente ao consumo após a abertura dos portos brasileiros para as nações amigas. O Brasil passou a receber

produtos estrangeiros, como alimentos importados, vestuários, utensílios, especiarias de países da Europa e, principalmente, da Índia, a qual detinha esse mercado na época (Miranda, 2017).

A abertura dos portos marcou o fim da exclusividade de Portugal sobre o comércio brasileiro, uma medida impulsionada pelo imperador francês Napoleão Bonaparte. Este defendia o Bloqueio Continental, que impedia a comercialização dos países europeus com a Inglaterra. Dom João VI, no entanto, não obedeceu a essas ordens e, com a proteção da Inglaterra, mudou-se para o Brasil e seguiu com a abertura do porto para os ingleses. Em 1808, foi assinado o “decreto que abre os portos da colônia às nações amigas, acabando com o exclusivismo metropolitano, que era a base sobre a qual se apoiava o domínio colonial português” (Rego, 2011, p. 75).

Nessa perspectiva, notou-se que o Brasil foi beneficiado com a abertura dos portos, pois a economia pôde se diversificar com novos produtos e a população colonial aumentou o consumo, apesar de os ingleses, ainda assim, terem sido os que mais se beneficiaram, pois, além de adentrarem em uma nova economia, com uma população sedenta por novidades, pagavam menos impostos com a venda dos seus produtos, ao contrário dos brasileiros e até mesmo dos portugueses (Higa, 2022). Esses fatos, posteriormente, ajudaram o Brasil no processo de independência.

Outro marco na perspectiva de consumo das nações ocorreu com a Revolução Industrial, que se iniciou em 1760 e se prolongou até 1840. Entre os impactos ocasionados, é possível mencionar a mudança na cultura e na perspectiva de consumo da população. Segundo Ferguson (*apud* Costa, 2014), “[...] a Revolução Industrial não teria começado na Grã-Bretanha e se espalhado para o restante do mundo sem o desenvolvimento simultâneo de uma sociedade de consumo dinâmica”. Antes da revolução, as pessoas consumiam para satisfazer as suas necessidades mais essenciais, visto que não havia produção em massa. Elas precisavam se preocupar, principalmente, com alimentação, vestuários básicos, produtos da agricultura e remédios. Era comum que a produção fosse artesanal, em pouca quantidade, e quase não se encontravam pontos de venda que atendessem grande parte da sociedade (Miranda, 2017). Nessa época, um dos fatores que diferenciavam a vida de um escravo e de um servo era que o escravo conseguia comprar apenas uma peça de roupa para

utilizar todos os dias, sem a possibilidade de efetuar uma compra quando desejasse. Por outro lado, existia uma maior facilidade para o servo ir às compras, ou seja, diversificar o seu guarda-roupa, sabendo que ele era assalariado (Costa, 2014).

Levando-se em conta esse contexto histórico, a percepção da educação financeira pode ser distinta para as pessoas, uma vez que elas possuem particularidades ao poupar e consumir o dinheiro. Para alguns economistas, existem influências comportamentais, conscientes e inconscientes, que ocorrem quando o ser humano faz uma escolha. A fim de explicar tal aspecto cientificamente, foi desenvolvida a teoria da economia comportamental (Ávila, 2015). A economia comportamental surgiu com o objetivo de unificar as descobertas da psicologia, a qual trouxe uma tradição experimental, e da economia, que utiliza a matemática para chegar ao resultado desejado, visando à elaboração de modelos capazes de explicar as escolhas dos indivíduos quando estes estão propensos a consumir.

A economia comportamental ou *behavioral economics*, de acordo com Tomás Duarte, o CEO da Track.co, é uma disciplina que combina *insights* dos campos da psicologia, economia e neurociência. Ela trata dos julgamentos, arquitetura de escolha, tomada de decisão e comportamento humano (Economia [...], 2020).

Apesar de não existir uma data exata para o surgimento desse estudo, Adam Smith, economista e filósofo, fez uma abordagem no livro *Teoria dos sentimentos morais*, de 1759. Segundo ele, “[...] sobretudo por considerarmos os sentimentos da humanidade que perseguimos a riqueza e evitamos a pobreza” (*apud* Attilio, 2021). Compreende-se, então, que o ser humano deseja o melhor para a sua sobrevivência e busca a aprovação da sociedade, empenhando-se para aumentar a sua remuneração, o seu conforto e o seu bem-estar. Por esse motivo, tende a seguir o caminho da prosperidade ou, por causa das suas necessidades, os empreendedores procuram novas oportunidades e inovações para o mercado. No livro citado, Adam Smith explica quais motivos levam as pessoas a tomar determinadas decisões na esfera econômica, explorando o desejo da sociedade em ter uma vida de riquezas.

Na mesma linha de pensamento, em 1970 Daniel Kahneman e Amos Tversky publicaram a teoria da perspectiva, a qual foi um marco para os estudos futuros sobre a economia comportamental. A parceria deles iniciou-se em 1969, quando estudavam juntos na Universidade Hebraica de Jerusalém. Segundo Kahneman, “Amos e eu compartilhamos a maravilha de possuímos juntos uma galinha dos ovos de ouro: uma mente conjunta” (in Infomoney, 2022).

A teoria mostra que as pessoas reagem muito mais intensamente às perdas do que aos ganhos correspondentes, o que nos direciona ao conceito de aversão a perdas ou ao prejuízo, ou seja, elas dão mais importância e valor ao que perdem do que àquilo que ganham, entretanto, quando pensam em termos globais, aceitam mais receptivamente o risco. No livro *Rápido e devagar: duas formas de pensar*, Daniel Kahneman afirma que “muitas das opções que enfrentamos na vida são ‘mistas’: há um risco de perda e uma oportunidade de ganho, e devemos decidir se aceitamos a aposta ou a rejeitamos” (Kahneman, 2012, p. 80). Kahneman e Tversky avaliaram que “as pessoas muitas vezes tomam decisões com base em ‘heurísticas’, ou processos decisórios simplificados, passíveis de erros que podem comprometer nosso juízo na tomada de decisões, ou ‘vieses cognitivos’” (Infomoney, 2022).

Em consenso com o raciocínio anterior, Kahneman fez parceria com o economista norte-americano Richard Thaler, em 1970. Eles realizaram publicações de artigos com base nos estudos sobre as experiências de mercado para compreender a reação das pessoas com as questões da economia. A partir desse período, a economia comportamental recebeu mais evidência e popularidade, pois se compreendeu que os seres humanos, na maior parte do tempo, fazem escolhas com base nas suas emoções, diferentemente da teoria tradicional, a qual evidencia que os indivíduos realizam as suas análises racionalmente, levando em conta o custo-benefício para decidir o que comprar e quais opções considerar (Infomoney, 2022).

Richard Thaler, ganhador do Prêmio Nobel de Economia em 2017, foi laureado por incorporar a psicologia nas análises econômicas, visando às consequências da racionalidade limitada das pessoas, as suas preferências sociais e o seu autocontrole. Com interesse em compreender o comportamento real dos seres humanos em relação ao que é descrito pela teoria econômica, ele iniciou os seus estudos

com evidências sem embasamento científico, apenas observando o comportamento dos indivíduos, contudo, ao entender que anedotas não seriam suficientes para começar a produção de um artigo, contou com os materiais de pesquisa e a parceria de Daniel Kahneman e Amos Tversky (Ruas, 2022).

Para Richard Thaler, considerado um dos pais da economia e das finanças comportamentais, essa área de estudo baseia-se em aspectos e suposições reais do comportamento do ser humano (Entrevista [...], 2016). Portanto, estudar como o ser humano se comporta é essencial para entender as suas tomadas de decisão. Compreende-se que a abordagem apresentada nos estudos de Richard vai além da ciência exata, pois ele se preocupa em analisar a vida real das pessoas, ou seja, como se comportam diante dos acontecimentos e desafios diários, como na aquisição ou perda de um patrimônio, emprego ou investimentos.

Algumas áreas, como a Psicologia Econômica, a Economia Comportamental e, mais especificamente, as Finanças Comportamentais, dedicam-se ao estudo da tomada de decisão e dos vieses que a influenciam. Antes marginalizadas no estudo econômico, hoje elas são amplamente aceitas, apesar de ainda sujeitas a críticas dos economistas mais ortodoxos (Wiltgen, 2018).

É natural que as pessoas vivam a sua vida agitada com os afazeres diários e dificilmente parem para observar os movimentos ao seu redor. Por isso, Richard Thaler traz como lição para aqueles que estudam ciências econômicas que “[...] os economistas devem ser verdadeiros cientistas sociais e prestar atenção ao mundo que os cerca” (Entrevista [...], 2016). Nas palavras do próprio pensador, “o problema está no modelo usado pelos economistas, um modelo que substitui o *Homo sapiens* por uma criatura ficcional chamada *Homo economicus*, que gosto de chamar abreviadamente de Econ” (Thaler, 2019, p. 15). Ou seja, apesar de a economia possuir análises exatas e focadas em modelos matemáticos visando compreender resultados futuros, a essência dessa ciência é social e, por esse motivo, faz-se necessário analisar todos os resultados possíveis até se chegar ao que causa menor impacto negativo para a sociedade.

Nessa linha de raciocínio, segundo Thaler (2019), os economistas entram em uma situação delicada quando realizam previsões econômicas que dependem de uma sofisticação econômica por parte de todas as pessoas. O autor supõe como exemplo a circunstância em que os cientistas descobrem que os agricultores obteriam resultados melhores em suas plantações se usassem mais, ou menos, fertilizantes do que de costume. Essa descoberta seria benéfica se todos os agricultores fossem Econs, uma vez que, com a disseminação da informação, todos poderiam adotá-la em suas agriculturas e deixar o mercado cuidar do restante. Isso, porém, não é aconselhável, pois é provável que apenas as empresas multinacionais seriam rápidas em adotar tais mudanças, diferentemente dos pequenos camponeses agricultores. Como contribuição do exemplo citado, acrescenta à sua ideia que,

de maneira similar, se você acredita que todo mundo vai poupar exatamente a quantia certa para a aposentadoria – como qualquer Econ faria – e concluir a partir dessa análise que não há razão para ajudar as pessoas a poupar, – digamos, criando planos de previdência –, então perderá a chance de melhorar a situação de muita gente. E se você acredita que bolhas financeiras são teoricamente impossíveis e é o responsável por um banco central, então poderá cometer erros sérios (Thaler, 2019, p. 21).

Conforme pesquisa realizada pela seguradora Allianz (Sutto; Santana, 2020), no Brasil aproximadamente 90% das pessoas não poupam com o objetivo de se preparar para a aposentadoria. No mesmo estudo, tem-se que a Nova Zelândia e os Estados Unidos possuem um percentual mais favorável em comparação com a população brasileira, sendo de 30% e 40%, respectivamente. Países emergentes, como Índia e Rússia, ficam com percentuais melhores do que o Brasil, cerca de 80%. Já na Argentina e no Egito, em torno de 95% dos cidadãos não poupam para se aposentar.

A maior dificuldade que as pessoas enfrentam para realizar a poupança é a falta de controle, fator que está relacionado a questões psicológicas, como a ausência de força de vontade, a procrastinação e

a inércia. Além disso, um atrito comum com essa prática é a dificuldade em definir o valor que se deseja poupar (Fontana, 2010). As pessoas tendem a planejar a vida financeira para o curto prazo, realizando os desejos corriqueiros, contudo, no que diz respeito à aposentadoria, segundo Richard Thaler, “inconscientemente, as pessoas tendem a dar um peso maior a supostas perdas imediatas do que à perspectiva de ganhos futuros. O corte no consumo imediato explica a relutância em começar a poupar no presente” (*apud* Fontana, 2010). Roberto Teixeira, sócio responsável pela XP Seguros, braço de seguros do grupo XP Inc., diz que, antes da Reforma da Previdência, os brasileiros contavam muito com aposentadoria pública porque recebiam um benefício próximo do que ganhavam na fase ativa (Sutto; Santana, 2020).

Isso não alimentava a ideia de poupar para o futuro. Agora as coisas vão começar a mudar porque, se não houver um planejamento financeiro de longo prazo, as pessoas vão se aposentar com muito menos dinheiro do que tinham antes (Teixeira *in* Sutto; Santana, 2020).

Para Francisco Gonçalves, especialista em finanças, o desemprego e a crise econômica contribuem para que os brasileiros não consigam poupar e sintam dificuldade em gastar menos do que ganham. Ele explica que “a razão disso é o orçamento das famílias que tem sido corroído pela alta no preço dos alimentos, energia elétrica e combustível” (*in* Amaro, 2022).

Além desses fatores, segundo dados do IBGE, o IPCA acelerou 0,67% no mês de junho de 2022 e fechou em 11,89% nos últimos 12 meses desse ano, tendo forte influência da alta nos preços no setor de bebidas e alimentos (Alvarenga; Silveira, 2022). Outro indicador que dificulta a realização da poupança para os brasileiros é o fato de que 30,2 milhões de pessoas ganham até um salário mínimo (R\$1.212,00 em 2022) e precisam se sustentar com pelo menos o básico, como a alimentação, a moradia e o transporte, além daqueles que estão inclusos na taxa de desemprego do país, sendo 11,5% da população, ou seja, 10,6 milhões de cidadãos (Amaro, 2022). Segundo Wiltgen (2018), para Richard Thaler: “Econs não têm problemas de autocontrole. Não têm ressacas, se exercitam na quantidade certa e guardam dinheiro

suficiente para a aposentadoria. Mas a maioria das pessoas tem problemas em todas essas áreas”.

A mais abrangente pesquisa realizada sobre educação financeira, a S&P Global Financial Literacy Survey, mediu, em 2014, o grau de educação financeira de 144 nações, posicionando o Brasil em 74.º lugar, atrás de países considerados os mais pobres do mundo, como Madagascar, Togo e Zimbábue (CRCGO, 2022). Com isso, é possível compreender que o Brasil ainda precisa se desenvolver fortemente nos estudos, especialmente nos assuntos de educação financeira. A entrevista contou com mais de 150 mil adultos e teve como objetivo compreender se eles dominavam os conceitos básicos de finanças: aritmética, diversificação de risco, inflação e juros compostos. Se os entrevistados conseguissem responder ao menos a três de quatro perguntas, eram considerados educados financeiramente (CRCGO, 2022).

A ordem dos três países mais educados financeiramente foi a Noruega, a Dinamarca e a Suécia, respectivamente. Ao contrário deles, os países com as três últimas posições foram o Lêmen, em último lugar, a Albânia em penúltimo e o Afeganistão em antepenúltimo (CRCGO, 2022). Com os dados obtidos por meio da pesquisa, entende-se que a falta de educação financeira nos países é uma forte barreira para a população se inserir no sistema financeiro e acessar os serviços bancários. Os que possuem baixa renda tendem a sentir mais dificuldade em poupar e lidar com as despesas mensais, bem como em obter o conhecimento necessário sobre o assunto, por falta de investimento dos seus países de origem.

Com o intuito de alcançar o desenvolvimento sustentável, em 2015 a Organização das Nações Unidas (ONU) sugeriu para os países-membros que até 2030 cumprissem os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e as 169 metas propostas pelos ODS.

Esse plano representa um marco na busca por um mundo melhor para essa e as futuras gerações e determina ações para acabar com a pobreza, promover a prosperidade e o bem-estar para todos, proteger o meio ambiente e enfrentar as mudanças climáticas (Instituto Legado, 2017).

Relacionando com o parágrafo anterior, o ODS número 4 tem como meta “assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos” (Ipea, 2022). Apesar de o Brasil ter ficado com uma baixa classificação na pesquisa sobre educação financeira da S&P Global Financial Literacy Survey, compreende-se que a educação está sendo alvo de melhoria e o país possui o objetivo de aperfeiçoar os processos até 2030, conforme o ODS.

Até 2030, eliminar as desigualdades de gênero e raça na educação e garantir a equidade de acesso, permanência e êxito em todos os níveis, etapas e modalidades de ensino para os grupos em situação de vulnerabilidade, sobretudo as pessoas com deficiência, populações do campo, populações itinerantes, comunidades indígenas e tradicionais, adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas e população em situação de rua ou em privação de liberdade (Ipea, 2022).

Portanto, diante do cenário apresentado, em que a educação financeira precisa estar presente no cotidiano das famílias e ser parte das discussões na sociedade, a proposta deste estudo é explorar a percepção de jovens universitários do município de Joinville sobre a educação financeira, com foco em aspectos como consumo, poupança e inadimplência, por meio de uma pesquisa do tipo *survey*.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este estudo, quanto ao objetivo, caracteriza-se como uma pesquisa exploratória, pois se pretende explorar a percepção de jovens universitários de Joinville em relação ao consumo, à poupança e à inadimplência. A escolha pela pesquisa exploratória se deu porque esta “tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema de pesquisa, visando construir hipóteses com abordagem qualitativa” (Tumelero, 2019). No que se refere à abordagem científica, é qualitativa, visto que possui o objetivo de obter um entendimento mais aprofundado sobre o assunto que está em evidência. Para a

utilização desta pesquisa, compreende-se que a coleta de dados qualitativos é importante, uma vez que permite entender melhor o padrão de comportamento do consumo.

Quanto à natureza, para a obtenção dos dados apresentados na análise, realizou-se uma pesquisa com 386 universitários de Joinville, considerando um grau de confiança de 95% e uma margem de erro de 5%. O número total de estudantes regularmente matriculados no ensino superior em Joinville, nas modalidades presencial e EaD, segundo o Ministério da Educação (MEC, 2020), é de 37.255. O público-alvo da pesquisa foram participantes na faixa etária a partir de 18 anos, com o intuito de compreender o comportamento deles em relação à educação financeira, relacionando com a fundamentação teórica deste artigo: a teoria da economia comportamental.

O questionário foi elaborado com 24 perguntas, sendo 3 delas com resposta aberta e 21 de múltipla escolha. As perguntas foram divididas em: identificação do pesquisado; sua renda e de seu grupo familiar; acesso à educação financeira; consumo e poupança. O objetivo do questionário foi compreender o comportamento dos entrevistados ao realizar tomadas de decisões diante de seus ganhos e gastos diários. Para a obtenção dos resultados, consideraram-se as respostas de 365 alunos. A fundamentação teórica e a sustentação da análise utilizaram uma pesquisa bibliográfica em que, além de livros, foram consultados sites oficiais com materiais disponíveis sobre o assunto e que estarão expressos no referencial bibliográfico.

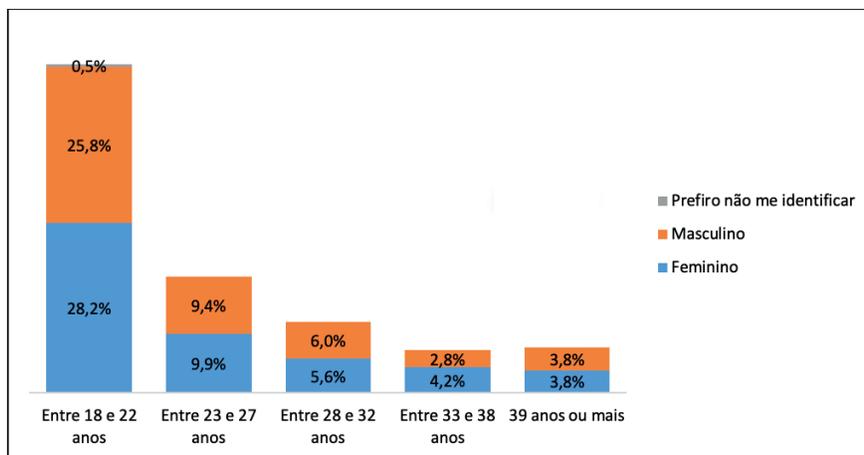
ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Para investigar a percepção de educação financeira dos jovens universitários do município de Joinville sob a perspectiva do consumo, da poupança e da inadimplência, criou-se uma pesquisa *survey* com o objetivo de compreender a escolha do consumidor com base no conhecimento que ele detém (ou não) sobre a educação financeira. A criação do questionário foi dividida em: identificação, renda, educação financeira, consumo, poupança e inadimplência.

O projeto da pesquisa foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa da Univille no dia 28 de julho de 2022, e o retorno com a aprovação ocorreu no dia 26 de setembro de 2022 (CAAE:

61062022.7.0000.5366, n.º do Parecer: 5.663.875). A pesquisa foi aplicada entre os dias 26 de setembro e 10 de outubro e teve o retorno de 386 pessoas que responderam sim ao TCLE⁵. Evidenciou-se uma participação equilibrada: 51,6% feminina e 47,9% masculina (0,5% optou por não informar). A colaboração dos jovens entre 18 e 22 anos destacou-se entre os demais envolvidos, pois mais da metade dos entrevistados (54,5%) pertencem a essa faixa etária, seguida de jovens entre 23 e 27 anos com 19,3%. Os 26,3% restantes ficaram divididos entre os três últimos grupos, que englobam pessoas com 28 anos ou mais, como se observa no gráfico 1.

Gráfico 1 – Gênero dos respondentes do questionário, segregados por idade

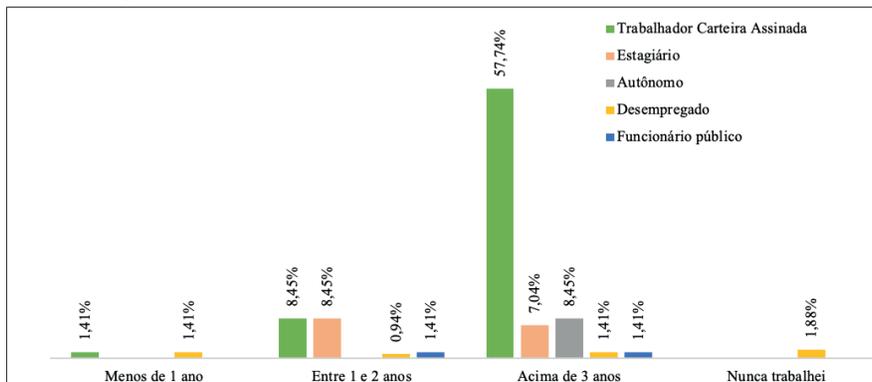


Fonte: Primária (2022)

A maior participação da faixa etária entre 18 e 22 anos era de esperar, tendo em vista o perfil do público-alvo: estudantes universitários. Para entender melhor o perfil de consumo, perguntou-se sobre a empregabilidade e quanto tempo os participantes estão inseridos no mercado de trabalho, informações que podem ser visualizadas no gráfico 2.

⁵ Sim, sou maior de 18 anos e concordo em participar da pesquisa intitulada *A percepção da educação financeira para jovens universitários*.

Gráfico 2 – Tempo de trabalho dos respondentes do questionário, segregados por ocupação

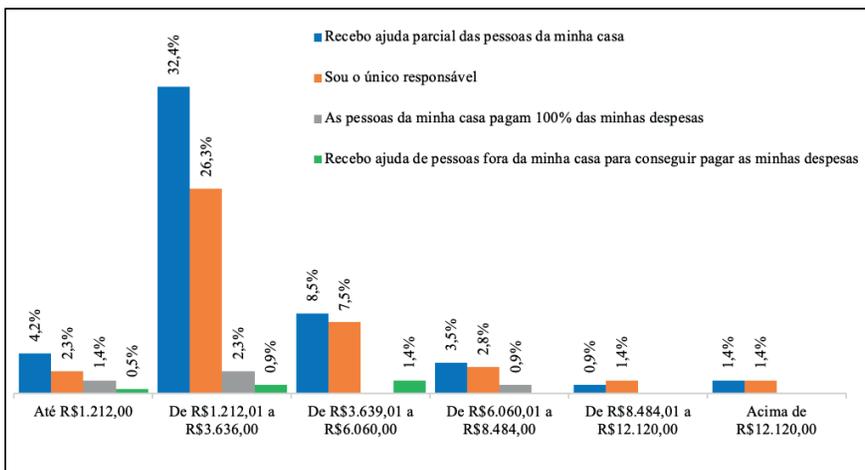


Fonte: Primária (2022)

Tendo em vista que os participantes não tinham a obrigatoriedade de responder a todas as perguntas e poderiam selecionar a opção “não quero responder”, evidenciou-se que, entre os que responderam, 94,4% estão inseridos no mercado de trabalho (englobando diversas modalidades como regime CLT, autônomo, estagiário e funcionário público), 3,7% estão desempregados mas exerceram algum trabalho anteriormente, e 1,9% está desempregado e nunca trabalhou.

Ao analisar as respostas apenas dos entrevistados que possuem renda mensal e optaram por responder, no gráfico 3 é possível identificar o percentual dos universitários que dependem da renda de terceiros para pagar as despesas mensais e dos que se responsabilizam totalmente pelos seus gastos.

Gráfico 3 – Salário dos correspondentes do questionário versus a situação financeira

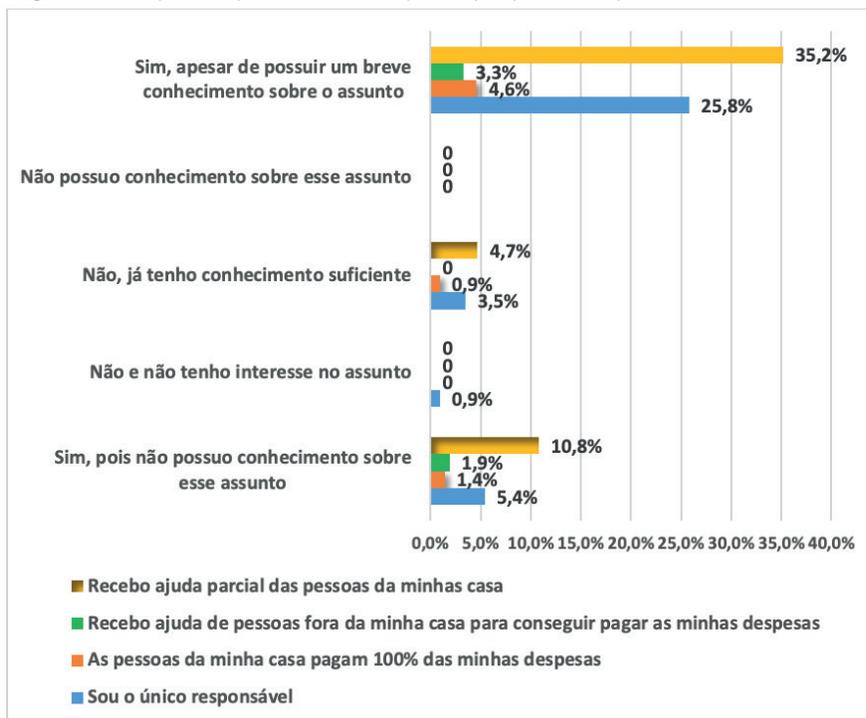


Fonte: Primária (2022)

A quantidade de correspondentes que afirmaram ser os únicos responsáveis pelas próprias despesas foi de 41,7%, dos quais 26,3% possuem renda mensal variando entre R\$1.212,01 e R\$3.630,00. Por outro lado, apesar de 94,4% dos jovens participantes declararem que estão inseridos no mercado de trabalho, 50,9% informaram que recebem ajuda parcial das pessoas que moram em sua casa, e o salário de 32,4% desse grupo de pessoas está entre R\$1.212,01 e R\$3.630,00. Portanto, a liberdade financeira ainda não foi atingida por eles, pois são dependentes de ajudas externas, mesmo sendo remunerados.

Para compreender melhor a situação e o perfil dos entrevistados, foi questionado se eles sentiam a necessidade de aprender sobre educação financeira e como controlar os gastos. No gráfico 4 é possível visualizar os resultados encontrados.

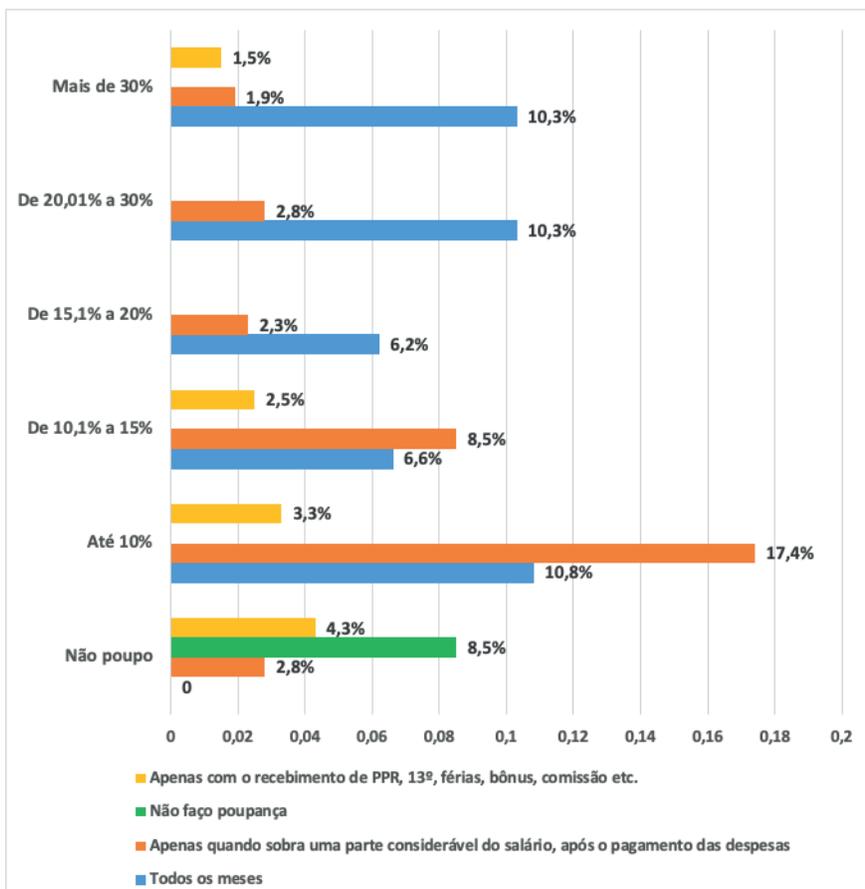
Gráfico 4 – Conhecimento dos correspondentes sobre educação financeira, segmentado por responsabilidade pelas próprias despesas



Fonte: Primária (2022)

Entre os jovens que possuem renda, que desejaram responder às informações do gráfico e que recebem ajuda parcial ou integral das pessoas da casa ou de pessoas externas, 43,2% concordam que necessitam aprender sobre educação financeira, apesar de possuírem um breve conhecimento no assunto. Entre os que são os únicos responsáveis pela renda, 26,8% concordam com essa afirmação. Verificou-se que 18,8% dos participantes, no entanto, afirmaram ter pouca ou nenhuma informação sobre finanças e possuir interesse no assunto, e 9,4% entendem que não precisam aprender, pois detêm tal conhecimento. Foi questionado aos que possuem renda a frequência com que poupam e qual o percentual em relação ao salário. No gráfico 5, é possível identificar as respostas obtidas.

Gráfico 5 – Frequência de poupança dos questionados versus o percentual poupado daqueles que possuem renda



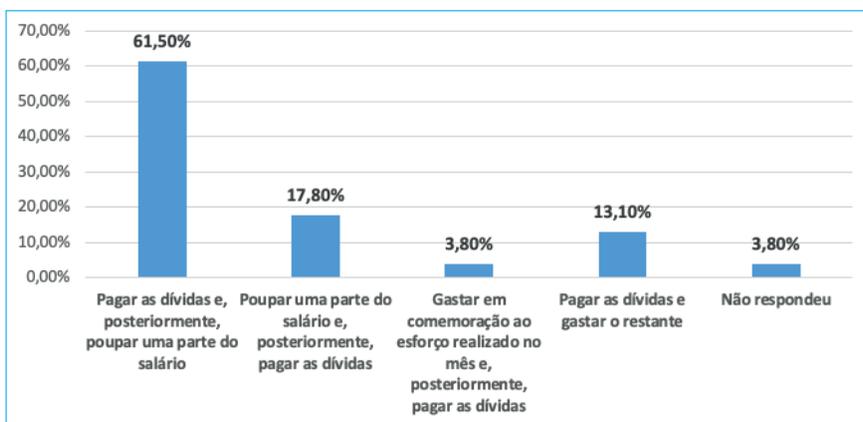
Fonte: Primária (2022)

Segundo a pesquisa realizada com os participantes que são remunerados por alguma ocupação, foi possível identificar que 7,5% não poupam parte do salário, e outros 7,6% poupam apenas com o recebimento de Programa de Participação nos Resultados (PPR), 13.º salário, férias, bônus, comissão etc. Verificou-se também que 44,6% fazem poupança todos os meses. Além disso, 35,1% guardam parte dos ganhos apenas quando sobra um valor considerável do salário após o pagamento de todas as despesas mensais, demonstrando, assim, que possuem dificuldade em criar uma reserva de emergência. Esses dados podem ser explicados pelo pensamento do economista Richard

Thaler, uma vez que, para ele (conforme apresentado anteriormente), as pessoas dão um peso maior para as perdas imediatas do que aos ganhos futuros. Um exemplo disso é a situação em que há um corte imediato no consumo, causando um impacto instantâneo nas pessoas. Em contrapartida, induzir as pessoas a desenvolverem o hábito de poupar é um processo que demanda muito mais tempo.

Foi questionado aos entrevistados que optaram por responder à pergunta e que possuem salário como eles o gerenciam em termos de dívidas e poupança no momento em que o recebem. O gráfico 6 expressa os resultados encontrados.

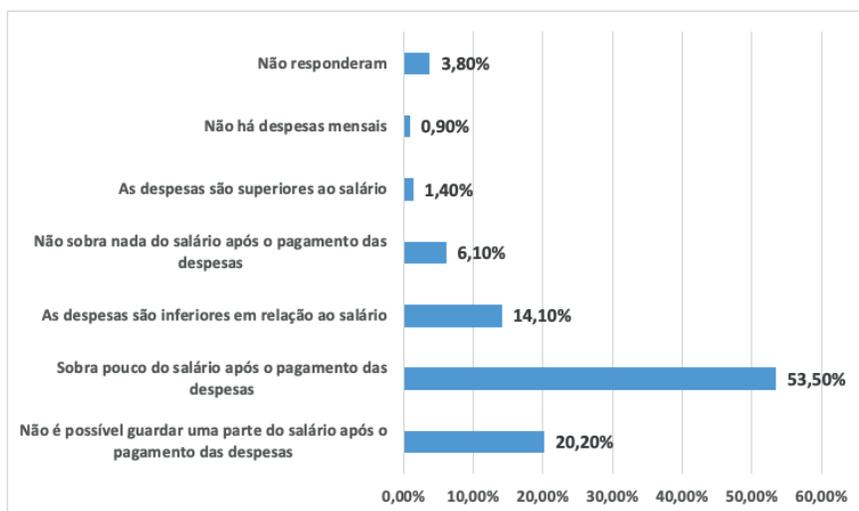
Gráfico 6 - Tomada de decisão dos jovens no momento em que recebem o salário



Fonte: Primária (2022)

Identificou-se, portanto, que a maioria (61,5%) dos jovens paga as dívidas primeiro e, posteriormente, poupa uma parte do salário, contudo 13,1% não realizam a poupança de parte do salário, já que escolhem pagar as dívidas do mês e gastar o restante. Além do questionamento anterior, foi perguntado a eles como se encontram financeiramente após o pagamento das despesas, conforme gráfico 7.

Gráfico 7 – Situação financeira dos correspondentes após o pagamento das dívidas



Fonte: Primária (2022)

O gráfico 7 traz a realidade dos jovens correspondentes quando se trata de endividamento, pois 53,5% deles declararam que sentem dificuldade em pagar as dívidas e que, quando as quitam, sobra pouco do salário. Já 6,1% afirmaram que não resta nada de sua remuneração após o pagamento das despesas. Por outro lado, 20,2% informaram que conseguem guardar boa parte dos ganhos e 14,1% estão no grupo no qual as despesas são muito inferiores ao salário. Assim, apesar de a pesquisa revelar que há jovens com controle das próprias finanças, existe uma carência entre alguns em compreender e praticar os princípios da educação financeira.

Segundo os estudos apresentados sobre Richard Thaler, é necessário analisar a vida real dessas pessoas, compreender a realidade em que se encontram financeiramente e como tomam as suas decisões diante dos desafios e acontecimentos diários, de modo a não focar apenas na ciência exata que as coloca na estatística como endividados com dificuldade de realizar os pagamentos e de se proteger com a reserva de emergência, ou como “bons” pagadores que conseguem se prevenir de despesas inesperadas.

Outro ponto abordado com os correspondentes foi sobre quais critérios eles consideram mais relevantes no momento de realizar a

compra dos itens de higiene, remédios, alimentos e vestuário. A tabela a seguir, além de mostrar o percentual de cada item respondido pelos entrevistados, também destaca o percentual daqueles que optaram por não responder.

Tabela 1 – Critério dos correspondentes no momento da compra para os produtos de consumo mensal

Critério	Higiene pessoal	Remédio	Alimento	Vestuário
Qualidade	59,20%	36,60%	61,50%	36,60%
Confiança na marca	15,50%	23,00%	18,30%	8,90%
Preço	21,60%	38,00%	18,30%	31,00%
Tendência	2,40%	0,90%	0,90%	14,60%
Não responderam	1,30%	1,50%	1,00%	8,90%

Fonte: Primária (2022)

Conforme as informações apresentadas na tabela 1, em relação à compra de produtos de higiene pessoal, 59,2% dos jovens acreditam que a qualidade é o mais importante no momento da compra, seguida de preço, com 21,6% dos votos. Quando o tópico é remédio, o preço toma a frente como o critério mais avaliado, com 38%, porém a qualidade ganha um percentual semelhante: 36,6%. No quesito alimento, é nítido que os participantes levam em consideração como o parâmetro mais importante a qualidade. Por fim, no vestuário, a qualidade e o preço são os fatores que motivam na hora da compra, com 36,6% e 31% dos votos, respectivamente. Apesar de o preço ter forte relevância para os consumidores na hora da compra, a qualidade superou esse indicador em todas as categorias, exceto remédio.

Além dos critérios de compra citados na tabela anterior, questionou-se quais aspectos influenciam os participantes ao cogitar realizar uma compra. Conforme a tabela 2, foram considerados todos os correspondentes, contudo alguns optaram por não responder e deixaram a resposta vazia.

Tabela 2 – Critério de influência no momento da compra dos entrevistados

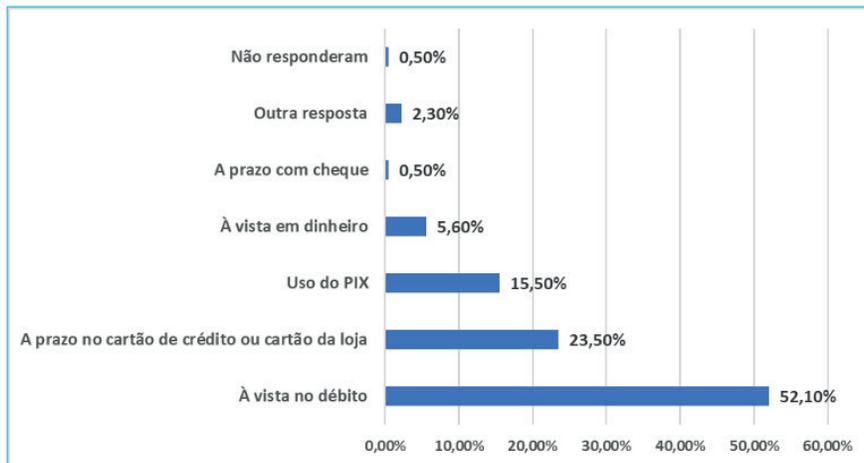
Critério	Opinião dos amigos	Reputação da marca	Avaliação nas redes sociais	Menor preço
Não concordo nem discordo	26,3%	8,5%	10,8%	10,8%
Discordo totalmente	8,5%	6,1%	5,6%	3,3%
Discordo	19,7%	7,5%	13,2%	13,6%
Concordo	34,7%	49,8%	37,6%	52,6%
Concordo totalmente	7,5%	25,4%	30,5%	17,8%
Não quero responder	0,0%	0,0%	0,5%	0,9%

Fonte: Primária (2022)

A tabela 2 mostra que 42,2% dos universitários acreditam que sofrem influência da opinião dos amigos para consumir. Notavelmente, para os correspondentes, a reputação da marca é um grande aliado no momento em que decidem consumir, uma vez que 49,8% votaram que concordam com esse posicionamento e 25,4% concordam totalmente. Além disso, 37,6% e 30,5% afirmaram que concordam/concordam totalmente com a avaliação nas redes sociais, respectivamente. O menor preço foi considerado um critério forte entre os jovens, já que 70,4% expressaram que são influenciados por ele, apesar de 13,6% discordarem totalmente.

Considerando o meio de pagamento que os questionados mais utilizam para as compras recorrentes, como produtos alimentícios, farmacêuticos, higiene pessoal e vestuário, foram identificados os resultados do gráfico 8 para os que desejaram responder.

Gráfico 8 – Meio de pagamento dos respondentes para compras recorrentes

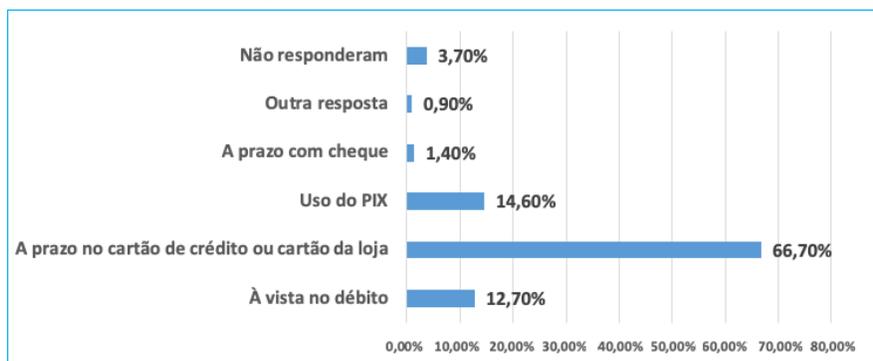


Fonte: Primária (2022)

O gráfico 8 demonstra que 52,1% do público que respondeu à pesquisa opta por pagar à vista no débito as compras recorrentes de menor valor, contudo, apesar de a maioria escolher essa forma de pagamento, há 23,5% que pagam a prazo, no cartão de crédito e/ou da loja. Apesar de cada jovem ter os motivos pelos quais escolhem a forma de pagar, o crédito pode ser perigoso para aqueles que não controlam os gastos ou ultrapassam o limite do cartão. Em relação ao PIX, 15,5% dos universitários o utilizam como forma de pagamento. Ainda, foi aberto um campo na pergunta para aqueles que desejavam inserir outra resposta para indicar como pagam as dívidas rotineiras, o qual corresponde aos 2,3% indicados na tabela.

Os dados apresentados no gráfico 9 mostram qual é o meio de pagamento que os respondentes mais usam para realizar as compras maiores, como aparelhos eletrônicos, móveis etc.

Gráfico 9 – Meio de pagamento dos respondentes para compras maiores

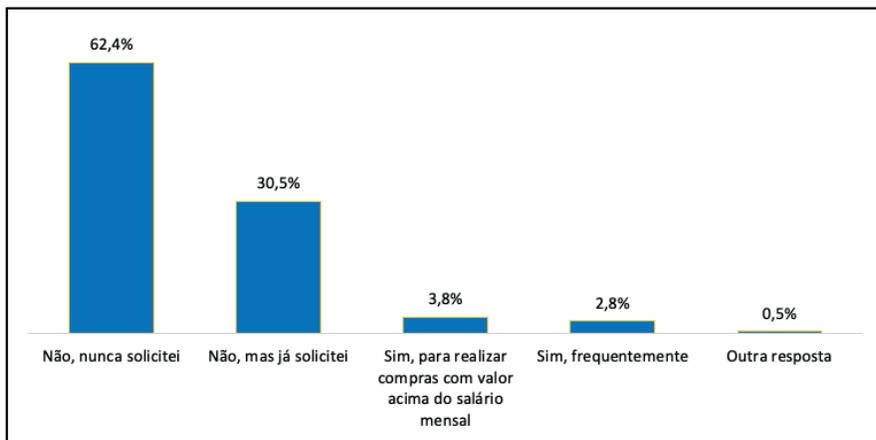


Fonte: Primária (2022)

Conforme as informações do gráfico 9, os dados são capazes de mostrar como os jovens escolhem a forma de pagamento quando precisam adquirir um produto e/ou serviço de maior valor para eles. O mais utilizado é a compra a prazo, no cartão de crédito e/ou da loja, com 66,67% dos votos. Em seguida, tem-se o uso do PIX e o pagamento à vista no débito, com 14,55% e 12,68%, respectivamente. Ou seja, grande parte dos jovens não consegue retirar do orçamento valores altos para pagar as compras com maior valor agregado, uma vez que tal ação pode desestruturar as suas contas mensais e o valor da poupança (para aqueles que possuem uma), por esse motivo optam por parcelar em valores que cabem no orçamento.

Outra pergunta feita para os questionados foi se eles já solicitaram empréstimos ao banco e/ou cooperativa de crédito ou se utilizam esses serviços atualmente. Os resultados podem ser conferidos no gráfico 10.

Gráfico 10 – Solicitação de empréstimos ao banco e/ou cooperativa de crédito



Fonte: Primária (2022)

Dos jovens entrevistados, pode-se considerar que a maior parte não possui o hábito de solicitar empréstimo aos bancos e/ou cooperativas de crédito, pois, de acordo com os dados obtidos, 62,4% nunca solicitaram e 30,5%, apesar de já ter requerido, atualmente não utilizam esse serviço.

Ao todo, estudantes universitários de 49 cursos distintos participaram da pesquisa sobre educação financeira. Entre eles, há alunos das ciências exatas e ciências econômicas, correspondendo a 77% e 23% da quantidade de entrevistados, respectivamente. Foi questionado a eles como controlam suas finanças pessoais e identificou-se que 30% não utilizam ferramentas de controle, ou seja, não o fazem. Por outro lado, 70% controlam seu orçamento por meio de ferramentas da Microsoft (Excel, Word etc.), caderno físico e aplicativo de celular. O restante optou por não responder à pergunta.

Foi aberto um campo do formulário para os respondentes definirem em uma palavra o que significa educação financeira para eles. Como resultado, entre as muitas palavras obtidas, destacam-se Liberdade, Importante e Essencial como as mais repetidas entre os participantes, conforme se observa na figura a seguir.

Figura 1 – Nuvem de palavras definidas pelos respondentes



Fonte: Primária (2022)

Como pergunta de finalização da pesquisa, foi questionado se eles gostariam de fazer alguma contribuição. Entre as respostas obtidas, um dos participantes deixou a seguinte mensagem:

Primeiramente gostaria de agradecer a pesquisa que estão fazendo, é de suma importância para o âmbito social. Ademais, imprescindível dizer que há uma gama de indivíduos que acreditam saber manejar seu dinheiro, pois, segundo eles, guardam em um cofre residencial ou colocam na poupança seu capital. No entanto, não possuem noção da inflação e do imposto sobre o preço do lucro obtido na poupança, afinal, deixando seu dinheiro lá, ele apenas desvaloriza e te garante uma falsa sensação de lucro. Por conta disso, acredito que a educação financeira nas escolas e nas universidades iria, não somente contribuir para guiar o cidadão sobre onde investir ou manter seu capital, como também ajudar o mesmo a desenvolver sua disciplina, uma vez que teria conhecimento para manejar seus gastos, disponibilizando sua renda mensal, em partes, para suas despesas, educação, saúde, lazer e sua poupança. Por fim, finalizo com a seguinte frase: “Não é sobre o quanto se ganha, mas sim sobre o modo que se gasta”.

CONCLUSÃO

Este artigo primou por fazer um estudo demonstrando a importância da educação financeira para jovens universitários de Joinville e, mais precisamente, por compreender a percepção deles em relação à poupança, ao consumo e à inadimplência.

Para o desenvolvimento, foi necessário o aprofundamento do conhecimento referente à teoria da economia comportamental, amparando-se sobretudo nos precursores dessas referências, como Daniel Kahneman, Amos Tversky e, mais recentemente, Richard Thaler. Os participantes da pesquisa *survey* contribuíram para a obtenção dos dados que serviram de comparação com a teoria utilizada, pois foram feitas perguntas sobre a identificação dos indivíduos, a renda, os conhecimentos sobre educação financeira, o consumo e a poupança.

A análise foi realizada com 386 universitários a partir de 18 anos de idade que cursam tanto ciências exatas quanto ciências humanas. Os dados obtidos referiram-se à maneira como essas pessoas se comportam ao cuidar das suas finanças pessoais em relação ao conhecimento que possuem (ou não) sobre educação financeira, uma vez que podem estar sujeitas a entrar na estatística de inadimplentes.

Com base nessas premissas e na análise fundamentalista da percepção sobre educação financeira entre os jovens, confirma-se a hipótese de que, considerando o maior foco dado à educação financeira nos últimos anos, os jovens universitários reconhecem que ela pode contribuir significativamente para melhorar aspectos relacionados ao consumo, à poupança e à inadimplência. Isso porque se nota que, apesar de boa parte dos universitários sentir necessidade de aprender sobre o tema, eles já possuem um breve conhecimento do que se trata e tentam aplicar tais conhecimentos diariamente. Aqueles que não possuem esse conhecimento admitem que precisam dele para melhorar a vida financeira. Além disso, mais de 50% dos respondentes informaram que poupam parte do salário, apesar de, em alguns casos, conseguirem isso apenas quando recebem um valor extra no salário (como PPR, 13.º salário, férias etc.), e apenas 13,6% deles declararam que não fazem poupança.

Com isso, é possível refutar a segunda hipótese, a qual sugeria que, apesar de toda a discussão acerca da importância da educação

financeira, os jovens universitários não têm a percepção de que ela pode contribuir para um melhor desempenho de consumo, poupança e inadimplência, ou que, por sofrerem de doenças emocionais (depressão, ansiedade etc.), eles gastam compulsivamente e prejudicam o seu orçamento. Tal hipótese foi descartada porque se nota que os jovens participantes da pesquisa possuem ciência de que precisam cuidar diariamente dos ganhos e consumos.

Considerando a análise apresentada, tem-se como resultado que a maior parte dos questionados possui renda mensal para colocar em prática os conhecimentos sobre educação financeira e entende não possuir conhecimento suficiente sobre o assunto. No quesito poupança, eles poupam pelo menos 10% dos seus rendimentos mensais, e uma pequena parte não o faz. Quando recebem seus salários, mais de 60% deles tendem a primeiramente pagar as dívidas e em seguida realizar a poupança de parte do dinheiro, entendendo assim que possuem a possibilidade de investir e aumentar o montante. Em contrapartida, mais de 50% informaram que sentem dificuldade em poupar e não sobra nada após o pagamento das despesas. Para eles, a qualidade é o fator mais importante quando pretendem adquirir algum produto, como de higiene, remédio, vestuário e alimentício, e grande parte concorda que a opinião dos amigos, a reputação da marca, a avaliação nas redes sociais e o menor preço são fatores determinantes no momento de consumir. O meio de pagamento mais utilizado para compras menores, recorrentes, pelos jovens participantes da pesquisa é à vista no débito, e, para compras maiores, é a prazo no cartão de crédito e/ou cartão da loja. Mais de 60% dos jovens nunca pediram empréstimo para o banco e/ou cooperativa de crédito e pouco mais de 30% já solicitaram, mas atualmente não usufruem tal serviço. As palavras que mais se repetiram entre os jovens quando se perguntou qual era o significado de educação financeira para eles foi Liberdade, Essencial e Importante.

Destaca-se que esse tipo de pesquisa é uma análise do momento, considerando a percepção atual dos universitários. Desse modo, sugere-se que a presente pesquisa seja replicada em outros anos, para que se possa identificar se a educação financeira tem sido abordada no Novo Ensino Médio como tema transversal, em disciplinas como matemática, geografia e outras. De certa forma, isso tem contribuído para a melhoria da saúde financeira dos jovens.

REFERÊNCIAS

ALVARENGA, Darlan; SILVEIRA, Daniel. IPCA: inflação acelera para 0,67% em junho e atinge 11,89% em 12 meses. **G1**, 8 jul. 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2022/07/08/ipca-inflacao-fica-em-067percent-em-junho.ghtml>. Acesso em: 3 jun. 2022.

AMARO, Daniel. Poupar dinheiro: por que os brasileiros têm dificuldade? **Edição do Brasil**, 29 jul. 2022. Disponível em: <https://edicaodobrasil.com.br/2022/07/29/poupar-dinheiro-por-que-os-brasileiros-tem-dificuldade/>. Acesso em: 11 set. 2022.

ATTÍLIO, Lucas. Resenha: Teoria dos Sentimentos Morais (Adam Smith). **Velha Economia**, 12 fev. 2021. Disponível em: <https://www.velhaeconomia.com.br/2021/01/resenha-teoria-dos-sentimentos-morais.html>. Acesso em: 10 ago. 2022.

ÁVILA, Flávia. A economia comportamental e a importância da metodologia experimental para a área. **Economia Comportamental**, 26 fev. 2015. Disponível em: <https://www.economiacomportamental.org/nacionais/a-economia-comportamental-e-a-importancia-da-metodologia-experimental/>. Acesso em: 21 jul. 2022.

COSTA, Fernando Nogueira da. Revolução Industrial e sociedade de consumo em massa. **Fundação Perseu Abramo**, 8 abr. 2014. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/2014/04/08/revolucao-industrial-e-sociedade-de-consumo-em-massa/>. Acesso em: 7 jun. 2022.

CRCGO - CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DE GOIÁS. **Brasil é o 74.º em ranking global da educação financeira**. Disponível em: <https://crgo.org.br/novo/?p=9580>. Acesso em: 1.º set. 2022.

DOMINGOS, Reinaldo. **Livre-se das dívidas**: como equilibrar as contas e sair da inadimplência. São Paulo: Editora DSOP, 2012. 120 p.

ECONOMIA comportamental: entenda o que é e suas vantagens. **Blog Track.co**, 13 mar. 2020. Disponível em: <https://track.co/blog/economia-comportamental/>. Acesso em: 12 jul. 2022.

ENTREVISTA exclusiva com Richard Thaler. **Economia Comportamental**, 7 mar. 2016. Disponível em: <http://www.economiacomportamental.org/nacionais/entrevista-richard-thaler/>. Acesso em: 20 jul. 2022.

FEBRABAN – FEDERAÇÃO BRASILEIRA DOS BANCOS. **Febraban lança ferramenta inédita para brasileiro medir situação financeira e equilibrar suas contas.** 19 jul. 2021a. Disponível em: <https://febraban.org.br/noticia/3663/pt-br/>. Acesso em: 12 abr. 2022.

FEBRABAN – FEDERAÇÃO BRASILEIRA DOS BANCOS. **Índice de saúde financeira do brasileiro (I-SFB).** 19 jul. 2021b. Disponível em: https://pefmbddiag.blob.core.windows.net/cdn/downloads/Apresentacao_Site.pdf. Acesso em: 12 abr. 2022.

FERREIRA, Fernando; LI, Jennie; NOSSIG, Rebecca. Rumo aos 5 milhões de investidores na Bolsa em 2022: XP Monitor. **Expert XP**, 10 jan. 2022. Disponível em: <https://conteudos.xpi.com.br/acoes/relatorios/rumo-aos-5-milhoes-de-investidores-na-bolsa-em-2022-xp-monitor/#:~:text=Em%20dezembro%2C%20o%20n%C3%BAmero%20de,percentual%20de%20crescimento%20de%202021%20>. Acesso em: 12 abr. 2022.

FONSECA, Rodrigo. **Como a psicologia explica o consumo exagerado das pessoas.** 19 jul. 2016. Disponível em: <https://www.sbie.com.br/blog/como-psicologia-explica-o-consumo-exagerado-das-pessoas/#:~:text=O%20limite%20que%20separa%20o,causa%20na%20vida%20da%20pessoa.&text=Tudo%20o%20que%20fazemos%20por,de%20prote%C3%A7%C3%A3o%20do%20ser%20humano>. Acesso em: 1.º ago. 2022.

FONTANA, Alessandra. Por que é tão difícil poupar? **Exame**, 10 out. 2010. Disponível em: <https://exame.com/invest/minhas-financas/por-que-e-tao-dificil-poupar-m0048105/>. Acesso em: 13 set. 2022.

HIGA, Carlos César. **Abertura dos portos.** Disponível em: <https://brasilescola.uol.com.br/historiab/abertura-dos-portos.htm>. Acesso em: 7 jun. 2022.

INFOMONEY. **Daniel Kahneman, o psicólogo que ganhou o Nobel de Economia.** Disponível em: <https://www.infomoney.com.br/perfil/daniel-kahneman/>. Acesso em: 16 ago. 2022.

INSTITUTO LEGADO. **Objetivos de desenvolvimento sustentável:** 17 passos para alcançar igualdade, bem-estar e preservação ambiental. 13 jul. 2017. Disponível em: https://institutolegado.org/blog/objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel-17-passos-para-alcancar-igualdade-bem-estar-e-preservacao-ambiental/?gclid=CjwKCAjwyaWZBhBGEiwACslQo6emt-iuQSdrmrFtb3ZJBta-OjSvfZrBkkENozGtzJpaLR8InIcUZRoCfqEQAvD_BwE. Acesso em: 10 set. 2022.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Educação de qualidade**. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/ods/ods4.html>. Acesso em: 10 set. 2022.

KAHNEMAN, Daniel. **Rápido e devagar**: duas formas de pensar. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2012. 608 p.

MEC – Ministério da Educação. **Microdados do censo da educação superior 2020**. Censo e-MEC. Disponível em: https://download.inep.gov.br/microdados/microdados_censo_da_educacao_superior_2020.zip. Acesso em: 5 jun. 2022.

MIRANDA, Maria Bernardete. Breve histórico do consumo e a proteção do consumidor. **Estado de Direito**, 11 abr. 2017. Disponível em: <http://estadodedireito.com.br/breve-historico-do-consumo-e-protecao-do-consumidor/>. Acesso em: 7 jun. 2022.

NETO, Luciana. **Endividamento tem segunda queda seguida, e inadimplência cai após oito meses**. 11 jul. 2022. Disponível em: <https://www.portaldocomercio.org.br/noticias/endividamento-tem-segunda-queda-seguida-e-inadimplencia-cai-apos-oito-meses/431804>. Acesso em: 10 ago. 2022.

REGO, José M. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Editora Saraiva, 2011. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502122260/>. Acesso em: 21 set. 2022.

RUAS, Pedro. Nobel 2017: Richard Thaler. **Terraço Econômico**, 15 mar. 2022. Disponível em: <https://terracoeconomico.com.br/nobel-2017-richard-thaler-por-pedro-ruas/>. Acesso em: 2 set. 2022.

SERASA. **Mapa da inadimplência e renegociação de dívidas no Brasil**. 2022. Disponível em: <https://www.serasa.com.br/limpa-nome-online/blog/mapa-da-inadimplencia-e-renegociacao-de-dividas-no-brasil>. Acesso em: 12 abr. 2022.

SUTTO, Giovanna; SANTANA, Pablo. 90% dos brasileiros não guardam dinheiro para a aposentadoria, diz estudo. **Infomoney**, 27 jul. 2020. Disponível em: <https://www.infomoney.com.br/economia/90-dos-brasileiros-nao-guardam-dinheiro-para-a-aposentadoria-diz-estudo/>. Acesso em: 11 set. 2022.

THALER, Richard H. **Misbehaving**: a construção da economia comportamental. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2019.

TUMELERO, Naina. Pesquisa exploratória: conceito, características e aplicação em 4 passos. **Mettzer**, 3 abr. 2019. Disponível em: <https://blog.mettzer.com/pesquisa-exploratoria/>. Acesso em: 13 set. 2022.

WILTGEN, Julia. Sobre decisões irracionais e “empurrões”: 3 lições do Nobel Richard Thaler para investidores. **Seu dinheiro**, 24 nov. 2018. Disponível em: <https://www.seudinheiro.com/2018/economia-comportamental/palestra-richard-thaler/>. Acesso em: 14 set. 2022.

Incentivos fiscais e o desempenho econômico do estado de Santa Catarina durante a pandemia de covid-19

Heloisa Urban¹
Jani Floriano²

Resumo: A presente pesquisa aborda a relação entre os incentivos fiscais aplicados pelo governo durante a pandemia de covid-19 e o impacto no desempenho econômico do estado de Santa Catarina no período de 2020-2021, durante a retomada das atividades e a recuperação econômica. Os incentivos fiscais foram amplamente explorados durante a pandemia com o intuito de estimular os setores prejudicados por conta da crise econômica que sucedeu, além de fazerem parte dos instrumentos utilizados para o combate dos casos de covid-19 na área da saúde e fornecerem amparo social. Nesse sentido, tem-se como objetivo analisar os incentivos fiscais aplicados pelo governo e apresentar o resultado observado no desempenho econômico de Santa Catarina. Para tanto, utilizou-se a pesquisa bibliográfica, por meio de livros, leis, artigos científicos, notícias e conteúdo da internet. A pesquisa realizada concluiu que os incentivos foram capazes de fornecer suporte à recuperação do desempenho econômico do estado perante o período de crise enfrentado.

Palavras-chave: incentivos fiscais; covid-19; Santa Catarina.

¹ Estudante do curso de Ciências Econômicas da Universidade da Região de Joinville (Univille).

² Doutora em Psicologia da Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), mestra em Economia pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), graduada em Economia e Direito pela Univille. Professora no curso de Ciências Econômicas da Univille. Contato: jani.floriano@univille.br.

INTRODUÇÃO

Este artigo visa abordar a relação entre os incentivos fiscais adotados pelo governo e o impacto destes no desempenho econômico do estado de Santa Catarina no período de 2020-2021, diante da pandemia de covid-19. Em vista disso, pode-se ressaltar que as ações de combate à pandemia fizeram com que a sociedade enfrentasse medidas de isolamento, com o fechamento de escolas, do comércio e de fronteiras e a interrupção da produção industrial (Entenda [...], 2020). Nesse sentido, os governos precisaram adotar medidas não apenas sanitárias, como também de ordem econômica, com o objetivo de minimizar os impactos na economia e na sociedade. Desde o início da pandemia, países ao redor do mundo passaram a enfrentar inúmeras dificuldades, e uma crise generalizada alastrou-se em razão do grande aumento de gastos na área da saúde, bem como da redução de receitas por conta do isolamento social e do *lockdown*, ações adotadas para conter o avanço dos casos de covid-19 que tiveram como consequência a redução da atividade comercial e o resfriamento de diversos setores da economia. Assim, os governos precisaram adotar diversas políticas para estimular e proteger suas economias, e um dos instrumentos utilizados com esse intuito foram os incentivos fiscais.

Segundo Baleeiro (1971, p. 155), o conceito de incentivos fiscais está relacionado à premissa de que, “através de medidas fiscais que excluem total ou parcialmente o crédito tributário, o Governo Central procura provocar a expansão econômica de uma determinada região ou de determinados setores de atividades”. Assim, tendo em vista a enorme carga tributária que as empresas brasileiras enfrentam no país e a forma com que as isenções tributárias e/ou os subsídios podem viabilizar a atividade econômica e garantir a preservação dos empregos, a análise sobre as medidas instauradas pelo governo durante a pandemia de covid-19 é de extrema relevância para que se compreenda a influência dos incentivos sobre a tentativa do governo de manter o desempenho econômico no período de 2020-2021.

A concessão do direito da União de instituir isenções de tributos da competência dos estados, do Distrito Federal e dos municípios foi promulgada na Constituição Federal de 1988, segundo o artigo 151, inciso III (Brasil, 2020). Os objetivos principais do uso desses benefícios,

segundo Moritz (2019), são diversos, entre eles movimentar um determinado setor do mercado, auxiliar o desenvolvimento econômico e aumentar a geração de empregos. Além disso, há uma contrapartida na redução da carga tributária, uma vez que a empresa acaba por ter algum vínculo com a elaboração de projetos socioambientais ligados ao governo, o que pode trazer uma boa imagem à empresa com relação ao seu papel na sociedade.

Embora os incentivos sejam medidas amplamente utilizadas em todas as esferas municipais, estaduais e federais ao longo da história brasileira, o tema possui uma discussão extremamente atual, levando em conta os aspectos positivos e negativos que tais incentivos podem acarretar, como, por exemplo, a dependência de determinados setores desses benefícios. Há, entretanto, evidências de que os reflexos do uso de incentivos no desempenho econômico dos países são significativos, como é o caso da China, que durante a pandemia foi o único país do bloco G20 a apresentar um produto interno bruto (PIB) com crescimento positivo (2,3% no ano de 2020), tendo em vista que, no pacote emergencial de enfrentamento à pandemia, o país totalizou mais de RMB\$ 4,9 trilhões³ com medidas ao setor empresarial, que incluíam, sobretudo, as reduções de impostos e os incentivos fiscais (Ipea, 2021).

Segundo Goularti (2021), ao longo do tempo ocorreu no Brasil - e mais especificamente no estado de Santa Catarina, que é o objeto de estudo do presente artigo - uma diversificação na estrutura dos incentivos, como subsídios, créditos presumidos, concessão de isenções, alterações de alíquotas e bases de cálculo.

Diante desse cenário, tem-se como questão de pesquisa: qual a relação entre os incentivos fiscais aplicados pelo governo durante a pandemia de covid-19 e o impacto no desempenho econômico do estado de Santa Catarina no período de 2020-2021?

Como hipótese, tem-se que os incentivos fiscais adotados pelo governo no período em questão possuem relação positiva com o desempenho econômico da região durante a pandemia. Além disso, outra hipótese é de que, mesmo diante do uso dos incentivos fiscais durante a pandemia, o impacto destes no desempenho econômico não foi significativo.

³ Renminbi (RMB) é o nome oficial da moeda chinesa. Significa, literalmente, "moeda do povo".

Nesse sentido, tem-se como objetivo geral analisar os incentivos fiscais aplicados pelo governo e apresentar o resultado observado no desempenho econômico de Santa Catarina. Com isso, ao fim do presente trabalho, espera-se identificar a relação entre a aplicação de incentivos e o desempenho econômico do estado no período de 2020-2021, com aprofundamento no estudo das formas de aplicação desses incentivos e dos dados econômicos.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

No desenvolvimento desta pesquisa será abordada a teoria das finanças públicas, que destaca as funções do Estado na economia. Além disso, será discutido o pensamento econômico referente à Escola Keynesiana, corrente que defende a intervenção do Estado na economia, e à Escola Austríaca, que defende o livre mercado e a intervenção mínima do Estado. Além disso, serão aprofundados o conceito, a legalidade e as formas de aplicação dos incentivos fiscais.

Muito se discute a respeito da intervenção do Estado na economia. Os argumentos mais pertinentes em defesa do livre mercado abordam a questão da ineficiência do Estado e de suas instituições, como, por exemplo, o fato de as empresas privadas apresentarem desempenho superior às públicas, enquanto a existência de externalidades pode justificar a necessidade de intervenção direta do governo na economia. Em relação às externalidades, podem ser definidas como a ação de um indivíduo ou de uma instituição que tem a capacidade de afetar direta ou indiretamente outros agentes do sistema econômico (Giambiagi, 2015). Isso pode ocorrer de forma positiva ou negativa. No caso da defesa do intervencionismo do governo na economia, são consideradas as externalidades positivas, que podem ser criadas por meio de determinadas ações. Sanson (2011, p. 44) discorre:

Nesses casos, as diferentes unidades políticas precisariam coordenar suas ações, como faria um grupo de indivíduos em uma vila remota para resolver problemas de externalidades. Dentro de um país, a própria organização do governo em diferentes níveis pode ser parcialmente explicada pelas demandas locais.

A ideia do suprimento das demandas locais por parte da ação do governo, a exemplo das externalidades positivas, justifica o uso da intervenção e do surgimento das funções do Estado. Tais funções são importantes em uma economia e, no que diz respeito à política intervencionista fiscal por parte do governo, são definidas por Giambiagi (2015, p. 10) do seguinte modo:

A ação do governo através da política fiscal abrange três funções básicas. A função alocativa diz respeito ao fornecimento de bens públicos. A função distributiva, por sua vez, está associada a ajustes na distribuição de renda que permitam que a distribuição prevalecente seja aquela considerada justa pela sociedade. A função estabilizadora tem como objetivo o uso da política econômica visando a um alto nível de emprego, à estabilidade dos preços e à obtenção de uma taxa apropriada de crescimento econômico.

Assim, o governo, com base nas três funções que desempenha por meio da política fiscal, utiliza a intervenção (direta e indireta) na economia para atingir determinados objetivos. A exemplo da função alocativa, entre as principais atividades desenvolvidas pelo governo, podem-se pontuar a determinação dos bens públicos a serem ofertados e o cálculo da contribuição de cada consumidor. Quanto à função distributiva, destacam-se as transferências, os impostos e os subsídios. Já a respeito da função estabilizadora, a política monetária (principalmente por meio de flutuações na taxa de juros) e a política fiscal são amplamente empregadas em prol de buscar a estabilidade econômica, em um equilíbrio entre emprego, inflação e crescimento econômico. O presente estudo está focado na política fiscal intervencionista com função distributiva.

Para Giambiagi (2015), o financiamento das funções descritas anteriormente é dado por uma fonte de renda, que se torna necessária para que o Estado desempenhe seus papéis, de modo que a principal fonte vem da arrecadação tributária. Para que a regulamentação da tributação ocorra de maneira eficiente, são levados em consideração alguns princípios, como: o conceito de equidade, que busca a distribuição do ônus tributário de maneira equitativa entre os

indivíduos da sociedade; o conceito de progressividade, que traduz a ideia de quanto maior a renda maior deve ser a tributação do indivíduo/instituição; o conceito de neutralidade, de forma que os impostos devem minimizar os possíveis impactos negativos da tributação sobre a eficiência econômica; o conceito da simplicidade, segundo o qual o sistema tributário deve ocorrer de forma simples para que o contribuinte possa compreendê-lo e para que a arrecadação ocorra de forma mais fácil para o governo, de modo a reduzir seus gastos com a arrecadação, fiscalização e administração desses tributos.

Nas teorias de pensamento econômico, a intervenção estatal e o livre mercado sempre foram temas amplamente discutidos entre os economistas, e ambas as ideias foram aplicadas em diferentes momentos nas economias de todo o mundo. A fim de compreender o papel intervencionista do governo por meio da implementação de incentivos fiscais, são abordadas duas importantes escolas de pensamento econômico com visões distintas: (i) a Escola Keynesiana, cujo autor principal foi John Maynard Keynes (1883-1946), na qual “os economistas keynesianos defendiam que o governo deveria investir ativamente por meio de políticas fiscais e monetárias adequadas, a fim de promover o pleno emprego, a estabilidade dos preços e o crescimento econômico” (Brue; Grant; 2016, p. 458); (ii) a Escola Austríaca, que, segundo Soto (2010), em relação à intervenção do Estado, seja por meio de incentivos fiscais ou política de crédito, afirmava que a aplicação da teoria sobre os efeitos descoordenados da intervenção governamental nos campos fiscais, creditícios e monetários origina a descoordenação sistemática no âmbito da estrutura produtiva real da economia.

No que concerne à Escola Keynesiana, consolidada com a publicação da obra *A teoria geral do emprego, do juro e da moeda*, publicada por John Maynard Keynes em 1936, ela surgiu com base na teoria neoclássica, com influência das ideias de Alfred Marshall. O pensamento de Keynes foi impactado pela Grande Depressão vivida na década de 1930 e pela inauguração da política econômica com a intervenção do Estado pelo presidente estadunidense Franklin Delano

Roosevelt, em resposta à Crise de 1929, com o *New Deal*⁴ (Gasparetto Junior, 2022). Os fundamentos de suas ideias, no entanto, iniciaram-se antes de 1929, com abordagem macroeconômica, uma vez que o início de suas contribuições datava a partir da Primeira Guerra Mundial, quando uma visão geral da economia e do tratamento ativo do governo sobre o desemprego se tornou necessária (Brue; Grant, 2016).

Em suma, em relação às contribuições da política econômica com a intervenção do Estado defendida pela teoria keynesiana, é possível dizer que

uma das principais contribuições do pensamento de Keynes foi a de evidenciar que o capitalismo não tem forças endógenas capazes de gerar processos de auto-estabilização em situação de pleno emprego, mesmo com base nos pressupostos clássicos da concorrência perfeita e da maximização do lucro pelas empresas e da utilidade pelos consumidores e da flexibilização dos preços, dos salários e das taxas de juro (Donário; Santos, 2016, p. 3).

Assim, pode-se concluir que as políticas fiscais apontadas na teoria keynesiana são utilizadas como uma forma de intervenção do governo em prol de garantir o equilíbrio macroeconômico. Segundo Brue e Grant (2016), a defesa por parte dos economistas keynesianos de que o governo deveria intervir ativamente na economia por meio de políticas fiscais e monetárias teria por objetivo a promoção do pleno emprego, a estabilidade dos preços e o crescimento econômico e, com isso, em períodos de recessão, a redução de impostos traria benefícios para o aquecimento da economia, pois aumentariam os gastos com consumo privado. Ainda, o sucesso e a repercussão da teoria keynesiana devem-se ao fato de esta tratar de um problema urgente na época: a depressão e o desemprego.

⁴ *New Deal*: programa econômico adotado em 1933 pelo presidente norte-americano Franklin Roosevelt para combater os efeitos da Grande Depressão e refazer a prosperidade do país. O *New Deal* (Nova Política) seguiu, na prática, os ensinamentos que a reflexão teórica de Keynes produziria: baseou-se na intervenção do Estado no processo produtivo, por meio de um audacioso plano de obras públicas, com o objetivo de atingir o pleno emprego, o que contradizia toda a tradição liberal dos Estados Unidos (Sandroni, 1999, p. 422-423).

Em relação à Escola Austríaca, ela foi uma das mais importantes correntes econômicas do século XIX. Seu nome deve-se ao fato de suas origens serem austríacas. Entre os principais autores e precursores da escola de pensamento, podem-se citar Carl Menger, Eugen Von Böehm-Bawerk, Ludwig Von Mises, além de Friedrich August von Hayek, que fez importantes colaborações ao longo do século XX (Fernandes, 2022a).

As contribuições da Escola Austríaca perpetuaram-se ao longo de toda a história econômica. Segundo Reis (2021), “um dos principais pontos em comum com a atual ortodoxia econômica foi a defesa do liberalismo econômico, defendido principalmente por Adam Smith”. Ainda, de acordo com Reis (2021), sintetizam os principais pontos da Escola Austríaca: a mínima intervenção do Estado na economia; o livre mercado, regulado pelas forças de oferta e demanda; as decisões da economia guiadas pelos principais agentes econômicos, indivíduos e instituições. As ideias do livre mercado com intervenção mínima do Estado na economia foram perpetuadas pelos economistas dessa escola, que divergiam diretamente da teoria keynesiana.

Estamos falando de Friedrich August von Hayek, economista e filósofo pertencente à famosa e controversa escola austríaca de economia [...]. Protagonizou com Keynes um dos maiores debates econômicos do século. Enquanto Keynes defendia a atuação do Estado como interventor e impulsionador de investimentos econômicos, Hayek afirmava que esta intervenção estatal causaria fracassos econômicos, pois a economia é algo dinâmico e o Estado não conseguiria tomar as melhores decisões. Quem deveria regular e tomar as decisões deveriam ser a soma das decisões de todas as pessoas, o chamado livre-mercado. Em 1974 Hayek é aclamado vencedor do prêmio Nobel de economia (O Monetário, 2020).

O pensamento de Hayek sobre a incapacidade do Estado de deter o pleno poder de intervenção na economia é sintetizado por seu pensamento: “o mal maior é o governo ilimitado, pois ninguém tem o direito de fazer uso de um poder ilimitado” (Hayek, 1983, p. 382). A ideia traduzida pelo pensamento do autor é que nenhum

indivíduo é qualificado para exercer o poder ilimitado, de forma que, quanto maior o poder de controle do governo, piores as condições socioeconômicas que seriam trazidas como consequência para a população. Nesse sentido, a Escola Austríaca difundiu pensamentos norteados pela ideia de intervenção estatal mínima na economia, de forma que seguiu a vertente neoclássica, norteadada por novas interpretações para o Classicismo de Adam Smith.

Geralmente, na realidade, ele não tenciona promover o interesse público nem sabe até que ponto o está promovendo. Ao preferir fomentar a atividade do país e não de outros países ele tem em vista apenas sua própria segurança; e orientando sua atividade de tal maneira que sua produção possa ser de maior valor, visa apenas a seu próprio ganho e, neste, como em muitos outros casos, é levado como que por mão invisível a promover um objetivo que não fazia parte de suas intenções (Smith, 1996, p. 438).

Segundo Fogaça (2021), o pensamento de Adam Smith traduz a ideia de que os agentes econômicos são movidos apenas pelo próprio interesse (*self-interest*) e são levados pela mão invisível a promover algo que não faz parte de seu interesse: o bem-estar da sociedade. Dessa forma, a mão invisível autorregulava o mercado, porém, com o passar dos anos, pode-se concluir que a total autonomia da economia sem nenhuma intervenção do governo não ocorre de forma que garanta o desenvolvimento econômico e um equilíbrio entre as variáveis macroeconômicas.

Conclui-se que as teorias apresentadas divergem no que tange à intervenção do Estado na economia, que pode ocorrer com a aplicação de políticas monetárias e fiscais. Assim, essa intervenção tem influência significativa sobre a aplicação de incentivos fiscais por parte do governo.

Tais incentivos consistem em medidas de intervenção fiscais amplamente utilizadas, especialmente no Brasil ao longo de toda a sua história, a exemplo da Zona Franca de Manaus e das medidas adotadas ao longo da pandemia de covid-19. Um exemplo prático de

incentivo concedido pelo Estado brasileiro durante a pandemia foi a suspensão temporária dos tributos federais sobre insumos utilizados na produção de mercadorias destinadas exclusivamente à exportação. Entre os principais tributos impactados, pode-se destacar o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI); o objetivo de tal incentivo era suportar as empresas exportadoras (Júnior, 2020).

Providências desse tipo não são recentes na economia brasileira e, como apresenta Moura (1971, p. 135), os “incentivos fiscais são medidas que excluem total ou parcialmente o crédito tributário, aplicadas pelo Governo Central com a finalidade de desenvolver economicamente um determinado setor de atividade”. Assim, os incentivos consistem em políticas fiscais que têm como finalidade desenvolver uma determinada região, seja econômica ou socialmente, o que tem relação direta com o conceito de extrafiscalidade, ou seja, está relacionado com o intuito extrafiscal da tributação. Segundo Araújo (1996), são estabelecidas metas na Constituição que visam promover o desenvolvimento nacional e a justiça social, quando a tributação constitui um poderoso instrumento de ação estatal na economia e evidencia a importância da extrafiscalidade para a realização dessas metas.

O termo extrafiscalidade está alinhado à função extrafiscal da tributação, quando a finalidade desta vai além da obtenção de receita meramente financeira e passa a incidir sobre outros âmbitos da sociedade, inibindo ou estimulando determinados comportamentos (Accioly; Mello; Oliveira, 2019). De acordo com os autores citados, destaca-se que o entendimento da extrafiscalidade surgiu após o estabelecimento do Estado de Bem-Estar Social, em oposição às ideias liberais, quando o Estado exercia um papel mínimo. Diante disso, a existência de desigualdades sociais tornou-se mais presente e foi necessário ter um modelo de governo intervencionista, no qual o Estado assume a responsabilidade de garantir a justiça social. Dessa maneira, a partir do momento em que o governo emprega a tributação para fins não apenas arrecadatórios e passa a usar os tributos para buscar reverter e mudar determinadas situações em um cenário, ele está recorrendo à extrafiscalidade, a qual se encaixa nos objetivos constitucionais, como por exemplo a garantia da justiça social.

A política fiscal é uma opção política de quem exerce o poder soberano. De acordo com esta, determinados comportamentos são incentivados pela concessão de isenções, pela previsão constitucional de imunidades, ou coibidos por uma grande carga tributária. Uma política fiscal, por exemplo, que tem como objetivo incentivar o desenvolvimento nacional faz incidir uma carga tributária menor sobre os bens de capital e maior sobre propriedades ociosas e importações, com a finalidade de viabilizar o aumento da produção industrial. Nesse caso, todos esses tributos têm uma função extrafiscal, ou seja, o objetivo dessa tributação é viabilizar a industrialização e não apenas arrecadar receitas para o financiamento do Estado. Resta claro que a política fiscal é uma opção política de quem detém e exerce o poder soberano do Estado. De acordo com esta, arrecadam-se receitas para a manutenção da máquina estatal. Todavia, ela pode, também, ter como objetivo uma reforma social, incentivando o desenvolvimento nacional e conduzindo a uma melhor distribuição da renda nacional (Araújo, 1996, p. 331).

Nesse sentido, os incentivos podem ser aplicados de diferentes formas e com diferentes objetivos relacionados à extrafiscalidade, como por exemplo o desenvolvimento de um determinado setor e/ou de uma determinada região por meio da possibilidade de alguma vantagem econômica que objetiva propiciar uma mudança no comportamento das empresas e consumidores.

Segundo Fernandes (2022b), os incentivos são concedidos pela administração pública, no âmbito federal, estadual ou municipal, por meio da diminuição do percentual das alíquotas, e da isenção ou compensação do pagamento dos tributos que as empresas conseguem investir em suas próprias operações, gerando emprego e movimentando a economia. Entre os principais tributos sobre os quais os incentivos, segundo a legislação vigente no Brasil, podem incidir, estão: a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), o Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ), o IPI e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), que são recolhidos pela

União; o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), pago ao governo estadual; o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) e o Imposto Sobre Serviços (ISS), destinados ao município.

Em relação à garantia legal dos incentivos fiscais, segundo Caparroz (2019), em respeito ao pacto federativo, que estabelece a coerência entre as pessoas jurídicas de direito público interno⁵, o sistema tributário possui regras com o intuito de manter a paridade entre esses entes e permitir a uniformidade na tributação. Nesse sentido, conforme evidencia o art. 151 da Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988 (Brasil, 2020), à atividade tributária é limitada:

- I - instituir tributo que não seja uniforme em todo o território nacional ou que implique distinção ou preferência em relação a Estado, ao Distrito Federal ou a Município, em detrimento de outro, admitida a concessão de incentivos fiscais destinados a promover o equilíbrio do desenvolvimento socioeconômico entre as diferentes regiões do País;
- II - tributar a renda das obrigações da dívida pública dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como a remuneração e os proventos dos respectivos agentes públicos, em níveis superiores aos que fixar para suas obrigações e para seus agentes;
- III - instituir isenções de tributos da competência dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios.

Como se pode observar no art. 151, inciso I, a tributação deve objetivar a uniformidade geográfica no território brasileiro, de forma que os tributos federais deverão ser aplicados do mesmo modo em todo o país. Há, entretanto, a possibilidade de concessão de incentivos fiscais, de acordo com o art. 151, inciso III, uma vez que tais incentivos podem também objetivar a uniformidade por meio da diferenciação tributária, de acordo com as necessidades socioeconômicas das diferentes regiões brasileiras (Caparroz, 2019). Como exemplo, as

⁵ Pessoas jurídicas de direito público interno: o art. 41 do Código Civil elenca quais são as pessoas jurídicas de direito público interno, dividindo-as em entes da administração direta (União, estados, Distrito Federal e territórios e municípios) e da administração indireta (autarquias como o INSS e demais entidades de caráter público criadas por lei) (Cavalcante, 2018).

regiões Norte e Nordeste do Brasil possuem um tratamento tributário diferenciado, especialmente na Zona Franca de Manaus, onde o grande objetivo é o desenvolvimento industrial da região, bem como a geração de renda e emprego.

Dessa forma, entre os princípios do Direito Tributário relacionados aos incentivos fiscais, estão: (i) o princípio da legalidade, quando o direito é garantido pela Constituição; (ii) o princípio da isonomia, no qual apenas a lei tem a capacidade de conceder um tratamento tributário diferenciado. Em relação à isonomia, torna-se necessária uma visão sistemática da tributação como um todo, em que a intervenção e a diferenciação são utilizadas em face da busca real dos fins pretendidos pelo Estado (Moura, 2015).

Trata-se de mais uma tentativa de conferir homogeneidade ao tecido normativo tributário e, principalmente, evitar mecanismos capazes de acirrar, ainda mais, a chamada guerra fiscal, patologia que assola a Federação, pois cada ente busca, por meio de incentivos e isenções, trazer atividade econômica para o seu território (Caparroz, 2019, p. 34).

Por isso, os incentivos objetivam a homogeneidade, para que seja garantida a atratividade a todas as regiões, sobretudo àquelas histórica e estruturalmente menos favorecidas, onde a desigualdade social é uma realidade e os incentivos buscam estimular a geração de emprego e de renda com o objetivo de proporcionar uma maior paridade socioeconômica no território nacional. Segundo Giambiagi (2015), para que o sistema tributário se aproxime do ideal, é preciso haver equidade a ponto de o ônus tributário ser distribuído de forma equitativa entre os indivíduos da sociedade.

Diante do exposto, para averiguar se a teoria do uso dos incentivos fiscais é aplicável e eficaz, utiliza-se o estado de Santa Catarina durante a pandemia da covid-19 no período de 2020-2021 como objeto de estudo sobre o uso dos incentivos e o desempenho econômico.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa tem como objetivo entender de que forma os incentivos fiscais tiveram relação com o desempenho econômico do estado de Santa Catarina perante a pandemia de covid-19 no período de 2020-2021, tendo em vista que os incentivos consistem em uma política fiscal intervencionista, geram estímulos econômicos e foram amplamente promovidos na pandemia, visando enfrentar a crise financeira generalizada.

Para tanto, no desenvolvimento deste artigo, recorre-se ao método dedutivo, tendo como premissa maior a necessidade da intervenção do Estado para fomentar o desempenho econômico e o princípio da viabilidade do uso de incentivos fiscais. Nesse contexto, a premissa menor é o uso dos incentivos fiscais pelo governo com o intuito de realizar um suporte ao desempenho econômico durante a pandemia de covid-19, tendo como foco o resultado da economia do estado de Santa Catarina. Segundo Gil (2019, p. 10), o método dedutivo “parte de princípios reconhecidos como verdadeiros e indiscutíveis e possibilita chegar a conclusões de maneira puramente formal, isto é, em virtude unicamente de sua lógica”. Assim, como complementa Coelho (2021), “o método fundamenta-se nos silogismos: parte de uma premissa maior, passando para uma premissa menor e chegando a uma conclusão particular”.

Quanto ao método de pesquisa, empregou-se a pesquisa bibliográfica, por meio de livros, leis, artigos científicos, notícias e conteúdo da internet, ou seja, foi realizada conforme preconizam Lakatos e Marconi (2017, p. 31) – “com base em fontes disponíveis, como documentos impressos, artigos científicos, livros, teses e dissertações”. Dessa forma, foi com o objetivo de fomentar a pesquisa que se efetuou a conceituação dos incentivos fiscais, bem como se estabeleceu a relação com as diferentes visões das escolas econômicas sobre a intervenção estatal na economia.

Utilizou-se, ainda, a abordagem qualitativa, a qual foi eleita pelo fato de se adequar ao objetivo da pesquisa, uma vez que os resultados numéricos do desempenho econômico que serão analisados servirão como base para o desenvolvimento do resultado da pesquisa. Como afirmam Gerhardt e Silveira (2009), a pesquisa qualitativa não se preocupa com representatividade numérica, mas

com o aprofundamento da compreensão de um grupo social ou de uma organização. A presente pesquisa busca, assim, identificar de que forma o uso dos incentivos fiscais por Santa Catarina durante a pandemia de covid-19 sustentou o desempenho econômico do estado no período em questão.

O estudo apresentado é descritivo. Como destacam Lakatos e Marconi (2017), a pesquisa descritiva objetiva identificar relações entre variáveis, que neste trabalho serão relacionadas ao desempenho econômico de Santa Catarina no período 2020-2021 e ao uso dos incentivos fiscais. Para a pesquisa, conclui-se que a abordagem se encaixa como a mais coerente, uma vez que há um confronto entre as hipóteses defendidas pelas escolas keynesiana e austríaca no que tange à intervenção do Estado.

ANÁLISE DOS RESULTADOS

A pandemia de covid-19 foi vivenciada no Brasil e em todo o mundo a partir do início de 2020 e estendeu-se até 2022. Ao longo do ano de 2021, com o avanço das medidas de isolamento social na tentativa de conter a pandemia e com o avanço da vacinação, houve um controle geral da quantidade de casos de infectados. Com isso, ao longo desse período o Brasil passou por uma crise generalizada que trouxe impactos contínuos, sobretudo aos segmentos mais afetados – por exemplo, a venda de bens de consumo duráveis de valores superiores (como carros e imóveis), o setor de transporte público, os comércios, bares e restaurantes, bem como a população em situação de vulnerabilidade social em geral.

Diante disso, o governo, tanto federal quanto estadual, utilizou diversas políticas com o intuito de proteger setores da economia e a população e dar suporte a eles. Os incentivos fiscais consistem em medidas fiscais intervencionistas comumente instituídas pelo governo como meio de estímulo para o desenvolvimento de determinado setor ou segmento. Durante o período de estudo em questão, os incentivos mais significativos empregados foram aplicados nos tributos IPI e ICMS. Estes representam uma parte significativa da composição do preço dos bens/serviços no Brasil, e suas reduções/isenções causaram impactos positivos nos setores em que foram aplicados. Além disso,

o auxílio emergencial foi um exemplo de subsídio fornecido pelo governo com o objetivo de oferecer suporte econômico às pessoas mais necessitadas diante da crise.

Durante o período da pandemia de covid-19, a exemplo do IPI, entre as medidas intervencionistas tomadas pelo governo federal com o intuito de fornecer suporte econômico por meio de incentivos fiscais, podem-se citar: (i) a isenção de IPI para o setor de motoristas de aplicativos e taxistas; (ii) isenção de IPI para carro de pessoa com deficiência; (iii) isenção de IPI de veículos para corretores de imóveis; (iv) redução de IPI nos insumos utilizados para o enfrentamento da covid-19, os quais serão detalhados a seguir.

Sobre a isenção de IPI para o setor de motoristas de aplicativos e taxistas na compra de automóveis, a medida foi proposta no ano de 2020 com o objetivo de facilitar a compra dos veículos, tendo em vista que estes são utilizados como instrumento de trabalho por esses profissionais (Autopapo, 2020). Durante a pandemia, a demanda sobre a modalidade de entregas em casa (*delivery*) aumentou consideravelmente, pois as pessoas se tornaram mais receosas em relação a sair de casa. Segundo Kitchen Central (2021), os serviços de *delivery* oferecem “conforto, comodidade e segurança em tempos de incerteza”.

Ainda no contexto do estímulo ao setor automotivo, a isenção de IPI para carro de pessoas com deficiência (PCD) teve o mesmo propósito. Tal isenção, instituída em 2020 e prorrogada até 2026 (Agência Senado, 2021), beneficiou essas pessoas que compõem o grupo de risco da covid-19. Já a isenção de IPI para corretores de imóveis, além de beneficiar o setor automotivo, visou proteger esses profissionais que também foram prejudicados pelo momento de instabilidade econômica, em que houve uma redução na compra de bens de consumo duráveis. Conforme Nery (2020), “o deslocamento constante seria o principal motivo para o desconto de imposto”, ou seja, os automóveis constituem uma das mais importantes ferramentas de trabalho do ramo.

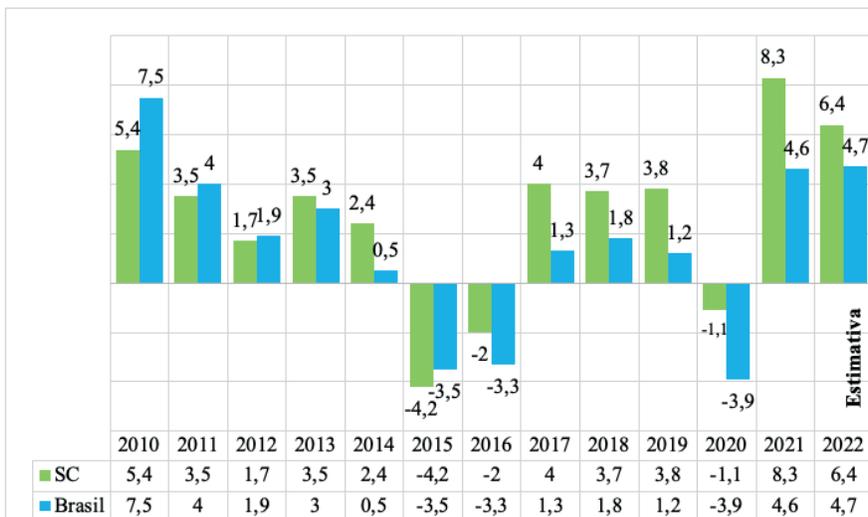
Além do setor automotivo, que foi beneficiado pelos incentivos fiscais no tocante ao IPI, outra área que recebeu esse tipo de auxílio

foi a da saúde. Por se tratar de um período de pandemia, muitas foram as necessidades de implementação de subsídios e incentivos fiscais na área da saúde, uma vez que houve uma grande necessidade de investimento para suprir a demanda de ampliação dos leitos de UTI e tratamento dos pacientes portadores de casos mais graves da doença, em prol da preservação da vida e da saúde da população. Tedros Adhanom, diretor-geral da Organização Mundial da Saúde (OMS), afirmou em entrevista ao *Estado de Minas* (Tedros [...], 2020) que os países do mundo inteiro deveriam investir mais em suas redes de saúde pública, não apenas para combater a covid-19, como também para enfrentar futuras eventuais pandemias.

No ano de 2020 as máscaras de uso hospitalar, o álcool de limpeza, desinfetantes, aparelhos de proteção médica, aparelhos de terapia respiratória, entre outros produtos, tiveram sua alíquota de IPI reduzida. A medida foi de suma importância para a redução dos preços desses materiais, considerados essenciais para o enfrentamento da covid-19, no período considerado de calamidade pública (Governo [...], 2020). Tal medida beneficiou o próprio governo, que precisou investir amplamente nesses insumos para o enfrentamento da pandemia pelo Sistema Único de Saúde (SUS).

Nesse contexto, os impactos dos incentivos fiscais aplicados sobre o IPI podem ser observados em relação ao desempenho do PIB catarinense e sua rápida recuperação diante da crise, uma vez que o PIB, segundo o IBGE (2022), consiste na soma de todos os bens e serviços finais, produzidos por um determinado país, estado ou cidade em um período, que geralmente é de um ano. O gráfico 1 evidencia a taxa de crescimento real do PIB do Brasil e de Santa Catarina, do período de 2010 a 2022.

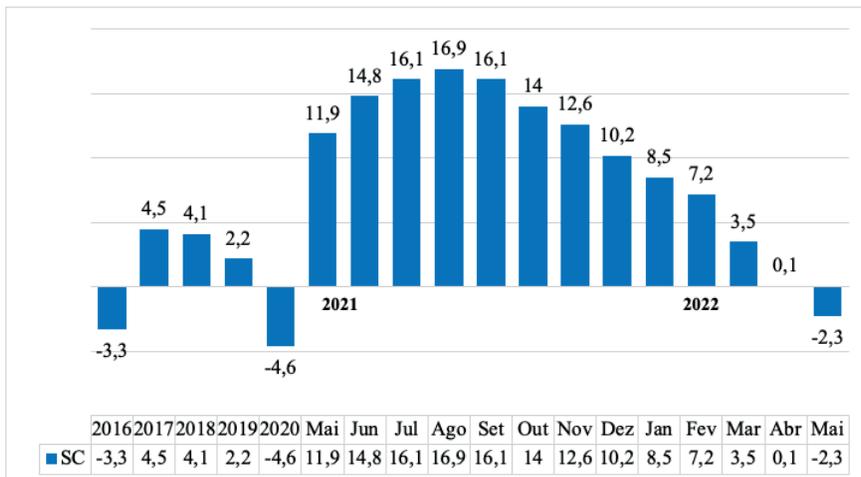
Gráfico 1 – Taxa de crescimento real do PIB (%)



Fonte: SDE (2022)

Como se observa no gráfico 1, no período de 2020 a economia catarinense apresentou uma queda, com desempenho do PIB de -1,1%, o qual, conforme SDE (2022), foi melhor que o brasileiro, que foi de -3,9%. Já em 2021, com a adoção de diversas medidas intervencionistas por meio de incentivos fiscais, nota-se que houve uma rápida recuperação e um crescimento positivo estimado em 8,3%, o que também ficou acima do desempenho nacional. Tendo em vista a análise do PIB, o gráfico 2 traz os dados relacionados à produção industrial física da indústria de transformação, que demonstra o desempenho da indústria catarinense.

Gráfico 2 - Produção industrial física - indústria da transformação - acumulada em 12 meses (%)

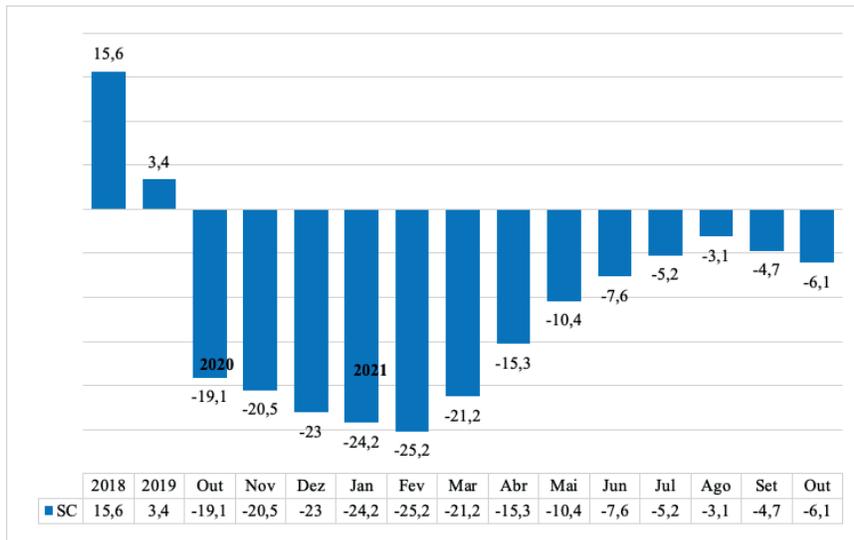


Fonte: SDE (2022)

Como se pode verificar no gráfico 2, que apresenta a produção industrial física da indústria de transformação, com os valores acumulados em 12 meses, a produção industrial catarinense sofreu o impacto da pandemia em 2020, apresentando uma queda de 4,6%. Ela teve, no entanto, um período de expansão no primeiro semestre de 2021, o que evidencia o bom desempenho e a capacidade de recuperação da economia catarinense diante de um período de crise e com os estímulos à retomada da atividade via incentivos fiscais. Observa-se que no mês de agosto de 2021 a produção industrial alcançou a taxa de 16,9% de crescimento em relação ao período anterior, que já aumentava desde maio desse mesmo ano. A partir desse mês, as taxas de crescimento sofreram uma queda, no entanto isso não caracteriza um retrocesso, mas um crescimento em uma taxa menor em comparação ao período anterior.

Outra medida que teve o objetivo de estimular a economia foi a isenção do IPI para os automóveis. O gráfico 3 apresenta o percentual de emplacamento de veículos novos, considerando a taxa de crescimento acumulada em 12 meses (%).

Gráfico 3 – Emplacamento de veículos novos: taxa de crescimento acumulada em 12 meses (%)



Fonte: SDE (2022)

Ao focar no setor automotivo, pode-se destacar o desempenho deste com base na quantidade de novos veículos emplacados, que reflete o volume de vendas, segundo o gráfico 3. Santa Catarina apresentou, em 2020, uma taxa negativa no volume de carros emplacados em relação ao ano anterior. A partir de 2020 e até fevereiro de 2021, a taxa de emplacamento continuou a cair, atingindo o valor de -25,2%. De março de 2021 em diante, a taxa ainda era negativa, mas observa-se uma gradual recuperação. Assim, ainda que o setor automotivo catarinense não tenha conseguido acompanhar o volume da média brasileira (SDE, 2022), a adesão do governo de Santa Catarina aos incentivos fiscais concedeu suporte para a recuperação, embora lenta, do setor. Diante disso, conclui-se que, mesmo em um momento de crise, a venda de veículos manteve um desempenho considerável no período em que o setor foi amparado por diferentes medidas intervencionistas utilizadas em prol da proteção do setor e do suporte econômico.

Outro imposto atingido pelos incentivos fiscais durante a pandemia foi o ICMS. Sua redução foi amplamente empregada pelo estado de Santa Catarina para estimular determinados setores da

economia, como foi o caso da redução para o setor de transporte público. Conforme Marques (2021), “o objetivo, segundo o Governo do Estado, é minimizar os impactos da crise causada pela pandemia de covid-19”. O transporte público foi mais um exemplo de setor muito prejudicado durante a pandemia, pois, durante o isolamento, a população passou a optar por outros meios mais seguros para se deslocar sem se expor ao vírus e, mesmo quando passou a haver uma flexibilização das medidas de contingência da pandemia, as regras de distanciamento social limitavam muito a capacidade de ocupação do transporte, bem como os horários de funcionamento, de forma que muitas pessoas deixaram de usar os transportes públicos e optaram por outros meios onde tivessem contato com menos pessoas. Além disso, a difusão do trabalho remoto também influenciou a redução do uso do transporte público (Como a pandemia [...], 2021).

Ainda em relação aos incentivos associados ao ICMS, outra medida adotada no ano de 2021 foi a isenção do imposto nas operações com medicamentos relacionados ao *kit* intubação. Esses *kits*, disponibilizados pelos hospitais, foram extremamente necessários para o enfrentamento da pandemia, pois a internação dos pacientes em casos muito graves aumentava de maneira significativa a sua chance de sobrevivência. Segundo o Secretário de Estado da Fazenda, Paulo Eli, em entrevista ao governo do estado de Santa Catarina (Santa Catarina, 2021b), “a estimativa, segundo dados da Fazenda, é que os hospitais que prestam serviços ao SUS tenham uma economia de até R\$ 30 milhões”, tendo em vista a isenção de ICMS, imposto que compõe grande parte do preço dos produtos. A medida de isenção do imposto já havia sido aplicada pelo governo do estado de Santa Catarina anteriormente, em 2020, em alguns medicamentos, e foi de suma importância para o orçamento da administração pública de saúde.

O setor de bares e restaurantes também foi afetado durante a pandemia. Com o isolamento social, as pessoas deixaram de sair de casa, e empreendimentos que não conseguiram se reinventar e migrar para o sistema de *delivery* acabaram enfrentando muitas dificuldades em manter seu negócio. Para o coordenador do núcleo de empreendedorismo e desenvolvimento empresarial da Universidade Presbiteriana Mackenzie (UPM), Alexandre Nabil, a digitalização do setor e o *delivery* caracterizaram mudanças irreversíveis (Mackenzie,

2020). Tendo em vista que muitos estabelecimentos enfrentaram dificuldades em se manter, houve a implementação de um regime especial adotado pelo estado de Santa Catarina para o setor em questão, relacionado ao crédito presumido de ICMS (Rolemberg, 2021). Tal crédito é um benefício usado para atrair empresas a determinados territórios, de forma a aumentar sua arrecadação por meio de incentivo a produtos, atividades ou ramos específicos, em que o pagamento do imposto sobre a mercadoria ou serviço tem compensação tributária sobre o valor tributado anteriormente (Costa, 2021). Esse regime foi regulamentado pelo Decreto n.º 2.060/2022, no qual o benefício do crédito presumido de ICMS foi estabelecido sobre a receita bruta no fornecimento de alimentação em bares, restaurantes e similares. Há algumas condições para que se possa usufruir o benefício, e o prazo foi determinado até 31 de dezembro de 2023, exigindo a solicitação de um pedido de Regime Especial (TTD)⁶ à Fazenda Estadual (Contaseg, 2022).

Além disso, todo o setor cultural e de entretenimento também foi afetado ao longo da pandemia, tornando-se mais um caso em que o produto/serviço deixou de ser consumido por conta do isolamento social e da priorização de outros tipos de consumo. Ao longo de 2021, diversos projetos e ações foram lançados pela Fundação Catarinense de Cultura pelo Programa SC Mais Cultura, de modo que cerca de R\$ 129 milhões foram investidos em cultura no estado de Santa Catarina (Santa Catarina, 2021c). A medida teve o intuito de auxiliar o setor, amplamente prejudicado pelo cenário pandêmico.

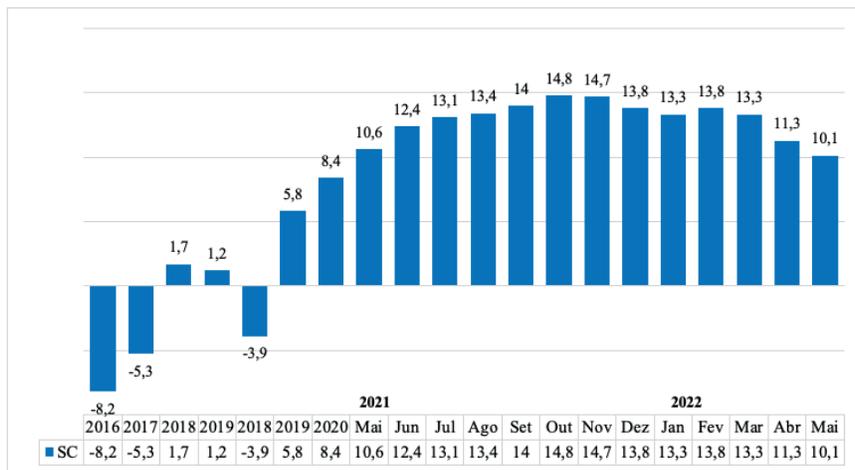
No cenário da pandemia, muitos negócios passaram por grandes dificuldades em se manter financeiramente, e a quitação dos débitos relativos aos tributos foi um dos maiores desafios enfrentados. Diante dessa situação e do cenário dos incentivos fiscais, o Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) concedeu uma autorização ao governo do estado de Santa Catarina para a prorrogação do Programa Catarinense de Recuperação Fiscal de 2021, instituído pela

⁶ Regime Especial (RET) ou Tratamento Tributário Diferenciado (TTD) - os sistemas tributários especiais consistem em formas diferenciadas de tributar uma atividade ou setor em específico. São dados por tratados tributários com o objetivo de reduzir gastos, unificar tributos e facilitar a emissão de notas fiscais. A função é estimular a economia quando necessário, incentivando a abertura de algumas empresas em determinados locais que necessitam de um aquecimento em sua economia. Além disso, esse tipo de regime pode ainda colaborar com empreendedores a superar crises financeiras e proteger seus negócios (Consulfis, 2021).

Lei n.º 18.165/2021 e destinado a promover a regularização de débitos inadimplidos relativos aos impostos de competência estadual, como ICMS, ITCMD e IPVA, com redução de multas e juros, observados os limites e as condições estabelecidos pela lei em questão (Gouvêa, 2021). A medida foi adotada para que os contribuintes pudessem regularizar os débitos referentes ao ICMS, com até 90% de desconto sobre multas e juros, conforme Paulo Eli, secretário do Estado da Fazenda, em entrevista ao governo de Santa Catarina (2021a). A prorrogação dos prazos e os descontos concedidos beneficiam os contribuintes diante do cenário de crise econômica, impactando também positivamente na arrecadação tributária do Estado, que consegue gerar, mesmo que em menor volume, um fluxo de recursos financeiros em um momento de necessidade.

Concernente ao impacto causado pela aplicação de incentivos fiscais sobre o ICMS, a efetividade dessas medidas pode ser observada no gráfico 4, que apresenta a taxa de crescimento do volume de serviços.

Gráfico 4 – Taxa de crescimento do volume de serviços



Fonte: SDE, 2022

Em comparação ao ano de 2020, ao longo de 2021 o volume dos serviços prestados em Santa Catarina apresentou um movimento crescente, o que foi favorecido pelas diversas medidas de incentivos fiscais aplicadas pelo governo estadual, principalmente aquelas

capazes de impactar o ICMS. Assim, os dados apresentados (SDE, 2022) evidenciam o bom desempenho do estado, com um grande volume de serviços prestados e a capacidade das medidas adotadas pelo governo catarinense em contribuir para a manutenção da economia do estado.

Outro exemplo de incentivo fiscal concedido em forma de subsídio foi o auxílio emergencial, medida empregada pelo governo federal e aprovada pelo Congresso Nacional com o intuito de promover assistência financeira com renda mínima às famílias em situação de vulnerabilidade durante a pandemia de covid-19 (Ministério da Cidadania, 2021). Em Santa Catarina, em específico, houve o programa do governo estadual chamado Auxílio Emergencial - SC Mais Renda, que teve o intuito de promover um benefício adicional de R\$ 900,00, pago em três parcelas, para cerca de 67 mil pessoas de baixa renda e para desempregados que atuavam nos setores mais afetados pela pandemia de covid-19 (Pieczarka, 2021). Esse auxílio concedido na esfera tanto federal quanto estadual foi de suma importância para que as famílias contempladas tivessem uma mínima condição financeira de enfrentar o período de crise e desemprego vivenciado no país ao longo dos dois anos de pandemia.

Diante desse cenário, observa-se que muitas foram as tentativas do governo de intervir na economia por meio da concessão de subsídios, benefícios e isenções tributárias durante a pandemia e a crise econômica. O contexto pandêmico prejudicou diversos setores da economia, o que tornou necessária a intervenção do governo por meio de incentivos fiscais e subsídios, a exemplo das reduções e isenções dos impostos ICMS e IPI, regimes especiais de tributação, assim como a aplicação do auxílio emergencial; todas essas iniciativas buscaram fornecer suporte e proteger a economia e a população. O uso dos incentivos evidencia, por meio dos indicadores da economia catarinense no período em questão, que a intervenção governamental tem capacidade de fornecer suporte econômico quando necessário, visando à recuperação de determinados setores e à melhora do desempenho geral.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo dedicou-se a realizar um estudo sobre o resultado do uso dos incentivos fiscais pelo governo como forma de suporte econômico e social durante a pandemia. Para tanto, tratou da legalidade do emprego dos incentivos fiscais, bem como do aprofundamento das teorias keynesiana e austríaca, uma vez que a pesquisa buscou compreender se a intervenção do estado nos momentos de crise pode de fato conceder amparo à economia.

Baseada no período da pandemia de covid-19 vivenciada nos anos de 2020-2021, tendo como foco o estado de Santa Catarina e sua recuperação econômica, a pesquisa, por meio dos dados apresentados, analisou os incentivos fiscais representados pelas reduções, subsídios e isenções de impostos, bem como a relação destes com o desempenho econômico de Santa Catarina. Com base nos dados de tal desempenho econômico, ele foi analisado a fim de verificar a existência de relação (ou não) do uso de incentivos fiscais e a retomada econômica diante do contexto analisado.

Destaca-se que as principais medidas foram exploradas no sentido de fornecer amparo e proteção econômica a determinados setores da economia, que acabaram sendo prejudicados pelas restrições causadas pelo isolamento social e pela crise generalizada. Entre essas medidas, pode-se destacar o estímulo ao consumo, o qual também foi incentivado por meio das reduções e isenções de impostos. Tais incentivos tiveram papel fundamental até mesmo como medida de enfrentamento da covid-19, barateando os gastos do governo na área da saúde em uma situação emergencial, em que os investimentos precisaram ser ampliados em prol de atender às necessidades do grande número de casos graves da doença. Dessa forma os incentivos puderam auxiliar o orçamento da administração pública durante a pandemia. Ressalta-se também como forma de subsídio o auxílio emergencial, medida que teve o intuito de fornecer amparo social.

Portanto, diante das premissas apresentadas e das teorias analisadas, a hipótese de que os incentivos fiscais utilizados pelo governo diante da pandemia da covid-19 impactaram positivamente a recuperação do desempenho econômico de Santa Catarina se confirma. Com isso, a concepção de que, mesmo diante do uso dos

incentivos fiscais durante a pandemia, o impacto no desempenho econômico não foi significativo foi refutada. Uma vez que os indicadores demonstram a recuperação econômica catarinense e os incentivos fiscais foram amplamente explorados no período em questão, nota-se uma influência destes nos resultados analisados. Dessa forma, além de responder à questão da pesquisa, a hipótese também foi confirmada. Assim, nos mais diversos setores da economia, os incentivos tornam-se uma alternativa viável.

Uma vez que o objeto de estudo abrangeu o período entre 2020 e 2021, em relação à pandemia de covid-19 há a possibilidade de realizar análises posteriores sobre os efeitos das medidas adotadas observados a longo prazo.

REFERÊNCIAS

ACCIOLY, Isabella; MELLO, Maria Luísa Sette Costa; OLIVEIRA, Gabriele Esmeraldo de Lucena. A função extrafiscal da tributação. **Revista Jus Navigandi**, Teresina, ano 24, n. 5958, 24 out. 2019. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/64665/a-funcao-extrafiscal-da-tributacao>. Acesso em: 1.º jun. 2022.

AGÊNCIA SENADO. **Senado vota na quinta prorrogação da isenção de IPI para carro de taxista e pessoa com deficiência**. 7 dez. 2021. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2021/12/07/senado-vota-na-quinta-prorrogacao-da-isencao-de-ipi-para-carro-de-taxista-e-pessoa-com-deficiencia>. Acesso em: 14 ago. 2022.

ARAÚJO, Cláudia R. M. Extrafiscalidade. **Brasília: Revista de Informação Legislativa**, ano 33, n. 132, out./dez., p. 329-334, 1996. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/218/r133-29.PDF?sequence=4>. Acesso em: 1.º jun. 2022.

AUTOPAPO. **Motoristas de aplicativos podem receber isenção de IPI na compra de veículos**. 15 set. 2020. Disponível em: <https://autopapo.uol.com.br/curta/motoristas-de-aplicativos-isencao-de-ipi-compra-de-veiculos/>. Acesso em: 17 ago. 2022.

BALEEIRO, Aliomar. **Direito financeiro**. Rio de Janeiro: J. Bushatsky, 1971. 155 p.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Série Legislação. Leme: Edijur, 2020.

BRUE, Stanley L.; GRANT, Randy R. **História do pensamento econômico**. Cengage Learning Brasil, 2016. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788522126224/pageid/0>. Acesso em: 16 abr. 2022.

CAPARROZ, Roberto. **Direito tributário esquematizado**. São Paulo: Saraiva Educação, 2019. Disponível em: https://www.academia.edu/94799610/Direito_Tributa_rio_Esquematizado_Roberto_Caparroz. Acesso em: 5 jun. 2022.

CAVALCANTE, Naje. RTDPJ Brasil. *In*: PORTAL DO REGISTRO DE IMÓVEIS. **Como são classificadas as pessoas jurídicas**. 11 abr. 2018. Disponível em: <https://portaldori.com.br/2018/04/11/como-sao-classificadas-as-pessoas-juridicas/#:~:text=Conforme%20o%20artigo%2040%20do,das%20associa%C3%A7%C3%B5es%20e%20organiza%C3%A7%C3%B5es%20religiosas>. Acesso em: 5 jun. 2022.

COELHO, Beatriz. Método dedutivo: um guia sobre esse método de abordagem. **Blog da Mettzer**, 2021. Disponível em: <https://blog.mettzer.com/metodo-dedutivo/#:~:text=Em%20resumo%2C%20o%20m%C3%A9todo%20fundamenta,pode%20ser%20chamada%20de%20teorema>. Acesso em: 11 jul. 2022.

COMO A PANDEMIA mudou o uso do transporte público? **Summit Mobilidade - Estádio**, 25 ago. 2021. Disponível em: <https://sumitmobilidade.estadao.com.br/compartilhando-o-caminho/como-a-pandemia-mudou-o-uso-do-transporte-publico/>. Acesso em: 14 ago. 2022.

CONSULFIS. **Regime especial de tributação**. 2021. Disponível em: <https://consulfis.com.br/regime-especial-de-tributacao/>. Acesso em: 14 ago. 2022.

CONTASEG. **Benefício - Bares, restaurantes e similares ICMS - SC**. 2022. Disponível em: <https://contaseg.com.br/2022/07/12/beneficio-bares-restaurantes/#:~:text=BENEF%20%C3%8DCIO%20%E2%80%93%20BARES%2C%20RESTAURANTES%20E%20SIMILARES%20ICMS%20%E2%80%93%20SC&text=Atrav%C3%A9s%20do%20Decreto%20n%C2%BA%202.060,exceto%20no%20fornecimento%20de%20bebidas>. Acesso em: 14 ago. 2022.

COSTA, Cícero. Crédito presumido: o que é e para que serve? **Migalhas**, 2021. Disponível em: <https://www.migalhas.com.br/depeso/353645/credito-presumido-o-que-e-e-para-que-serve>. Acesso em: 14 ago. 2022.

DONÁRIO, Arlindo Alegre; SANTOS, Ricardo Borges. **Keynes e keynesianismo:** uma visão crítica. Lisboa: CARS, 2016. Universidade Autônoma de Lisboa. Disponível em: <https://repositorio.ual.pt/bitstream/11144/3169/3/KEYNES%20E%20O%20KEYNESIANISMO.pdf>. Acesso em: 17 abr. 2022.

ENTENDA os impactos da pandemia de coronavírus nas economias global e brasileira. **G1**, 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2020/02/26/entenda-os-impactos-do-avanco-do-coronavirus-na-economia-global-e-brasileira.ghtml>. Acesso em: 24 maio 2022.

FERNANDES, Claudio. **Escola Austríaca de Economia**. 2022a. Disponível em: <https://www.historiadomundo.com.br/idade-contemporanea/escola-austriaca-economia.htm>. Acesso em: 17 abr. 2022.

FERNANDES, Daniela Pereira. **Incentivos fiscais:** como consegui-los para reduzir as despesas tributárias da sua empresa. 2022b. Disponível em: <https://www.treasy.com.br/blog/incentivos-fiscais/>. Acesso em: 5 jun. 2022.

FOGAÇA, André. **The Capital Advisor**. 2021. Disponível em: <https://comoinvestir.thecap.com.br/adam-smith-o-pai-do-liberalismo-e-da-economia-moderna>. Acesso em: 17 abr. 2022.

GASPARETTO JUNIOR, Antonio. Keynesianismo. **InfoEscola**, 2022. Disponível em: <https://www.infoescola.com/economia/keynesianismo/>. Acesso em: 17 abr. 2022.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (org.). **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: UFRGS, 2009.

GIAMBIAGI, Fabio. **Finanças públicas** - teoria e prática no Brasil. Grupo GEN, 2015. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595154773/>. Acesso em: 12 abr. 2022.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

GOULARTI, Juliano Giassi. **A política de incentivos fiscais do governo Carlos Moisés**. 2021. Disponível em: <https://necat.ufsc.br/a-politica-de-incentivos-fiscais-do-governo-carlos-mois-es-ex-psl/>. Acesso em: 27 mar. 2022.

GOUVÊA, José. **Programa Catarinense de Recuperação Fiscal de 2021 (PREFIS-SC/2021)**. 2021. Disponível em: <https://bgtadvogados.com.br/tag/programa-catarinense-de-recuperacao-fiscal-de-2021/>. Acesso em: 14 ago. 2022.

GOVERNO mantém redução de tributos sobre medicamentos e produtos. **Veja**, 2020. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/politica/governo-mantem-reducao-de-tributos-sobre-medicamentos-e-produtos/>. Acesso em: 14 ago. 2022.

HAYEK, Friedrich A. **Os fundamentos da liberdade**. São Paulo: Editora Visão, 1983. Disponível em: <https://docplayer.com.br/30971-Os-fundamentos-da-liberdade.html>. Acesso em: 31 maio 2022.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Produto Interno Bruto – PIB**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/pib.php>. Acesso em: 17 ago. 2022.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Políticas tributárias mitigaram impactos da pandemia na economia da China**. 2021. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=38785:2021-12-16-00-00-56&catid=6:dinte&directory=1. Acesso em: 27 mar. 2022.

JÚNIOR, Janary. Lei prorroga incentivo fiscal a empresas exportadoras durante a pandemia. **Agência Câmara de Notícias**, 24 set. 2020. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/695382-LEI-PRORROGA-INCENTIVO-FISCAL-A-EMPRESAS-EXPORTADORAS-DURANTE-PANDEMIA#:~:text=Lei%20prorroga%20incentivo%20fiscal%20a%20empresas%20exportadoras%20durante%20pandemia,-Apenas%20um%20dispositivo&text=O%20presidente%20Jair%20Bolsonaro%20sancionou,do%20Di%C3%A1rio%20Oficial%20da%20Uni%C3%A3o>. Acesso em: 1.º jun. 2022.

KITCHEN CENTRAL. **Entenda o crescimento do delivery na pandemia**. 2021. Disponível em: <https://blog.kitchencentral.com.br/crescimento-delivery-pandemia/>. Acesso em: 14 ago. 2022.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MACKENZIE. **Setor de restaurantes precisa se reinventar na pandemia**. 2020. Disponível em: <https://www.mackenzie.br/noticias/artigo/n/a/i/setor-de-restaurantes-precisa-se-reinventar-na-pandemia>. Acesso em: 21 set. 2022.

MARQUES, Jéssica. **Secretaria da Fazenda de Santa Catarina regulamenta redução de ICMS para setor de transporte**. 2021. Disponível em: <https://diariodotransporte.com.br/2021/02/08/secretaria-da-fazenda-de-santa-catarina-regulamenta-reducao-de-icms-para-setor-de-transporte/>. Acesso em: 14 ago. 2022.

MINISTÉRIO DA CIDADANIA. **Auxílio Emergencial 2021**. 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/cidadania/pt-br/servicos/auxilio-emergencial>. Acesso em: 14 ago. 2022.

MORITZ, Carla Lidiane Muller. **Vantagens e desvantagens dos incentivos e benefícios fiscais**. 2019. Disponível em: <https://www.portalcontnews.com.br/vantagens-e-desvantagens-dos-incentivos-e-beneficios-fiscais/>. Acesso em: 27 mar. 2022.

MOURA, Douglas Duarte. **Princípios Constitucionais Tributários**. 2015. Disponível em: <https://douglasduartemoura.jusbrasil.com.br/artigos/197449777/principios-constitucionais-tributarios>. Acesso em: 5 jun. 2022.

MOURA, Maria A. V. C. B. Incentivos fiscais através das isenções. In: NOGUEIRA, Ruy Barbosa (coord.). **Estudos de problemas tributários**. São Paulo: José Bushatsky, 1971. p. 135.

NERY, Emily. Corretores de imóveis poderão ter isenção no IPI para compra de veículos. **Jornal do Carro**, 2020. Disponível em: <https://jornaldocarro.estadao.com.br/servicos/corretores-de-imoveis-poderao-ter-isencao-no-ipi-para-compra-de-veiculos/>. Acesso em: 14 ago. 2022.

O MONETÁRIO. **Avô do bitcoin? Ganhador de prêmio Nobel já defendia dinheiro descentralizado em 1976**. 2020. Disponível em: <https://omonetario.com.br/avo-do-bitcoin-ganhador-de-premio-nobel-ja-defendia-dinheiro-descentralizado-em-1976/>. Acesso em: 17 abr. 2022.

ONU – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **OMS: Investir em saúde pública é investir em um futuro mais seguro**. 8 set. 2020. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/89911-oms-investir-em-saude-publica-e-investir-em-um-futuro-mais-seguro>. Acesso em: 21 set. 2022.

PIECZARKA, Caroline. **Auxílio Emergencial SC Mais Renda será de R\$ 900 e deve começar em junho**. 2021. Disponível em: <https://www.acheconcursos.com.br/beneficios-sociais/auxilio-emergencial-sc-mais-renda-900-reais-junho-48079>. Acesso em: 14 ago. 2022.

REIS, Tiago. **Escola Austríaca: conheça essa corrente econômica e seus pensadores**. 28 fev. 2021. Disponível em: <https://www.suno.com.br/artigos/escola-austriaca/>. Acesso em: 17 abr. 2022.

ROLEMBERG, Paulo. Bares e restaurantes de SC pedem retorno imediato de regime especial de ICMS. **NDMais**, Florianópolis, 2021. Disponível em: <https://ndmais.com.br/financas-pessoais /impostos/bares-e-restaurantes-pedem-retorno-imediato-de-regime-especial-de-icms/>. Acesso em: 14 ago. 2022.

SANDRONI, Paulo. **Novíssimo dicionário de economia**. São Paulo: Editora Best Seller, 1999. p. 142. Disponível em: https://www.academia.edu/7406298/Dicion%C3%A1rio_de_Economia_Sandroni. Acesso em: 31 maio 2022.

SANSON, João Rogério. **Teoria das finanças públicas**. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília]: Capes: UAB, 2011. Disponível em: https://www.academia.edu/113014633/Teoria_das_Finan%C3%A7as_P%C3%BAblicas. Acesso em: 24 maio 2022.

SANTA CATARINA. **Programa de Recuperação Fiscal para ICMS é prorrogado em Santa Catarina**. 28 set. 2021a. Disponível em: <https://www.sc.gov.br/noticias/temas/desenvolvimento-economico/programa-de-recuperacao-fiscal-para-icms-e-prorrogado-em-santa-catarina>. Acesso em: 15 jul. 2022.

SANTA CATARINA. **Santa Catarina zera imposto de medicamentos do kit intubação**. 9 set. 2021b. Disponível em: <https://www.sc.gov.br/noticias/temas/coronavirus/santa-catarina-zera-imposto-de-medicamentos-do-kit-intubacao>. Acesso em: 15 jul. 2022.

SANTA CATARINA. **SC Mais Cultura: FCC lança programa com investimentos de R\$ 129 milhões**. 15 set. 2021c. Disponível em: <https://www.sc.gov.br/noticias/temas/cultura/sc-mais-cultura-fcc-lanca-programa-com-investimentos-de-r-129-milhoes>. Acesso em: 15 jul. 2022.

SDE - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL. **Boletim de Indicadores Econômico-Fiscais**, ago. 2022. Disponível em: <https://www.sde.sc.gov.br/index.php/biblioteca/boletim/boletim-2022/2483-sde-boletim-economico-agosto-2022/file>. Acesso em: 12 ago. 2022.

SMITH, Adam. **A riqueza das nações**. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996. Disponível em: <http://www.projetos.unijui.edu.br/economia/files/Adam-Smith-2.pdf>. Acesso em: 25 maio 2022.

SOTO, Jesus Huerta de. **A escola austríaca**. São Paulo: LVM Editoria, 2010.

TEDROS, da OMS, defende mais investimentos em redes de saúde pública. **Estado de Minas**, 7 set. 2020. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/internacional/2020/09/07/interna_internacional,1183177/tedros-da-oms-defende-mais-investimentos-em-redes-de-saude-publica.shtml. Acesso em: 14 set. 2022.

Impactos dos incentivos fiscais na competitividade das indústrias: um estudo da Zona Franca de Manaus

Júlia da Maia Mendes¹

Jani Floriano²

Resumo: A pesquisa trata dos incentivos fiscais na competitividade das indústrias, com foco no estudo da Zona Franca de Manaus (ZFM). O objetivo é analisar como a falta de incentivo para as indústrias do país é um fator que prejudica o crescimento e desenvolvimento do Brasil. Considerando que o desenvolvimento industrial é importante para o aumento da competitividade do país diante do mercado externo, e à medida que a globalização se faz demasiadamente presente nas formas de negociação, é importante que o país busque maneiras de aumentar sua competitividade. Um exemplo é a ZFM – cuja criação visou tornar a região um centro industrial, comercial e agropecuário –, que é uma região provida de incentivos fiscais e se caracteriza como um centro diferenciado de comercialização e negociação. Com base nessa ideia, políticas fiscais poderiam auxiliar no desenvolvimento brasileiro como um todo. Assim, tem-se como objetivo estudar os impactos dos incentivos fiscais na competitividade das indústrias e identificar pontos relevantes que contribuem para esse feito, usando como período base para análise os anos de 2017 até 2021. Para atingir o objetivo, foram utilizados o método dedutivo, com abordagem qualitativa, e pesquisa bibliográfica feita principalmente em livros, teses, dissertações, leis e artigos periódicos, além de nível de aprofundamento descritivo. Constatou-se com a pesquisa que os incentivos fiscais contribuem de forma positiva para a competitividade das indústrias, entretanto a ZFM não pode ser um modelo de sucesso efetivo.

Palavras-chave: incentivos fiscais; competitividade; Zona Franca de Manaus.

¹ Estudante do curso de Ciências Econômicas da Universidade da Região de Joinville (Univille).

² Doutora em Psicologia da Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), mestra em Economia pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), graduada em Economia e Direito pela Univille. Professora do curso de Ciências Econômicas da Univille. Contato: jani.floriano@univille.br.

INTRODUÇÃO

A pesquisa tem por objeto de estudo as relações fiscais da Zona Franca de Manaus (ZFM) e de que forma elas impactam na competitividade entre empresas. Para tanto, pretende-se considerar tanto as empresas do estado amazonense quanto as de outras regiões, visto que, por conta desses incentivos, a Amazônia se torna um centro diferenciado de negociação no país.

É fundamental destacar que o pensamento de que a Amazônia poderia se tornar um importante centro de negociação vem desde os anos de 1860, quando Aureliano Tavares Bastos³ defendia a ideia do livre-comércio, sobretudo no estado amazonense. Inspirado no pensamento de Tavares Bastos, o deputado federal Francisco Pereira da Silva apresentou o Projeto de Lei n.º 1.310 no ano de 1951, que propunha a criação de um Porto Franco em Manaus, capital da Amazônia (Suframa, 2020).

Em 1957 foi sancionada, pelo então presidente Juscelino Kubitschek, a Lei n.º 3.173, a qual criou em Manaus uma zona franca. Anos depois, em 1967, o presidente Castello Branco assinou o Decreto-Lei n.º 288, que reformulou a ZFM, definindo-a como um centro industrial, comercial e agropecuário provido de incentivos econômicos, com o objetivo de melhorar o desenvolvimento, visto que a região se encontra distante de grandes centros consumidores (Suframa, 2020). Após esse decreto foi instituída a Superintendência da ZFM (Suframa⁴), responsável por administrar a área.

A ZFM completou 55 anos de existência em 2022 e conta com mais de 600 empresas de alta tecnologia, com destaque para as dos setores eletroeletrônico, químico e motociclístico, além de mais de 3 mil empresas industriais, representando aproximadamente 35% da economia no estado (Oliveira, 2019). Ainda, segundo um estudo realizado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), a ZFM é responsável por gerar mais de 85 mil empregos diretos e 500 mil indiretos, alavancando o índice de desenvolvimento humano da região amazônica. Dados mostram que a renda *percapita* do Amazonas subiu consideravelmente

³ Advogado, político, escritor e jornalista, natural de Alagoas (Suframa, 2020).

⁴ Autarquia existente há mais de 40 anos, vinculada ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Tem como objetivo construir um modelo de desenvolvimento regional, pensando na qualidade de vida da população e qualificando para o trabalho (Richardson, 2019).

desde a criação da zona franca e hoje é quase duas vezes maior que a do estado de São Paulo. No início dos anos 1970, essa diferença era de aproximadamente sete vezes (Oliveira, 2019).

Outro fato que instigou a pesquisa foi a possibilidade da criação da zona franca em Joinville, ressaltando que ainda é uma ideia recente. O grupo CCR⁵ venceu o leilão do aeroporto de Joinville e agora pensa em construir um aeroporto industrial com cerca de 1 milhão de metros quadrados, onde indústrias instaladas nessa localidade terão isenções fiscais na importação de matérias-primas e exportação de produtos acabados (Veríssimo, 2022). Apesar da expectativa acerca da zona franca de Joinville, o presente estudo terá como foco principal a de Manaus, uma vez que já está consolidada há mais de 50 anos, podendo o estudo contribuir para o impacto da criação da zona franca para empresas de Joinville, sociedade e governo.

Do exposto, observa-se a necessidade de aprofundar o estudo e formula-se a seguinte questão de pesquisa: quais os impactos dos incentivos fiscais da Zona Franca de Manaus na competitividade das indústrias? Pode-se considerar como pressuposto o aumento de produção e venda por parte das indústrias que se tornam mais atrativas e competitivas em comparação às indústrias das demais regiões do país, possibilitando maior abertura comercial. Diante do exposto, tem-se como objetivo estudar os impactos dos incentivos fiscais na competitividade das indústrias e identificar pontos relevantes que contribuam para esse feito, usando como período-base para análise os anos de 2017 até 2021.

Com isso, ao final deste trabalho, espera-se afirmar que os incentivos fiscais agem de forma positiva na competitividade entre indústrias, aprofundando os conhecimentos acerca das políticas fiscais que as beneficiam, além de apresentar de que maneira a implementação de incentivos fiscais na região norte de Santa Catarina, mais especificamente em Joinville, pode ser positiva.

⁵ Uma das maiores companhias de mobilidade e infraestrutura da América Latina, atua nos segmentos de rodovias, mobilidade urbana, aeroportos e serviços, sendo referência em território nacional e internacional (Grupo CCR, 2022).

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Este estudo se fundamenta na competitividade empresarial e na política fiscal. Além disso, apresentou-se o histórico das zonas francas, com ênfase na Zona Franca de Manaus (ZFM), à qual se refere este estudo, tendo em vista descrevê-la desde sua criação, de modo que se chegue ao entendimento para analisar os dados.

A competitividade é fundamental para que empresas ganhem destaque com seus produtos e serviços ofertados, sobretudo no mundo globalizado em que se encontram, no qual organizações concorrem entre si independentemente do lugar em que estão instaladas, visto que os países podem negociar além de suas fronteiras. Dessa forma, as empresas precisam buscar vantagens competitivas, ou seja, possuir um diferencial perante seus concorrentes para sobreviver no mercado. Segundo Ghemawat (1999 *apud* Proença *et al.*, 2015, p. 59), “pode-se dizer que uma empresa possui vantagem competitiva sobre seus rivais quando ela ganha, ao longo do tempo, retornos financeiros superiores aos deles na indústria à qual pertence”.

É importante ressaltar que o cenário competitivo no Brasil se deu no fim da década de 1980, quando houve uma abertura comercial e o país passou a negociar com economias internacionais. Com isso, vale destacar a diferença entre concorrência e competitividade: enquanto a concorrência está relacionada à disputa entre empresas, a competitividade é a capacidade das empresas de buscarem estratégias para aumentar sua participação no mercado; dessa forma é correto afirmar que concorrência e competitividade estão relacionadas.

Segundo Porter (1999 *apud* Halicki, 2012), antes de 1990 a competitividade era praticamente inexistente no mundo, pois não havia um progresso econômico tão significativo. Além disso, havia a forte atuação de cartéis⁶ colaborando para esse cenário. Com o fim da Segunda Guerra Mundial, a competitividade começou a ganhar força principalmente pelo desenvolvimento econômico da Alemanha e do Japão, isso porque a Alemanha passou a participar mais ativamente

⁶ Acordo de cooperação entre empresas que buscam controlar um mercado, determinando os preços, restringindo a concorrência e limitando a oferta. Essa ação prejudica consumidores e novos concorrentes, sendo crime previsto em lei (TJDFT, 2016).

do mercado mundial, e o Japão, a negociar com diversas nações em busca da sua reestruturação.

Schumpeter (1942 *apud* Mota, 2016) concentra seus estudos na inovação e na influência dela na competitividade entre indústrias. Para o autor, o empresário inovador é o principal responsável por novos produtos no mercado, pois estuda formas mais eficientes de produção e a melhoria contínua delas; em alguns casos as empresas, por mais competitivas que sejam, chegam a um momento em que não são mais capazes de inovar, e isso pode levá-las à falência. Como apresenta Mota (2016), Schumpeter é o responsável pela criação do termo “destruição criativa”, o qual explica as transformações do capitalismo, em que novas tecnologias surgem atreladas ao aumento da produtividade do capital e trabalho, fazendo com que empresários inovadores aloquem seus produtos com vantagens competitivas em relação aos concorrentes com tecnologias inferiores.

Para melhor entender como cada uma das transformações impacta na competitividade, Ferraz, Kupfer e Haguenuer (1997) definiram três grupos de fatores que são determinantes: empresariais, estruturais e sistêmicos. Os empresariais são aqueles em que a empresa possui poder de decisão, podendo ser controlados e modificados pela conduta assumida; diz respeito ao estoque de recursos e estratégias de ampliação desses recursos, tendo em vista suas áreas de atuação (gestão, inovação, recursos humanos e produção).

Os fatores estruturais, por sua vez, ocorrem quando o processo de intervenção da empresa é limitado pela concorrência, de modo que se adequam ao ambiente competitivo em que estão inseridos, abrangendo não somente características como oferta e demanda, mas também a influência das instituições públicas e não públicas, definindo os incentivos e a regulação da concorrência. Por último, os fatores sistêmicos são aqueles nos quais as empresas possuem poder de intervenção mínimo ou nulo, podendo ser macroeconômicos, político-institucionais, legais regulatórios, infraestruturais, sociais e humanos (Ferraz; Kupfer; Haguenuer, 1997).

No trabalho feito por Kupfer e Hasenclever (2013), verifica-se que alguns aspectos agem de forma importante na regulamentação da intensidade com que se tem o processo competitivo e, conseqüentemente, potencializam a competitividade das empresas. Alguns desses fatores que, em suma, agem de forma sistêmica são:

regulatórios, infraestruturais, sociais e macroeconômicos. Nesse sentido, há a implicação de um ambiente competitivo. Os autores finalizam afirmando que a concorrência e a competitividade se constroem no ambiente em que estão inseridos.

A implicação mais clara dessas considerações é que a *concorrência* e a *competitividade* não surgem de forma *espontânea* - como supõem frequentemente os economistas com viés mais liberal -, mas dependem de modo crucial da adequação das condições ambientais e, por extensão, de medidas de política econômica. Em outras palavras, *concorrência* e *competitividade* devem ser *construídas*, tanto por iniciativa da *política* econômica - em particular, as políticas industrial e de concorrência (desde que tratadas de forma não antagônica) - com apoio da própria legislação antitruste e regulatória, quanto pelas *estratégias* das próprias empresas, pressionadas pela concorrência local ou (principalmente) pela mundial, num contexto globalizado como o atual (Kupfer; Hasenclever, 2013, p. 261).

Como mostra Teixeira (2015), no decorrer da década de 1990, com a abertura comercial e o aumento da competitividade, começou a ser discutido o papel do governo em meio às indústrias privadas. Foram sugeridas políticas industriais que auxiliariam no progresso tecnológico e produtivo das organizações, visto que o Brasil, em comparação com outras nações, possui uma defasagem no seu desenvolvimento industrial. De acordo com Castro et al. (1999, p. 277), “é necessário discutir com a sociedade um projeto de longo prazo para o país [...], para concretizarmos a visão do que queremos para a indústria brasileira no limiar do século XXI”. É nesse contexto que a política fiscal pode exercer papel fundamental.

A política fiscal é uma das ferramentas de que o governo dispõe para interferir economicamente, e para isso é necessário cumprir três quesitos: estabilização macroeconômica, redistribuição de renda e alocação de recursos (Tesouro Nacional, 2022). Tal política tem a função de influenciar a demanda e promover o crescimento econômico; para esse fim, o governo adquire receita por meio da

taxação, ou seja, aplica impostos para custear as políticas (Rosa, 2022). Pode-se definir a relação entre os gastos do governo e os impostos da seguinte maneira:

A produção da economia é utilizada para fins de consumo, investimento e compras do governo. O consumo depende positivamente da renda disponível. O investimento depende negativamente da taxa de juros real. As compras do governo e os impostos são variáveis exógenas inerentes à política fiscal (Mankiw, 2015, p. 134).

Dessa forma, por meio da política fiscal, o governo é capaz de influenciar as decisões de consumo e os investimentos da economia. Conforme descrito por Vasconcellos (2015), a ação do governo em relação à política fiscal pode ser baseada nas funções alocativa, distributiva e estabilizadora.

A função alocativa tange ao fornecimento de bens públicos, em que o papel do governo se concentra em determinar o tipo e a quantidade dos bens públicos a serem produzidos e ofertados. Em seguida, são definidos os impostos aos consumidores com o objetivo de financiar os bens.

Nesse sentido, a função distributiva, que é atribuição do governo, está relacionada aos mecanismos que ajustam a distribuição de renda da sociedade, considerando a mais adequada e justa para todos.

Por fim, a função estabilizadora utiliza a política econômica a fim de proporcionar crescimento econômico, diminuição dos níveis de desemprego e estabilidade inflacionária. É papel do governo, durante a condução da política fiscal, garantir os elementos essenciais para um desempenho econômico positivo do país (Vasconcellos, 2015). Deve-se ressaltar que é na função estabilizadora que mais se observa a ação do governo, como explica Vasconcellos (2015, p. 26):

Sob essa perspectiva, a política fiscal brasileira, analisada pelo prisma de sua função estabilizadora, transcendeu sua característica básica ao longo de boa parte da segunda metade do século XX e ganhou contornos desenvolvimentistas, com maior intervenção do Estado na economia brasileira.

A política fiscal, contudo, não deve apenas ter como referência a estabilidade no curto prazo, mas criar condições para o crescimento e desenvolvimento econômico a longo prazo. Como explica Pires (2017, p. 81), “a política fiscal será mais eficaz e sustentável a depender da gravidade da recessão [em] que a economia se encontra e da sua repercussão sobre o crescimento de longo prazo da economia, efeito conhecido como histerese⁷”. A política fiscal precisa ser subsidiada de modo a ocorrer o mínimo de falhas possível, cujas imperfeições no mercado não prejudiquem sua ação, principalmente em períodos de recessão.

Segundo Rodrigues (2007 *apud* Bispo, 2009), há diversas formas de incentivos fiscais, entre as quais se encontra a criação das zonas fracas, que visam beneficiar um conjunto de empresas instaladas em uma determinada localidade. Os incentivos fiscais providos pelo governo intentam o desenvolvimento econômico da região. Normalmente, as regiões beneficiadas encontram-se distantes de grandes centros urbanos e buscam atrair empreendimentos, oferecendo diversos incentivos, entre eles as taxaões alfandegárias, reduzindo a tributação de importação e exportação (Magazine, 2021).

Com a instituição das zonas francas, outros indicadores econômicos e sociais podem ser impactados, por exemplo, o desemprego. As áreas nas quais existem esses incentivos fiscais, como mencionado anteriormente, encontram-se distantes de grandes centros urbanos, e tal cenário torna a região menos atrativa para investimento por parte das indústrias. Dessa maneira, a região em que a zona franca é instalada visa oferecer mais oportunidades de emprego para os moradores locais (Reis, 2019).

A criação da ZFM, na década de 1960, deu-se em função do fato de que a Região Norte passou por um período de estagnação econômica desde o início do século XX, com o desaquecimento do ciclo da borracha, que durante muito tempo fez Manaus prosperar, visto que era um dos principais produtos de exportação da época

⁷ Dificuldade de algo voltar ao seu estado original após sofrer determinado choque (Wilher, 2019).

(Holland et al., 2019). A ZFM foi concebida, segundo Brasil (1967a), com o objetivo de ser um porto livre destinado ao armazenamento, ao beneficiamento e à retirada de produtos no exterior. Por meio do Decreto-Lei n.º 288 de 1967, o então presidente Castello Branco alterou as disposições anteriores, e a ZFM passou a ser uma área de livre-comércio beneficiária de incentivos fiscais, aspirando à ocupação e ao desenvolvimento da região amazonense. A finalidade inicial do projeto era estabelecer incentivos fiscais por 30 anos, para que fosse estabelecido um polo industrial, comercial e agropecuário na Amazônia; atualmente o prazo desses incentivos fiscais se estende até o ano de 2073.

Após os primeiros anos da reformulação da ZFM, a região era um grande atrativo para os brasileiros, visto que o Regime Militar não permitia a importação e saída dos cidadãos do país. A região de Manaus que compreende a zona franca era o que havia de mais moderno no setor industrial, atraindo turistas de todo o país. Até então, as importações eram ilimitadas, havendo restrições somente para armas e munições, bebidas alcoólicas, automóveis de passeio, perfumes e fumo. Em 1976 o governo fixou uma quota de bagagem para os passageiros que, a elevado custo, saíam da ZFM. A Região Sudeste reivindicou o fim da zona e, a partir disso, foi permitida somente a importação de produtos não fabricados em território nacional, como forma de proteger as indústrias existentes nas demais regiões brasileiras (Suftram, 2022). Na figura 1, tem-se o mapa da localização da ZFM.

Figura 1 – Mapa da Zona Franca de Manaus (área de livre-comércio, coordenadoria e Amazônia Ocidental)



Fonte: Suframa (2022b)

No mapa da figura 1, podem-se ver a dimensão territorial e a abrangência da ZFM. Conforme Bueno (2022), “a Zona Franca de Manaus é um programa de desenvolvimento regional voltado para a consolidação de atividades produtivas em uma região tida como remota da perspectiva do mercado consumidor brasileiro”. Como destaca a autora, existem sete coordenações regionais (Boa Vista, Itacoatiara, Porto Velho, Ji-Paraná, Vilhena, Rio Branco e Cruzeiro do Sul) e três áreas de livre-comércio em funcionamento (Tabatinga, Macapá-Santana e Guajará-Mirim). Para que se garanta o funcionamento ideal da ZFM, essas áreas também recebem incentivos fiscais que buscam uma melhoria na fiscalização de entrada e saída de mercadoria, fortalecimento do setor comercial, abertura de novas empresas e geração de empregos. Bueno (2022) afirma:

A Zona Franca de Manaus é um modelo de desenvolvimento econômico implantado pelo governo com o objetivo de viabilizar uma base econômica na região amazônica, além de promover a melhor integração produtiva e social dessa região no país.

No dia 28 de agosto de 1967, por meio do Decreto n.º 61.244 (Brasil, 1967b), instituiu-se a Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa), uma entidade autárquica⁸ com personalidade jurídica, patrimônio próprio e autonomia administrativa e financeira. A Suframa está vinculada ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, sendo responsável pela administração da ZFM, pelas áreas de livre-comércio e pelas cidades da Amazônia Ocidental. A ZFM compreende três polos econômicos, com implantação viabilizada pela Suframa, os quais são: comercial, industrial e agropecuário.

O industrial é considerado a base de sustentação da ZFM. O Polo Industrial de Manaus possui aproximadamente 500 indústrias de alta tecnologia gerando mais de meio milhão de empregos, diretos e indiretos, principalmente nos segmentos eletroeletrônico, bens de informática e duas rodas. O polo Agropecuário abriga projetos voltados a atividades de produção de alimentos, agroindústria, piscicultura, turismo, beneficiamento de madeira, entre outras (Suframa, 2020).

A ZFM é uma região atrativa aos empresários nacionais e internacionais pelos incentivos que são promovidos pelo governo na região, oferecendo vantagens competitivas e fiscais. É importante destacar que a ZFM não é livre de impostos e sim uma região com política tributária diferenciada das demais regiões. Tal fato decorre principalmente da ideia de que a região se encontra distante dos grandes centros consumidores, e essa é uma forma de compensar os custos adicionais, aliada à intenção de garantir o desenvolvimento local e a preservação da região (Nascimento; Silva, 2019).

⁸ Serviço autônomo, criado por lei, com personalidade jurídica, patrimônio e receita próprios para executar atividades típicas de administração pública, que requeiram, para seu melhor funcionamento, gestão administrativa e financeira descentralizada (Andrade Neto, 2018).

Além dos incentivos tributários elencados no quadro 1, as operações que destinam mercadorias para a ZFM exigem o cumprimento de algumas obrigações acessórias, como a geração do Protocolo de Ingresso de Mercadoria Nacional (PIN), gerado com a utilização do Sistema de Mercadoria Nacional (Simnac) disponibilizado pela Suframa. É necessário também que as notas fiscais compreendam os códigos de situação tributária (CST) relativos às operações envolvendo a ZFM, juntamente com as informações complementares indicando a fundamentação legal (Milanese, 2021).

Quadro 1 – Principais incentivos fiscais da Zona Franca de Manaus

Imposto Sobre Produto Industrializado (IPI)
Imposto de Importação (II)
Imposto de Exportação (IE)
Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou Relativas a Títulos ou Valores Mobiliários (IOF)
Imposto de Renda na Fonte (IRF)
Contribuições para Financiamento de Seguridade Social (Cofins) e Programa de Integração Social (PIS)
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Intermunicipal e Interestadual e de Comunicação (ICMS)

Fonte: Bueno (2022)

No quadro 1, que mostra os principais incentivos fiscais da ZFM, tem-se o IPI, o qual está vinculado à importação de mercadorias na ZFM, destinadas ao consumo interno, à industrialização em qualquer grau ou à estocagem para reexportação. Há também o II, que permite sua suspensão, o IE, o IOF, o IRF, o PIS e o Cofins (em que a alíquota é reduzida a zero para a maioria das operações) e, por fim, o ICMS, em que as operações que destinam mercadorias para a ZFM recebem isenção do imposto, desde que atendam aos requisitos previstos na legislação.

Para que uma empresa faça parte da ZFM, deve seguir uma série de requisitos predeterminados que são avaliados quando se apresenta o projeto industrial para o Conselho de Administração da

Suframa (CAS). Esse órgão é responsável por deliberar acerca dos investimentos na área de abrangência da ZFM. Alguns dos requisitos são: cumprimento do processo produtivo básico (PPB); geração de emprego na região; concessão de benefícios sociais aos trabalhadores; incorporação de tecnologias de produtos e de processos de produção compatíveis com o estado da arte; nível crescente de produtividade e competitividade; reinvestimento de lucros na região; investimento na formação e capacitação dos recursos; investimento na formação e capacitação de recursos humanos para o desenvolvimento científico e tecnológico; aprovação de projeto industrial com limites anuais de importação de insumos (Bueno, 2022).

Pode-se afirmar, então, que os incentivos fiscais providos pelo governo buscam auxiliar as indústrias que se instalam na região de forma que se desenvolvam e se mantenham, mesmo distantes de grandes centros consumidores. As políticas fiscais podem ser consideradas vantagens competitivas para as regiões que as possuem, pois a forma de tributação se torna um diferencial para as organizações que as usufruem.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa tem como objetivo estudar os impactos dos incentivos fiscais na competitividade das indústrias. O tema surge como meio de investigar a competitividade da ZFM tendo como fator determinante os incentivos fiscais que impactam diretamente a ZFM e as indústrias instaladas no território brasileiro. No desenvolvimento deste artigo, utilizou-se o método dedutivo, no qual se emprega o silogismo, ou seja, uma forma de raciocínio lógico que parte de duas premissas que resultam em uma terceira chamada de conclusão. Conforme expõem Lozada e Nunes (2019, p. 149), esse método “tem o objetivo de explicar o conteúdo das premissas e, por intermédio de uma cadeia de raciocínio em ordem descendente (da análise do geral para o particular), chegar a uma conclusão”. Assim, o estudo parte da ideia de que as empresas são mais competitivas quando recebem incentivos fiscais. Além disso, tem-se como premissa específica o fato de que os incentivos fiscais da ZFM aumentaram a competitividade das empresas instaladas na região.

No que tange ao método de pesquisa, empregou-se a pesquisa bibliográfica, de modo que a fonte de consulta e de informação para elaboração deste trabalho foi composta principalmente por livros, teses, dissertações, leis e artigos periódicos, de maneira física ou digital (Appolinário, 2004 *apud* Lozada; Nunes, 2019, p. 158). Diante do exposto, buscou-se desenvolver a pesquisa por meio da apresentação, conceitualização e análise dos impactos dos incentivos fiscais na competitividade entre indústrias brasileiras tendo como estudo de caso a ZFM.

Em relação à abordagem, optou-se pelo método qualitativo, já que, mesmo utilizando uma base de dados, a pesquisa buscou fazer uma descrição qualitativa no que tange à competitividade das indústrias. Segundo Lakatos e Marconi (2022, p. 302), “a abordagem qualitativa, em geral, englobam [sic] dois momentos distintos: a pesquisa, ou coleta de dados, e a análise e interpretação, quando se procura desvendar o significado dos dados”. Dessa forma, tal abordagem se adéqua à formulação do artigo realizado, pois a ação humana é determinante no histórico dos dados extraídos e para o resultado da pesquisa. As autoras explicam:

Uma pesquisa qualitativa pressupõe o estabelecimento de um ou mais objetivos, a seleção das informações, a realização da pesquisa de campo. Em seguida, constroem-se, se necessário, as hipóteses que se ocuparão da explicação do problema identificado e define-se o campo e tudo o que será preciso para a recolha de dados. Recolhidos os dados, passa-se à fase de sua análise. Todavia, diferentemente da pesquisa quantitativa, na qualitativa o processo não é sequencial [...], sempre à procura de significados profundos (Lakatos; Marconi, 2022, p. 300).

Assim, pode-se dizer que o estudo possui um nível de aprofundamento descritivo, ou seja, descreve características do assunto, podendo estabelecer relação entre as variáveis (Lozada; Nunes, 2019, p. 139). Observa-se que a pesquisa adota o nível de aprofundamento descritivo como o mais adequado, visto que o artigo se baseia em um estudo de caso que apresenta o histórico da ZFM,

das políticas fiscais e da competitividade. Assim, é estabelecida uma relação entre os pontos mencionados de forma a analisá-los e chegar a uma conclusão referente aos impactos para as indústrias instaladas em território brasileiro.

ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A ZFM conta com três polos econômicos: o comercial, o agropecuário e o industrial. Entre eles, o Polo Industrial de Manaus (PIM) é o mais expressivo para sustentação da ZFM. A primeira indústria instalada na ZFM que teve seu projeto aprovado foi a empresa Beta S/A, a qual fabricava joias e relógios e funcionou até a década de 1990 (Souza, 2021). Atualmente, alguns subsetores – como o de eletroeletrônicos, de bens de informática, de duas rodas e de termoplásticos – têm uma participação fundamental no faturamento do PIM. A tabela 1 apresenta o faturamento desses subsetores nos anos de 2017 a 2021.

Tabela 1 – Faturamento do PIM, por subsetores de atividades (R\$ bilhões)

Ano x subsetores	Eletroeletrônico	Bens de informática	Duas rodas	Termoplásticos
2017	R\$ 23,73	R\$ 16,73	R\$ 10,87	R\$ 4,71
2018	R\$ 26,00	R\$ 20,63	R\$ 12,97	R\$ 5,76
2019	R\$ 27,40	R\$ 23,60	R\$ 15,18	R\$ 6,88
2020	R\$ 29,54	R\$ 31,67	R\$ 14,65	R\$ 8,86
2021	R\$ 33,51	R\$ 45,26	R\$ 20,06	R\$ 14,01

Fonte: Suframa (2022a)

Como se nota na tabela 1, os subsetores de eletroeletrônicos, de bens de informática e de duas rodas são os que mais se destacam em questão de faturamento, enquanto o de termoplásticos vem crescendo consideravelmente desde 2017. Esses subsetores possuem resultados expressivos quando comparados aos demais, correspondendo a R\$ 33,51 bilhões, R\$ 45,26 bilhões, R\$ 20,06 bilhões e R\$ 14,01 bilhões no ano de 2021, o que representa 20,9%, 28,2%, 12,5% e 8,7% de faturamento total, respectivamente. Além disso, é possível observar

que, durante o período de pandemia (2020-2021), o faturamento dos bens de informática teve um crescimento desproporcional aos anos anteriores, o que pode ser explicado pela necessidade de resguardo, em que escolas e universidades recorreram ao ensino a distância (EaD), e algumas organizações optaram pelo *home office*, de forma a preservar a vida de alunos e funcionários. O faturamento desse setor nos anos em questão foi de R\$ 31,67 bilhões e R\$ 45,26 bilhões.

Quando consolidados os dados de faturamento do PIM por mercado, considerando o período de 2017 até 2021, vê-se que o nacional fica acima dos 85%, em seguida vem o regional, com percentual acima de 10%, e por último o mercado exterior, com um faturamento pouco significativo, de menos de 2,5%. Os produtos com maior destaque produzidos e exportados pelo PIM são os cartuchos de lâmina para aparelhos de barbear e os concentrados para bebidas não alcoólicas (Suframa, 2022a). O principal fator para que esses dois itens, em específico, sejam os mais exportados é que duas grandes empresas brasileiras (a Gillette do Brasil e a Antarctica) têm sua produção totalmente concentrada na ZFM. Isso mostra que, mesmo com o incentivo do IE, no qual a alíquota é reduzida a zero, a exportação da ZFM é pouco explorada, evidenciando que a competitividade perante o mercado externo ainda é um problema enfrentado pela região, em razão também dos gargalos logísticos que dificultam a negociação internacional, mesmo com incentivos fiscais que, de forma geral, deveriam contribuir para sua fluidez.

No que se refere à aquisição de insumos para a produção, a importação do material é o que mais se destaca, com um percentual notadamente superior ao da aquisição regional e nacional (Suframa, 2022a). Esse feito se deve principalmente à política fiscal do II e IPI, na qual o imposto é suspenso, tornando um atrativo para as empresas instaladas na ZFM. Segundo a Suframa (2022a), os componentes e insumos adquiridos são faturados sobretudo para os produtos de artefatos de joalheria, bateria para telefone celular e preparações para elaboração de bebidas.

Os incentivos fiscais, quando implementados, são uma contribuição que o governo deixa de receber, assim, tem-se um impacto econômico para o estado. A tabela 2 indica a movimentação do ICMS do PIM entre 2017 e 2021, detalhando o recolhimento (quanto

o governo recebeu), o valor restituído (valor que deixou de ser pago) e o imposto devido (saldo total do que seria pago sem os incentivos fiscais).

Tabela 2 – Movimentação do ICMS do PIM (R\$ milhões)

Ano	ICMS recolhido	ICMS restituído	ICMS devido
2017	R\$ 858,38	R\$ 5.760,73	R\$ 6.619,12
2018	R\$ 952,43	R\$ 7.810,32	R\$ 8.762,75
2019	R\$ 1.226,01	R\$ 8.176,05	R\$ 9.402,06
2020	R\$ 1.320,33	R\$ 8.329,19	R\$ 9.649,52
2021	R\$ 1.352,03	R\$ 12.274,78	R\$ 13.626,82

Fonte: Suframa (2022a)

A tabela 2 mostra que o recolhimento do ICMS nos anos de 2020 e 2021 foi semelhante, mas que em 2020 a restituição foi de R\$ 8,33 bilhões, enquanto em 2021 alcançou R\$ 12,27 bilhões, ou seja, a restituição feita em 2021 foi de quase R\$ 4 bilhões a mais em relação ao ano anterior. Vale destacar, porém, que o imposto que o governo deixa de recolher deve ser aplicado em investimentos na ZFM, com base nos critérios aos quais a empresa precisa atender para se instalar na região. Segundo a Suframa (2022a), o subsetor que possui ICMS devido em maior quantidade é o de eletroeletrônicos, incluindo bens de informática, como já era esperado, visto que são os subsetores que mais faturaram no PIM.

Com base nessas informações, é possível chegar à conclusão de que os incentivos fiscais são benéficos para a competitividade das indústrias instaladas na ZFM, contribuindo significativamente para os resultados positivos das organizações.

O faturamento da ZFM é concentrado no mercado nacional, no qual vêm sendo realizadas diversas ações de auxílio às indústrias no período pós-pandemia, a exemplo da redução da carga tributária do IPI de 25% e, posteriormente, de 35%. A ação visa estimular as indústrias, assegurando os níveis de atividade econômica e emprego do país. As indústrias instaladas na ZFM já possuem incentivos relacionados à carga tributária do IPI, e a redução deste para as demais regiões brasileiras pode resultar na perda de competitividade

do estado amazonense. Assim, cerca de 76% dos itens fabricados na ZFM tiveram corte de 25% do IPI, de forma a amenizar os impactos nas indústrias instaladas nessa região (Franco, 2022). É possível observar uma necessidade de investimentos a longo prazo para as indústrias da ZFM, de maneira a diminuir a dependência da região com recursos provenientes da União, permitindo que o estado invista no desenvolvimento industrial como um todo.

A ZFM foi criada visando ao desenvolvimento econômico de uma região que ficava muito distante dos centros consumidores que envolviam toda uma questão de logística. Após 55 anos de sua inauguração, a ZFM ainda apresenta os mesmos gargalos que funcionam como entraves para competitividade. Além disso, é importante que a ZFM trabalhe também a abertura comercial, de modo que o faturamento não fique submetido, em sua maioria, à venda para outras regiões do país.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo objetivou fazer um estudo para apresentar os impactos dos incentivos fiscais na competitividade das indústrias brasileiras, utilizando como estudo de caso a Zona Franca de Manaus, uma região provida de incentivos. O trabalho visou trazer a importância dos incentivos fiscais, tendo como período-base de análise os anos de 2017 até 2021, com o intuito de observar o desempenho das políticas fiscais ao longo desse tempo.

Para o desenvolvimento da pesquisa, foi necessária a busca por informações relevantes ao tema, o qual foi iniciado com a descrição de competitividade, com referência a Ghemawat, Porter e Schumpeter, que contribuíram significativamente para o aprofundamento do assunto. Em seguida foi feita uma abordagem sobre as políticas fiscais, mostrando de que forma o governo dispõe dessa ferramenta e como tais políticas podem ter impacto econômico. No que diz respeito às Zonas Francas, verificou-se que contribuem positivamente e que os indicadores de desenvolvimento mostram o bem-estar social alcançado. Também se percebeu, entretanto, que as políticas fiscais se constituem de ações que promovem o crescimento e desenvolvimento econômico a longo prazo. Por fim, apresentou-se o

histórico da ZFM desde sua criação, quais os incentivos fiscais e como eles agem na região, evidenciando também o que é necessário para uma organização se instalar na região.

É notável, portanto, a importância significativa do tema pesquisado para a sociedade como um todo, pois as medidas fiscais não afetam somente as empresas. As políticas fiscais, contudo, devem ser acompanhadas de medidas que promovam a região de forma que, no futuro, o uso desses incentivos não seja mais necessário. Assim, a pesquisa buscou mostrar que as indústrias são mais competitivas à medida que recebem os incentivos fiscais, de modo a auxiliar o resultado positivo das organizações, com base no exemplo real que é a ZFM.

Diante do exposto, confirma-se o pressuposto de que há aumento da produção e venda por parte das indústrias que se tornam mais atrativas, porque, como apresentado, o faturamento de alguns subsetores cresceu consideravelmente, o que contribuiu para o resultado positivo do PIM. Além disso, é importante considerar que algumas empresas referência em seus setores produzem exclusivamente na ZFM, o que também contribui para os resultados dos subsetores em que estão inseridas. Quanto ao pressuposto de que possuem vantagem competitiva perante as indústrias das demais regiões do país, isso também se confirma, o que se deve aos incentivos fiscais que, como exposto, agem positivamente na competitividade das organizações, já que contribuem para que os preços sejam inferiores aos produzidos nas demais regiões do país. Esse pressuposto, todavia, requer atenção, pois, à medida que o governo toma ações que auxiliam as empresas de outras regiões, isso impacta negativamente a ZFM, visto que ainda é deficitária de um bom processo logístico, constituindo um gargalo na competitividade do estado amazonense. Por fim, a hipótese de maior abertura comercial não se confirma. Tal fator se deve aos entraves logísticos presentes na região e à falta de investimento no mercado internacional; mesmo com incentivo ao imposto de exportação, o mercado externo é o menos expressivo no faturamento da ZFM. Atualmente a região depende de modo significativo do mercado interno.

Assim, com base no que foi apresentado e nos resultados de faturamento e movimentação do ICMS dos anos de 2017 a 2021, verificam-se resultados positivos das organizações com as políticas

fiscais em ação, e isso, para quem já está instalado, é benéfico, porém, para quem pensa em ir para a ZFM visando somente aos incentivos fiscais, não é algo vantajoso. Portanto, respondendo à questão de pesquisa, os incentivos fiscais contribuem positivamente para a competitividade das indústrias, mas o exemplo da ZFM não deve ser seguido, pois a contribuição do governo para com os incentivos fiscais deve vir juntamente com políticas que auxiliem na diminuição das diferenças competitivas naturais quando se compara a outros estados. A ZFM está acomodada nas políticas fiscais, o que pode brevemente impactar de maneira negativa a permanência de empresas na região.

A abordagem referente aos impactos dos incentivos fiscais para as indústrias pode ser ampliada para o estudo da criação de uma Zona Franca em Joinville, proposta que vem sendo discutida. Isso porque Joinville já é considerada um polo industrial e é capaz de surpreender com resultados econômicos extremamente positivos para a região de Santa Catarina e para o crescimento de indicadores econômicos importantes do Brasil, porém, indo além do que foi feito na ZFM, a cidade de Joinville e as indústrias instaladas na região podem se tornar referência no mercado internacional. Vale destacar a importância do desenvolvimento de modais logísticos eficientes ao longo do período de beneficiamento, para atender à demanda de consumidores nacionais e internacionais.

REFERÊNCIAS

ANDRADE NETO, Eduardo Belem de. O que são autarquias? Conheça exemplos do seu dia a dia. **Politize**, 15 jan. 2018. Disponível em: <https://www.politize.com.br/autarquias-o-que-sao/>. Acesso em: 29 maio 2022.

BISPO, Jorge de Souza. **Criação e distribuição de riqueza pela Zona Franca de Manaus**. Orientador: Ariovaldo dos Santos. 2009. 317 f. Tese (Doutorado em Controladoria e Contabilidade) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Decreto-Lei n.º 288, de 28 de fevereiro de 1967**. Altera as disposições da Lei n.º 3.173, de 6 de junho de 1957, e regula a Zona Franca de Manaus. Brasília, 1967a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0288.htm. Acesso em: 4 jun. 2022.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Decreto n.º 61.244, de 28 de agosto de 1967**. Regulamenta o Decreto-Lei n.º 288, de 28 de fevereiro de 1967, que altera as disposições da Lei n.º 3.173, de 6 de junho de 1957, e cria a Superintendência da Zona Franca de Manaus – Suframa. Brasília, 1967b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/Antigos/D61244.htm. Acesso em: 4 jun. 2022b.

BUENO, Sinara. Entenda mais sobre a Zona Franca de Manaus. **Fazcomex**, 10 maio 2022. Disponível em: <https://www.fazcomex.com.br/comex/zona-franca-de-manaus/>. Acesso em: 29 maio 2022.

CASTRO, Antônio Barros de et al. **O futuro da indústria no Brasil e no mundo: os desafios do século XXI**. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1999. 277 p.

FERRAZ, João Carlos; KUPFER, David; HAGUENAUER, Lia. **Made in Brazil: desafios competitivos para a indústria**. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1997. p. 10-13.

FRANCO, Nádia. Governo amplia redução do IPI para 35% a partir de maio. **Agência Brasil**, 29 abr. 2022. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2022-04/governo-amplia-reducao-do-ipi-para-35-partir-de-maio>. Acesso em: 10 jul. 2022.

GRUPO CCR. **Sobre o grupo**. 2022. Disponível em: <https://www.grupoccr.com.br/grupo-ccr/sobre-o-grupo-ccr>. Acesso em: 10 abr. 2022.

HALICKI, Zélia. **Empreendedorismo**. Curitiba: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná, 2012. Disponível em: <http://redeetec.mec.gov.br/images/stories/pdf/proeja/empreendedorismo.pdf>. Acesso em: 16 abr. 2022.

HOLLAND, Márcio et al. Zona Franca de Manaus: impactos, efetividade e oportunidades. **FGV**, v. 11, 2019. Disponível em: https://eesp.fgv.br/sites/eesp.fgv.br/files/estudos_fgv_zonafranca_manaus_abril_2019v2.pdf. Acesso em: 29 maio 2022.

KUPFER, David; HASENCLEVER, Lia. **Economia industrial: fundamentos teóricos e práticas no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Elsevier, 2013. 261 p.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia científica**. 8. ed. Rio de Janeiro: Editora Atlas, 2022. p. 300-302.

LOZADA, Gisele; NUNES, Karina da Silva. **Metodologia científica**. Porto Alegre: Editora Sagah Educação, 2019. p. 139-158.

MAGAZINE, Warren. **O que é zona franca**. 1.º out. 2021. Disponível em: <https://warren.com.br/magazine/o-que-e-zona-franca/>. Acesso em: 28 maio 2022.

MANKIW, Nicholas Gregory. **Macroeconomia**. 8. ed. Rio de Janeiro: Editora LTC, 2015. 134 p.

MILANESE, Thiago. Como funciona a venda para a Zona Franca de Manaus? **Migalhas**, 19 nov. 2021. Disponível em: <https://www.migalhas.com.br/depeso/355197/como-funciona-a-venda-para-a-zona-franca-de-manaus>. Acesso em: 10 jul. 2022.

MOTA, Pedro Lula. Schumpeter: inovação, destruição criadora e desenvolvimento. **Terraço Econômico**, 29 jun. 2016. Disponível em: <https://terraoeconomico.com.br/schumpeter-inovacao-destruicao-criadora-e-desenvolvimento/>. Acesso em: 10 abr. 2022.

NASCIMENTO, Cleydiane Barroncas; SILVA, Rubens Alves da. A Zona Franca de Manaus e seus aspectos tributários. **Boletim Jurídico**, 28 nov. 2019. Disponível em: <http://boletimjuridico.publicacoesonline.com.br/artigo-a-zona-franca-de-manaus-e-seus-aspectos-tributarios/>. Acesso em: 28 maio 2022.

OLIVEIRA, José Carlos. Estudo identifica que Zona Franca de Manaus é fundamental para o desenvolvimento da região. **Câmara dos Deputados**, 20 maio 2019. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/557970-estudo-identifica-que-zona-franca-de-manaus-e-fundamental-para-o-desenvolvimento-da-regiao/#:~:text=Segundo%20o%20estudo%20da%20FGV,%2C%20de%20R%24%2032%20mil>. Acesso em: 27 mar. 2022.

PIRES, Manoel Carlos de Castro. **Política fiscal e ciclos econômicos**: teoria e experiência recente. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Elsevier, 2017. 81 p.

PROENÇA, Adriano *et al.* **Gestão da inovação e competitividade no Brasil**: da teoria para a prática. Porto Alegre: Editora Bookman, 2015. 59 p.

REIS, Tiago. Zona franca: entenda como funciona essa área econômica especial. **Suno**, 30 mar. 2019. Disponível em: <https://www.suno.com.br/artigos/zona-franca/>. Acesso em: 28 maio 2022.

RICHARDSON, Maikon. **O que é a Suframa?** Atualizado em: 1.º ago. 2019. Disponível em: <https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/ufs/ap/artigos/o-que-e-a-suframa,7ab71984f843f510VgnVCM1000004c00210aRCRD>. Acesso em: 27 mar. 2022.

ROSA, Newton. **Política fiscal**. Disponível em: <https://www.sulamericainvestimentos.com.br/politica-fiscal/>. Acesso em: 28 maio 2022.

SOUZA, Gabriel. Conheça as curiosidades do polo industrial de Manaus. **Portal Amazônia**, 24 set. 2021. Disponível em: <https://portalamazonia.com/estados/amazonas/conheca-as-curiosidades-do-polo-industrial-de-manaus-pim>. Acesso em: 13 ago. 2022.

SUFRAM – SOLUÇÕES EM ASSUNTOS DA SUFRAMA. **O que é a Suframa**. Disponível em: <http://sufram.com.br/suframa.php>. Acesso em: 29 maio 2022.

SUFRAMA – SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS. **A história da Zona Franca de Manaus, em resumo**. Atualizado em: 14 jul. 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/suframa/pt-br/zfm/o-que-e-o-projeto-zfm>. Acesso em: 27 mar. 2022.

SUFRAMA – SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS. **Indicadores de desempenho do polo industrial de Manaus – 2017 a 2022**. Disponível em: <https://www.gov.br/suframa/pt-br/publicacoes/indicadores/indicadoresmaio2022.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2022a.

SUFRAMA – SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS. **Nossos valores, nossa gente**. Disponível em: http://www.suframa.gov.br/riomais20/documentos/folder-suframa_portugues.pdf. Acesso em: 28 maio 2022b.

TEIXEIRA, Francisco Lima Cruz. **Desenvolvimento industrial e tecnologia: revisão da literatura e uma proposta de abordagem**. 2015 Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cebape/a/ZXdXtvWrdjV7djm5PtNpgPy/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 28 maio 2022.

TESOURO NACIONAL. Ministério da Economia. **Sobre política fiscal**. 17 fev. 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/tesouronacional/pt-br/estatisticas-fiscais-e-planejamento/sobre-politica-fiscal>. Acesso em: 28 maio 2022.

TJDFT – TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS. Assessoria de Comunicação Social. **Cartel**. 2016. Disponível em: <https://www.tjdft.jus.br/institucional/imprensa/campanhas-e-produtos/direito-facil/edicao-semanal/cartel>. Acesso em: 16 abr. 2022.

VASCONCELLOS, Roberto França D. **Direito tributário: política fiscal**. 2. ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2015. (Série Gvlaw).

VERÍSSIMO, Luiz. **“Zona Franca” de Joinville**. 22 jan. 2022. Disponível em: <https://www.portalviadireta.com.br/post/zona-franca-de-joinville>. Acesso em: 27 mar. 2022.

WILHER, Vitor. **Histerese e desemprego de longo prazo**. 19 ago. 2019. Disponível em: <https://analisemacro.com.br/economia/comentario-de-conjuntura/histerese-e-desemprego-de-longo-prazo/#:~:text=Na%20literatura%20de%20economia%20do,ap%C3%B3s%20sofrer%20um%20determinado%20choque>. Acesso em: 28 maio 2022.

Cheques: fatores determinantes para utilização como meio de pagamento no sistema financeiro

Marcela Hoffmann Leandro¹
Jani Floriano²

Resumo: O artigo visa analisar os principais fatores que levam o cheque a ser um meio de pagamento tão aderente no sistema financeiro, mesmo diante das novas tecnologias que prometem transações mais rápidas e efetivas. Apesar de o cheque já ter sido a forma de pagamento mais usada no país, é evidente a sua baixa utilização após a expansão dos meios digitais. Essa ordem de pagamento, no entanto, está longe de ser extinta. Assim, com a abordagem qualitativa e a pesquisa bibliográfica baseada em livros, artigos e sites oficiais, tem-se como finalidade reconhecer os fatores determinantes que contribuem para o uso do cheque como meio de pagamento, considerando o período de julho/2018 a junho/2022. Para alcançar o objetivo desta pesquisa, emprega-se o método dedutivo voltado ao mercado monetário, utilizando a base de dados de compensação de cheques de julho/2018 a junho/2022 no país. Como resultado, identifica-se uma relação direta entre as instituições financeiras com maior índice de compensação de cheques e o agronegócio e produtores rurais. Quanto aos aspectos dos demais meios de pagamento, apesar do lento processo de compensação dos cheques, o cheque pré-datado possibilita a aquisição de bens e produtos sem a necessidade de limites de créditos e taxas de cartão.

Palavras-chave: cheques; instituição financeira; atualidade.

¹ Estudante do curso de Ciências Econômicas da Universidade da Região de Joinville (Univille).

² Doutora em Psicologia da Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), mestra em Economia pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), graduada em Economia e Direito pela Univille. Professora no curso de Ciências Econômicas da Univille. Contato: jani.floriano@univille.br.

INTRODUÇÃO

O artigo tem como objeto de estudo compreender os aspectos que condicionam o uso de cheque como meio de pagamento no período de julho/2018 a junho/2022, diante da facilidade oferecida por outros mecanismos disponíveis no mercado financeiro. As formas de pagamento eletrônico como PIX e TED, que prometem transações rápidas e mais seguras, tomaram a frente quanto a movimentações físicas de moeda. De acordo com a Federação Brasileira de Bancos (Febraban, 2022), o primeiro semestre de 2022 apresentou uma queda de 13,8% na compensação de cheques em relação ao mesmo período de 2021. O fato de este já ter sido considerado o modo de pagamento mais tradicional do país leva-nos a analisar quais são os pontos que permitiram o declínio de sua aderência e quais são as lacunas deixadas pelos demais recursos, que fazem com que o cheque ainda apareça como uma opção de transação vantajosa no meio financeiro.

Inicialmente, deve-se considerar o conceito de cheque, que, de acordo com Martins (2000), é “uma ordem de pagamento, à vista, dada a um banco ou instituição assemelhada, por alguém que tem fundos disponíveis no mesmo [sic], em seu favor próprio ou de terceiros”. Assim, é possível classificar o cheque como um título de crédito que, em razão das suas finalidades, cumpre com a função de meio de pagamento. Como explicado pela Redação Cashme (Como [...], 2020), o recebimento do valor determinado no cheque pode ocorrer de duas formas: ser trocado em instituições financeiras, em que o beneficiário recebe o valor no ato; ser compensado. Para essa segunda opção, o prazo para compensação de cheques é de um dia útil, conforme determinado em 2018 pelo Banco Central, por meio da circular 3859.

Atualmente, o Brasil já conta com meios de pagamento que prometem o recebimento de forma muito mais rápida, como a TED, com prazo máximo de 2 horas para compensação, ou até mesmo o PIX, cujas transações ocorrem em segundos, de acordo com o Banco Central. Essas alternativas, em comparação ao cheque, garantem mais agilidade durante o processo de compensação, bem como segurança, uma vez que o emitente de um cheque pode não honrar com o pagamento do título, de modo que o beneficiário é afetado na transação. Caso isso ocorra, o emitente poderá ser incluído no

Cadastro de Emitentes de Cheque sem Fundos (CCF), conforme se verifica em Bacen (2022a).

Segundo Branco (2016), apesar da queda no uso de cheques como forma de pagamento, especialistas afirmam que a utilização deles não será extinta. Defende-se que, mesmo com a globalização e a migração de boa parte das transações para o âmbito digital, o cheque possui suas particularidades que lhe passam respaldo jurídico, o que é de grande valia em transações de valores expressivos, como a aquisição de imóveis.

Tendo em vista os fatos apresentados, elabora-se a questão norteadora deste artigo: quais são os aspectos determinantes para o uso do cheque como meio de pagamento no período de julho/2018 até junho/2022? Tem-se como hipótese inicial que, com a implantação do PIX, houve redução no uso do cheque em função de os meios eletrônicos para pagamento serem mais práticos. Ainda, pode-se elencar como uma segunda hipótese que, mesmo diante da facilidade dos demais modos de pagamento disponíveis no sistema financeiro, há segmentos econômicos que utilizam o cheque a fim de diminuir os custos das operações financeiras. Nessa perspectiva, tem-se como objetivo geral identificar os fatores determinantes que contribuem para o uso do cheque para efetuar pagamentos, considerando o período de julho/2018 a junho/2022.

Desse modo, o intuito final desta pesquisa é contribuir para a compreensão dos principais fatores que concorrem para que o cheque tenha utilidade, ainda que este seja um produto cujo processo transacional é moroso e burocrático, quando comparado às tecnologias disponíveis em 2022 (ano referente ao período investigado). Assim, esta pesquisa prima por mostrar as atribuições de cada meio de pagamento e a real necessidade de cada segmento econômico que utiliza o cheque. Com isso, é possível obter uma melhor percepção dos meios de pagamentos disponíveis no sistema financeiro nacional.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Na Antiguidade, com o início das primeiras civilizações, surgiu a necessidade de troca de mercadorias na busca pela sobrevivência,

o que deu origem ao sistema conhecido como escambo. “Uma simples troca de uma mercadoria por outra, sem equivalência de valor e sem intermediação de dinheiro, que se transformou na primeira manifestação da economia mundial” (Santos, 2014, p. 18). As manifestações da economia mundial visam atender às necessidades da população e contribuem para a constante evolução da ciência econômica até a atualidade. Também é importante destacar, conforme cita Carrete (2019), que a ciência da economia é baseada em trocas, as quais só são possíveis atualmente pela criação de um facilitador chamado papel-moeda. Assim, desenvolveram-se as demais formas de pagamento com o decorrer do tempo, conforme quadro 1:

Quadro 1 – Evolução dos meios de pagamento

Nome	Definição
Moeda-mercadoria	Possuía seu valor de acordo com o seu próprio material e a necessidade a si atrelada. Tinha seu “valor de uso”, deveria ser suficientemente rara e atender a uma necessidade comum.
Metais cunhados	Pedaços de metais que possuem o cunho do governo, e seu valor era correlacionado ao valor do pedaço de metal.
Papel-moeda	Surgiu por meio das casas de custódia, como certificados de depósito, possuindo lastro de metal nobre. Trata-se de papel impresso pelo governo, com valor equivalente à sua emissão. Controlada pelo Banco Central da Nação.
Moeda fiduciária	Moeda sem lastro em metal, possui seu valor de acordo com o que lhe é atribuído.
Moeda bancária escritural	Depósitos à vista e a curto prazo de instituições financeiras.

Fontes: Costa (2020) e Lopes e Rossetti (1998)

Como se observa no quadro 1, as mercadorias essenciais para a população foram selecionadas como “moedas”, evoluindo para metais cunhados, que tornaram possível a cobrança de impostos por parte das cortes e possuíam valores de igual importância para toda a sociedade. O desenvolvimento da moeda passou ainda pelo papel-moeda – cuja emissão já era realizada pelo governo e possuía seu lastro atrelado a metais –, para finalmente chegar às moedas que

temos hoje, a fiduciária, que são as notas e moedas emitidas pelo Banco Central sem lastros, e a moeda bancária escritural, que são os meios de pagamento utilizados pelas instituições financeiras.

Faz-se necessário abordar, inicialmente, a teoria monetarista, que traz consigo várias discussões referentes às funções da moeda e ao seu impacto na economia. Conforme abordado por Brue e Grant (2016), as escolas Clássica e marxista consideravam que a moeda e os preços eram ligados a fatores mais básicos da economia; em contrapartida, os economistas Wicksell e Keynes buscavam realizar uma correlação entre a análise monetarista e outros processos econômicos fundamentais estudados.

Vinculado a esse pensamento, Costa (2020) apresenta a teoria abordada por Irving Fisher, que, ao se basear na equação de troca, desenvolveu sua versão da teoria quantitativa da moeda. De acordo com o autor, “a equação de Fisher vê a moeda somente como um meio de troca continuamente ‘em movimento’. Está constantemente mudando de mãos de comprador para vendedor” (Costa, 2020, p. 107). Para uma melhor compreensão, traz-se a equação:

$$MV + M'V' = PT \quad (1)$$

Em que se considera que, conforme descrito por Brue e Grant (2016):

- M é a quantidade de moeda;
- V é sua velocidade de circulação;
- M' é a quantidade de demanda por depósitos;
- V' é sua velocidade de circulação;
- P é o nível médio de preços;
- T é a quantidade de bens e serviços transacionados ou vendidos.

Em análise, tem-se que, para Fisher, a variação dos preços está diretamente ligada à quantidade de moeda e à sua velocidade, constituindo assim a teoria quantitativa da moeda. A abordagem de Fisher, todavia, logo foi reformulada por Friedman, que passou a considerar a teoria quantitativa da moeda como uma teoria de demanda por moeda, não relativamente impactando o nível dos preços e da renda. Além disso, a essência da teoria reformulada transformou-se na existência da ligação estável entre a velocidade da moeda e variáveis independentes (Costa, 2020).

No que diz respeito à intervenção do governo na oferta monetária e em suas demandas, Kremer (2003, p. 15) declara que “muitos bancos centrais tentam controlar as taxas de juros, e, ao agirem desta forma, acabam intervindo nas condições de crédito da economia”. O autor exemplifica a afirmação de Friedman e Schwarts em *A monetary history of the United States* quando explicam a importância que a oferta monetária possui para os ciclos econômicos. À vista disso, tem-se que a moeda exerce uma relação de demanda por parte da sociedade e de oferta pelo Estado, e assim surgem as suas aplicabilidades. É interessante reiterar que a evolução do papel-moeda trouxe consigo as principais funções da moeda, sendo a primeira delas o instrumento de troca ou meio de pagamento, função que terá ênfase no trabalho.

A primeira das suas funções é como meio de pagamento nas transações, essa é a função mais cristalina e fundamental - a de servir como instrumento ou intermediária de trocas. Dessa forma, a moeda serve para intermediar as trocas de mercadorias entre os diversos produtores, sendo a mesma [sic] um elemento de aceitação geral (Silva, 2016, p. 64).

Com a necessidade de controle do papel-moeda em circulação, instituiu-se um sistema monetário que, “por meio de uma legislação própria, passou a adotar uma unidade monetária e não demorou para que os governos passassem a conduzir todo o processo de emissão de cédulas e moedas” (Santos, 2014, p. 32). Além de contar com o banco emissor de moeda, o Banco Central, esse sistema também envolve os bancos comerciais, autorizados a criar moedas escriturais. Os bancos comerciais são instituições autorizadas pelo Banco Central a receber depósitos à vista. Se uma instituição está autorizada a receber depósitos à vista, que são geralmente aceitos para liquidação de pagamentos, verdadeiramente ela está autorizada a criar moeda escritural (Carvalho, 2015).

Uma prerrogativa exclusiva dos bancos comerciais como intermediários financeiros é a capacidade de criação de moeda. Esse aspecto é muitas vezes apresentado como a principal característica

diferenciadora dos bancos comerciais em relação às outras instituições financeiras, que não têm capacidade de criação de passivos que atuam como meios de pagamento (Asaff Neto, 2021, p. 15).

A demanda pela utilização dos meios de pagamento, em decorrência da criação de moeda pelos bancos, fez com que o sistema financeiro fosse desenvolvendo diversos métodos que permitissem essas transações. Conforme abordado por Santos (2014), a primeira forma de substituição do dinheiro foi o cheque, que se trata de um documento que tem como finalidade ordenar o pagamento de uma quantia estipulada ao portador deste título. “Lastreado pela riqueza depositada no banco e representada naquele papel-moeda, ele foi um dos protagonistas da modernização das comunidades em todo o mundo” (Santos, 2014, p. 35). O surgimento do cheque, assim, é relacionado às letras de câmbio. De acordo com Teixeira (1985), foi uma demanda decorrente da necessidade do pagamento em grandes quantias, sem precisar transportar todos os valores; assim, emitem-se ordens de pagamento como se fossem contratos de pagamento.

O cheque pode ser definido como uma ordem de pagamento à vista e um título de crédito, e a Lei n.º 7.357/85 é a principal norteadora brasileira ao que se refere a ele (Brasil, 1985). A emissão dos cheques envolve as seguintes partes: (i) emitente (sacador) – aquele que emite o cheque; (ii) beneficiário (favorecido) – a pessoa a favor de quem o cheque foi emitido; (iii) sacado – banco em que o emitente tem o dinheiro depositado; (iv) depositário – banco no qual o cheque foi depositado (Asaff Neto, 2021, p. 82).

A emissão dos cheques, segundo Banco do Brasil (2022a), pode ser realizada de quatro formas: cheque nominal, em que é obrigatória a indicação do beneficiário para cheques acima de R\$ 100,00, que podem ser pagos via depósito ou pela instituição financeira para o indicado no cheque ou mediante endosso; cheque cruzado, no qual a compensação é possível apenas por meio de depósito na conta do beneficiário indicado, em razão da inserção de dois traços paralelos na diagonal no documento; cheque administrativo, emitido diretamente pela instituição financeira em nome do beneficiário solicitado pelo cliente; cheque ao portador, em que não há indicação do beneficiário, no valor máximo de R\$ 100,00.

Embora o cheque seja uma ordem de pagamento à vista, sua liquidação não é imediata, ocorrendo em até 2 dias úteis. Conforme publicação do Bacen (2022b), para cheques superiores a R\$ 300 o prazo é de 1 dia útil, enquanto para cheques inferiores a R\$ 300 o prazo se estende para 2 dias úteis. Além disso, o beneficiário está exposto ao não recebimento do valor relacionado no documento por diversos fatores que podem vir a gerar a devolução desse cheque, os quais são classificados no artigo 6.º da Resolução n.º 1.682, de 31 de janeiro de 1990: cheque sem provisão de fundos; impedimento ao pagamento; cheque com irregularidade; apresentação indevida. O cheque é também um documento muito exposto a situações fraudulentas, principalmente em questões de falsificação de assinatura e talonários.

Apesar do prazo de compensação mais lento e dos fatores que podem vir a impedir o pagamento do cheque, ele é considerado um título de crédito e, assim, possui passíveis jurídicos assegurados por lei quanto à cobrança de seus valores. Desse modo, o emitente de um cheque pode ser protestado, além de incluso no CCF em razão do não cumprimento da ordem de pagamento em questão.

Em decorrência da exposição a fraudes que o cheque sofreu, outros meios de pagamento tomaram força na sociedade. Na década de 1920, lojas de departamento e companhias de petróleo começaram a oferecer placas de metal e “cartões de cortesia” para seus clientes utilizarem em compras. Esses cartões, semelhantes aos atuais cartões de lojas, eram aceitos apenas pelos estabelecimentos que os emitiam; restaurantes, por exemplo, não ofereciam esse tipo de benefício. Por conta disso, Frank McNamara teve a iniciativa de criar o cartão de crédito, emitindo o primeiro cartão, denominado Diners Club Card, o qual exigia dos comerciantes uma taxa de 7% por transação. A invenção prometia que seus portadores gastariam mais que os não portadores, embora fosse mais conveniente, já que geraria uma única fatura mensal para todas as despesas e funcionaria como símbolo de status (Uma breve [...], 2018).

O nascimento do cartão de crédito tem como causa fatores econômicos e sociais que igualmente deram origem à moeda, à letra de câmbio e ao cheque. Tratamos da necessidade à troca, ao consumo de bens, à circulação e acumulação de riquezas (Branco, 1998 *apud* Figueiredo, 2010, p. 18).

Nesse mesmo contexto, o sistema financeiro nacional contou com a liberação das transações eletrônicas. “Quase que em paralelo aos cartões, tivemos no Brasil também a popularização das transações eletrônicas. A *internet banking* foi desenvolvida nos anos 1980” (Evolução [...], 2020). O Brasil foi um dos países pioneiros na utilização desse serviço. O Bradesco, um dos maiores bancos privados do Brasil, foi um dos primeiros bancos no mundo a fornecer o serviço de *internet banking* para seus clientes, em 1996 (Gates, 1999), e foi por meio dessa tecnologia que se desenvolveram os demais meios de pagamentos listados pelo Bacen (2022b), como: (i) a transferência interbancária, que se baseia em transações de valores entre contas da mesma instituição financeira e geralmente são creditadas imediatamente; (ii) o documento de crédito (DOC), transferência entre correntistas de diferentes instituições, limitadas a R\$ 4.999,99 e que possuem um dia útil para compensação; (iii) a transferência eletrônica de débito (TED), que são transações financeiras entre instituições financeiras (IFs) distintas, sem limites de quantia, e os valores são creditados no mesmo dia da transação; (iv) o pagamento instantâneo (PIX), lançado em 2020, uma transferência eletrônica de recursos em tempo real.

Arelado à necessidade de controle das transações entre instituições financeiras, dos meios de pagamento e/ou das moedas escriturais, o Banco Central do Brasil criou o Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB), o qual abrange, de acordo com o Bacen (2022b), serviços de compensação de cheques, liquidação de ordens eletrônicas, transferências de fundos e de outros ativos, valores ou títulos imobiliários, entre outros. Conforme abordado por Abreu e Silva (2016), é de responsabilidade desse sistema a estruturação dos meios de pagamento e o suporte às instituições financeiras, quanto à sustentação da estabilidade financeira. Ainda de acordo com os autores, o SPB pode ser dividido em dois sistemas: o de transferência de fundos e o de liquidação de operações com títulos, valores mobiliários, derivativos e câmbio.

O sistema de transferência de fundos pode utilizar quatro sistemas de pagamento, relacionando com a forma de realização da ordem de pagamento: Sistema de Transferência de Reservas (STR); Sistema de Transferência de Fundos (Sitraf); Sistema de Liquidação Diferida de Transferências Interbancárias de Ordens de Crédito (Siloc); Centralizadora da Compensação de Cheques (Compe). A execução

desse último é de responsabilidade do Banco do Brasil, e participam todos os bancos comerciais e caixas econômicas do Sistema Financeiro Nacional; é nas caixas econômicas que são realizadas as liquidações de cheques no valor máximo de R\$ 250.000.000,00, uma vez que valores superiores são liquidados diretamente pelo STR (Pedroso, 2011).

De acordo com o Banco do Brasil (2022b), atualmente a compensação de cheques ocorre por intermédio da troca de imagens e dados eletrônicos, agilizando a transferência de informações entre as instituições por meio de um processamento eficiente. Desde 2018, as compensações ocorrem em sessão única e têm como vantagem o prazo único de bloqueio, a agilidade nas transações e a melhoria na prestação de serviços para o cliente, contribuindo, assim, para uma maior segurança no processo operacional, assegurando os utilizadores desse meio de pagamento.

Dessa forma, observa-se que os meios de pagamento evoluíram ao longo dos anos, de modo que tiveram um aperfeiçoamento no tempo de compensação e no processo de segurança das transações e demandaram do Estado e das instituições financeiras o controle e novas opções de transações que atendessem às demandas dos clientes. Mesmo apresentando, no entanto, um processo moroso de compensação e fragilidade quanto a fraudes, em alguns aspectos o cheque ainda é um meio transacional muito utilizado pelos brasileiros, e não há indícios de que será descontinuado nos próximos anos. Assim, busca-se a percepção dos pontos cruciais que fazem do cheque um meio de pagamento que tem a confiança do mercado financeiro como maneira de transacionar seus recursos nas instituições financeiras.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O objetivo deste trabalho é analisar o perfil de utilização do cheque como meio de pagamento na sociedade e evidenciar as principais características das demais alternativas de transações via moeda bancária disponíveis no país. No desenvolvimento do artigo, recorreu-se ao método dedutivo, que, para Lakatos (2021, p. 103), “partindo das teorias e leis, na maioria das vezes prediz a ocorrência dos fenômenos particulares”. Para a autora, os argumentos dedutivos

são corretos ou incorretos, ou as premissas sustentam a conclusão de modo completo ou, quando a forma é logicamente incorreta, não a sustenta de forma nenhuma. Assim, não há graduações intermediárias. Para esta pesquisa, tem-se como pressuposto máximo o fato de que os meios de pagamento são importantes para o desenvolvimento econômico da sociedade, uma vez que facilitam as transações. Assim, aplica-se a metodologia dedutiva com o intuito de evidenciar que o cheque, um meio de pagamento utilizado há muito tempo, ainda possui aderência no sistema financeiro, mesmo que as instituições financeiras e o Banco Central tenham desenvolvido novos meios com maior eficiência em tempo de compensação e segurança.

No que se refere ao método de pesquisa, foi utilizada a pesquisa bibliográfica, a qual “[...] é elaborada com base em material já publicado. Tradicionalmente, essa modalidade de pesquisa inclui ampla variedade de material impresso, como livros, revistas, jornais, teses, dissertações e anais de eventos científicos” (Gil, 2022, p. 44). Dessa forma, busca-se apresentar neste trabalho dados que foram coletados de bases oficiais, como Febraban e Banco Central, bem como a contextualização utilizando livros e artigos científicos.

Em relação à abordagem, tem-se a qualitativa, que adéqua os dados levantados como base para explicação dos resultados obtidos por meio de dados oficiais e referenciais da economia monetária.

A pesquisa preponderantemente qualitativa seria, então, a que prevê, majoritariamente, a coleta dos dados a partir de interações sociais do pesquisador com o fenômeno pesquisado. Além disso, a análise desses dados se daria a partir da hermenêutica do próprio pesquisador. Esse tipo de pesquisa não possui condições de generalização, ou seja, dela não se podem extrair previsões nem leis que possam ser extrapoladas para outros fenômenos diferentes daquele que está sendo pesquisado (Appolinário, 2015, p. 22).

Dessa forma, temos que a linha de abordagem é a mais adequada para esta pesquisa, uma vez que, mesmo considerando que os conceitos numéricos são de grande valia para a análise, o olhar

será dado por meio da explicação dos fenômenos que influenciam os elementos deste trabalho.

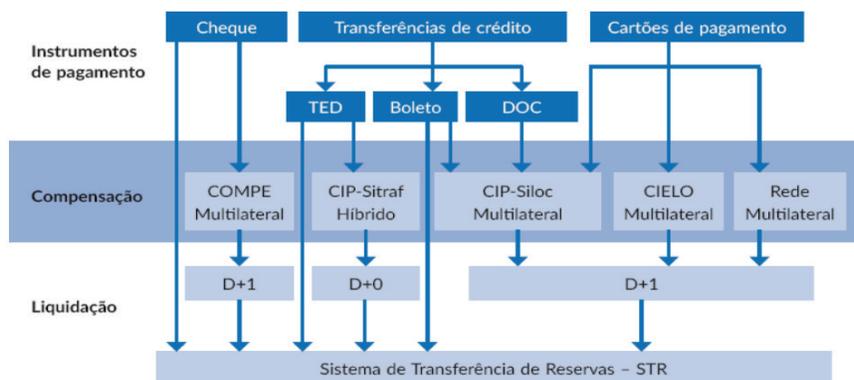
Pode-se dizer, ainda, que o estudo apresentado é explicativo. Segundo Sampieri, Collado e Lucio (2013, p. 105), “os estudos explicativos vão além da descrição de conceitos ou fenômenos ou do estabelecimento de relações entre conceitos; ou seja, são responsáveis pelas causas dos eventos e fenômenos físicos ou sociais”. Relacionada com a sua denominação, sua finalidade visa explicar por que ocorre um fenômeno e quais são as condições necessárias para a sua manifestação. Constitui, assim, a abordagem mais adequada para esta pesquisa, por ter enfoque na determinação dos fatores que condicionam o uso do cheque como meio de pagamento na atualidade, quando comparado às demais alternativas disponíveis na sociedade brasileira, com base no levantamento de dados de utilização e características do cheque.

ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Com o intuito de compreender as oscilações quanto à compensação de cheques no período discutido neste artigo e à demanda de valores transacionados dos clientes das instituições financeiras no que diz respeito a esse meio de pagamento, é necessário apresentar os dados de compensação desse meio no sistema financeiro, bem como informar quais são as instituições que possuem maior volume transacionado. Assim, são evidenciadas algumas determinantes que podem influenciar na escolha pela utilização do cheque perante as demais opções de pagamento disponíveis no mercado financeiro.

É preciso considerar o fluxo de processamento do sistema de pagamento responsável pela liquidação de cheques, para compreender o processo necessário para que a ordem de pagamento seja efetivada entre instituições financeiras. Para tanto, a percepção de como ocorre o sistema de transferência de fundos é demonstrada por Abreu e Silva (2016) na figura a seguir:

Figura 1 – Fluxo de processamento Compe



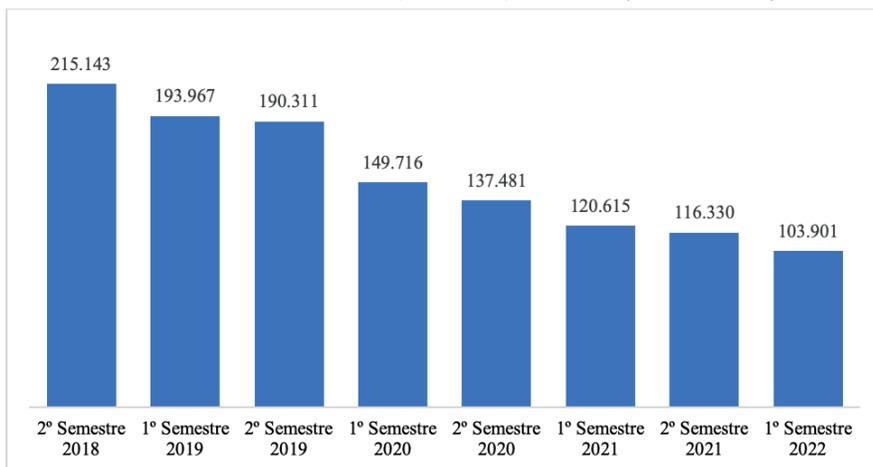
Fonte: Abreu e Silva (2016)

O instrumento de pagamento cheque pode ser pago via processo de compensação na Compe ou diretamente no STR; isso se dá, conforme Abreu e Silva (2016), em razão do limite operacional estipulado pelo Bacen, por questões de segurança. Os autores ainda explanam que a liquidação das obrigações interbancárias de cheques de valores inferiores a R\$ 250 mil (VLB-Cheque) é de responsabilidade da Compe, a qual compreende os seguintes processos: (i) captura; (ii) transmissão; (iii) recepção; (iv) tratamento e aceitação da imagem e das informações dos cheques; (v) apuração dos atinentes resultados bilaterais e multilaterais. Além disso, a compensação dos cheques, regulamentada pela Circular Bacen n.º 3.532, é efetuada por meio de imagem digital e do processo de truncagem de cheques.

Assim, ao compreender o fluxo de pagamento do cheque e todo o processo que é exercido pelo SPB e pelo sistema de transferência que rege esse instrumento de pagamento, nota-se que a Compe, além de ser responsável pela liquidação financeira, também dispõe de dados divulgados que possibilitam o estudo quanto à aderência desse produto no âmbito nacional, o que é de grande valia para o presente artigo. Assim, em observância aos dados fornecidos pelo Portal do Executante da Compe, pode-se analisar o cenário de compensação de cheques no Brasil, considerando o montante trocado mensal, bem como a quantia de cheques compensados por valor e seu *ticket* médio que passaram pelo processamento da Compe. Dessa forma,

torna-se possível fazer uma análise do cenário de utilização desse meio de pagamento no que compete ao período de julho de 2018 a junho de 2022. O gráfico 1 apresenta o movimento de compensação de cheques trocados do período analisado, em semestres.

Gráfico 1 – Movimentação de cheques compensados (em milhares)

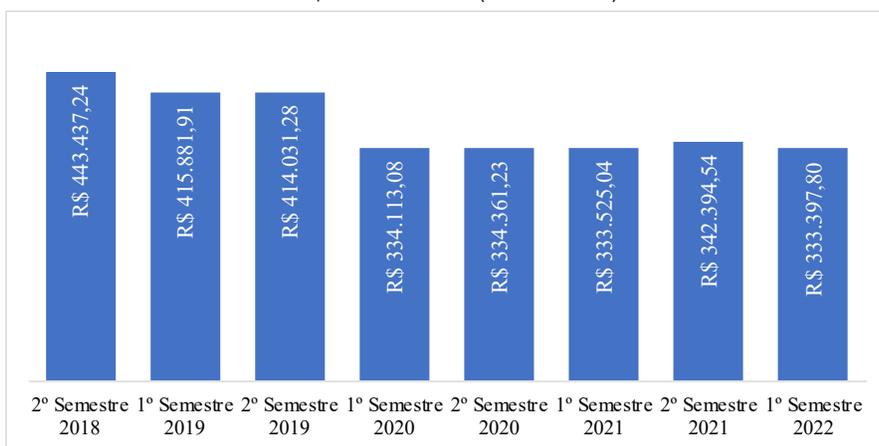


Fonte: Banco do Brasil (2022b)

O gráfico 1 permite observar que, do segundo semestre de 2018 ao segundo semestre de 2019, apesar de uma pequena queda nos números analisados, a média se manteve em 199 mil cheques trocados em cada período, com uma oscilação negativa de 11,5%, em comparação ao início do intervalo avaliado. Já no primeiro semestre de 2020, nota-se uma volatilidade negativa significativa de 21,2% quando se compara ao semestre anterior, uma vez que foram trocados apenas 149 mil cheques. No decorrer do cenário abordado, evidencia-se uma queda constante na compensação desse meio de pagamento. A maior queda identificada na análise semestral foi no segundo semestre de 2021, que atingiu apenas 116 mil cheques passados pelo processo de compensação brasileiro. Para fechar o período demonstrado, tem-se o primeiro semestre de 2022, o qual aponta um índice de queda de 51,7% se comparado ao segundo semestre de 2018, no qual se iniciou esta análise.

A variação negativa demonstrada no gráfico 1 pode estar relacionada diretamente com a liberação do PIX por parte do Banco Central. Esse novo meio de pagamento permitiu que a população realizasse transações 24 horas por dia, sem taxas e com compensação imediata. Apesar da queda na utilização de cheques, no entanto, os valores médios transacionados não acompanharam o mesmo declínio da quantia unitária de cheques trocados, como se verifica no gráfico 2.

Gráfico 2 – Valores de cheques trocados (R\$ milhões)



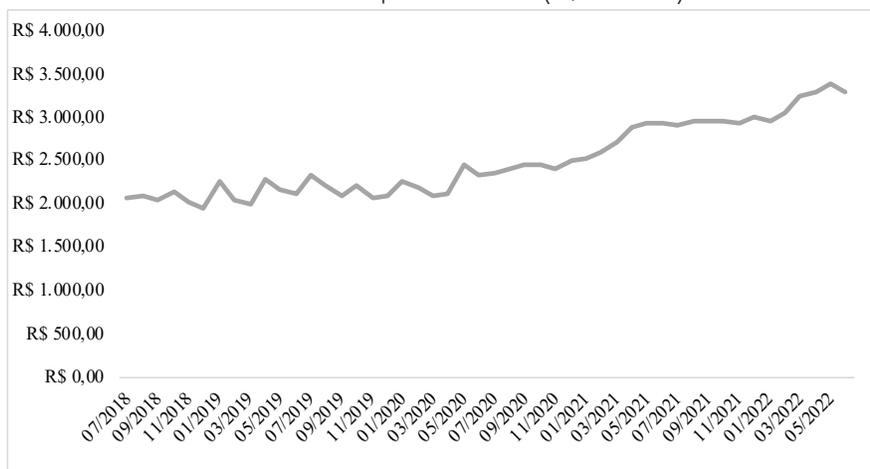
Fonte: Banco do Brasil (2022b)

De modo geral, considerando o indicador de cheques compensados em valor em milhões no período analisado, tem-se uma queda de 24,81%, variação muito menor do que a que se refere à quantia unitária de cheques trocados no mesmo intervalo de tempo. A maior oscilação está do segundo semestre de 2019 para o primeiro de 2020, quando se registrou uma queda de 19,30%. No próximo semestre, contudo, o indicador apresentou um pequeno crescimento de 0,07%. Observa-se que, de modo geral, após 2020, os valores transacionados nacionalmente se mantiveram estáveis, com média semestral de R\$ 335,5 milhões. Encontra-se apenas um leve crescimento de 2,6% no segundo semestre de 2021, se comparado ao período anterior.

Mesmo com uma queda de 51,7% na quantia de cheques trocados durante o cenário abordado, os valores transacionados não

acompanharam a diminuição desse primeiro indicador pesquisado. Assim, cabe verificar como esses primeiros indicadores refletem no *ticket* médio de cheques compensados, com a finalidade de compreender como o produto se comportou entre 2018 e 2022, principalmente com o impacto do novo meio de pagamento disponível para a população brasileira. O gráfico 3 apresenta o valor médio transacionado no período.

Gráfico 3 - *Ticket* médio de cheques trocados (R\$ milhões)



Fonte: Banco do Brasil (2022b)

Contraopondo ambos os indicadores considerados na análise até agora, o gráfico 3 demonstra que o *ticket* médio de cheques transacionados do segundo semestre de 2018 até o primeiro semestre de 2022 cresceu. Nota-se que o período estudado se inicia com a média mensal de valor transacionado de R\$ 2.069,00 e encerra o segundo semestre de 2022 com R\$ 3.298,84, representando assim um crescente de 59,4%. Outro fator que merece destaque é a não identificação de indicadores negativos nos semestres; a menor oscilação é de 1,49% no segundo semestre de 2019, se comparado ao período anterior. É válido ressaltar que, dos 48 meses investigados, apenas dois indicam o *ticket* médio inferior a 2 mil reais: dezembro/2018 e março/2019. A média do primeiro semestre de 2022 atingiu R\$ 3.204,51 e, nesse período, maio/2022 foi o mês com maior

indicador (R\$ 3.289,09), o que demonstra o aumento do valor médio transacionado no período.

Após examinar as oscilações quanto à compensação de cheque no cenário geral das instituições financeiras brasileiras, faz-se necessário compreender quais são os principais representantes do sistema financeiro nacional no processo de compensação de cheques e o seu percentual de representatividade na execução da compensação. Considera-se que alguns bancos comerciais e a Caixa Econômica, que participam desse processo, possuem nichos específicos de clientes, o que lhes permite contribuir para uma análise aprofundada do perfil de utilização desse meio. Para tanto, os dados foram avaliados fazendo-se uso da Circular Compe n.º 003 de fevereiro de 2022, em que se tem a listagem dos participantes da Compe, levando em conta a quantidade de documentos remetidos e recebidos em 2021 e o respectivo percentual de representatividade destes (Ribeiro, 2022). Nesta pesquisa, consideram-se as dez primeiras instituições listadas, conforme a tabela 1:

Tabela 1 - As dez principais instituições financeiras participantes da Compe (2021)

Instituição financeira	Remetidos	Recebidos	Total	Participação
Sicoob S.A.	48.752.383	38.646.068	87.398.451	18,43%
Bradesco S.A.	40.278.704	42.623.554	82.902.258	17,48%
Banco do Brasil S.A.	34.946.712	43.093.537	78.040.249	16,46%
Itaú Unibanco S.A.	26.764.187	29.230.583	55.994.770	11,81%
Caixa Econômica Federal	29.047.157	19.507.530	48.554.687	10,24%
Sicredi S.A.	24.774.993	20.298.080	45.073.073	9,50%
Banco Santander (Brasil) S.A.	15.795.086	26.122.231	41.917.317	8,84%
Banrisul	3.579.103	5.766.083	9.345.186	1,97%
Cresol Confederação	1.020.778	3.187.030	4.207.808	0,88%
Cooperativa Central de Crédito Ailos	2.242.042	1.534.866	3.776.908	0,79%

Fonte: Ribeiro (2022)

De acordo com a tabela 1, torna-se necessário evidenciar a discrepância significativa entre a primeira e a décima instituição financeira listadas como principais representantes. Enquanto a Cooperativa de Crédito Sicoob movimentou um total de 87,3 milhões de documentos no ano de 2021, representando 18,43% da movimentação anual da Compe, em contrapartida a Cooperativa de Crédito Ailos movimentou apenas 3.776.908, equivalente a 0,79%. É possível identificar, assim, uma centralização de movimentação nas sete primeiras instituições financeiras, que são compostas por quatro bancos comerciais, dois sistemas cooperativos e a Caixa Econômica Federal.

Em decorrências desses dados, é importante destacar os perfis de clientes de tais IFs. Ao analisar o primeiro listado, tem-se uma cooperativa de crédito que, de acordo com Sicoob (2022), é uma das maiores instituições financeiras apoiadoras da produção agrícola do Brasil. Em 2022, essa IF detinha mais de 6 milhões de cooperados, dos quais, em média, 490 mil eram produtores rurais. Em sequência, menciona-se o Bradesco (2022), que se intitula “o banco privado n.º 1 do agronegócio”, e em seguida o Banco do Brasil (2022c), que defende a “força e liderança no agronegócio, como maior parceiro do cliente do campo”.

Tendo em vista os aspectos observados na relação direta das instituições financeiras com o agronegócio, correlaciona-se o perfil dos produtores rurais com a utilização do cheque como meio de pagamento. O *Estadão* (2022) destaca que, após pesquisa solicitada ao Banco Central, mesmo com o advento do PIX, o qual contribuiu para a redução do uso de cheques, estes ainda são utilizados em cidades que possuem forte influência do agronegócio na economia local. Com o mesmo pensamento, de acordo com a Federação das Associações Comerciais do Estado de São Paulo (Facesp, 2022), o superintendente da Associação Comercial e Industrial de Garça (Acig), Fábio Dias, alega que o cheque é uma tradição da sua cidade. De acordo com Sicoob (2022), o cheque ainda é muito utilizado como instrumento de crédito, principalmente em cidades de até 20 mil habitantes, onde ele possui valor cultural.

Correlacionado com os fatores explicitados anteriormente, de acordo com Santos (2021), o cheque ainda é muito usado como capital de giro e para parcelamentos no comércio, além de ser mais atrativo para os microempresários e fornecedores, pois não possui o

custo de tarificação de máquinas de cartão ou demais tarifas cobradas pelas instituições financeiras com percentuais elevados sobre os valores transacionados. Essas relações são reforçadas pelo *Estadão* (2022), ao afirmar que esse meio de pagamento é uma opção para os clientes que não possuem disponibilidade de altos limites de cheque especial ou não querem usar seus limites dos cartões de crédito, os quais podem impactar no score do utilizador.

Há que se ressaltar, no entanto, que apesar de não possuir taxas altas de emissão nem impactar no score do emitente, assim permitindo parcelamentos de valores altos, muitas vezes o cheque expõe o beneficiário à probabilidade de não recebimento dos valores, em decorrência da devolução de cheques por diversos fatores³. Ainda assim, apesar do risco da não compensação, por tratar-se de uma ordem de pagamento à vista o cheque é passível de protesto⁴, contribuindo para a cobrança dos valores em aberto, além da inclusão de cheques não compensados por falta de fundos no CCF, comprometendo a idoneidade do CPF/CNPJ do emitente pelo não cumprimento da obrigação do pagamento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo teve como objeto de estudo a determinação dos fatores que condicionam o uso de cheque como meio de pagamento em 2022, mesmo que este apresente um processo de compensação lento, quando comparado às tecnologias disponíveis em 2022. Ao abordar, portanto, uma análise dos dados de compensação de cheques no período de julho/2018 a junho/2022, bem como as instituições com maior representatividade nesse âmbito, busca-se compreender os principais segmentos nos quais esse método de pagamento é útil e as lacunas deixadas pelos demais meios disponibilizados no mercado financeiro. É importante ressaltar que os meios de pagamento são de extrema necessidade para o desenvolvimento econômico, pois são tidos como facilitadores para as transações e negociações que regem a sociedade. Compreende-se, assim, que as atualizações e melhorias

³ Os fatores de devolução de cheques estão relacionados na Circular n.º 3.535, de 25 de abril de 2011 (Bacen, 2017).

⁴ O passível jurídico quanto ao não pagamento de cheques está definido na Lei n.º 9.492, de 10 de setembro de 1997 (Brasil, 1997).

obtidas por intermédio do avanço da tecnologia tendem a inutilizar as formas de pagamento que não acompanham tal evolução.

Desse modo, durante o período abordado na pesquisa e em contraste às especificidades do cheque, cuja compensação pode levar mais de 24 horas, tem-se a liberação de um novo mecanismo de transação no sistema financeiro nacional: o PIX. Este foi lançado em 2020, prometendo transações instantâneas, com maior segurança e eficiência e, com isso, remetendo a uma baixa significativa na utilização do cheque, porém sem extingui-lo.

Diante das hipóteses apresentadas, a primeira foi que, com a implantação do PIX, o uso do cheque sofreria uma queda em função das características que facilitam os usos dos meios eletrônicos para pagamento. Tal hipótese foi parcialmente confirmada, porque, do segundo semestre de 2018 para o primeiro de 2022, foi observada uma queda de 51,7% no que diz respeito à quantidade unitária de cheques trocados. Apesar da oscilação significativa nessa primeira variante, no entanto, o indicador de *ticket* médio demonstrou variação contrária, atingindo um aumento de 59,4% na média de valores transacionados com cheque no mesmo período. Assim, apesar da redução na quantidade de cheques compensados, os indicadores demonstram que os valores compensados estão aumentando, ou seja, a confiança nesse meio transacional se mantém.

Considerando a abordagem sobre o lançamento do PIX, a segunda hipótese desta pesquisa faz menção ao fato de que, mesmo diante da facilidade que essa inovação traz, há segmentos econômicos que utilizam o cheque em busca da redução de custos das operações financeiras do meio de pagamento, fato confirmado no decorrer do trabalho. Essa questão é comprovada ao analisar o *ranking* das instituições que possuem maior representatividade perante a compensação de cheques com o sistema, em que as quatro primeiras colocadas se relacionam diretamente com o agronegócio e o setor rural, vinculando assim o segmento como um dos precursores do uso desse meio de pagamento. É bom acrescentar ainda que o cheque pré-datado é utilizado como capital de giro e para parcelamentos, sem a necessidade de disponibilização de limites altos na conta ou cartão de crédito para as empresas, reduzindo assim os seus custos com tarificação.

Dessa forma, foi alcançado o objetivo do trabalho: identificar os fatores determinantes que contribuem para o uso do cheque como meio de pagamento, considerando o período de julho/2018 a junho/2022. Essa relação evidencia-se com a correlação direta entre as instituições financeiras que mais compensam cheques com o agronegócio; assim, vincula-se o perfil dos produtores rurais com a utilização do cheque como meio de pagamento e a cultura do uso deste, por intermédio da confiança entre os negociantes. Além disso, o cheque mostra-se mais atrativo para os microempresários ao excluir o custo de tarificação das cestas de produtos oferecidos pelas instituições financeiras.

Por fim, o estudo das evoluções dos meios de pagamento e das lacunas deixadas pelas inovações é de grande valia para a economia financeira, de modo que não se esgotam com esta pesquisa as possibilidades de trabalhos voltados às necessidades de segmentos cujos métodos empreguem um processo tão moroso quanto o cheque.

REFERÊNCIAS

ABREU, Edgar; SILVA, Lucas. **Sistema Financeiro Nacional**. Rio de Janeiro: Forense; Grupo GEN, 2016. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530974657/>. Acesso em: 7 jun. 2022.

APPOLINÁRIO, Fábio. **Metodologia científica**. São Paulo: Cengage Learning Brasil, 2015. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522122424/>. Acesso em: 1.º ago. 2022.

ASAFF NETO, Alexandre. **Mercado financeiro**. Rio de Janeiro: Editora Atlas; Grupo GEN, 2021. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597028171/>. Acesso em: 28 maio. 2022.

BACEN - BANCO CENTRAL. **Cartilha de informações financeiras para migrantes e refugiados**. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/content/cidadaniafinanceira/documentos_cidadania/Cartilha_Migrantes_Refugiados/cartilha%20BC%20-%20Portugu%C3%AAs_vers%C3%A3o%204.0_final.pdf. Acesso em: 27 mar. 2022a.

BACEN – BANCO CENTRAL. Diretoria Colegiada. Circular n.º 3.849, de 27 de novembro de 2017. Altera o Regulamento anexo à Circular n.º 3.532, de 25 de abril de 2011. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 42, 28 nov. 2017.

BACEN – BANCO CENTRAL. **Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB)**. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/controleinflacao/planoreal>. Acesso em: 31 maio 2022b.

BANCO DO BRASIL. **BB tem lucro líquido ajustado recorde de R\$ 14,4 bilhões no semestre**. Disponível em: <https://www.bb.com.br/portalbb/page118,3366,3367,1,0,1,0.bb?codigoNoticia=66864&dp=1>. Acesso em: 8 set. 2022a.

BANCO DO BRASIL. **Estatísticas**. Disponível em: <https://www.compeexecutante.com.br/#/portal/estatisticas/publico>. Acesso em: 15 ago. 2022b.

BANCO DO BRASIL. **O que você precisa saber sobre o uso de cheques**. Disponível em: [https://www.bb.com.br/pbb/pagina-inicial/voce/produtos-e-servicos/contas/todos-os-servicos/cheques#/.](https://www.bb.com.br/pbb/pagina-inicial/voce/produtos-e-servicos/contas/todos-os-servicos/cheques#/) Acesso em: 10 set. 2022c.

BRASESCO. **Sobre o Bradesco Agronegócio**. Disponível em: <https://www.bradescoagronegocio.com.br/html/rural/sobre-rural/index.shtm>. Acesso em: 8 set. 2022.

BRANCO, Marina. Para especialistas, uso do cheque em transações bancárias não será extinto. **Agência Brasil**, 2016. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2016-01/para-especialistas-uso-do-cheque-em-transacoes-bancarias-nao-sera-extinto>. Acesso em: 24 mar. 2022.

BRASIL. Lei n.º 7.357, de 2 de setembro de 1985. Dispõe sobre o cheque e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 3 set. 1985.

BRASIL. Lei n.º 9.492, de 10 de setembro de 1997. Define competência, regulamenta os serviços de protesto. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 11 set. 1997.

BRUE, Stanley L.; GRANT, Randy R. **História do pensamento econômico**. São Paulo: Cengage Learning Brasil, 2016. ISBN 9788522126224. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522126224/>. Acesso em: 23 abr. 2022.

CARRETE, Liliam S. **Mercado financeiro brasileiro**. São Paulo: Grupo GEN, 2019. ISBN 9788597021394. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597021394/>. Acesso em: 23 abr. 2022.

CARVALHO, Fernando. **Economia monetária e financeira**: teoria e política. Rio de Janeiro: Elsevier Editora; Grupo GEN, 2015. ISBN 9788595154896. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595154896/>. Acesso em: 23 abr. 2022.

COMO funciona um cheque compensado? **Redação Cashme**, 2020. Disponível em: [https://www.cashme.com.br/blog/cheque-compensado/#:~:text=Al%C3%A9m%20disso%20cheques%20de%20qualquer,seguinte%20ao%20prazo%20da%20compensa%C3%A7%C3%A3o](https://www.cashme.com.br/blog/cheque-compensado/#:~:text=Al%C3%A9m%20disso%20cheques%20de%20qualquer,seguinte%20ao%20prazo%20da%20compensa%C3%A7%C3%A3o.). Acesso em: 27 mar. 2022.

COSTA, Fernando Nogueira da. **Economia monetária e financeira**: uma abordagem pluralista. Campinas: Blog Cultura & Cidadania, 2020. 2. ed. rev. 500 p.

ESTADÃO. Em tempos de Pix, brasileiros ainda emitem 200 milhões de cheques ao ano. **Exame Invest**, 17 jul. 2022. Disponível em: <https://exame.com/invest/minhas-financas/em-tempos-de-pix-brasileiros-ainda-emitem-200-milhoes-de-cheques-ao-ano/>. Acesso em: 10 set. 2022.

EVOLUÇÃO dos meios de pagamento: de onde viemos e para onde vamos? **Dock**, 2020. Disponível em: <https://dock.tech/blog/evolucao-dos-meios-de-pagamento/>. Acesso em: 10 set. 2022.

FACESP - FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES COMERCIAIS DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Associação fala sobre uso de cheques, que ainda circula no comércio garcense**. 8 mar. 2022. Disponível em: <https://www.facesp.com.br/noticia/associacao-fala-sobre-uso-de-cheques-que-ainda-circula-no-comercio-garcense>. Acesso em: 14 set. 2022.

FEBRABAN - FEDERAÇÃO BRASILEIRA DE BANCOS. **Uso de cheques no país mantém queda e reduz 14% no primeiro semestre**. Disponível em: <https://portal.febraban.org.br/noticia/3844/pt-br/>. Acesso em 27 set. 2022.

FIGUEIREDO, Alcio Manoel de Sousa. **Cartão de crédito**: questões controvertidas. 6.^a reimp. Curitiba: Editora Juruá, 2010.

GATES, B. **A empresa na velocidade do pensamento**: com um sistema nervoso digital. Tradução: Pedro Maia Soares; Gabriel Tranjan Neto. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

GIL, Antônio C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. Barueri: Grupo GEN, 2022. ISBN 9786559771653. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559771653/>. Acesso em: 10 jul. 2022.

HISTÓRIA: você sabe quem inventou o cartão de crédito? **Cidade Verde**, 12 fev. 2020. Disponível em: [https://cidadeverde.com/noticias/317815/historia-voce-sabe-quem-inventou-o-cartao-de-credito#:~:text=No%20Brasil,%20o%20primeiro%20cart%C3%A3o%20de%20cr%C3%A9dito%20chegou%20j%C3%A1%20na](https://cidadeverde.com/noticias/317815/historia-voce-sabe-quem-inventou-o-cartao-de-credito#:~:text=No%20Brasil,%20o%20primeiro%20cart%C3%A3o%20de%20cr%C3%A9dito%20chegou%20j%C3%A1%20na.). Acesso em: 23 jun. 2022.

KREMER, Rodrigo L. Friedman e o monetarismo: a velha teoria quantitativa da moeda e a moderna escola monetarista. **Análise Econômica - Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS**, ano 21, n. 40, set. 2003. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/AnaliseEconomica/article/view/10731/6341>. Acesso em: 23 abr. 2022.

LAKATOS, Eva M. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Grupo GEN, 2021. ISBN 9788597026580. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597026580/>. Acesso em: 13 jul. 2022.

LOPES, Altamir; MENDES, Aldo. **Circular n.º 3.535**: motivos de devolução de cheque. Diretor de Regulação do Sistema Financeiro, substituto. Brasília: Banco Central do Brasil, 16 maio 2011. Disponível em: https://normativos.bcb.gov.br/Lists/Normativos/Attachments/49404/Circ_3535_v1_O.pdf. Acesso em: 11 set. 2022.

LOPES, João do Carmo; ROSSETTI, José Paschoal. **Economia monetária**. São Paulo: Editora Atlas, 1998.

MARTINS, Fran. **Títulos de créditos, cheques, duplicatas, títulos de financiamento, títulos representativos e legislação**. 13. ed. São Paulo: Forense, 2000. v. 2. p. 3.

PEDROSO, Carlos Alexandre Zago. **A substituição do cheque por instrumentos eletrônicos de pagamentos na década de 2000**. Orientador: Prof. Dr. Oscar Claudino Galli. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Administrativas) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011. Disponível em: <https://docplayer.com.br/amp/42519030-Universidade-federal-do-rio-grande-do-sul-escola-de-administracao-departamento-de-ciencias-administrativas-carlos-alexandre-zago-pedroso.html>. Acesso em: 20 set. 2022.

RIBEIRO, Walquimária Moreira. **Circular Compe 2022/003: representatividade dos participantes da Compe**. Brasília: Banco do Brasil: Gerência Gestão da Compensação, 10 fev. 2022. Disponível em: <https://www.compeexecutante.com.br/#/portal/publicacao/circular>. Acesso em: 6 set. 2022.

SAMPIERI, Roberto H.; COLLADO, Carlos F.; LUCIO, María del Pilar B. **Metodologia de pesquisa**. Porto Alegre: Grupo A, 2013. ISBN 9788565848367. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788565848367/>. Acesso em: 13 jul. 2022.

SANTOS, Edson Luiz dos. **Do escambo à inclusão financeira**. São Paulo: Editora Linotipo Digital, 2014.

SANTOS, Gilmara. **Cheques persistem como opção para pagamentos no Brasil**. 2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/01/cheques-persistem-como-opcao-para-pagamentos-no-brasil.shtml>. Acesso em: 1.º ago. 2022.

SICOOB. **Plano Safra**: Sicoob tem a expectativa de crescer 71% em relação ao ano-safra anterior. Disponível em: https://www.sicoob.com.br/web/sicoob/noticias/-/asset_publisher/xAiolawpOI5S/content/id/121993202?p_r_p_categoryId=1433079. Acesso em: 10 set. 2022.

SILVA, Maria Valesca Damásio de C. **Introdução às teorias econômicas**. Salvador: UFBA, 2016. p. 63.

TEIXEIRA, Egberto Lacerda. **A nova lei brasileira do cheque**. São Paulo: Editora Saraiva, 1985.

UMA BREVE história sobre a criação dos cartões de crédito. **Servicoop**, 17 maio 2018. Disponível em: <https://servicoop.com.br/uma-breve-historia-sobre-a-criacao-dos-cartoes-de-credito/#:~:text=O%20primeiro%20cart%C3%A3o%20de%20cr%C3%A9dito.%20Em>. Acesso em: 4 out. 2024.

Sistema tributário brasileiro como fator determinante para o desempenho econômico

Matheus William Maia¹

Jani Floriano²

Resumo: A presente pesquisa busca compreender de que maneira o sistema tributário brasileiro impacta no desempenho econômico. Tal estudo se dá no momento em que é discutido quais medidas devem ser tomadas para que a economia brasileira se recupere dos danos causados pela pandemia do coronavírus e tem o intuito de acrescer a discussão apresentando o Sistema Tributário Nacional (STN) como peça importante do crescimento econômico, além de investigar como sua formulação pode impactar nos resultados econômicos esperados. Para isso, serão analisados o objetivo do STN e quais características deve possuir para ser considerado adequado e alinhado com as funções do governo que ele financia, aferindo se o sistema tributário brasileiro atende ou não a tais características, a fim de entender de que forma impacta no desempenho da economia brasileira. Para atingir o objetivo da pesquisa, utilizou-se o método dedutivo, partindo dos pressupostos apresentados pela literatura e de um enfoque lógico, com abordagem qualitativa e pesquisa bibliográfica baseada na literatura especializada, em busca de informações relacionadas ao papel do governo, à teoria tributária e a dados referentes ao Brasil. A pesquisa realizada concluiu que o sistema tributário brasileiro, da forma como está desenhado, representa entrave ao crescimento econômico e apresenta deficiências contrastantes com o papel que o governo deveria desempenhar na sociedade.

Palavras-chave: Sistema Tributário Nacional; crescimento econômico; Brasil.

¹ Estudante do curso de Ciências Econômicas da Universidade da Região de Joinville (Univille).

² Doutora em Psicologia da Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), mestra em Economia pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), graduada em Economia e Direito pela Univille. Professora do curso de Ciências Econômicas da Univille. Contato: jani.floriano@univille.br.

INTRODUÇÃO

O presente artigo tem por objeto de estudo o sistema tributário do Brasil como fator determinante para o desempenho econômico. Não é incomum ouvir críticas ao Sistema Tributário Nacional (STN); afirmações sobre sua ineficiência são recorrentes, tanto na imprensa quanto em alguns discursos políticos que apontam a complexidade e a carga tributária como um freio para o crescimento econômico brasileiro. Em razão disso, foram discutidas no Congresso Nacional duas grandes alterações no STN: uma apresentada pela Câmara, que é a PEC 45/2019, e uma de autoria do Senado, PEC 110/2019 (Pugliese; Emery; Alves, 2022). Em um cenário pós-pandemia, em que a retomada do crescimento é uma demanda da sociedade brasileira (Ideia Pública, 2022), faz-se necessário compreender que medidas podem ser tomadas para favorecer a retomada econômica do país e que fatores podem ser um entrave para obter tal crescimento.

A pandemia do novo coronavírus levou o mundo à paralisação de diversas esferas produtivas em razão das necessárias medidas de contenção da doença (Mello *et al.*, 2020). Em decorrência disso, o Brasil terminou 2020 com uma taxa de desemprego médio de 13,8%, caindo para a média de 13,2% em 2021, as maiores taxas de desemprego registradas na série histórica iniciada em 2012. Apesar da queda na taxa de desemprego, a inflação elevada fez com que o rendimento dos trabalhadores fosse o menor já observado na série histórica (Tuon, 2022). Em 2021, o Produto Interno Bruto (PIB) também apresentou um aumento em relação a 2020. Castro e Borges (2022) afirmam que “o avanço de 4,6% no ano passado representa uma recuperação das perdas de 2020, quando a economia brasileira encolheu 3,9%”. Para esses autores, embora o resultado de 2021 esteja 0,5% acima dos de 2019, ainda está 2,8% abaixo do observado no primeiro trimestre de 2014, ponto mais alto da série histórica. Segundo Mello *et al.* (2020), a única maneira de o país se reerguer da crise provocada pelo coronavírus é pelo uso maciço de políticas fiscais, com investimentos diretos do governo.

Tão importante quanto a alocação de recursos em si é a maneira de arrecadá-los. No ano de 2021 o Brasil teve a maior arrecadação federal da série histórica iniciada em 1995, fechando em R\$ 1,878 trilhão (Martello, 2022a). Ao somar a arrecadação federal com a de

estados e municípios, o montante arrecadado é de R\$ 2,9 trilhões, fazendo com que a carga tributária chegue a 33,9% do PIB, o que representa a maior carga tributária desde o início da série histórica, em 2010 (Martello, 2022b). Assim, não é difícil entender o impacto que o sistema tributário pode ter na economia do país, representando um risco ao próprio crescimento da nação quando não formulado de forma eficiente.

No caso brasileiro, segundo Appy (2016, p. 1), “o Brasil prima por ter uma das piores legislações tributárias do mundo”. O autor afirma, ainda, que as distorções do sistema tributário brasileiro representam um entrave para a produtividade da economia nacional ao induzir uma organização de extrema ineficiência, além de gerar distorções distributivas, tributando proporcionalmente menos as pessoas de alta renda.

Diante desse cenário, surge como questão de pesquisa: de que maneira o sistema tributário impacta no desempenho da economia brasileira? Como hipótese a essa questão de pesquisa, sugere-se que o atual sistema tributário taxa em demasia o capital produtivo e o consumo, ao passo que oferece uma tributação mínima sobre capitais especulativos, ao mesmo tempo que intervém na organização da economia, apresentando-se assim óbice ao crescimento econômico.

Para responder à questão deste trabalho, tenciona-se entender de que forma o sistema tributário brasileiro impacta no desempenho da economia brasileira, buscando analisar o assunto à luz da teoria da tributação e das visões tanto liberais quanto keynesianas a respeito de crescimento econômico. À vista disso, ao final desta pesquisa, pretende-se confirmar a hipótese, demonstrando tanto sob a ótica da teoria tributária quanto da macroeconomia a ineficiência do sistema tributário brasileiro e o impacto negativo que tal ineficiência causa no crescimento econômico.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Sistema Tributário Nacional (STN) é o nome que se dá ao conjunto de regras destinado a regular a instituição, cobrança, arrecadação e partilha de tributos, sendo tão amplo que vai desde a Constituição até atos normativos infralegais, como explica Correia Neto (2019). A

existência desse conjunto de regras se faz necessária para financiar os gastos do governo, como afirma Riani (2016, p. 134):

O sistema tributário de um país existe para financiar os gastos realizados pelo governo. Estes se fazem necessários, uma vez que, por impossibilidade ou desinteresse, o setor privado deixa de oferecer o conjunto de bens que fazem parte da demanda da sociedade.

Justamente por possuir esse caráter social, “o pagamento de tributos é, por definição, compulsório” (Correia Neto, 2019, p. 11), sendo um dever cívico de todo cidadão.

Vale destacar, contudo, que os resultados do STN não são somente o financiamento de gastos do governo. “Além de financiar os gastos governamentais, a montagem do sistema de tributação provocará efeitos diretos e indiretos nos diversos segmentos da sociedade” (Riani, 2016, p. 130). Ainda nas palavras de Riani (2016, p. 135):

A definição do papel do governo é primordial para a discussão da questão tributária. Como foi dito, a tributação existe para financiar os gastos do governo e, para tanto, é fundamental que eles sejam previamente bem definidos. Dessa forma, a definição do papel do governo e das atividades ou funções que ele vai executar deve preceder qualquer discussão sobre o arranjo tributário.

Antes de prosseguir com a discussão acerca do sistema tributário, é preciso abordar de forma breve o papel do governo, que foi evoluindo com o passar do tempo. Conforme aponta Riani (2016), economistas como Smith e Ricardo tinham visão de um Estado com funções limitadas, com pouca intervenção na economia, enquanto, já no século XX, Keynes compreendia que o Estado deveria agir como um regulador e defendia que somente assim seria possível atingir o pleno emprego. Em ambos os casos, entende-se que o Estado é necessário e desempenha um papel importante para o florescimento das nações. Para Smith (1961 *apud* Riani, 2016), constituem dever do Estado a

defesa nacional, a justiça, os serviços públicos e a manutenção da soberania, entendendo que essas funções são essenciais para garantir a liberdade e o bem-estar de um povo. Já na visão de Keynes (1936 *apud* Riani, 2016), o governo ganha a função de estabilizar a economia. Ele entendia que o capitalismo é instável por natureza e, se deixado livre, será vítima de sua própria instabilidade. Dessa forma, deve-se compreender quais são as funções do governo.

A percepção do papel do governo, assim como as ciências econômicas e o próprio sistema capitalista, passou por uma transformação ao longo dos anos. Foram percebidas atualmente, conforme estabelecido por Musgrave (1959 *apud* Riani, 2016) e assumido por Giambiagi e Além (2016), três funções básicas para a ação do governo: a alocativa, a distributiva e a estabilizadora. Em resumo, “a função alocativa diz respeito ao fornecimento de bens públicos” (Giambiagi; Além, 2016, p. 11). Seu objetivo é a oferta de bens ou serviços que são desejados ou necessários para a sociedade, como indicado por Riani (2016, p. 21):

A alocação dos recursos por parte do governo tem como objetivo principal a oferta de bens e serviços necessários e desejados pela sociedade e que não são providos pelo sistema privado. Assim, o governo, utilizando os recursos e os instrumentos de políticas a ele disponíveis, alocará recursos visando à complementação dos bens não disponibilizados pelo setor privado ou de acesso excludente.

Como demonstrado, o governo deve assumir tal função, uma vez que esses bens e serviços não são ofertados pelo setor privado, pelo menos não na proporção necessária, ou por não funcionarem na lógica de mercado dado. Segundo Giambiagi e Além (2016), os dados estão disponíveis a todos os cidadãos, impedindo que haja cobrança voluntária por esses serviços.

Por sua vez, a função distributiva tem como objetivo partilhar, de forma considerada justa pela sociedade, a riqueza produzida por ela (Giambiagi; Além, 2016), dado que essa distribuição entendida como justa não ocorre de forma natural na economia.

Fatores como oportunidade educacional, mobilidade social, habilidade individual, mercado de trabalho, propriedades dos fatores de produção etc. levam, dentro de uma economia de livre mercado, a desigualdades na apropriação da renda e da riqueza gerada pelo sistema econômico. Assim, uma vez mais, o governo poderá utilizar seus diversos instrumentos para interferir neste processo, melhorando a distribuição da renda e da riqueza e criando oportunidade de ascensão social (Riani, 2016, p. 22).

Torna-se necessária, assim, a ação do governo com o objetivo de corrigir a desigualdade inerente ao sistema econômico, de modo a proporcionar uma melhor qualidade de vida à parcela menos favorecida da população.

Por fim, a função estabilizadora visa “assegurar um desejável nível de pleno emprego e estabilidade dos preços, que não são automaticamente controlados pelo sistema de mercado” (Riani, 2016, p. 22-23). Para obter tal finalidade, o governo age sobre a demanda agregada, como apontam Giambiagi e Além (2016, p. 16):

Supondo que as flutuações da economia decorram de uma insuficiência ou de um excesso de demanda agregada, o controle da demanda é a forma de intervenção do governo mais indicada para garantir a estabilidade do sistema econômico. O governo age sobre a demanda agregada da economia para manter altas taxas de crescimento e de emprego e baixa inflação.

Cabe ao governo, portanto, manter esse equilíbrio, para que a nação tenha emprego e estabilidade de preços. Ao levar em consideração tais aspectos, é seguro afirmar que o papel do governo é certificar que a população residente naquele país tenha uma vida digna, fornecendo bens e serviços públicos e garantindo o acesso à renda, bem como ao emprego e à estabilidade de preços no mercado. Nesse sentido, Riani (2016, p. 25) afirma que “a atuação do governo só é justificada a partir do momento em que suas atividades melhorarem a qualidade de vida da população”, evidenciando assim que o objetivo

último de cada política pública ou ação do governo deve ter em vista o melhor interesse da sociedade, a quem esse governo serve. É nesse contexto que se torna importante entender as características consideradas ideais para um sistema tributário.

Quando se pensa nas características que um bom sistema tributário deve possuir, é preciso ponderar sobre as funções do governo previamente abordadas, uma vez que o papel do tributo é justamente financiar a ação do governo (Giambiagi; Além, 2016). Segundo Riani (2016, p. 131), os aspectos a serem levados em conta na montagem do sistema tributário são os seguintes:

A função dos tributos é a de obter receitas para financiar os serviços públicos sociais e coletivos; cada indivíduo deveria ser taxado de acordo com sua habilidade ou capacidade de pagamento; os tributos devem ser universais, impostos sem distinção a indivíduos em situações similares; os tributos devem ser neutros de forma a não interferir no grau de competitividade entre os produtos, sobretudo os similares; os tributos devem ser instituídos de acordo com os princípios jurídicos fundamentais; e o sistema deve ser o mais simples possível, de forma a garantir maior controle por parte do Estado, evitando a evasão e a sonegação, garantindo ao governo os recursos financeiros esperados necessários ao financiamento de suas despesas fundamentais.

De forma resumida, Giambiagi e Além (2016) dizem que as características do sistema tributário ideal são: (i) equidade, (ii) progressividade, (iii) neutralidade e (iv) simplicidade. Conforme apresentado por Giambiagi e Além (2016, p. 131), “um imposto é progressivo quando a alíquota de tributação se eleva quando aumenta o nível de renda”. Isso significa que, em uma tributação progressiva, aqueles que recebem mais renda devem pagar uma parcela maior de impostos, proporcionalmente às pessoas de baixa renda. Riani (2016) exemplifica que o mesmo montante de R\$ 100 em tributos faz mais falta a uma pessoa com baixa renda do que a uma pessoa com renda maior. Por esse motivo, seguindo o princípio de capacidade contributiva, o imposto deve ter maior incidência nas camadas mais

ricas da população, uma vez que, se pagassem o mesmo montante, o sacrifício feito não seria o mesmo. Vale ressaltar que o princípio de equidade e progressividade vai ao encontro da função distributiva do governo, ao ponto que um sistema tributário não progressivo entra em conflito direto com uma das funções do governo.

Outra característica desejada para um sistema tributário, que também conversa com as funções que um governo tem de desempenhar, é o princípio de neutralidade tributária. De acordo com esse princípio, o tributo deve interferir o mínimo possível na alocação de recursos da economia.

Em princípio, o sistema tributário deve ser o mais neutro possível. Isso significa que sua estruturação deve ser feita de tal forma que não distorça os preços relativos dos bens e serviços, tornando o tributo um fator decisivo de competitividade no mercado. Nesse sentido, o tributo deve ser universal, atingindo da mesma forma os bens e serviços com características similares e competitivos entre si (Riani, 2016, p. 135).

Dessa forma, um sistema tributário que não atende à neutralidade, ou seja, não neutro, prejudica a eficiência do sistema de mercado, podendo tolher a ação do governo em sua tarefa de promover a estabilidade econômica. Para que a função estabilizadora do governo seja bem desempenhada, também é importante que o sistema tributário seja de fácil compreensão e fiscalização, como afirmam Giambiagi e Além (2016, p. 24):

[...] o conceito de simplicidade relaciona-se com a facilidade da operacionalização da cobrança do tributo. Por um lado, é importante que o imposto seja de fácil entendimento para quem tiver que pagá-lo. Por outro, a cobrança e a arrecadação do imposto, bem como o processo de fiscalização, não devem representar custos administrativos elevados para o governo.

Na mesma linha, Riani (2016) ressalta que um sistema tributário claro e simples dificulta a sonegação e a evasão de divisas, aumentando

a eficiência na arrecadação. Vale salientar também que, ao evitar a sonegação e diminuir o custo de fiscalização do governo, um sistema tributário simples permite que o governo tenha mais recursos para alocar na prestação de serviços e bens públicos desejados pela sociedade.

Como já abordado, para tratar das características que o sistema tributário deve possuir, é preciso ter em mente qual a função do governo e para que ele existe. Dessa maneira, pode-se pensar em sistemas que auxiliem as ações do governo e que não se tornem entraves para os desígnios delas, e o STN existe para financiá-las.

Conforme já mencionado, o sistema tributário possui influência sobre a economia de uma nação, pois é o meio pelo qual o governo financia suas atividades. Em razão dessa influência, ele impacta diretamente no crescimento da atividade econômica. Para que se possa compreender de que maneira esse impacto ocorre, é preciso abordar de antemão como o desempenho é calculado e o que compõe o cálculo da atividade econômica, de modo a entender como cada componente se relaciona ao sistema tributário.

Para tal propósito, a presente pesquisa adotará o PIB como indicador de desempenho econômico e, com base no que compõe seu cálculo, buscará compreender como se relacionam o crescimento econômico e o sistema tributário. O PIB foi escolhido para esse fim pois, apesar de possuir imperfeições, é, segundo Mankiw (2015), costumeiramente apontado como o melhor indicador de desempenho de uma economia.

O PIB tem como objetivo, conforme Mankiw (2015, p. 66), “[...] sintetizar em um único número o valor, em moeda corrente, da atividade econômica em um determinado período de tempo”. Portanto, o que o indicador faz é apresentar a somatória total da atividade econômica em determinado local e tempo, medindo o fluxo de moeda corrente na economia. Vale ressaltar que o PIB só contabiliza o valor corrente de produtos ou serviços finais, como explicado por Mankiw (2015, p. 69): “O produto interno bruto (PIB) representa o valor de mercado de todos os bens e serviços finais produzidos em uma economia [...]”. Dessa forma, bens e serviços intermediários não são contabilizados, por se compreender que já estão inclusos no valor de mercado dos bens e serviços finais. Também não é contabilizada para o cálculo do PIB a venda de bens usados, considerando que não se

criou nenhum bem e, por conseguinte, “[...] reflete a transferência de um ativo, não um acréscimo à renda da economia. Sendo assim, a venda de bens usados não é incluída como parte do PIB” (Mankiw, 2015, p. 70). Compreende-se então que somente bens finais novos e serviços finais são contabilizados para o PIB.

Apresentado o que é contabilizado ou não para o cálculo do PIB, resta compreender quais são as categorias que o constituem. Segundo Mankiw (2015), quatro grandes categorias de despesas compõem o PIB:

- Consumo (C);
- Investimento (I);
- Gastos governamentais (G);
- Exportações líquidas (NX).

Portanto, o PIB, representado por Y , pode ser expresso pela seguinte equação:

$$Y = C + I + G + NX \quad (1)$$

Dessa forma, como se observa na equação (1), o PIB é a soma de consumo, investimento, compras do governo e exportações líquidas, e cada uma das transações da economia é enquadrada em uma dessas categorias. Uma vez apresentadas as categorias que compõem o PIB, é importante compreendê-las individualmente a fim de assimilar como o STN pode impactar no crescimento econômico ao interagir com cada uma das variáveis.

A categoria “consumo” é constituída pelos bens e serviços que as famílias adquirem e, como evidenciado por Mankiw (2015), é subdividida em bens duráveis, não duráveis e nos serviços, exceto imóveis, que são categorizados como investimentos. Desse modo, quando um sistema tributário taxa o consumo das famílias, ele diminui o montante que seria alocado nessa categoria do PIB. Não somente os impostos sobre o consumo impactam o PIB, como também todo o sistema tributário que não seja progressivo, pois, como abordado no início desta pesquisa, são justamente as famílias de menor renda que comprometem a maior parte de sua receita com consumo. Logo, quando os mais carentes são mais taxados proporcionalmente, o governo está, ao mesmo tempo, reduzindo o valor que será gasto em consumo, ao passo que os mais abastados não destinam toda sua

renda para essa categoria, já que, muitas vezes, alocam tais valores em coisas que não gerarão impacto na atividade econômica. Vale ressaltar que nem tudo que é conhecido como investimento é considerado como tal pela macroeconomia e para a categoria “investimento” no cálculo do PIB.

Assim, para abordar a categoria “investimento”, é necessário diferenciar aquilo que é popularmente conhecido como investimento do que é considerado investimento aos olhos da teoria macroeconômica. Mankiw (2015, p. 77) afirma que “o termo investimento, no sentido em que os macroeconomistas o utilizam, cria um novo ativo, chamado capital, que pode ser usado na produção futura”, portanto, as transações que meramente redistribuem ativos já existentes, como a venda de ações de um indivíduo para outro, não são consideradas investimentos. Esses casos são muito semelhantes à lógica de aquisição de bens usados, quando não se cria algo, havendo apenas uma mudança de posse. Investimento, na ótica do PIB, “[...] consiste em bens adquiridos para uso futuro” (Mankiw, 2015, p. 78). Assim como no caso do consumo, a categoria “investimento” possui três subdivisões, de acordo com Mankiw (2015): (i) investimento fixo de empresas, que trata da aquisição de equipamentos ou novas unidades de produção por parte delas; (ii) investimento imobiliário, que é a compra de novas residências por parte das famílias, seja para fim de moradia ou locação; (iii) investimento em estoque, que se refere ao aumento do estoque das empresas. Segundo Keynes (1996), o volume que uma pessoa ou empresa investirá depende de suas expectativas acerca do retorno que aquele investimento trará, sendo as expectativas de curto prazo as que influenciam no volume de produção e estoque, e as de médio e longo prazo, na aquisição de equipamentos e unidades de produção.

Isso posto, é importante que o sistema tributário seja neutro e simples – neutro para não induzir de forma ineficiente a alocação de recursos na economia, reduzindo assim o retorno sobre os investimentos feitos, e simples a fim de que as empresas não vejam a complexidade tributária como um teto para seu crescimento, uma vez que, se a complexidade tributária aumenta à medida que a empresa cresce, isso pode ser um desincentivo ao investimento, principalmente se essa complexidade crescer de forma desproporcional. Vale dizer que

um sistema complexo também pode impactar na competitividade dos produtos nacionais perante os produzidos em outros países.

O crescimento desproporcional ocorre porque o produto nacional, ao arcar com os custos de um sistema tributário complexo, faz com que as empresas passem a incorporar no preço final de seus produtos os custos derivados dos tributos, ao passo que o preço do produto externo não tem tais custos em sua precificação, conseguindo assim mais competitividade no mercado internacional, de modo a impactar tanto as importações quanto as exportações. É justamente a diferença entre exportação e importação que determina as exportações líquidas, as quais, por sua vez, também compõem o PIB, como explana Mankiw (2015, p. 79): “as exportações líquidas são o valor de bens e serviços vendidos para outros países (exportações), menos o valor dos bens e serviços que os países estrangeiros vendem para nosso país (importações)”.

Compreende-se, então, que um sistema tributário deve ser estruturado de forma simples, a fim de que cumprir com as obrigações tributárias não represente um custo excessivo, impactando na competitividade dos produtos nacionais perante os internacionais, e neutro, para não provocar ineficiências que resultem nas mesmas consequências. Por fim, o último componente do PIB são as compras do governo, que, de acordo com Mankiw (2015, p. 78),

[...] correspondem aos bens e serviços adquiridos pelos governos federal, estaduais e municipais. Essa categoria inclui itens, tais como equipamentos militares, estradas, e os serviços prestados pelos servidores públicos. Não inclui pagamentos de transferências para pessoas, tais como previdência e assistência social.

Às compras do governo, portanto, se aplica a mesma lógica de que, para investimentos e bens usados, os dispêndios que envolvem a compra de bens ou execução de serviços e obras públicas são contabilizados para calcular o nível de atividade econômica de uma nação. Já os gastos governamentais que apenas realocam a renda, não representando uma troca por bens e serviços, não são contabilizados no PIB. Uma vez que são as receitas geradas pelos tributos que financiam as compras do governo, é importante,

para os gastos governamentais terem efeito real no crescimento econômico, que o sistema tributário não taxe de forma excessiva os outros componentes do PIB. Caso contrário, os gastos dos governos só representarão uma troca, pois o valor que antes seria gasto por uma família para adquirir bens de consumo passa a ser usado pelo governo para pagar funcionários, tendo impacto nulo no crescimento da economia.

Após essas discussões, ficou evidente que um sistema tributário que atenda aos princípios da equidade, progressividade, neutralidade e simplicidade é determinante para o incentivo ao crescimento econômico.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Tendo como temática o impacto do sistema tributário no crescimento econômico, este trabalho se norteará por uma visão teórica acerca do sistema tributário mais adequado e das diferenças entre o ideal teórico e o praticado no Brasil, bem como do impacto dessas diferenças no desempenho da economia nacional. O melhor método para esta pesquisa, portanto, é o dedutivo, o qual parte do silogismo de uma premissa maior, em que abordará as características do sistema tributário ideal, chegando a uma premissa menor, que focará no sistema tributário existente atualmente no Brasil, e, dessa forma, chegando à conclusão de como o STN se aproxima, ou não, do modelo teórico ideal. Deve-se destacar que esse método parte dos pressupostos apresentados pela literatura e, por meio de uma abordagem lógica, busca chegar às respostas almejadas por esta pesquisa.

[...] o método dedutivo pressupõe que só a razão é capaz de levar ao conhecimento verdadeiro, pois os fatos, por si só, não são fonte de todos os conhecimentos. O raciocínio dedutivo tem o objetivo de explicar o conteúdo das premissas e, por intermédio de uma cadeia de raciocínio em ordem descendente (da análise do geral para o particular), chegar a uma conclusão (Lozada, 2019, p. 149).

A pesquisa apresentada adota uma abordagem qualitativa, pois permite compreender a relação entre crescimento econômico e as práticas tributárias adotadas pelo governo. A abordagem qualitativa adéqua-se a esses objetivos porque

[...] pode ser entendida como aquela que produz achados não provenientes de quaisquer procedimentos ou formas de quantificação. Por meio desta modalidade de pesquisa é possível compreender sobre o universo simbólico e particular das experiências, comportamentos, emoções e sentimentos vividos, ou ainda, compreender sobre o funcionamento organizacional, os movimentos sociais, os fenômenos culturais e as interações entre as pessoas, seus grupos sociais e as instituições (Medeiros, 2012, p. 224).

Assim, a abordagem qualitativa possibilita entender o efeito da ação do governo por intermédio do STN na economia. Tendo em vista os aspectos observados, a presente pesquisa será bibliográfica, apoiando-se no que a teoria econômica e a literatura especializada já produziram sobre os referidos assuntos, com base em livros, de acordo com o que afirmam Pizzani *et al.* (2012, p. 54):

[...] entende-se por pesquisa bibliográfica a revisão da literatura sobre as principais teorias que norteiam o trabalho científico. Essa revisão é o que chamamos de levantamento bibliográfico ou revisão bibliográfica, a qual pode ser realizada em livros, periódicos, artigo de jornais, sites da Internet, entre outras fontes.

Levando-se em conta o que foi abordado, o presente texto adotará uma abordagem qualitativa para investigar de que maneira o sistema tributário impacta no desempenho da economia brasileira. Este trabalho será baseado em fontes bibliográficas especializadas nos assuntos abordados e, por meio de uma construção lógica, buscará responder à questão apresentada pela pesquisa.

ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Quando se trata do sistema tributário brasileiro, em um primeiro momento é importante ressaltar que a responsabilidade da tributação é distribuída entre os entes federativos (União, estados, Distrito Federal e municípios), cada qual responsável por um tipo de tributo. A União encarrega-se dos impostos que necessitam de maior grau de centralização, como impostos sobre a renda, comércio exterior e aqueles que possuem caráter regulatório. Por sua vez, os estados e o Distrito Federal tipicamente coletam impostos sobre o consumo e a circulação de bens. Já os municípios tributam os bens físicos e coletam impostos que incidem diretamente sobre a renda gerada por serviços (Giambiagi; Além, 2016).

Tal divisão faz com que se crie um número elevado de tributos, como no caso dos tributos sobre bens e serviços. O Brasil possui quatro tributos, sendo dois federais, um estadual e um municipal; de acordo com Appy (2016), essa distribuição destoa do praticado internacionalmente.

Ao adotar um número de tributos superior às boas práticas internacionais, o STN contrapõe-se à característica de simplicidade abordada no início desta pesquisa, atrapalhando a compreensão do contribuinte acerca do que deve pagar e dificultando e encarecendo a cobrança e fiscalização desses tributos. Esse aspecto fica evidente quando se analisa o tempo médio necessário para cumprir com suas obrigações tributárias. No Brasil, conforme o quadro 1, uma empresa de médio porte necessita de muito mais horas para atender a tais obrigações.

Quadro 1 – Tempo despendido com obrigações tributárias (em horas), 2021

Média Brics	437,2
Média ALC	325,3
Média das economias de alta renda da OCDE	155,7
Média de Brasil	1.492
Estado de Santa Catarina	1.501

Fonte: The World Bank (2021, p. 95)

O quadro 1 apresenta o tempo despendido em 2020 para uma empresa de médio porte atender às obrigações tributárias. No que diz

respeito a essas obrigações, o Brasil está muito acima do observado em outros lugares do mundo, necessitando de mais de quatro vezes a quantidade de horas do que a média dos países da América Latina e Caribe e aproximadamente dez vezes a quantidade de horas do que a média das economias de alta renda membros da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). É importante destacar que Santa Catarina está acima da média brasileira, com 1.501 horas, segundo The World Bank (2021), ficando acima da média brasileira por 9 horas e superando por 18 horas o Espírito Santo, apontado como o estado brasileiro com maior facilidade de cumprir com os tributos.

Acerca do excessivo número de horas necessárias para arcar com os deveres tributários no Brasil, o estudo Doing Business, realizado pelo Banco Mundial (Empresas [...], 2021), afirma que “uma legislação e obrigações complexas, cálculos complicados e a quantidade de informações exigidas para as declarações fiscais estão entre os principais desafios”. Isso, por conseguinte, implica uma fraca competitividade, influenciando, assim, no parco crescimento econômico do país. Corroborando isso, Giambiagi e Além (2016, p. 273) citam que “a legislação, principalmente no caso do ICMS, tornou-se tão complicada que dificilmente um contribuinte tem a possibilidade de conhecê-la e cumpri-la integralmente”. É por esse motivo que as empresas brasileiras necessitam de tantas horas para cumprir com suas obrigações, pois o simples entendimento das regras tributárias não é acessível para a maior parte da população.

Toda essa complexidade que envolve a questão de horas trabalhadas para o pagamento de impostos faz com que haja diversos litígios entre o pagador de impostos e o fisco, tanto na esfera administrativa quanto na judicial (Appy, 2016).

Apesar de possuir uma organização complexa, o STN tem um alto nível de arrecadação, e a receita gerada pelo sistema tributário em relação ao PIB se assemelha aos números apresentados pelos países da OCDE, sendo a arrecadação brasileira, como visto anteriormente, de 33,9% do PIB no ano de 2021, enquanto os países da OCDE apresentaram, em média, 33,4% no ano de 2020 (OECD, 2022).

Ao apresentar, contudo, carga tributária semelhante à de países desenvolvidos, mesmo sendo o Brasil um país ainda em desenvolvimento, o STN vai de encontro ao princípio da equidade e progressividade, que foi demonstrado anteriormente:

Ao se fazerem comparações internacionais, o nível de renda *per capita* do país é uma variável importante a considerar. Isto porque, partindo do suposto de que é razoável que os indivíduos sejam tributados de forma progressiva acima de certa renda, nada mais natural que países de renda elevada tenham uma carga tributária maior do que países de renda *per capita* inferior. Nesse sentido, o fato de a carga tributária no Brasil ser superior à de outros países de renda média é muito mais indicativo da pressão tributária incidente sobre a população que o fato dessa carga ser inferior à da Suécia, por exemplo (Giambiagi; Além, 2016, p. 271).

Por conseguinte, para respeitar o princípio de equidade e progressividade, a arrecadação do governo deveria ser proporcional à capacidade contributiva da população. Outra característica do STN que contraria o princípio de equidade e progressividade é a elevada participação dos impostos sobre bens e serviços na arrecadação. De acordo com Giambiagi e Além (2016), os tributos dessa natureza possuem parte excessiva na arrecadação, levando a distorções na progressividade do sistema, bem como em seu papel distributivo, uma vez que esses tributos representam uma parcela maior da renda das classes mais baixas da população.

Além da elevada participação na arrecadação, que causa uma regressividade à carga tributária, a existência de vários impostos dessa natureza, como apontado anteriormente, fere o princípio de neutralidade do sistema tributário, explicitado no início da pesquisa. Isso ocorre porque eles são cumulativos, não passíveis de plena desoneração (Giambiagi; Além, 2016), o que acaba penalizando cadeias produtivas mais longas em detrimento das mais curtas, e isso, segundo Appy (2016), induz a uma organização extremamente ineficiente da economia, como demonstrado nos quadros 2 e 3 a seguir. No quadro 2, tem-se o exemplo da tributação em uma cadeia produtiva mais longa e, no quadro 3, o exemplo de uma mais curta, em que um imposto não cumulativo mantém o valor do tributo estável, independentemente da quantidade de etapas na cadeia produtiva.

Quadro 2 – Exemplo de tributação em cadeia longa

	IVA não cumulativo					Imposto cumulativo	
	Valor da venda (A)	Alíquota (B)	Débito (C=A*B)	Crédito (D)	Imposto devido (C-D)	Alíquota (E)	Imposto devido (A*E)
Etapa 1	100	5%	5		5	5%	5
Etapa 2	200	15%	30	5	25	5%	10
Etapa 3	300	10%	30	30	0	5%	15
Produto final	400	10%	40	30	10	5%	20
Tributação final					40		50

Fonte: Appy (2016, p. 2)

O quadro 2 apresenta um cenário de imposto não cumulativo. Nele, observa-se um modelo de tributação em uma cadeia produtiva longa, de forma que o Imposto de Valor Agregado (IVA), com a tributação em um cenário com imposto cumulativo, obtém uma tributação maior que a sem imposto cumulativo.

Quadro 3 – Exemplo de tributação em cadeia curta

	IVA não cumulativo					Imposto cumulativo	
	Valor da venda (A)	Alíquota (B)	Débito (C=A*B)	Crédito (D)	Imposto devido (C-D)	Alíquota (E)	Imposto devido (A*E)
Etapa 1	100	5%	5		5	5%	5
Etapa 2	200	15%	30	5	25	5%	10
Etapa 3 e final	400	10%	40	30	10	5%	20
Tributação final					40		35

Fonte: Appy (2016, p. 2)

Aplicando os mesmos dois tipos de tributação que no quadro 2 (o IVA e um imposto cumulativo), o quadro 3 traz um cenário em que esses impostos incidem sobre uma cadeia de produção curta. Observa-se que, no cenário de uma cadeia de produção curta, o IVA vai onerar mais a empresa que o imposto cumulativo.

Fica assim evidente que, diferentemente do IVA, o imposto cumulativo favorecerá uma cadeia de produção curta em detrimento de uma mais longa, pois, nesse imposto, a empresa não consegue abater em uma etapa o imposto recolhido na anterior, fazendo com que cada etapa a mais na cadeia de produção signifique uma maior tributação. O IVA evita esse fenômeno ao garantir, em cada etapa, o crédito referente ao imposto já recolhido na etapa anterior. Dessa forma, independentemente do número de etapas da cadeia produtiva, o imposto se mantém neutro. Conforme Appy (2016), o imposto cumulativo torna-se um empecilho ao desempenho econômico, pois induz os agentes econômicos a tomarem suas decisões não pelo formato mais eficiente, mas baseado em qual cadeia produtiva é menos tributada, gerando assim distorções econômicas e reduzindo a eficiência das empresas. Outro impacto negativo de tributos cumulativos é a perda de competitividade dos produtos nacionais, já que

[...] quando um país tem, como o Brasil, uma estrutura tributária com presença de impostos cumulativos, não passíveis de desoneração plena, ele sofre um duplo problema, ao fabricar bens cujo preço está “inchado” por esses tributos, contrariamente ao que ocorre nos demais países. Primeiro, o produto nacional torna-se caro em face do similar importado. E segundo, esse mesmo produto, no mercado externo, enfrenta a concorrência de produtos sem essa carga tributária – em outras palavras, o país taxa as suas exportações (Giambiagi; Além, 2016, p. 273).

Nesse contexto, os impostos cumulativos tornam-se um empecilho para as exportações, ao mesmo tempo que incentivam as importações. Isso posto, é preciso destacar os impactos que o STN tem no crescimento econômico ao destoar das características esperadas de um sistema tributário “ideal”. Ao divergir dessas características, o STN vira um obstáculo para o bom desempenho econômico brasileiro, conforme Appy (2016, p. 1):

[...] os defeitos do sistema tributário brasileiro têm várias consequências. Por um lado, induzem uma organização extremamente ineficiente da economia, puxando para baixo a produtividade da economia nacional. Por outro lado, geram grandes distorções distributivas, ao abrir brechas que permitem que pessoas de alta renda sejam muito pouco tributadas.

Portanto, as consequências geradas pelo STN ao possuir as características mencionadas no decorrer deste estudo podem ser resumidas em ineficiência econômica e injustiça social, ambas representando um entrave ao crescimento da economia brasileira.

A principal agente da ineficiência econômica causada pelo STN é a não conformidade com as características de neutralidade e simplicidade tributárias. Como apontado anteriormente neste trabalho, “os tributos cumulativos, além de distorcerem a alocação dos recursos, reduzem a competitividade dos produtos nacionais, tanto no mercado externo como no doméstico” (Giambiagi; Além, 2016, p. 273). Além da perda de competitividade causada pela falta de neutralidade tributária, soma-se o impacto dos custos decorrentes da complexidade do sistema tributário, como apontado nesta pesquisa. As inúmeras horas gastas para cumprir as obrigações fiscais geram um elevado dispêndio, ao qual se acrescentam os custos resultantes de litígios provocados pela ausência de regras claras. Tudo isso afeta diretamente a balança comercial brasileira de forma negativa, pois torna os produtos nacionais menos competitivos tanto no mercado interno quanto, principalmente, no mercado internacional, incentivando as importações e dificultando as exportações. Como apontado anteriormente, os resultados da balança comercial são um dos quatro componentes do PIB de uma nação.

Também impactando negativamente os resultados da economia brasileira está a falta de conformidade do STN com as características de equidade e progressividade. Tal impacto negativo pode ser, de certa forma, menos óbvio que aqueles gerados pela perda de competitividade dos produtos nacionais, mas não deve ser ignorado. O STN, ao ter uma tributação regressiva, sobretudo com tributos sobre bens e serviços, taxará justamente o capital destinado ao consumo - o qual é, segundo Giambiagi e Além (2016), o principal

destino dos dispêndios das famílias de baixa renda –, em vez de taxar a população de renda elevada, que compromete menos de sua receita com consumo, tendo assim parte de seu capital improdutivo, e não gerando demanda. Dessa forma, o STN limita o consumo das famílias, ao mesmo tempo em que diminui o impacto dos gastos do governo na formação da demanda da economia, uma vez que parte expressiva da receita governamental não vem de capital improdutivo, mas justamente de um capital que seria utilizado para o consumo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo diligenciou-se em expor de que maneira o STN impacta no crescimento da economia brasileira, atentando para quais características um sistema tributário deve almejar ter para que cumpra, de forma eficiente, as funções para as quais foi criado. Isso posto, buscou-se entender como o STN se relaciona a tais características para, por fim, compreender os impactos das contradições apresentadas no desempenho econômico brasileiro.

Para tal, foi necessário se aprofundar não somente na teoria tributária, como também abordar qual o papel do Estado na sociedade, a fim de que se compreenda quais fins os tributos visam financiar, podendo assim conceber as características que um sistema tributário deve ter, não apenas para que seja eficiente, mas para que esteja em conformidade com o papel do governo na sociedade.

Sob essa ótica, a presente pesquisa buscou demonstrar que, ao não atender às características necessárias para um bom sistema tributário, o STN representa um entrave ao crescimento econômico. Tal questão precisa ser abordada diante da discussão de o que o Estado deve fazer para promover o crescimento econômico, pois esse debate tem de passar pela origem dos recursos que o governo usará para suas ações, visto que a forma de arrecadação que financia tais ações pode opor-se ao que se busca com elas.

Diante do exposto, a hipótese de que, em sua presente configuração, o sistema tributário brasileiro se apresenta como óbice ao crescimento econômico se confirma. Isso porque se observa primazia em contrapor as características que são tidas como desejáveis e até necessárias para que um sistema tributário seja

consoante com as funções do governo. É interessante reiterar que o sistema tributário brasileiro, ao não ser neutro nem simples, induz a uma organização econômica extremamente ineficiente e custosa, tanto para o governo quanto para os entes privados, tirando assim a competitividade interna e externa dos produtos nacionais. Além disso, ao não ser equitativo nem progressivo, o sistema tributário taxa excessivamente a renda dos menos favorecidos, tirando-lhes recursos que seriam destinados ao consumo. Tal ação não é apenas injusta, como também reduz indiscriminadamente a demanda na economia, o que reflete diretamente no crescimento econômico.

Por meio desta pesquisa foi possível demonstrar que o sistema tributário precisa se pautar nas funções que o governo deve ter na sociedade e, assim, estabelecer quais características são necessárias para que o sistema seja bom e concordante com os objetivos que ele visa financiar. Diante disso, ficam claras as deficiências do sistema tributário brasileiro, uma vez que, ao não atender às devidas características, ele é ineficiente e contraria a própria razão de existir, visto que os tributos existem para financiar o governo, e o governo, por sua vez, existe não apenas para prover bens públicos, como também para combater a desigualdade social (que a atual configuração do STN ajuda e aprofundar) e garantir a estabilidade econômica (que é sabotada pelo excesso de burocracia tributária e pela ineficiente alocação de recursos que o sistema tributário brasileiro promove).

A presente pesquisa abordou, de forma introdutória, como o STN conflita com as características do referido sistema tributário ideal, bem como os impactos decorrentes de tais contradições, cabendo aprofundamento em cada uma das características que o STN contraria e em suas consequências. Sobretudo quando se trata das características de equidade e progressividade, estas acabam sendo discutidas apenas em seu caráter social, no entanto convém um estudo aprofundado dos impactos econômicos causados por um sistema tributário regressivo e como tal aspecto conflita com as teorias acerca do crescimento econômico, principalmente sob a ótica da teoria keynesiana. Tal pesquisa não só corroboraria com o presente trabalho, como certamente traria contribuições importantes para o debate público.

REFERÊNCIAS

APPY, Bernard. **Por que o sistema tributário brasileiro precisa ser reformado**. São Paulo: USP, 2016. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4105024/mod_resource/content/0/Appy_Tributa%C3%A7%C3%A3o_Revisado.pdf. Acesso em: 4 jul. 2021.

CASTRO, Fabrício; BORGES, Stella. PIB do Brasil cresce 4,6% em 2021, melhor desempenho desde 2010. **Uol**, 2022. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2022/03/04/pib-do-brasil-em-2021.htm>. Acesso em: 5 abr. 2022.

CORREIA NETO, Celso de Barros. Sistema tributário nacional. **Câmara dos Deputados**, jun. 2019. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/estudos-e-notas-tecnicas/fiquePorDentro/temas/sistema-tributario-nacional-jun-2019/texto-base-da-consultoria-legislativa>. Acesso em: 16 maio 2021.

EMPRESAS brasileiras gastam 1.493 horas por ano para pagar impostos. **UOL Economia**, 15 jun. 2021. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2021/06/15/empresas-brasileiras-gastam-1493-horas-por-ano-para-pagar-impostos.htm?cmpid=copiaecola>. Acesso em: 5 abr. 2022.

GIAMBIAGI, Fábio; ALÉM, Ana Cláudia. **Finanças públicas: teoria e prática no Brasil**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2016.

IDEIA PÚBLICA. **Análise: qual retrato o eleitor vai querer nas eleições de 2022?** 2 jan. 2022. Disponível em: <https://exame.com/colunistas/ideia-publica/analise-qual-retrato-o-eleitor-vai-querer-nas-eleicoes-de-2022/>. Acesso em: 29 mar. 2022.

KEYNES, John Maynard. **A teoria geral do emprego, do juro e da moeda**. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996.

LOZADA, Gisele. **Metodologia científica**. Porto Alegre: Sagah, 2019.

MANKIWI, N. Gregory. **Macroeconomia**. Rio de Janeiro: LTC, 2015.

MARTELLO, Alexandro. Arrecadação federal soma R\$ 1,87 trilhão em 2021 e bate recorde histórico. **G1**, 2022a. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2022/01/25/arrecadacao-federal-soma-r-187-trilhao-em-2021-e-bate-recorde-historico.ghtml>. Acesso em: 12 abr. 2022.

MARTELLO, Alexandre. Tesouro Nacional estima que carga tributária avançou de 31,8% para 33,9% do PIB entre 2020 e 2021. **G1**, 2022b Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2022/04/04/tesouro-nacional-estima-que-carga-tributaria-avancou-para-339percent-do-pib-em-2021.ghtml>. Acesso em: 12 abr. 2022.

MEDEIROS, Marcelo. Pesquisa de abordagem qualitativa. **Revista Eletrônica de Enfermagem** (EFG), abr./jun. 2012.

MELLO, Guilherme *et al.* A coronacrise: natureza, impactos e medidas de enfrentamento no Brasil e no mundo. **Nota do Cecon**, Campinas: Centro de Estudos de Conjuntura e Política Econômica – IE/Unicamp, n. 9, mar. 2020. Disponível em: https://www.eco.unicamp.br/images/arquivos/nota_cecon_coronacrise_natureza_impactos_e_medidas_de_enfrentamento.pdf. Acesso em: 21 mar. 2021.

OECD – ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT. **Revenue statistics in Latin America and The Caribbean**. Paris, abr. 2022. Disponível em: <https://www.oecd.org/tax/tax-policy/receitas-tributarias-na-america-latina-e-no-caribe-sofrem-um-golpe-historico-antes-de-apresentar-os-primeiros-sinais-de-recuperacao.htm#:~:text=O%20decl%C3%ADnio%20na%20carga%20tribut%C3%A1ria,7%25%20do%20PIB%20em%202019>. Acesso em: 19 set. 2022.

PIZZANI, Luciana *et al.* A arte da pesquisa bibliográfica na busca do conhecimento. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação (RDBCI)**, Campinas, v. 10, n. 2, p. 53-66, jul./dez. 2012.

PUGLIESE, Camilla; EMERY, Renata; ALVES, Vinicius Jucá. **Reforma tributária**: entenda as propostas no Congresso e o que muda na sua vida. Publicado em: 29 nov. 2021. Atualizado em: 16 mar. 2022. Disponível em: [https://www.jota.info/tributos-e-empresas/tributario/reforma-tributaria-entenda-propostas-no-congresso-29112021#:~:text=Hoje%2C%20quatro%20propostas%20que%20alteram,CBS%20\(PL%203.887%2F2020\)%3B](https://www.jota.info/tributos-e-empresas/tributario/reforma-tributaria-entenda-propostas-no-congresso-29112021#:~:text=Hoje%2C%20quatro%20propostas%20que%20alteram,CBS%20(PL%203.887%2F2020)%3B). Acesso em: 12 abr. 2022.

RIANI, Flávio. **Economia do setor público**: uma abordagem introdutória. 6. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2016.

THE WORLD BANK. International Bank for Reconstruction and Development. **Doing business subnacional Brasil 2021**. 2021. Disponível em: <https://subnacional.doingbusiness.org/pt/reports/subnational-reports>. Acesso em: 10 out. 2022.

TUON, Ligia. Desemprego no Brasil cai a 11,1% no 4.º trimestre e termina 2021 a 13,2%, diz IBGE. **CNN Brasil**, 2022. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/business/desemprego-no-brasil-cai-a-111-no-4o-trimestre-e-termina-2021-a-132-diz-ibge/>. Acesso em: 5 abr. 2022.

A variação do poder de compra da moeda brasileira real no período 1995-2021

Monique Cristine Rieck¹

Fernando Luiz Andrade Bahiense²

Resumo: A variação do poder de compra do real brasileiro e suas implicações em alguns cenários econômicos, pautadas fundamentalmente pela inflação, permearam este trabalho, cujo período de análise (1995-2021) abrange o início do Plano Real até a crise global causada pelo coronavírus. Objetivou-se compreender as oscilações do poder aquisitivo da moeda, além da perspectiva inflacionária, por meio da variação: do salário mínimo; da taxa básica de juros da economia brasileira; das valorações do ouro e do dólar; e da taxa de depósito interbancário nacional. Assim, utilizou-se o método científico dedutivo, de natureza e resultados quantitativos, por intermédio de técnica descritiva precedida de exploratória, de pesquisas bibliográfica e documental. Destarte, a relevância do artigo concentra-se em sua contemporaneidade e, sobretudo, no peso da variação do poder de compra do real para a sociedade brasileira, resumido na questão investigativa – qual a variação do poder de compra do real no período de 1995 a 2021? Logo, elaboram-se as hipóteses: a) hipótese direcional: a taxa de variação da perda do poder de compra do real foi significativa e é possível calculá-la para o período 1995-2021; b) hipótese não direcional: não houve oscilação significativa na taxa de variação do poder de compra do real, de 1995 a 2021. Visa-se, portanto, à confirmação das hipóteses por meio do cálculo das variações mencionadas, concluindo-se, no fim deste artigo, que houve preservação do poder de compra do real, pois os resultados obtidos, exceto no caso do ouro, revelaram ganho real, com variações acima da inflação.

Palavras-chave: inflação; moeda; poder de compra.

¹ Estudante do curso de Ciências Econômicas da Universidade da Região de Joinville (Univille).

² Matemático, doutor em Engenharia de Produção e professor do curso de Ciências Econômicas da Univille.

INTRODUÇÃO

Evidencia-se, na atualidade, a oscilação do poder aquisitivo da moeda brasileira, o real, por meio, essencialmente, das flutuações ocorridas no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), cuja medição – realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – representa a inflação oficial do Estado. Além disso, o cálculo do IPCA abrange o “conjunto de produtos e serviços comercializados no varejo, referentes ao consumo pessoal [...] de 90% das famílias pertencentes às áreas urbanas de cobertura do Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor – SNIPC” (IBGE, 2022b). Destarte, determina-se a taxa inflacionária brasileira com base no consumo das principais cidades do país, onde existem as maiores concentrações populacionais e de renda.

Em relação à questão inflacionária, destaca-se o íterim compreendido após o início do Plano Real (1993-1994), implantado no governo de Itamar Franco (1992-1995), até a crise global causada pelo coronavírus, que afetou a economia do Brasil em 2020. Nesse contexto, a quantidade elevada de mortes relacionadas à covid-19 gerou impactos negativos sobre a cadeia produtiva brasileira, entre os quais: redução do consumo, aumento do desemprego e insolvência de empresas, por exemplo – circunstâncias favoráveis ao avanço da inflação. De acordo com Alvarenga, Gerbelli e Martins (2020), “a pandemia de coronavírus derrubou a economia [...] e o Brasil não ficou imune ao abalo provocado pelas restrições impostas à atividade econômica, pela queda na renda das famílias e pelos adiamentos de investimentos e projetos empresariais”, corroborando-se a conjuntura descrita a respeito daquele momento.

Para o Bacen (2022b), “a economia brasileira tem convivido com estabilidade de preços desde a implementação do Real e a posterior adoção do regime de metas para a inflação (1999)”. Ao que se entende, a aplicação do novo numerário à época conteve a inflação de anos anteriores e propiciou segurança econômica ao país, cujos efeitos perduram até a contemporaneidade, no entanto não há dúvida de que, mesmo contida, houve inflação. Mas qual foi a variação do poder de compra do real no período de 1995 a 2021?

Diante dessa inquietude, o estudo objetiva compreender as oscilações do poder aquisitivo da moeda brasileira real, no

referido período, medido por meio da inflação e das variações do salário mínimo, da taxa básica de juros da economia brasileira, das valorações do ouro e do dólar e da taxa de depósito interbancário. Assim, observam-se as palavras de Gremaud, Vasconcellos e Toneto Jr. (2016, p. 101), segundo as quais “uma mesma unidade monetária pode adquirir menos bens e serviços, pois estes estão mais caros”. De fato, isso representa resumidamente o que se deseja aferir no intervalo de tempo já mencionado.

Com base nesse entendimento, ratifica-se a questão de investigação: qual a variação do poder de compra do real no período de 1995 a 2021? Por conseguinte, elaboram-se as hipóteses: a) hipótese direcional: a taxa de variação da perda do poder de compra do real foi significativa e é possível calculá-la para o período 1995-2021; b) hipótese não direcional: não houve oscilação significativa na taxa de variação do poder de compra do real de 1995 a 2021.

Sabe-se, contudo, que as alterações do IPCA refletem na variação da taxa Selic (Sistema Especial de Liquidação e de Custódia), a qual é a taxa básica de juros da economia brasileira, que impacta todo o sistema econômico no Brasil, por ela ser “o principal instrumento de política monetária utilizado pelo Banco Central (BC) para controlar a inflação” (Bacen, 2022d). Logo, no fim deste artigo, aspira-se suscitar a compreensão do cenário econômico relativo ao poder de compra do real, no período referenciado, e suas implicações referentes: a) à taxa Selic; b) ao poder de compra do salário mínimo; c) ao valor aquisitivo do dólar estadunidense; d) à valoração do ouro; e) à taxa DI (Depósito Interbancário).

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A moeda emergiu ao longo da história humana com o objetivo de facilitar as transações de objetos, substituindo-se o escambo. “As primeiras moedas, tal como conhecemos hoje, peças representando valores, geralmente em metal, surgiram na Lídia (atual Turquia), no século VII a.C.” (Casa da Moeda, 2022) – fato que não extinguiu o sistema de trocas, pois, após mais de mil anos, “o pau-brasil foi a principal mercadoria utilizada no Brasil como elemento de troca entre os nativos e os europeus” (Bacen, 2004, p. 6) e somente “durante o

domínio holandês no nordeste brasileiro (1630-1654) surgiram as primeiras moedas cunhadas no Brasil, os florins e os soldos, [...] para pagar aos seus fornecedores e às suas tropas” (Bacen, 2004, p. 9), ainda no tempo das Grandes Navegações (séculos XV-XVII).

Outrossim, frequentemente se confunde moeda com dinheiro, mas, no pensamento de Steffen (2020), parafraseando J. P. Morgan³, “o único dinheiro de verdade era aquele que não dependia de terceiros para ser saldado ou liquidado, e nem tampouco estava sob a gerência de terceiros”, enquanto, conforme Mankiw (2020, p. 419), “moeda é o conjunto de ativos na economia que as pessoas usam regularmente para comprar bens e serviços de outras pessoas”. Nesse sentido, ao que se observa, não se torna obrigatório o lastro para a moeda (moeda fiduciária⁴), entretanto apenas a moeda detentora de alguma garantia denominar-se-ia dinheiro. Além disso, economicamente, a moeda desempenha três funções básicas: a) é o principal meio de troca; b) determina unidade de conta; c) possui capacidade de reserva de valor. De maneira detalhada:

Um meio de troca é algo que os compradores dão aos vendedores quando compram bens e serviços. Quando você compra uma camisa em uma loja de roupas, a loja lhe entrega a camisa e você entrega moeda à loja. Essa transferência de moeda do comprador para o vendedor permite que a transação ocorra. Quando entra numa loja, você está confiante de que ela vai aceitar sua moeda em troca dos itens que estão à venda, porque a moeda é o meio de troca comumente aceito. Uma unidade de conta é um padrão de medida que as pessoas usam para anunciar preços e registrar débitos. Quando você vai às compras, pode observar que uma camisa custa \$ 50, e um hambúrguer, \$ 5. Embora seja correto dizer que o preço de uma camisa são dez hambúrgueres e que o preço de um hambúrguer é 1/10 do preço de uma camisa, os preços nunca

³ “John Pierpont Morgan [...], herdeiro do banco J. S. Morgan, que passou a ser chamado com suas iniciais em 1895, [...] acumulou fortuna ao financiar empresas, transformando-as em líderes de mercado” (JP Morgan [...], 2019).

⁴ “Hoje, a maioria dos sistemas é fiduciária, apresentando as seguintes características: inexistência de lastro metálico; inconvertibilidade absoluta; e monopólio estatal das emissões” (Nogami; Passos, 2016, p. 454).

são cotados dessa maneira. [...]. Quando queremos medir e registrar valor econômico, usamos a moeda como unidade de conta. Uma reserva de valor é algo que as pessoas podem usar para transferir poder de compra do presente para o futuro. Quando um vendedor aceita moeda hoje em troca de um bem ou serviço, ele pode ficar com a moeda e tornar-se comprador de outro bem ou serviço em outro momento (Mankiw, 2020, p. 485).

Destarte, haja vista essas premissas, desenvolveu-se no Brasil, na década de 1990, uma nova moeda: o real. Consoante os dados do Bacen (2022b), o Plano Real iniciou-se em 1993 e o meio circulante adentrou o mercado no dia 1.º de julho de 1994, configurando-se uma tentativa de solucionar os picos inflacionários da época e estabilizar a economia, no entanto “o plano conseguiu reduzir a inflação a níveis aceitáveis. Mas a estabilização não foi suficiente para fazer deslanchar o crescimento econômico, que continua sendo um problema da economia brasileira até hoje” (Câmara Hoje, 2022). Também, na visão de Fernandes (2022, p. 13),

é inegável que um resíduo inflacionário perdurou nos primeiros meses do “Plano Real”, entretanto [...] os principais fatores que estiveram relacionados com o resíduo inflacionário estão, na maioria dos casos, relacionados com bens não-transacionáveis com o exterior.

Ademais, concentraram-se na elaboração do Plano Real as equipes do Ministério da Fazenda, do Banco Central e da Casa da Moeda, dividindo a implementação dele em três fases:

Na primeira, iniciou-se o esforço de ajuste fiscal, com destaque para a criação do Fundo Social de Emergência (FSE), concebido para aumentar a arrecadação tributária e a flexibilidade da gestão orçamentária em 1994/1995. A segunda etapa foi marcada pela utilização de uma moeda escritural, a Unidade Real de Valor (URV), como unidade de conta. Na última fase, a introdução do novo

padrão monetário, o Real, implicou a necessidade de rápida e abrangente disponibilização do novo meio circulante a partir de 1º. julho de 1994 (Bacen, 2022b).

Sob outro viés, a fim de que o real não fosse mais uma moeda passageira e superficial, de acordo com Reis (2022), as políticas tangentes ao plano foram: o equilíbrio fiscal, no qual se reduziram gastos estatais e se aumentou a arrecadação de impostos; a desindexação econômica, ou seja, a retirada de índices de reajuste de preços, ajustando-os apenas por meio dos custos produtivos; as privatizações, desonerando-se a máquina pública e aliviando-a quanto ao seu orçamento; a abertura da economia, que contribuiu para manter o abastecimento interno, por intermédio da redução de tarifas de importação, e instigou a renovação da indústria no país.

Ainda, segundo Reis (2022), o sucesso do Plano Real – aliado a iniciativas como o estabelecimento de metas para a inflação pelo Bacen, a aprovação da Lei de Responsabilidade Fiscal pelo Poder Legislativo e a criação do Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional (Proer) – fomentou a recuperação econômica. Por isso, tais medidas favoreceram a longevidade do real, declarado, em seus 25 anos, por Ferrari, Dianni e Azevedo (2019), a moeda mais duradoura do Brasil. Acerca da inflação, controlada no cenário brasileiro graças ao real, vale ressaltar seu conceito, suas causas e suas consequências. Assim, na perspectiva de Nogami e Passos (2016, p. 505), a inflação constitui um

processo persistente de aumento do nível geral de preços, o que resulta em perda do poder aquisitivo da moeda. A inflação é considerada um fenômeno generalizado, pois os aumentos dos preços não ocorrem apenas sobre um pequeno conjunto de preços ou sobre um setor específico da economia. Por essa razão, altas esporádicas de preço devido, por exemplo, a flutuações sazonais não podem ser confundidas com inflação. [...] O problema inflacionário não ocorre apenas em economias em desenvolvimento, como a brasileira. Atualmente, a inflação é um fenômeno universal, que traz grandes consequências políticas, econômicas e sociais.

Desse modo, em sequência ao pensamento de Nogami e Passos (2016), a inflação fragmenta-se em três tipos: a) inflação de demanda; b) inflação de custos; c) inflação inercial. O primeiro tipo remete ao excesso de moeda em circulação, geralmente provocado pela elevação de gastos governamentais – situação na qual o Estado percebe a necessidade de imprimir numerário no intuito de cobrir o próprio déficit, fato cujo resultado é o crescimento da demanda sem que se amplie a produção. O segundo tipo, em contrapartida, evidencia uma inflação relacionada à oferta, porque não depende obrigatoriamente de aspectos monetários, mas se associa a oscilações na produção, ao preço de importação dos insumos (fatores externos), a salários muito altos ou a possíveis oligopólios. O último tipo, enfim, vincula-se a determinado histórico de inflação, o qual influenciaria as ações futuras dos agentes econômicos, regidas pela expectativa criada pela majoração de taxas.

Para Gremaud, Vasconcellos e Toneto Jr. (2016), identificam-se, primeiramente, as consequências provenientes do aumento de índices inflacionários por meio da deformação de preços, pois: (i) os preços perdem a capacidade de demonstrar a escassez no mercado e medir despesas produtivas; (ii) se compromete a ideia de preços relativos; (iii) se prejudica a alocação de recursos na economia, encarecendo os custos transacionais econômicos. Por conseguinte, ocorre a fuga de capitais – procuram-se outras moedas como reservas de valor, visando à conservação do poder de compra, desestimulando o investimento interno e desequilibrando a balança de pagamentos nacional. Verificam-se, ainda, alterações na distribuição de renda, tanto no caso dos assalariados quanto na arrecadação fiscal estatal (Efeito Olivera-Tanzi⁵), em virtude de os preços modificarem-se mais rapidamente perante a correção dos ganhos daqueles. Em concomitância, é relevante expressar a interferência da inflação no poder de compra, sobretudo no contexto brasileiro, afinal,

o poder de compra não se limita apenas à comparação de valores nominais, ou seja, preço escrito na etiqueta: ele é a capacidade de adquirir bens e serviços com determinada unidade

⁵ “Segundo o chamado Efeito Olivera-Tanzi, a inflação tende a corroer o valor da arrecadação fiscal do governo, pela defasagem entre o fato gerador e o recolhimento dos impostos” (Gremaud; Vasconcellos; Toneto, 2016, p. 106).

monetária, sempre levando em conta o efeito da inflação presente nos [...] valores de períodos distintos (Saravalle, 2022).

Então, “a inflação afeta particularmente as camadas menos favorecidas da população, pois essas têm menos acesso a instrumentos financeiros para se defender” (Bacen, 2022a), e, por conseguinte, “depois de afetar os mais pobres, [...] corrói o poder de compra da classe média” (Motta, 2022), atingindo, em seguida, os demais extratos. Nessa conjuntura, conforme o IBGE (2022a), diversos indicadores, além do IPCA (o oficial para o governo), fornecem suporte à aferição da inflação no Brasil, cada um com métricas próprias – como o público-alvo analisado, a cesta de produtos e serviços observados, a faixa de renda avaliada, determinado período de coleta dos dados e o método de cálculo utilizado – definidas pela instituição responsável. Entre os indicadores mais importantes é possível citar: i) Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI); ii) Índice Geral de Preços – Mercado (IGP-M); iii) Índice de Preços ao Consumidor (IPC); iv) Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC); v) Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo 15 (IPCA-15).

Não obstante as definições a respeito da inflação, torna-se fundamental a sua compreensão por meio de tratamento matemático, isto é, analisá-la sob a óptica das taxas de variação. Em outras palavras, de acordo com Freitas (2014, p. 169),

variáveis econômicas e financeiras estão constantemente mudando dentro do sistema econômico. Quando uma ou mais dessas características mudam dentro do sistema, disparam uma série de mudanças em algum setor da economia.

Logo, admite-se assinalar variações inflacionárias pautadas nos índices de preços e inferir prováveis correlações econômicas.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Na construção desse conhecimento científico, faz-se necessário evidenciar a metodologia científica que, segundo Rampazzo (2005, p. 13), “ensina o caminho, quer dizer, as normas técnicas que devem ser seguidas na pesquisa científica”. Assim, à luz do método científico dedutivo, cujos argumentos “estão corretos ou incorretos, [...] ao passo que [...] sacrificam a ampliação do conteúdo para atingir a certeza” (Lakatos; Marconi, 2021, p. 105), corroboram-se os procedimentos metodológicos aplicados à investigação deste trabalho.

Nesse viés, a fim de identificar a variação do poder de compra da moeda brasileira (real) no período de 1995 a 2021, e suas implicações, julgaram-se necessárias as seguintes técnicas de pesquisa: a) quantitativa, no tocante à natureza da pesquisa e manifestação dos resultados; b) descritiva, precedida de exploratória, quanto ao objetivo da pesquisa, as quais se relacionam à avocação das variáveis e à descrição do comportamento do fenômeno; c) pesquisas bibliográfica e documental, referentes ao procedimento técnico praticado na pesquisa.

Outrossim, em relação ao silogismo, caracterizado por “um raciocínio completo, explícito, desdobrado, composto de três juízos, dois dos quais são premissas e o terceiro, conclusão” (Masip, 2012, p. 91), formularam-se as premissas: i) premissa maior – existem técnicas econométricas para o cálculo de variação do poder de compra da moeda; ii) premissa menor – deseja-se verificar a variação do poder de compra do real no período de 1995 a 2021; iii) premissa conclusiva – elaborar-se-á o cálculo da variação do poder de compra do real, no período citado, com base em modelos econométricos concernentes às taxas de variação.

Desse modo, como instrumento de coleta de dados, utilizou-se a pesquisa de documentos e evidências, interpretados na qualidade de fonte primária de informações e observados sistematicamente. Afinal, “a soma do material coletado, aproveitável e adequado variará de acordo com a habilidade do investigador, de sua experiência e capacidade em descobrir indícios ou subsídios importantes para o seu trabalho” (Lakatos; Marconi, 2021, p. 186). Ainda, empregaram-se modelos econométricos, gráficos e tabelas, visando alcançar o objetivo e atingir os resultados esperados, expostos neste artigo, por meio do teste das hipóteses.

ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Apresenta-se, na tabela 1, a série histórica do IPCA correspondente ao período 1995-2021, sendo referência o mês de dezembro de cada ano. Destarte, entende-se o mês de dezembro do ano de 1994 como data zero para fins de cálculo. Com base nisso, o IPCA acumulado em dezembro de 1995 corresponde ao primeiro ano de acumulação no período. Assim, elaboraram-se números-índices que contêm a acumulação do IPCA, os quais servirão para o cálculo da taxa média anual de variação do IPCA no período mencionado. Portanto, considerar-se-á tal taxa como a inflação oficial do Brasil nesse intervalo de tempo.

Tabela 1 – Série histórica do IPCA no período 1995-2021

Ano/dezembro	IPCA %	IPCA acumulado
Data zero - 1994	-	Anualmente - número-índice (*)
1995	22,41	1,2241
1996	9,56	1,341123960
1997	5,22	1,411130631
1998	1,65	1,434414286
1999	8,94	1,562650923
2000	5,97	1,655941183
2001	7,67	1,782951872
2002	12,53	2,006355742
2003	9,30	2,192946826
2004	7,60	2,359610785
2005	5,69	2,493872638
2006	3,14	2,572180239
2007	4,46	2,686899478
2008	5,90	2,845426547
2009	4,31	2,968064431
2010	5,91	3,143477039
2011	6,50	3,347803046
2012	5,84	3,543314744
2013	5,91	3,752724646
2014	6,41	3,993274295

Continua...

Continuação da tabela 1

Ano/dezembro	IPCA %	IPCA acumulado
Data zero - 1994	-	Anualmente - número-índice (*)
2015	10,67	4,419356663
2016	6,29	4,697334197
2017	2,95	4,835905556
2018	3,75	5,017252014
2019	4,31	5,233495576
2020	4,52	5,470049576
2021	10,06	6,020336563

Fonte: IBGE (2022a)

Nota explicativa (*): dados manipulados pelos autores para o cálculo do IPCA acumulado anualmente.

Analicamente, a taxa de variação no período dezembro/1995-dezembro/2021 estabelece-se pelo modelo econométrico, utilizado por Bahiense (2021), conforme demonstra a equação a seguir:

$$\text{Modelo econométrico} = \frac{\text{Valor final dezembro 2021}}{\text{Valor inicial dezembro 1995}} - 1 \quad (1)$$

Observando-se:

$$\text{Taxa de variação no período} = \frac{6,02033}{1,2241} - 1$$

$$\text{Taxa de variação no período} = 4,91817 - 1$$

$$\text{Taxa de variação no período} = 3,91817$$

$$\text{Taxa de variação no período} \cong 391,82\%$$

Consequentemente, ratifica-se a hipótese direcional: a taxa de variação do IPCA foi de 391,82%, corroborando uma significativa perda do poder de compra do real no período 1995-2021. Isso posto, rejeita-se a hipótese não direcional: não houve oscilação significativa na taxa de variação do poder de compra do real, de 1995 a 2021. Desse entendimento, alcança-se esta taxa de variação no período, 391,82%, a qual equivale a uma taxa média de variação de 6,08% ao ano, observado um intervalo de 27 anos, de acordo com os cálculos que seguem:

$$\text{Valor Futuro} = \text{Valor Presente} * (1 + \text{IPCA})^{\text{Variação temporal}} \quad (2)$$

Ao ponderar-se uma unidade monetária enquanto valor presente, por meio da equação 2, aplicada por Bahiense (2021), resulta como valor futuro para o período referenciado:

$$\text{Valor Futuro} = 1 * (1 + 391,82\%)^1 = 4,9182$$

Calculando-se o IPCA por meio da equação 2, verifica-se:

$$\text{IPCA} = \left(\frac{\text{Valor Futuro}}{\text{Valor Presente}} \right)^{\frac{1}{\text{Variação temporal}}} - 1 \quad (3)$$

Então, desta resulta:

$$\text{IPCA} = \left(\frac{4,9182}{1} \right)^{\frac{1}{27}} - 1$$

$$\text{IPCA} = 1,06077 - 1$$

$$\text{IPCA} = 0,06077$$

$$\text{IPCA} \cong 6,08\%$$

Sob a premissa de que a variação da taxa de inflação de 391,82% no período 1995-2021 (27 anos), ou a taxa média anual de 6,08% (equivalente), produziu perda significativa do poder de compra dos brasileiros, sucede-se a análise dos efeitos dessa inflação na economia – em atenção à taxa Selic, ao salário mínimo, ao ouro, ao dólar e à taxa DI. Nesse contexto, constata-se o comportamento da taxa Selic no período de 1995 a 2021, expresso na tabela 2, considerando-se o ano de 1994 como data zero. Logo, a taxa Selic acumulada em 1995 corresponde ao primeiro ano da acumulação do período. Assim, elaboraram-se números-índices que contêm a acumulação da taxa Selic, os quais servirão para o cálculo da taxa média anual de variação da taxa Selic no período referenciado.

Tabela 2 – Série histórica da taxa Selic no período 1995-2021

Ano	Selic %	Selic acumulada
Data zero - 1994	-	Anualmente - número-índice (*)
1995	38,71	1,3871
1996	24,47	1,726523370
1997	22,35	2,112401343
1998	25,58	2,652753607
1999	23,02	3,263417487
2000	16,19	3,791764778
2001	16,08	4,401480555
2002	19,10	5,242163340
2003	21,16	6,351405103
2004	15,14	7,313007836
2005	17,56	8,597172012
2006	14,13	9,811952417
2007	11,25	10,91579706
2008	11,82	12,20604428
2009	9,50	13,36561848
2010	9,27	14,60461132
2011	11,04	16,21696041
2012	8,11	17,53215590
2013	7,92	18,92070264
2014	10,40	20,88845572
2015	12,54	23,50786806
2016	13,20	26,61090665
2017	7,40	28,58011374
2018	6,50	30,43782113
2019	5,79	32,20017098
2020	2,75	33,08567568
2021	4,44	34,55467968

Fontes: 1995-2019: Onze (2022); 2020-2021: Idinheiro (2022)

Nota explicativa (*): dados manipulados pelos autores para cálculo da taxa Selic acumulada anualmente

Destarte, verifica-se da equação 1:

$$\text{Taxa de variação no período} = \frac{34,55467}{1,3871} - 1$$

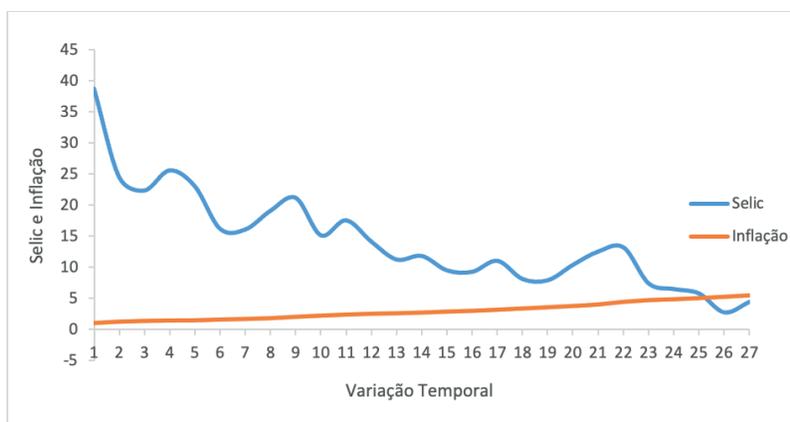
$$\text{Taxa de variação no período} = 24,91145 - 1$$

$$\text{Taxa de variação no período} = 23,9115$$

$$\text{Taxa de variação no período} \cong 2.391,15\%$$

Sabe-se que a taxa Selic possui relação direta com a inflação. O aumento dessa taxa visa conter o impacto do consumo, pois, à medida que as pessoas deixam de consumir, o nível de inflação tende a baixar. Outro aspecto interessante é que o encarecimento do crédito, além de reduzir o consumo, estimula as pessoas a pouparem. Nesse cenário, percebe-se o aumento do custo monetário quando a taxa Selic sobe, desencadeando a perda do poder aquisitivo da população. Ademais, evidenciado o período como um todo, não restam dúvidas quanto à necessidade de uma variação na taxa Selic de 2.391,15% para a manutenção da variação da taxa média de inflação na ordem de 391,82%, pois tal cenário evitaria o disparo de uma movimentação acentuada do poder aquisitivo, ficando este em termos aceitáveis, porém significativos, no tocante ao Brasil – cerca de 6,08% em média anual no período referenciado. Diante disso, o gráfico 1 demonstra a relação entre os comportamentos da variação da taxa Selic e da variação da taxa inflacionária.

Gráfico 1 – Comportamentos da variação da taxa Selic e da variação da taxa inflacionária no período 1995-2021



Fontes: Tabela 1 e tabela 2

Nota explicativa: dados manipulados pelos autores

Outrossim, a princípio, o governo federal reajusta anualmente o salário mínimo para manter o poder de compra dos brasileiros. Nessa conjuntura, a tabela 3 retrata a média, em cada ano, dos salários mínimos praticados no Brasil no período 1995-2021.

Tabela 3 – Série histórica do salário mínimo no Brasil no período 1995-2021

Ano	Salário mínimo no Brasil (R\$)
1995	100,00
1996	112,00
1997	117,33
1998	126,67
1999	134,00
2000	147,25
2001	172,75
2002	195,00
2003	230,00
2004	253,33
2005	286,67
2006	337,50
2007	372,50
2008	409,17
2009	460,83
2010	510,00
2011	544,17
2012	622,00
2013	678,00
2014	724,00
2015	788,00
2016	880,00
2017	937,00
2018	954,00
2019	998,00
2020	1.044,50
2021	1.100,00

Fontes: 1995,1996 e 2021: Portal Contábeis (2022); 1997-2020: Dieese (2022)

De imediato, já se verifica a taxa de variação do salário mínimo, nesse período, por meio da equação 1:

$$\text{Taxa de variação no período} = \frac{1.100,00}{100,00} - 1$$

$$\text{Taxa de variação no período} = 11 - 1$$

$$\text{Taxa de variação no período} = 10$$

$$\text{Taxa de variação no período} = 1.000\%$$

Assim, confrontando-se a taxa de variação do salário mínimo com a da inflação no período 1995-2021, torna-se claro que a variação do salário mínimo superou nominalmente a variação inflacionária. Em outras palavras, expressa-se a taxa de variação do salário mínimo, em termos nominais, baseando-se na equação 1, da seguinte maneira:

$$\text{Taxa de variação} = \frac{1.000\%}{391,82\%} - 1$$

$$\text{Taxa de variação} = 255,22\% - 1$$

$$\text{Taxa de variação} \cong 155,22\%$$

Deveras, o salário mínimo variou 155,22% a mais em relação à inflação, porém de forma nominal. Se descontados os efeitos da inflação sobre o salário mínimo, é possível calcular a sua taxa real de variação, configurando-se o modelo econométrico proposto por Bahiense (2021):

$$\text{Taxa real de variação do salário mínimo} = \frac{1 + \text{taxa de variação do salário mínimo}}{1 + \text{taxa de variação da inflação}} - 1 \quad (4)$$

Então, no caso observado, obtém-se como resultado:

$$\text{Taxa real de variação do salário mínimo} = \frac{1 + 1000\%}{1 + 391,82\%} - 1$$

$$\text{Taxa real de variação do salário mínimo} = 2,23659 - 1$$

$$\text{Taxa real de variação do salário mínimo} = 1,23659$$

$$\text{Taxa real de variação do salário mínimo} \cong 123,66\%$$

Destarte, mesmo quando removidos os efeitos da inflação sobre o salário mínimo, isto é, sua taxa real de variação, ele ainda variou 123,66% diante do efeito inflacionário. Nesse viés analítico, em relação ao poder de compra explicitado pelo salário mínimo, tanto nominalmente quanto de forma real, não houve perda do poder de compra no período referenciado – o que não ratifica ou, simplesmente, rejeita o pressuposto anterior, segundo o qual a variação da taxa de inflação de 391,82% no intervalo de 1995 a 2021 (27 anos), ou a taxa média anual equivalente de 6,08%, produziu perda significativa do poder de compra dos brasileiros. Não se verifica!

É importante salientar que uma única correção do salário mínimo anual não compensa exatamente toda a perda do poder aquisitivo monetário ocorrido ao longo do ano, pois a inflação oscila mês a mês. De modo notório, mesmo após a majoração anual do salário mínimo, ocorrida geralmente no início do ano, percebe-se uma corrosão de seu poder de compra por toda e qualquer inflação a partir de então. Logo, o assalariado eventualmente sofrerá com um déficit inflacionário em sua remuneração, considerando-se o pressuposto de preservação do poder de compra. Por outro lado, havendo deflação, não se descartaria um ganho de poder aquisitivo – cenário pouco provável no caso do Brasil, haja vista o histórico econômico do país.

Como, porém, o cidadão ou os fenômenos não vinculados diretamente ao salário mínimo puderam proteger seu poder de compra em termos de desvalorização da moeda? No tocante ao investimento em ouro, a tabela 4 descreve os preços médios do ouro em uma série histórica para o período 1995-2021.

Tabela 4 – Série histórica do preço médio anual do ouro no Brasil no período 1995-2021

Ano	Preço do ouro (R\$)
1995	386,43
1996	389,09
1997	332,08
1998	296,43
1999	281,93
2000	280,05
2001	272,72

Continua...

Continuação da tabela 4

Ano	Preço do ouro (R\$)
2002	313,65
2003	368,83
2004	412,70
2005	451,61
2006	619,53
2007	711,70
2008	880,92
2009	986,17
2010	1239,17
2011	1575,76
2012	1678,52
2013	1394,92
2014	1251,84
2015	1152,55
2016	1249,95
2017	1270,28
2018	1269,38
2019	1408,99
2020	1784,45
2021	1793,48

Fonte: Investing.com (2022a)

Isso posto, constata-se pela equação 1 a taxa de variação do preço médio do ouro no período:

$$\text{Taxa de variação no período} = \frac{1.793,48}{386,43} - 1$$

$$\text{Taxa de variação no período} = 4,64115 - 1$$

$$\text{Taxa de variação no período} = 3,64115$$

$$\text{Taxa de variação no período} \cong 364,12\%$$

De imediato, conclui-se que o investimento em ouro, no íterim analisado, não acompanhou sequer a taxa de variação inflacionária (do IPCA) – a qual foi de 391,82% –, muito menos a variação de 2.391,14% da taxa básica de juros (Selic). Executa-se a mesma analogia no que tange ao dólar estadunidense: a tabela 5 enumera suas cotações médias, perante o real, em uma série histórica para o período 1995-2021.

Tabela 5 – Série histórica da cotação média do dólar perante o real no período 1995-2021

Ano	Cotação do dólar para real: 1 US\$ → R\$
1995	0,9225
1996	1,0080
1997	1,0805
1998	1,1640
1999	1,8592
2000	1,8340
2001	2,3560
2002	2,9892
2003	3,0585
2004	2,9168
2005	2,4091
2006	2,1664
2007	1,9321
2008	1,8321
2009	1,9934
2010	1,7591
2011	1,6741
2012	1,9633
2013	2,1824
2014	2,3633
2015	3,3909
2016	3,4528
2017	3,1990
2018	3,6814
2019	3,9504
2020	5,2379
2021	5,4135

Por meio da equação 1, apura-se a seguinte taxa de variação do dólar no período:

$$\text{Taxa de variação no período} = \frac{5,4135}{0,9225} - 1$$

$$\text{Taxa de variação no período} = 5,86829 - 1$$

$$\text{Taxa de variação no período} = 4,86829$$

$$\text{Taxa de variação no período} \cong 486,83\%$$

Nesse caso, imediatamente se atesta que o investimento em dólar no intervalo 1995-2021 deteve uma rentabilidade acima da inflação, cuja taxa de variação no período foi de 391,82%. Ao longo do tempo mencionado, confrontando-se a taxa de variação do dólar com a de variação inflacionária, percebe-se uma clara superação nominal daquela em face desta. Logo, com base na equação 1, expressa-se, em termos nominais, a taxa de variação do dólar:

$$\text{Taxa de variação} = \frac{486,83\%}{391,82\%} - 1$$

$$\text{Taxa de variação} = 1,24248 - 1$$

$$\text{Taxa de variação} = 0,24248$$

$$\text{Taxa de variação} \cong 24,25\%$$

Observa-se que, ao subtrair o efeito da inflação do dólar, ainda há uma taxa de variação maior que a taxa de inflação. Se descontados os efeitos inflacionários sobre o dólar, torna-se possível calcular a sua taxa real de variação. Assim, utilizando a equação 4, obtém-se:

$$\text{Taxa real de variação do dólar} = \frac{1 + 486,83\%}{1 + 391,82\%} - 1$$

$$\text{Taxa real de variação do dólar} = 1,19318 - 1$$

$$\text{Taxa real de variação do dólar} = 0,19318$$

$$\text{Taxa real de variação do dólar} \cong 19,32\%$$

Portanto, não há dúvidas de que, mesmo com os efeitos da inflação subtraídos do dólar, isto é, sua taxa real de variação, este ainda variou 19,32%; essa taxa é maior em comparação ao efeito inflacionário. Destarte, em relação à valorização do dólar, tanto nominalmente quanto de forma real, não houve perda do poder aquisitivo em 27 anos – de 1995 a 2021.

Também se investigou a parcela de investimentos derivativos do mercado financeiro brasileiro, vinculados ao Certificado de Depósito Interbancário (CDI), como mais uma alternativa para proteger o poder de compra do real, pois é notória a influência direta da taxa Selic sobre o CDI, estabelecido pela taxa de Depósito Interbancário (DI), a qual implica as taxas aos demais derivativos, cujas bases correspondem a percentuais da DI. Nessa perspectiva, demonstram-se, na tabela 6, as variações do CDI e da taxa Selic no período 1995-2021.

Tabela 6 – Série histórica da taxa Selic e do CDI no período 1995-2021

Ano	Selic (%) acumulada no ano	CDI (%) acumulado no ano	CDI acumulado
Data zero - 1994	-	-	Anualmente - número-índice (*)
1995	38,71	53,0625	1,530625
1996	24,47	27,1158	1,945666214
1997	22,35	24,5900	2,424105536
1998	25,58	28,5739	3,116767027
1999	23,02	25,1285	3,899963830
2000	16,19	17,3192	4,575406365
2001	16,08	17,2862	5,366320261
2002	19,10	19,1078	6,391706003
2003	21,16	23,2477	7,877630640
2004	15,14	16,1742	9,151774375
2005	17,56	18,9996	10,890574899
2006	14,13	15,0272	12,527123370
2007	11,25	11,8158	14,007303213
2008	11,82	12,3797	15,741365329
2009	9,50	9,8767	17,296092759
2010	9,27	9,7510	18,982634764
2011	11,04	11,5954	21,183747195
2012	8,11	8,3976	22,962673550

Continua...

Continuação da tabela 6

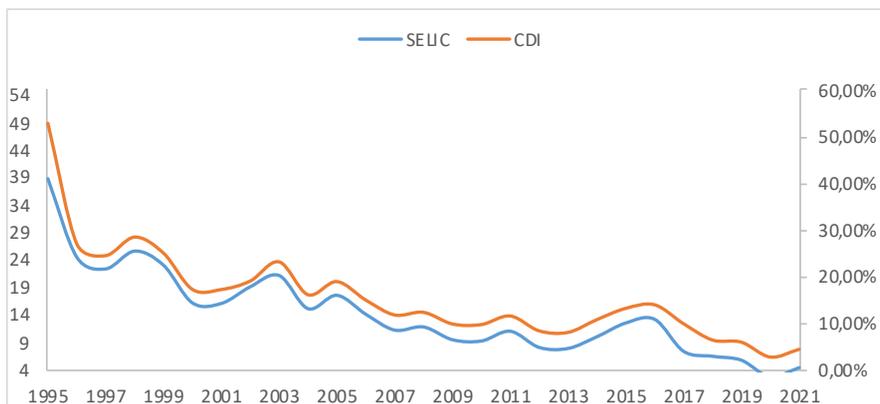
Ano	Selic (%) acumulada no ano	CDI (%) acumulado no ano	CDI acumulado
Data zero - 1994	-	-	Anualmente - número-índice (*)
2013	7,92	8,0645	24,814498358
2014	10,40	10,8140	27,497938210
2015	12,54	13,2390	31,138390250
2016	13,20	13,9992	35,497515778
2017	7,40	9,9257	39,020892702
2018	6,50	6,4213	41,526541285
2019	5,79	5,9599	44,001481619
2020	2,75	2,7578	45,214954479
2021	4,44	4,4236	47,215083205

Fontes: Selic - tabela 2; CDI - Brasil Indicadores (2022)

Nota explicativa (*): dados manipulados pelos autores para cálculo da taxa CDI acumulada anualmente

Claramente, com o auxílio da tabela 6 e do gráfico 2, observa-se que a taxa Selic impulsiona a majoração nos percentuais do CDI. Verifica-se, ainda, a similaridade de comportamentos por meio da sinuosidade entre as curvas, apontando-se para um comportamento síncrono em todo o período considerado (1995-2021).

Gráfico 2 - Comportamento da taxa Selic e do CDI no período 1995-2021



Fonte: Tabela 6

Compara-se, então, a taxa de variação inflacionária, aferida em termos de IPCA, com a taxa de variação do CDI, a qual se auffera por meio da equação 1:

$$\text{Taxa de variação do CDI} = \frac{47,21508}{1,5306} - 1$$

$$\text{Taxa de variação do CDI} = 30,84693 - 1$$

$$\text{Taxa de variação do CDI} = 29,84693$$

$$\text{Taxa de variação do CDI} \cong 2.984,69\%$$

De fato, a taxa de variação nominal do CDI fica muito acima da taxa de variação inflacionária, que foi de 391,82% no período 1995-2021. Nesse contexto, se descontados os efeitos da inflação na própria variação do CDI, alcança-se, com a aplicação da equação 4:

$$\text{Taxa real de variação do CDI} = \frac{1 + 2.984,69\%}{1 + 391,82\%} - 1$$

$$\text{Taxa real de variação do CDI} = \frac{3.084,69\%}{491,82\%} - 1$$

$$\text{Taxa real de variação do CDI} = 627,20\% - 1$$

$$\text{Taxa real de variação do CDI} \cong 527,20\%$$

O CDI teve uma variação significativa, superando a inflação na ordem de 527,20%, removendo-se o efeito inflacionário. Além disso, os demais derivativos financeiros - tais como Certificados de Depósito Bancário (CDBs), Letras de Crédito Imobiliário (LCI), Letras de Crédito do Agronegócio (LCA), Tesouro Direto e outros - cuja rentabilidade se atrela ao CDI, às vezes em até 100%, foram importantes contratos financeiros viabilizados bastante acima da inflação (expressada pelo IPCA) no período referenciado. Portanto, esses investimentos asseguraram o poder de compra da moeda e acresceram relativa rentabilidade. Com base em tais aspectos, o quadro 1 descreve, de forma sintética, a *performance* de cada variável abordada no decorrer da análise.

Quadro 1 – Resultados sintéticos entre a inflação e o poder de compra no período 1995-2021

Período 1995-2021	Taxa de variação no período	Status - poder de compra
Inflação/IPCA	391,82%	-
Selic	2.391,15%	
Salário mínimo - variação nominal	1.000%	Não houve perda
Salário mínimo descontada a inflação	123,66%	Não houve perda
Ouro	364,12%	Perda do poder de compra
Dólar	486,83%	Não houve perda
Dólar descontada a inflação	19,32%	Não houve perda
CDI	2.984,69%	Não houve perda
CDI descontada a inflação	527,20%	Não houve perda

Fonte: Primária (2022)

Nota explicativa: no caso do salário mínimo, do dólar e do CDI, além da manutenção do poder de compra, ainda houve rentabilidade

O quadro 1 reúne sinteticamente os resultados da investigação do comportamento inflacionário e suas implicações no poder de compra do real, referentes à taxa de variação do salário mínimo e das demais variáveis analisadas. Nesse sentido, a inflação, por meio do IPCA, tornou-se o principal indicador quando se averiguou a oscilação do poder aquisitivo no período investigado, convertendo-se no balizador de estudo das demais variáveis. Entre estas, o ouro demonstrou ser o único investimento com perda do poder de compra.

CONCLUSÃO

O estudo da variação do poder de compra do real, da moeda brasileira, no período de 1995 a 2021, cumpriu o seu objetivo: compreender as oscilações do poder aquisitivo da moeda além da perspectiva inflacionária – por meio da variação: do salário mínimo; da taxa básica de juros (Selic); das valorações do ouro e do dólar; e da taxa de Depósito Interbancário (DI). Ao longo do trabalho, isso se verificou por meio da pesquisa quantitativa, cujos dados possibilitaram o

cálculo das variáveis que compuseram o escopo do artigo, baseando-se nos modelos econométricos apresentados.

Portanto, no período 1995-2021, a variação do poder de compra do real não prejudicou a economia brasileira, se comparada à variação do salário mínimo no mesmo íterim, pois os reajustes salariais anuais suprimiram o peso inflacionário. Ademais, quem aplicou em dólar ou derivativos do mercado financeiro nacional, atrelados ao CDI, conseguiu, além da manutenção do poder de compra da moeda, rentabilidade acima da inflação. Apenas a cotação do ouro apresentou déficit no tocante à preservação do poder aquisitivo.

Apesar disso, ao longo do período de análise, a taxa de variação do IPCA – considerado o índice de preços que representa a inflação oficial no Brasil – foi de 391,82%, a qual equivale a uma taxa média de variação de 6,08% ao ano, observando-se um intervalo de 27 anos. Haja vista os resultados obtidos, percebe-se a relevância desta pesquisa quando se verifica o peso da variação do poder de compra do real para a sociedade brasileira na contemporaneidade. Nesse cenário, responde-se à questão investigativa: qual a variação do poder de compra do real no período de 1995 a 2021?

Destarte, confirmou-se a hipótese direcional: a taxa de variação da perda do poder de compra do real foi significativa e é possível calculá-la para o período 1995-2021. Consequentemente, eliminou-se a hipótese não direcional: não houve oscilação significativa na taxa de variação do poder de compra do real, de 1995 a 2021. Assim, como trabalho futuro, sugere-se uma pesquisa que aborde as implicações da variação do poder de compra na economia produtiva brasileira, no período referenciado, expressa em termos de PIB.

REFERÊNCIAS

ALVARENGA, Darlan; GERBELLI, Luiz G.; MARTINS, Raphael. Como a pandemia “bagunçou” a economia brasileira em 2020. **G1**, 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2020/12/12/como-a-pandemia-baguncou-a-economia-brasileira-em-2020.ghtml>. Acesso em: 4 jun. 2022.

BACEN – BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Dinheiro no Brasil**. 2. ed. Brasília: BCB, 2004. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/content/acessoinformacao/museudocs/pub/Cartilha_Dinheiro_no_Brasil.pdf. Acesso em: 4 jun. 2022.

BACEN – BANCO CENTRAL DO BRASIL. **O que é inflação**. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/controleinflacao/oqueinflacao>. Acesso em: 5 jun. 2022a.

BACEN – BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Plano Real**. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/controleinflacao/planoreal>. Acesso em: 5 abr. 2022b.

BACEN – BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Taxas de juros básicas – histórico**. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/controleinflacao/historicotaxasjuros>. Acesso em: 21 ago. 2022c.

BACEN – BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Taxa Selic**. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/controleinflacao/taxaselic>. Acesso em: 5 abr. 2022d.

BAHIENSE, Fernando Luiz Andrade. **Apostila de Engenharia Financeira e Econômica**. Joinville: Curso de Ciências Econômicas – Universidade da Região de Joinville, 2021.

BRASIL INDICADORES. **Valor atual, acumulado e histórico do CDI**. Disponível em: <https://brasilindicadores.com.br/cdi/>. Acesso em: 28 ago. 2022.

CÂMARA HOJE. **Lançado há 20 anos, Plano Real acabou com a hiperinflação**. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/tv/437249-lancado-ha-20-anos-plano-real-acabou-com-a-hiperinflacao/>. Acesso em: 4 jun. 2022.

CASA DA MOEDA. **Origem do dinheiro**. Disponível em: [https://www.casadoeda.gov.br/portal/socioambiental/cultural/origem-do-dinheiro.html#:~:text=As%20primeiras%20moedas%2C%20tal%20como,martelo\)%2C%20em%20primitivos%20cunhos](https://www.casadoeda.gov.br/portal/socioambiental/cultural/origem-do-dinheiro.html#:~:text=As%20primeiras%20moedas%2C%20tal%20como,martelo)%2C%20em%20primitivos%20cunhos). Acesso em: 4 jun. 2022.

DIEESE – DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. **Pesquisa nacional da cesta básica de alimentos**. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/analisecestabasica/salarioMinimo.html>. Acesso em: 21 ago. 2022.

FERNANDES, André Eduardo da Silva. **Distribuição de renda e crescimento econômico: uma análise do caso brasileiro**. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/153/30.pdf?sequence=4>. Acesso em: 4 jun. 2022.

FERRARI, Hamilton; DIANNI, Claudia; AZEVEDO, Alessandra. Brasil completa 25 anos de estabilidade; Real é a moeda mais longeva. **Correio Braziliense**, 2019. Disponível em: https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/economia/2019/06/28/internas_economia,766334/brasil-completa-25-anos-de-estabilidade-real-e-a-moeda-mais-longeva.shtml. Acesso em: 4 jun. 2022.

FREITAS, Maria Teresa Menezes. **Matemática para administradores**. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC; UAB, 2014. 169 p.

GREMAUD, Amaury P.; VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de; TONETO JR., Rudinei. **Economia brasileira contemporânea**. 8. ed. São Paulo: Grupo GEN, 2016. ISBN 9788597010206. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597010206/>. Acesso em: 1.º abr. 2022.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Inflação**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/inflacao.php>. Acesso em: 20 ago. 2022a.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/precos-e-custos/9256-indice-nacional-de-precos-ao-consumidor-amplo.html?=&t=o-que-e>. Acesso em: 5 abr. 2022b.

IDINHEIRO. **Tabela Selic**. Disponível em: <https://www.idinheiro.com.br/tabelas/tabela-selic/>. Acesso em: 28 ago. 2022.

INVESTING.COM. **Dados históricos - ouro futuros**. Disponível em: <https://br.investing.com/commodities/gold-historical-data>. Acesso em: 21 ago. 2022a.

INVESTING.COM. **USD/BRL - Dólar Americano Real Brasileiro**. Disponível em: <https://br.investing.com/currencies/usd-brl-historical-data>. Acesso em: 21 ago. 2022b.

JP MORGAN, o homem que bancou o capitalismo americano. **Money Report**, 2019. Disponível em: <https://www.moneyreport.com.br/negocios/jp-morgan-o-homem-que-bancou-o-capitalismo-americano/>. Acesso em: 20 ago. 2022.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2021. *E-book*. ISBN 9788597026580. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597026580/>. Acesso em: 20 set. 2022.

MANKIW, N. Gregory. **Introdução à economia**: tradução da 8.^a edição norte-americana. São Paulo: Cengage Learning Brasil, 2020. ISBN 9788522127924. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522127924/>. Acesso em: 4 jun. 2022.

MASIP, Vicente. **Fundamentos lógicos da interpretação de textos e da argumentação**. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2012. E-book. ISBN 9788521620747. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/978-85-216-2074-7/>. Acesso em: 22 set. 2022.

MOTTA, Anais. Após afetar pobres, inflação alta corrói poder de compra da classe média. **UOL**, 2022. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2022/04/09/inflacao-alta-faz-classe-media-perder-poder-de-compra.htm>. Acesso em: 5 jun. 2022.

NOGAMI, Otto; PASSOS, Carlos Roberto M. **Princípios de economia**. São Paulo: Cengage Learning Brasil, 2016. ISBN 9788522124930. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522124930/>. Acesso em: 5 jun. 2022.

ONZE. **Tabela Selic ao longo da história**. Disponível em: <https://www.onze.com.br/blog/tabela-selic/>. Acesso em: 28 ago. 2022.

PORTAL CONTÁBEIS. **Tabelas salário mínimo de 1994 a 2022**. Disponível em: <https://www.contabeis.com.br/tabelas/salario-minimo/>. Acesso em: 28 ago. 2022.

RAMPAZZO, Lino. **Metodologia científica**. 3. ed. São Paulo: Loyola, 2005.

REIS, Tiago. Plano Real: saiba como esse plano salvou a economia brasileira. **Suno**, 2022. Disponível em: <https://www.suno.com.br/artigos/plano-real/>. Acesso em: 4 jun. 2022.

SARAVALLE, Marco. Poder de compra: como a inflação contribui para a desigualdade social. **Estadão**, 2022. Disponível em: <https://investidor.estadao.com.br/colunas/marco-saravalle/poder-compra-inflacao-desigualdade-social>. Acesso em: 5 jun. 2022.

STEFFEN, Emanuel. Dinheiro não é o mesmo que moeda corrente. **Campo Grande News**, 2020. Disponível em: <https://www.campograndenews.com.br/colunistas/financas-e-investimentos-sem-complicacao/dinheiro-nao-e-o-mesmo-que-moeda-corrente>. Acesso em: 4 jun. 2022.